Ativos
Agenda fiscal crível é fundamental para mercado se acalmar, diz Gabriel Leal de Barros, da ARX C6

Laticínio
Bom Destino, do sul de Minas Gerais, testa leite em pó de búfala no mercado B8

Educação
SEB, de Chaim Zaher, assume operação da rede canadense de escolas bilíngue Maple Bear B1

Terça-feira, 18 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6024 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

PLATINUM 2023/24
Carbon Integrity
Accelerating global net zero

natura

Ativos
Um ajuste fiscal pelo lado das despesas teria efeito positivo nos mercados, diz Barros, da ARX C6

Laticínio
Bom Destino, do sul de Minas Gerais, testa leite em pó de búfala no mercado B8

Educação
SEB, de Chaim Zaher, assume 100% da operação da rede canadense de escolas Maple Bear B1

Terça-feira, 18 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6024 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Propostas para revisão de gastos podem incluir a retomada da DRU

Conjuntura Linha prioritária de trabalho do governo federal é a "modernização" das vinculações

Lu Aiko Otta, Renan Truffi, Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

Na revisão "ampla, geral e irrestrita" que pretende fazer dos gastos federais, a área econômica analisa retomar a ideia da Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada em 1994, para aliviar a pressão sobre as despesas obrigatórias no orçamento, apurou o **Valor**. A DRU permitia ao Executivo usar livremente até 20% das receitas "carimbadas" para saúde, educação e previdência. Esse mecanismo está em vigor, mas numa versão de menor alcance.

Sua possível reformulação pode integrar o cardápio de propostas em estudo para buscar o déficit zero em 2025 e promover ajuste estrutural no orçamento pelo lado das despesas. Mas a linha prioritária de trabalho do governo é a "modernização" das vinculações — e não o corte linear, como estabelece a DRU. É discutida, ainda, a revisão de cadastros de programas sociais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente Lula "abriu espaço importante de discussão", em reunião ontem. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, chamou atenção do presidente o aumento dos subsídios, que somam quase 6% do PIB. O aumento do déficit previdenciário está relacionado com isso, comentou.

Na revisão de despesas, trabalha-se com a "modernização" das vinculações e um ritmo de crescimento em linha com o restante do orçamento. Gastos com saúde e educação sobem no ritmo da elevação de receitas, e as demais despesas avançam no máximo a 70% do crescimento da arrecadação.

Para Marcus Pestana, da Instituição Fiscal Independente (IFI), o orçamento caminha para o colapso da máquina pública por falta de recursos, após a volta dos pisos de gastos com saúde e educação e a retomada da política de valorização do salário mínimo. Mas considera as desvinculações específicas melhores do que a DRU, que teria efeito de "tapar o sol com a peneira".

Bráulio Borges, da LCA Consultores e do FGV Ibre, defende uma "DRU turbinada", com ampliação de escopo ou do percentual da desvinculação, para reduzir a rigidez orçamentária já para 2025. Com isso, haveria uma sobrevida ao arcabouço fiscal, com algum horizonte de previsibilidade para a despesa, embora não garanta o resultado primário necessário. **Página A6**

Mercado segue pressionado; dólar vai a R$ 5,42

Arthur Cagliari, Matheus Prado e Gabriel Roca
De São Paulo

A semana marcada pela reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC começou com o mercado financeiro ainda em clima bastante negativo, com câmbio, juros e bolsa pressionados. O dólar seguiu sua escalada e, após alta de 0,73%, encerrou a R$ 5,421. O real, descolado da maioria das divisas, teve o pior desempenho da sessão entre 33 moedas acompanhadas pelo **Valor**. O Ibovespa perdeu 0,44%, aos 119.138 pontos — enquanto Wall Street teve um pregão de ganhos —, e as taxas futuras voltaram a subir. O boletim Focus mostrou novo aumento nas expectativas para a inflação e a taxa Selic. **Página C2**

Petrobras fecha acordo com União de R$ 19,8 bilhões

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem o pagamento de R$ 19,8 bilhões à União em um acordo (transação tributária) fechado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Os conselheiros da estatal reuniram-se extraordinariamente para votar o fim dos litígios da estatal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) relativos à tributação de remessas ao exterior para pagar afretamentos de embarcações. O valor fechado tem desconto de 65% em relação ao passivo original, de R$ 44,79 bilhões. A decisão pode abrir espaço para a empresa decidir antes de dezembro a distribuição de R$ 21,9 bilhões em dividendos extraordinários de 2023. **Página B4**

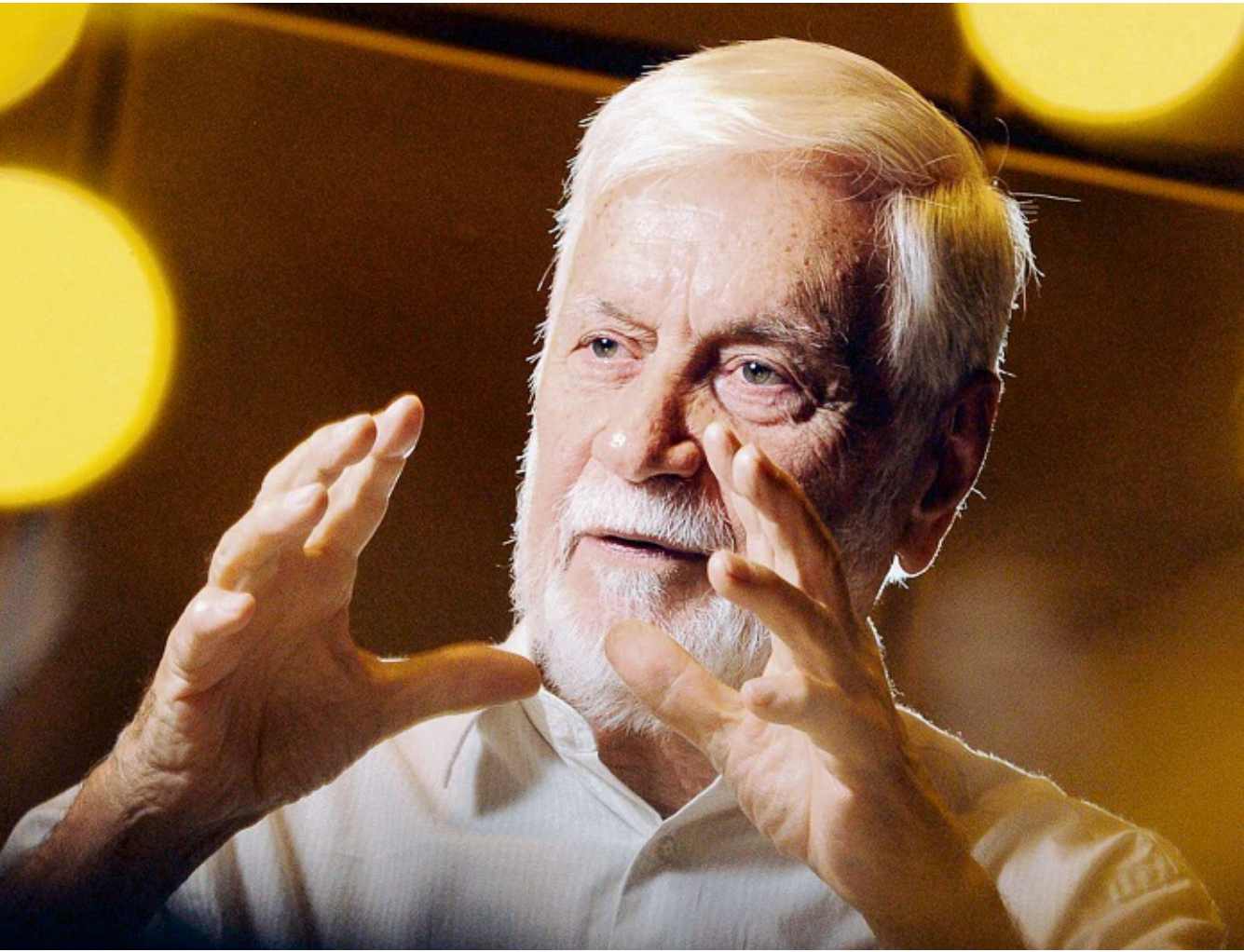
Indicadores

Ibovespa	17/jun/24	-0,44 %	R$ 17,6 bi
Selic (meta)	17/jun/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	17/jun/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	17/jun/24		5,4124/5,4130
Dólar comercial (mercado)	17/jun/24		5,4208/5,4214
Dólar turismo (mercado)	17/jun/24		5,4443/5,6243
Euro comercial (BC)	17/jun/24		5,8021/5,8049
Euro comercial (mercado)	17/jun/24		5,8180/5,8187
Euro turismo (mercado)	17/jun/24		5,8648/6,0448

Destaque

Pressão sobre o PL do aborto
Preocupados com a repercussão negativa nas ruas e nas redes sociais, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passaram a defender que ele engavete o projeto de lei que equipara a pena de aborto após 22 semanas de gestação à punição a quem comete homicídio e concentre energias no avanço da regulamentação da reforma tributária. A reação popular fragilizou a base de apoio ao texto e fez com que integrantes do Centrão passassem a sugerir que Lira segurasse o tema ao menos por enquanto. **A10**

30 anos do Plano Real

LEO PINHEIRO/VALOR

Um dos integrantes da equipe que implementou o Plano Real, Edmar Bacha vê com preocupação a situação fiscal do país hoje. O economista afirmou, às repórteres Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva, que defende uma "volta às origens do Plano Real", com desvinculação de despesas. Página A4

Ex-sócios da XP e fundador da Ideal se unem para criar bolsa de derivativos

Daniele Camba
De São Paulo

Executivos e ex-executivos do mercado financeiro se uniram para lançar uma nova bolsa de derivativos. O negócio conta com investimento inicial de R$ 200 milhões e se chama A5X. A nova bolsa será mais uma concorrente da B3. Na linha de frente do projeto estão Carlos Ferreira Filho e Karel Luketic (ex-executivos e ex-sócios da XP), Nilson Monteiro (CEO e fundador da corretora Ideal, atualmente controlada pelo Itaú) e Julian Chediak (sócio do escritório Chediak Advogados).

A primeira rodada de investimentos (série A) trouxe mais duas empresas como sócias, uma delas ligada a uma instituição financeira. O **Valor** apurou ser a Ideal. Uma segunda rodada de investimentos (série B) está em processo para trazer até mais seis investidores. Ferreira Filho, CEO da A5X, disse que, entre as séries A e B, a bolsa deve captar cerca de R$ 200 milhões. Além desses investidores, a XP tem opção de compra, que pode ser exercida no médio prazo. "Nós [ele e Luketic], por vários anos, fizemos parte da XP, que sempre foi uma entusiasta por um mercado inovador e competitivo."

O projeto da A5X começou há um ano. Para Luketic, o mercado está aberto a novos participantes e de forma mais ágil. Monteiro diz que a ideia de começar pelo mercado de derivativos surgiu pelo leque enorme de produtos do segmento. Mas, futuramente, a A5X não descarta entrar em outros mercados, como o de ações. Procuradas, Ideal e XP não comentaram. **Página C1**

Novo cenário

CHARLES SHOLL/FOLHAPRESS

Quem não gosta de dados e Inteligência Artificial ainda pensa em 'Mad Men', afirma Martin Sorrell, fundador e CEO da S4 Capital, para Guilherme Ravache. "Os insights que obtemos e os dados que temos agora tornam a publicidade mais eficaz." Página B6

Brasil leva 3 ouros na estreia de Cannes

Daniela Braun e Luana Dandara
De Cannes (França) e São Paulo

O Brasil foi premiado com três leões de ouro, seis de prata e nove de bronze na estreia do Festival Internacional de Criatividade de Cannes, na França. As campanhas para Coca-Cola, Budweiser e Consul levaram as estatuetas douradas, criadas pelas agências VML, África e DM9, respectivamente. Das 29 categorias do festival, cinco já foram anunciadas na Riviera Francesa: áudio e rádio, outdoor, impresso, farmacêutico e saúde e bem-estar. O Brasil somou o maior número de prêmios na categoria outdoor, oito ao todo.

No primeiro dia do festival, o uso da inteligência artificial (IA) foi discutido em painel com a vice-presidente de tecnologia da OpenAI, empresa do ChatGPT, Mira Muratim, e o executivo-chefe (CEO) da agência Accenture Song, David Droga. Ele falou sobre o avanço da IA na produção criativa e seus efeitos sobre direitos autorais. **Página B6**

Ricupero e o universo da variedade infinita

Daniela Chiaretti

A sala de seminários da Japan House, na avenida Paulista, transbordava de gente às 10h da manhã de sábado para a sessão de autógrafos do mais recente livro do embaixador Rubens Ricupero, "Memórias". São 710 páginas editadas pela Unesp em que se conhece a origem modesta de um dos diplomatas mais excepcionais que o Itamaraty produziu, desde as origens no Brás, em São Paulo — ou antes, quando o avô Pietro embarcado em Nápoles em 1885 assobiava da amurada do navio para o irmão, que, do cais, respondia de volta com assobios criando um lírico e dolorido dueto de despedida. O nome dos capítulos dá ideia do sabor da obra: "Guimarães Rosa, examinador de cultura", "A renúncia de Jânio e suas peripécias", "Esperando a alma em Buenos Aires", "Afinal, o que fazem os diplomatas?", "O dia em que jantei com Frank Sinatra" e "A hora das trevas".

Há dois capítulos, contudo, especialmente caros ao ex-ministro da Fazenda que há 30 anos implantou o Plano Real. São ambos dedicados ao ambiente. "É o que me define", diz o ex-ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal de setembro de 1993 a abril de 1994. "É a minha marca", reforçou, na Japan House.

No primeiro, "Rio 92: um marco no meio ambiente", o diplomata, que foi embaixador junto à ONU, em Genebra, embaixador em Washington e secretário-geral da Unctad (principal órgão da ONU para Comércio e Desenvolvimento) conta a resistência dos Estados Unidos em assinar as duas grandes convenções que saíram de lá — a do clima e a de biodiversidade.

Os republicanos eram, já à época, céticos de que o aquecimento é causado pela ação humana. Por fim assinaram a convenção de clima, mas não a de biodiversidade, cedendo às pressões do setor farmacêutico. "Organizado em torno da poderosa e prepotente Pharmaceutical Manufacture Association, o setor dizia temer que a proteção da convenção ao conhecimento tradicional dos povos indígenas limitasse as patentes privadas, encarecendo o acesso dos laboratórios a novas moléculas extraídas de plantas", escreve.

Este lobby, diga-se, existe até hoje. Espalhou-se também pela Europa e pela indústria de cosméticos e segue mais sofisticado, acompanhando o debate do sequenciamento digital genético da biodiversidade. Mas sempre sem querer colocar a mão no bolso para pagar aos países megadiversos pelos seus tesouros e às populações tradicionais pelo seu conhecimento.

Depois do êxito da Rio 92 ("que entrou para a história como o ponto mais alto atingido, antes e depois, pelas negociações sobre meio ambiente"), Ricupero voltou a ser embaixador em Washington. Não por muito tempo. Meses depois, a chacina de 16 mulheres, velhos e crianças ianomami na aldeia de Haximu, por garimpeiros, ganhou as manchetes mundiais. O então presidente Itamar Franco resolveu criar um novo ministério, o da Amazônia Legal, e o fez ministro. A nova pasta, conta, "era como na composição de Vinícius" — "não tinha teto, não tinha nada".

Um rearranjo depois fundiu o ministério com o do Meio Ambiente, e aí sim, havia equipe e mais estrutura. Ricupero, que foi o principal articulador do Tratado de Cooperação Amazônia, marco na cooperação entre os nove países amazônicos, registra: "Onde, no entanto, faltava tudo a fazer era no tratamento da Amazônia". Foi ideia dele a criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal para coordenar a ação dos órgãos federais na região. "Com o tempo, o ministério perdeu a perna da Amazônia Legal, virou capenga, apenas Meio Ambiente", constata.

Ricupero defende atenção especial à região. "Não adianta alegar que o Brasil é maior que a Amazônia, não se justificando um ministério separado para as questões amazônicas. Na prática, goste-se ou não, o mundo inteiro vê o Brasil através do prisma da Amazônia."

O embaixador — que prefere ser chamado de professor — enviou texto à coluna sobre seu envolvimento com o meio ambiente. São 15 páginas que trazem a história ambiental do Brasil, do ponto de vista de um ícone da diplomacia, nos últimos 50 anos. Escrito em outubro de 2022 chama-se "À sombra do apocalipse". Só se entende o motivo do título assustador nos últimos parágrafos, quando diz que meio ambiente é assunto que exige critérios próprios e que não se encaixa nos balanços contábeis de perdas e ganhos. "A conclusão do balanço é clara: ainda estamos no vermelho e o tempo corre contra nós. O jogo da vida tem hora para terminar. Só não sabemos quando soará essa hora."

"O que me angustia muito é que vemos no mundo inteiro uma tendência à extrema direita. E uma das características centrais desse pessoal é o negacionismo ambiental. No momento em que temos mais premência em enfrentar o problema, essa gente vai atrasar ainda mais. Às vezes me pergunto se não vai se chegar a um ponto irreversível, em que não se possa mais controlar", disse ao **Valor**.

"Infelizmente estamos em uma situação em que o problema do meio ambiente não é como os outros, quando se reconhece um retrocesso mas se diz 'amanhã recuperamos'. As pessoas não se dão conta de que vai chegar um momento em que não dá mais, e é isso que me preocupa. É uma situação sem precedentes na história dos seres humanos."

Em seus escritos, Ricupero confessa que "trabalhar com meio ambiente combinava alegria com aprendizado". E emenda: "É o universo da variedade infinita".

Daniela Chiaretti é repórter especial
E-mail daniela.chiaretti@valor.com.br

Relações externas Transição energética "justa, coordenada e inclusiva" e combate às mudanças climáticas também são temas importantes para grupo que reúne juventude

Com emprego como prioridade, jovens buscam ter voz na agenda do G20

Marsílea Gombata
De São Paulo

Se os jovens são aqueles que amanhã vão encarar o mundo que está sendo construído hoje, nada mais justo que influenciem e pautem as discussões no âmbito do G20, defende Marcus Barão, presidente (chair) do Y20, o Youth20, grupo da juventude no G20.

O Y20 é um dos 13 grupos de engajamento do G20 Social, guarda-chuva que reúne grupos da sociedade civil, que tem sido priorizado pela presidência do Brasil no fórum. A ideia é que o grupo participe das trilhas de finanças e de sherpas (que supervisiona as negociações) e, por meio de um "communiqué", coloque na ordem do dia prioridades e reivindicações das juventudes dos membros do G20.

"Essa é maior geração da história do planeta. As juventudes compõem uma camada da sociedade que tem sido muito afetada por alguns dilemas globais, desde a questão do subemprego, desemprego e desalento até as mudanças climáticas. Será a geração que terá de lidar com as consequências do que vivemos hoje", afirma Barão.

"Então, é muito importante que a participação da juventude não seja acessória. Ela precisa ser parte da agenda principal das discussões do G20."

Barão é presidente do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), reintegrado em 2023 à Secretaria Geral da Presidência da República. O Conjuve tem caráter consultivo e deve prover pesquisas e subsídios para a elaboração de políticas públicas direcionadas a 50 milhões de brasileiros jovens.

Em Belém para a pré-cúpula do Y20, que vai de 17 a 19 de junho, Barão lembra que o G20 é um fórum que reúne grandes economias do planeta, representa 85% do PIB mundial, dois terços da população mundial, e 75% do comércio internacional.

"O que é discutido como agenda no G20 e aprovado como consenso, influencia todos os mecanismos internacionais, cooperação e concertação que afetam inevitavelmente a vida das pessoas. Se hoje temos a maior geração de jovens da história do planeta, é ela invariavelmente que será afetada por essas decisões", argumenta.

"E, se ela vai ser afetada e pode ser parte da solução, precisa ser envolvida nesse processo. É aquela velha máxima: 'nada para nós sem nós'."

Barão afirma que a juventude tem reivindicado o fortalecimento dos mecanismos de participação direta nos espaços de tomada de decisão e que um dos temas mais relevantes da agenda do Y20 é a questão do trabalho e emprego.

> Y20 ganhou impulso neste ano, com a inclusão no G20 por meio da presidência brasileira

DIVULGAÇÃO

Marcus Barão, do Y20: "É aquela velha máxima: 'nada para nós sem nós'"

"Estamos passando por um momento de profundas transformações na nossa sociedade, um momento também de grande transformação tecnológica, com inteligência artificial, e tudo isso impõe uma série de desafios, mas também uma série de oportunidades."

Ele lembra que, apesar de a taxa de desemprego do país ter caído para 7,5%, dentre os jovens ela costuma ser mais que o dobro da média nacional.

"Tivemos progresso nesse último ano, mas os empregos entre a população jovem e a precarização da relação de trabalho ainda preocupam", diz. "Então, como aliamos a transformações digitais com as políticas, sociais e culturais criando mecanismos para promover mais oportunidades de inclusão produtiva de jovens?"

Além do tema trabalho e emprego, o Y20 tem como prioridade trabalhar uma transição energética "justa, coordenada e inclusiva" e o combate às mudanças climáticas.

"Os desdobramentos da falta de coordenação e zelo com essa agenda já são perceptíveis, como o caso do Rio Grande do Sul, que se replicou no mesmo mês em vários países do mundo", alerta.

Diálogos regionais

Apesar de existir desde 2010, o Y20 ganhou impulso neste ano, com a inclusão no G20, criado pela presidência brasileira. Para o processo de eleição das prioridades da agenda do grupo, conta Barão, foram organizados 30 diálogos regionais em todo o Brasil até julho, realizados em parcerias com governos estaduais, municipais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

"No sábado retrasado, tivemos um evento com 700 jovens em São Paulo. Depois, um com 500 jovens em Fortaleza", conta.

No Y20, cada país-membro apresenta uma delegação de cinco jovens líderes, cada um responsável por um dos cinco temas prioritários do grupo — combate à fome, à pobreza e à desigualdade, mudanças climáticas, transição energética e desenvolvimento sustentável, reforma do sistema de governança global, inclusão e diversidade, e inovação e futuro do mundo do trabalho.

Depois da pré-cúpula em Belém, o grupo terá um representante na terceira reunião da trilha de sherpas, em 4 de julho, e se prepara para a cúpula final do Y20, que ocorre entre 10 e 17 de agosto no Rio de Janeiro, onde o comunicado será finalizado.

"Em novembro [quando haverá a cúpula final, de chefes de Estado], participaremos da cúpula social do G20 com o nosso documento já consolidado", diz.

Impacto digital nos negócios é tema de live

De São Paulo

O mundo está mais conectado do que nunca. São mais de 5,2 bilhões de usuários ativos da internet, e o comércio eletrônico internacional alcançou US$ 6,3 trilhões no ano passado. O avanço na conectividade, especialmente no pós-pandemia, tem um potencial transformador para negócios e para a sociedade.

Na arena global, ela é fundamental para que grandes players ampliem sua produtividade e se tornem ainda mais competitivos. Mas o acesso aos meios digitais ainda é desigual no mundo. Se na Europa 87% da população usa a internet, na África são apenas 33% que têm acesso.

Debater como essa lacuna será preenchida, como as empresas terão acesso a novas ferramentas digitais e como as startups podem contribuir para o ecossistema de inovação é crucial para que os avanços nessa área possam se traduzir em inclusão social e melhora na competitividade das companhias brasileiras será tema da live Transformação Digital como Impulsionadora de Negócios.

O encontro será realizado às 9h desta quarta-feira pelo site do **Valor**, pelo site de "O Globo" e também pelos canais do **Valor** no YouTube, LinkedIn e Facebook.

Participam da live Daniel Moraes, diretor de Inovação e Tecnologia da Tupy e deputy chair da força-tarefa de Transformação Digital do B20, e Ingrid Barth, presidente da Abstartups e líder do Startup20.

A mediação é de João Rosa, repórter especial do **Valor Econômico**.

O projeto G20 no Brasil tem o governo do Estado do Rio de Janeiro como estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e realização dos jornais **Valor**, "O Globo" e da rádio CBN.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Conjuntura 30 anos do Real é número 'meio mágico', afirma economista, que lança livro

Bacha defende 'desengessar' despesas de forma substancial

Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva
Do Rio

Um dos integrantes da equipe que implementou o Plano Real e destaque no debate econômico brasileiro nas últimas décadas, o economista Edmar Bacha vê com preocupação a situação fiscal no país hoje, ao focar receitas, e não despesas. Na sua avaliação, não há solução para a questão fiscal sem "desengessar" despesas "de forma substancial". Ele defende "volta às origens do Plano Real", com desvinculação de despesas, citando o Fundo Social de Emergência criado na época e depois transformado na Desvinculação de Receitas da União (DRU). Crítico do PT — desde antes de o partido se opor ao Plano Real —, Bacha destaca "o fogo amigo" enfrentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Embora reconheça a alta do investimento no primeiro trimestre como notícia positiva, lembra que a turbulência fiscal traz incerteza aos investidores. No caso do dólar, no entanto, apesar da alta nas últimas semanas, diz que a tendência é que a moeda americana recue diante das atuais condições: balança comercial favorável, incluindo agropecuária, mineração e petróleo. Mas evita qualquer previsão, reforçando sua máxima de que "Papai do Céu não perdoa economista que faz previsão de dólar".

Bacha condena a falta de articulação do governo tanto com o Banco Central quanto com o Congresso e diz que o Brasil está pronto para crescer. "É o Lula que não deixa. Se o Lula parasse de brigar com o Banco Central, se o Lula se entendesse positivamente com o Centrão, se dispusesse a dividir poder, efetivamente, em vez de se seguir com essa política maluca de emendas parlamentares obrigatórias, se pudesse criar um clima mais ameno na relação entre o Executivo e o Legislativo... o país está pronto para crescer."

Sobre a situação dos juros, lembrou frase do economista Dionísio Dias Carneiro, de que o Banco Central deveria ser o primeiro dos pessimistas e o último dos otimistas. "O Banco Central é o zelador da moeda", afirma Bacha, ao elogiar a linha atual adotada pela autoridade monetária, por fazer "o que é necessário diante da desancoragem das expectativas".

Numa análise de mais longo prazo, diz que o aniversário de 30 anos do Real é número meio mágico, porque as pessoas se deram conta de que a estabilidade veio para ficar. Na próxima terça-feira (25), será lançado o livro "30 anos do Real: crônicas no calor do momento" (História Real), de Gustavo Franco, Pedro Malan e Edmar Bacha, que reúne textos sobre o plano escritos em diferentes momentos de sua história.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Como vê a situação fiscal?*

Edmar Bacha: A situação é muito preocupante. Nós já estamos com nível de emprego muito elevado. A taxa de desemprego já está muito baixa. A economia está, obviamente, chegando perto do seu limite, da sua capacidade. Isso cria necessidade de o governo cuidar das suas contas da maneira mais cuidadosa possível, para evitar aumentar o excesso de demanda sobre os recursos disponíveis. Só que isso não está acontecendo porque o governo tem vontade muito grande de gastar. O Congresso com o Centrão é de uma voracidade só, e a sociedade está reagindo contra a tentativa de se resolver problema aumentando impostos.

Valor: *Como deve ser o esforço fiscal?*

Bacha: Aumentar impostos resolveria problema a curto prazo do excesso de demanda. Mas complicaria ainda mais a médio e longo prazos, porque afetaria disponibilidade de os empresários investirem, que é do que a economia depende para crescer no longo prazo. A questão é [querer] resolver problema pelo lado da receita, e não pelo lado da despesa. De qualquer maneira, seja aumentando alíquotas, seja aumentando arrecadação em si, retira recursos do setor privado, que poderiam ser usados para aumentar investimentos privados. Neste sentido, são contraproducentes do ponto de vista do estímulo para o crescimento econômico.

> "O Banco Central é o zelador da moeda e deve estar em eterna vigilância"

Valor: *O Rio Grande do Sul afeta do ponto de vista fiscal?*

Bacha: O problema da situação fiscal não são gastos temporários em situações excepcionais. Ninguém estava preocupado com fiscal durante a pandemia porque sabia que era questão temporária. E havia assuntos mais urgentes a serem tratados do que aumento da inflação, naquele momento. Este também é caso particular. Precisa reconstruir a infraestrutura do Estado, o que vai exigir aumento de demanda a curto prazo. É preciso atacar esse problema com uma perspectiva de valores e tempo.

Valor: *O ajuste fiscal proposto será insuficiente?*

Bacha: Pelo que tenho lido, o ministro da Fazenda [Fernando Haddad] vai levar ao presidente da República uma proposta de desindexação. Acho que a gente deveria voltar às origens do Plano Real. Porque a primeira coisa que fizemos foi desindexação, para poder cortar 20% do Orçamento em despesas obrigatórias. Foi o chamado Fundo Social de Emergência, que depois virou Desvinculação das Receitas da União [DRU], mas que ao longo do tempo foi diluído. É preciso retomar essa perspectiva de desindexação, de desregulamentação, especialmente a questão de vinculação da Previdência ao salário mínimo, e o fato de educação e saúde agora estarem vinculadas à arrecadação, e não a uma outra alternativa. O problema é esse engessamento. Certamente é difícil visualizar solução para a questão fiscal brasileira sem desengessar as despesas de forma substancial. O caminho ideal seria, paradoxalmente, indexar à inflação prevista, para não trazer de volta inércia inflacionária com a qual tivemos que lidar no Plano Real.

Valor: *Qual é o ambiente para a alta do investimento no primeiro trimestre ser sustentada?*

Bacha: Teremos que ver se o primeiro trimestre foi exceção à regra, porque a trajetória da taxa de investimento era declinante até então. Foi muito bem-vindo ter um trimestre positivo, mas o que significa? Especialmente porque há muita incerteza fiscal, o que cria certa turbulência do ponto de vista dos investidores. E, ademais, as taxas de juros estão muito altas e o ambiente externo está negativo, por causa do excesso de demanda nos Estados Unidos, que força o Fed [Federal Reserve, o banco central americano] a não reduzir juros, como tinha antecipado.

Valor: *O senhor já disse que "Papai do Céu não perdoa economista que faz projeção de câmbio". Sem citar estimativa, qual é o cenário?*

Bacha: Em geral, quando o dólar sobe, a gente acha que vai continuar subindo. Mas, se olhar estruturalmente, a situação da balança comercial brasileira é extremamente favorável. Seja em termos da agropecuária, seja em termos da mineração e especialmente do petróleo. Teremos bonança petrolífera nos próximos cinco anos. A conta capital do balanço de pagamento está deteriorada, no momento, por causa do aumento de juros lá fora e da desconfiança em relação à situação fiscal. Mas, se de alguma maneira pudesse lidar com esse problema, de estabilizar lá fora e ter política fiscal mais consistente, a médio prazo, eu diria, que a tendência do dólar não é se valorizar.

Valor: *E quanto às expectativas inflacionárias? O mercado está desconfiado?*

Bacha: A rigidez da inflação é fato conhecido, uma vez que [a inflação] se estabelece num patamar elevado por muito tempo. As pessoas se acostumam com aquela taxa e por isso é que o custo de controlar a inflação mais elevada é mais alto. Pode-se falar como inércia inflacionária, mas também pode chamar de rigidez das expectativas. Nesse sentido, é por isso que o Banco Central tem que agir na frente. Como agiu em 2021 e fez muito bem. O Fed [banco central americano] não tinha ainda se dado conta da gravidade da situação pós-covid. E o Roberto Campos [presidente do BC] já aumentava os juros aqui.

Valor: *Mas um aumento de juros hoje pode criar mais atrito em termos de articulação política...*

Bacha: Aumentar juros, obviamente, em lugar nenhum no mundo, tem muita popularidade a nível político nem a nível da população.

Valor: *É necessário?*

Bacha: Bom, essa é a função do nosso regime de política econômica, que é baseado no tripé: superávit primário, que não está sendo produzido; câmbio flutuante, que está flutuando; e política monetária e regulação dos juros para atingir determinada meta.

Valor: *O BC já reduziu ritmo de cortes do juro. O senhor acha que tem que interromper esse processo [de cortes na Selic]?*

Bacha: Não vou entrar nessa questão. O Banco Central tem que acompanhar essa questão com lupa, que está ainda muito confusa.

Valor: *Atualmente, o BC e o governo não estão na mesma página sobre os juros?*

Bacha: Não, certamente que não. E eu sou totalmente a favor da articulação entre políticas monetária e fiscal. A gente fez isso [durante implementação do Plano Real]. Mas sobre a questão do que o BC deve fazer, eu sempre me lembro de uma frase do saudoso Dionísio Dias Carneiro [economista falecido em 2010]. Ele sempre dizia que o BC tem que ser o primeiro dos pessimistas, e o último dos otimistas. Quer dizer, o Banco Central é o zelador da moeda. E tem que estar em eterna vigilância. Por natureza, o Banco Central tem que ser conservador. Porque é a ele que cabe preservar o poder de compra da moeda.

Valor: *O BC está na linha certa?*

Bacha: Pelo que entendo, o BC está fazendo o necessário diante da desancoragem das expectativas. E há muita desconfiança. Por ser um governo do PT, por ser o Lula quem é, por o Lula estar sempre atacando o Banco Central, é muito perigosa essa situação. Por exemplo, pode-se discutir se a meta [inflacionária] de 3% é adequada ou não, mas vai fazer isso agora nessas circunstâncias? Qualquer ideia de flexibilização bate com essa percepção que existe no mercado, de que o governo Lula não está interessado tanto assim na manutenção da estabilidade da moeda.

Valor: *Qual é a diferença entre a estabilidade da moeda e o dia a dia da inflação?*

Bacha: Hoje a sociedade não permite que os políticos usem o "inflacionismo" como maneira de se elegerem, porque eles [a população] não elegem quem inflaciona. Outra questão é, com esse quadro, como criar ambiente institucional que valide essa percepção? Banco Central independente. Foi finalmente o que conseguimos mais recentemente. E vamos ver quem o Lula vai nomear no Banco Central adiante [mandato atual do presidente vai até dezembro]. Na gestão de Dilma Rousseff, houve total de descolamento de expectativas [entre mercado e Banco Central] e levou dois anos para o Ilan [Goldfajn, que presidiu o BC entre 2016 e 2019] conseguir trazer de volta. Até que veio Bolsonaro.

Valor: *Apesar desses ruídos, o BC não deve se render ao que o governo quer em relação a juros?*

Bacha: Espero que não. Não sei se acompanham as finais da NBA [campeonato de basquete norte-americano]. Nos jogos de basquete americanos, como são muitos pontos, quando o outro time está atacando, o que a audiência grita o tempo todo? "Defense, defense, defense [Defesa, defesa, defesa]". Atualmente, então, nós temos que jogar na defesa para impedir que o pior aconteça.

Valor: *No cenário atual, o que mais prejudica o crescimento?*

Bacha: Há questões de curto prazo, como a questão fiscal e a situação externa, e suas consequências para a manutenção dos juros elevados, que são danosas ao crescimento. Diante dessas condições, há uma política de contenção monetária prejudicial ao crescimento. Não há investimento que consiga bater essa taxa de juros.

> "Veio Lula, veio Dilma, veio Temer, veio Bolsonaro, volta Lula. Mas a inflação parou. A inflação não volta"

Valor: *É possível crescer em torno de 2% neste ano?*

Bacha: Acho que estamos entre 2% e 3% [de previsão de crescimento]. O Brasil tem situação muito favorável. O Brasil está pronto para decolar, é o Lula que não deixa. Se o Lula parasse de brigar com o Banco Central, se o Lula se entendesse positivamente com o Centrão, se dispusesse a dividir poder, efetivamente, em vez de seguir com essa política maluca de emendas parlamentares obrigatórias, se pudesse criar um clima mais ameno na relação entre o Executivo e o Legislativo... o país está pronto para crescer. Mas há também questões estruturais.

Valor: *Não há então a articulação que aponta como importante para o sucesso do Plano Real?*

Bacha: Não há [articulação]. O Lula e o PT não se dispõem a dividir o governo. Eles colocaram lá algumas pessoas mágicas, uma alquimia, como a [Simone] Tebet, o [Fernando] Haddad e a Marina [Silva]. Mas nenhum dos três tem poder. E os ministérios-chave estão todos na mão do PT. O governo quer negociar no varejo sem dar nada no atacado. E isso é possível de fazer, o Fernando Henrique [Cardoso] mostrou que é possível. Dava o ministério, mas não de porta fechada: secretários-executivos eram alguém de confiança do presidente. E isso permitiu que o Fernando Henrique tivesse, durante muito tempo, maioria parlamentar para executar as inúmeras reformas.

Valor: *Haddad poderia ter esse papel de articulação política?*

Bacha: Pergunta para a presidente do PT [Gleisi Hoffmann]. O Haddad está sob ataque, sob fogo amigo.

Valor: *No livro "30 anos do Real – Crônicas no Calor do Momento", o senhor reforça uma defesa antiga, sobre a necessidade de abertura comercial do Brasil. Como fazer isso agora, quando o mundo está se tornando mais protecionista?*

Bacha: Nosso objetivo deveria ser o de aumentar substancialmente nossa parcela no comércio internacional. Sabe quanto são as exportações brasileiras em relação às exportações mundiais? 1%. Do ponto de vista do Brasil, se o mundo está fechando ou abrindo, é basicamente irrelevante. Diria que precisaríamos pelo menos dobrar [a participação do Brasil nas exportações mundiais]. Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), temos entre 2,5% e 3% do PIB mundial. Então é uma questão de normalização. Na margem, o mundo está se fechando, mas essa margem não afeta o Brasil. Na realidade, fundamentalmente, o que ocorre é que os Estados Unidos e a Europa, de maneira mais moderada, estão se fechando em relação à China. [...] Essa situação de guerra fria é peculiar. Mas a guerra fria entre União Soviética e Estados Unidos não impediu que, entre 1945 e até 1990, o comércio internacional se expandisse de maneira extraordinária. Essa ameaça chinesa não existe para o Brasil, do ponto de vista de avanços tecnológicos.

Valor: *O livro mostra as diferentes leituras sobre o Real nas últimas décadas. O que mudou?*

Bacha: Trinta anos é um número meio mágico. Porque a gente comemorou os dez anos, comemorou os 20 anos, comemorou os 25 anos. Mas nunca teve esse impacto, na imprensa, que os 30 anos estão tendo. Isso porque as pessoas, por meio da imprensa, estão se dando conta que a estabilidade veio para ficar. Trinta anos de estabilidade. Fernando Henrique foi embora. Veio Lula, veio Dilma, veio Temer, veio Bolsonaro, volta Lula. Mas a inflação parou. A inflação não volta mais.

LEO PINHEIRO/VALOR

Crítico do PT, Edmar Bacha condena falta de articulação do governo com Banco Central e Congresso. 'Brasil está pronto para crescer, é o Lula que não deixa'

Conjuntura País perde posições e fica em 62º lugar entre 67 nações; especialista sugere foco em C&T

Brasil vai para o fim da fila da competitividade

Rafael Vazquez
De São Paulo

O Brasil caiu mais duas posições e agora está em 62º lugar no Ranking Mundial de Competitividade elaborado pelo International Institute for Management Development (IMD), que conta com a colaboração do Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da Fundação Dom Cabral. O ranking conta com a participação de apenas 67 países.

É a quarta queda consecutiva do Brasil desde 2020, quando ocupava o 57º lugar.

Cingapura subiu três posições e alcançou o primeiro lugar este ano, desbancando Suíça (2º), Dinamarca (3º) e Irlanda (4º), que ocupavam o pódio no anuário do ano passado.

De acordo com a análise oficial do ranking, todos esses países têm economias pequenas, mas conseguem resultados por possuírem boa estrutura institucional e utilizarem bem seus acessos a mercados e a parceiros comerciais.

Cingapura, por exemplo, se tornou um centro internacional na Ásia devido à infraestrutura tecnológica avançada, instituições sólidas e um mercado atrativo, com empregos, inovação e oportunidades, o que justifica sua liderança, segundo a conclusão do levantamento.

Liderança dos pequenos

As dez primeiras colocações são ocupadas por países menores da Ásia e da Europa, enquanto Estados Unidos e China, que possuem as duas maiores economias do mundo, estão na 12ª e na 14ª posições, respectivamente.

Isso acontece porque, além da performance econômica, o ranking mede fatores como a eficiência governamental, a eficiência empresarial e a infraestrutura das 67 nações avaliadas — este ano entraram na lista Porto Rico (49º), Nigéria (64º) e Gana (65º).

"A competitividade de uma economia não se resume apenas ao PIB e à produtividade, visto que as empresas também têm que lidar com aspectos políticos, sociais e culturais", explica Hugo Tadeu, diretor do núcleo de inovação e tecnologias digitais da Fundação Dom Cabral (FDC) e líder da pesquisa no Brasil. "Nesse sentido, os governos devem fornecer um ambiente favorável ao desenvolvimento e crescimento de negócios, com infraestruturas, instituições e políticas adequadas e eficientes que incentivem as empresas."

Segundo Tadeu, a queda do Brasil no ranking foi puxada pela piora em eficiência governamental e em infraestrutura em relação ao ano passado. Porém, ficou estável em eficiência empresarial (61º) e teve sua melhor posição (38º) em performance econômica. O resultado nesse último indicador pode ser explicado pelo crescimento da oferta de empregos e pela queda da inflação.

Boas e más avaliações

Apesar do desempenho geral, em alguns subindicadores o Brasil foi bem avaliado. Subsídios governamentais (4º), crescimento de longo prazo de emprego (5º), crescimento do PIB real per capita (5º), fluxo de investimento direto estrangeiro (5º) e energias renováveis (5º) foram os destaques positivos.

Nos quesitos educação em gestão, habilidades linguísticas e dívida corporativa, o país ficou em último lugar — ou seja, na 67ª em cada um desses quesitos. Em relação a habilidades financeiras, educação básica e secundária e educação universitária foi o penúltimo (66ª posição em cada).

Para o diretor e professor da FDC, a sociedade brasileira perde muito tempo e energia com debates ideológicos envelhecidos e deixa de discutir temas fundamentais como a necessidade de investimentos em ciência, tecnologia, inovação e formação de mão de obra qualificada para as funções do século XXI.

Asfixia produtiva

"Nós estamos caindo no ranking por nossas incompetências. Estamos asfixiando a cadeia produtiva brasileira. O custo de capital está ficando cada vez maior. Tem muita Brasília e pouco Brasil", diz Tadeu, ao criticar não apenas a classe política do país, mas também a concentração de recursos no governo federal. "Não estamos focando em ciência, tecnologia, inovação e formação de mão de obra como deveríamos e deixando indústrias que podem ser relevantes para o crescimento", acrescenta.

Para o especialista da FDC, embora uma reforma tributária que reduza a carga tributária sobre a indústria de transformação seja bem-vinda, é importante que o governo ajude a melhorar o ambiente de negócios como um todo e que promova uma formação de mão de obra mais técnica para suprir a demanda em tecnologia e inovação.

"A reforma tributária, sozinha, não vai parar em pé. Ela é importante porque o brasil cresce por uma base de serviços, mas o mundo cresce por uma base industrial lastreada por pesquisa e desenvolvimento", diz. "Por trás de uma tecnologia como um ChatGPT, por exemplo, existe um parque industrial para criar isso junto com gente de altíssima qualidade e que investe com custo de capital baixo."

Nessa linha, Tadeu sugere que não se deve onerar o setor financeiro porque ele ajuda a alocar recursos que apoiam empresas de ciência e tecnologia. "Para o futuro que desejamos, precisamos da reforma tributária, formação de mão de obra e atração de fundos para fazer investimento em empresas da indústria em solo nacional. Não se deve trazer tudo de fora. Precisa dar formação de mão de obra, intelecto aqui dentro para sustentar o crescimento", diz.

"Se não pusermos uma lupa na Formação Bruta de Capital Fixo do país, vamos continuar atrás de uma agenda para o país, o que é triste porque o Brasil tem muito potencial, mas fica preso em ideais imaginários".

Ele ainda critica debates entre economistas ortodoxos e heterodoxos que, na sua visão, já perderam o sentido. "O que precisa é de uma agenda de ciência e tecnologia que determine onde ter um polo industrial específico, onde vai atrair capital, coisas objetivas que seriam benéficas para o país."

Melhora na educação

Tadeu pontua que, para reverter as quedas sucessivas no ranking de competitividade do IMD desde 2020, precisa urgentemente melhorar a qualidade do ensino nas escolas e universidades. "O problema não é a quantidade de recursos, mas sim a qualidade da alocação e a execução nas escolas. Se aprofundar mais, o problema tem sido inclusive a qualidade dos professores que costumam atuar mais como pedagogos do que como professores", afirma.

O diretor da FDC defende que os professores brasileiros e também os diretores das escolas precisam perder a resistência em ter seus métodos avaliados e que precisam aprender a entregar resultados em relação à qualidade do ensino. "Nossos alunos têm sido aprovados automaticamente tanto no ensino público como no privado, em algumas instituições", diz. "E as próprias universidade viraram palco de ideologias, enquanto deveriam estar focadas para ciência e tecnologia", reforça, afirmando que o sistema de ensino como um todo, no Brasil, precisa formar mão de obra mais qualificada para as empresas serem mais competitivas internacionalmente.

> "Nós estamos caindo no ranking por nossas incompetências"
> *Hugo Tadeu*

Na turma do fundão

Panorama do ranking de competitividade em 2024

Posição por fator

Geral	País	Performance econômica	Eficiência governamental	Eficiência empresarial	Infraestrutura
1º	Singapura	3º	2º	2º	4º
2º	Suíça	12º	1º	5º	1º
3º	Dinamarca	22º	5º	1º	2º
4º	Irlanda	10º	6º	3º	17º
5º	Hong Kong	11º	3º	7º	9º
6º	Suécia	23º	10º	4º	3º
7º	E. Árabes Unidos	2º	4º	10º	25º
8º	Taiwan, China	26º	8º	6º	10º
9º	Holanda	9º	14º	8º	8º
10º	Noruega	30º	9º	9º	5º
12º	Estados Unidos	1º	34º	19º	7º
14º	China	6º	27º	15º	15º
57º	Colômbia	58º	64º	50º	54º
58º	Bulgária	45º	56º	65º	59º
59º	Eslováquia	56º	62º	64º	50º
60º	África do Sul	61º	61º	48º	60º
61º	Mongólia	42º	53º	62º	64º
62º	**Brasil**	**38º**	**65º**	**61º**	**58º**
63º	Peru	60º	55º	60º	63º
64º	Nigéria	67º	54º	58º	66º
65º	Gana	65º	59º	56º	65º
66º	Argentina	62º	67º	66º	56º
67º	Venezuela	66º	66º	63º	67º

Fonte: Fundação Dom Cabral, adaptado de IMD World Competitiviness Ranking 2024

Contas públicas Ideia faz parte do cardápio de propostas em estudo para buscar déficit zero em 2025 e realizar ajuste no Orçamento pelo lado das despesas

Volta da DRU vira alternativa para aliviar questão fiscal

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Fernando Haddad, ao lado de Simone Tebet: "Eu senti um presidente bastante mais senhor dos números"

Lu Aiko Otta e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

Na revisão "ampla, geral e irrestrita" que pretende fazer dos gastos federais, a área econômica analisa um instrumento antigo, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), como forma de aliviar a pressão do crescimento das despesas obrigatórias sobre o Orçamento, apurou o **Valor**.

Criada em 1994 com o nome "Fundo Social de Emergência", a DRU permitia ao Executivo realocar em outras áreas até 20% das receitas "carimbadas" para saúde, educação e Previdência.

A DRU vigora até o fim deste ano, graças à PEC da Transição. Porém, está muito distante de sua versão original, que serviu para flexibilizar o Orçamento por mais de uma década. Com o tempo, o mecanismo foi desidratado e hoje não incide mais sobre as receitas vinculadas para Previdência e educação, por exemplo.

Agora, a ideia de algo como a antiga DRU retorna à mesa como parte do amplo cardápio de propostas em estudo pelos técnicos da área econômica, com o intuito de buscar o déficit zero em 2025 e promover ajuste estrutural no Orçamento pelo lado das despesas.

A linha prioritária desses debates tem sido a "modernização" das vinculações — e não um corte linear delas, como estabelece a DRU. No entanto, os técnicos querem manter todas as propostas sobre a mesa, para que passem pelo filtro político. O debate deverá se estender pelas próximas semanas, até o fechamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, no dia 31 de agosto.

Uma primeira discussão sobre a necessidade de atuar pelo lado das despesas reuniu ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, da Casa Civil, Rui Costa, e da Gestão, Esther Dweck — os integrantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

"Eu senti um presidente bastante mais senhor dos números", disse Haddad, após o encontro. "Abriu um espaço importante de discussão." No momento em que a equipe econômica discute redução de despesas, Tebet disse que os ministros vão apresentar "soluções" ao presidente em uma próxima reunião, sem especificar quais.

Também foi discutida a importância da revisão de cadastros de programas sociais, pois a eliminação de irregularidades é uma forma de abrir espaço no Orçamento.

O ministro ressaltou ainda as conclusões do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentado na semana passada. O documento registra que não houve aumento da carga tributária em 2023. Por outro lado, as renúncias de receita seguiram em patamar elevado: R$ 519 bilhões.

"O aumento do déficit da Previdência está relacionado ao aumento das renúncias do gasto tributário", afirmou Tebet. O presidente, disse ela, teria ficado "extremamente mal impressionado" com o aumento dos subsídios da União, que totalizam quase 6% do Produto Interno Brasileiro (PIB).

"A situação atual é a crônica de uma morte anunciada", afirmou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana. Segundo ele, o Orçamento caminha para um "encontro com o estrangulamento pleno" e o "shutdown" (desligamento da máquina pública por falta de recursos), após o governo retomar as regras antigas dos pisos de gastos com saúde e educação e a política de valorização do salário mínimo.

> " Situação atual é a crônica de uma morte anunciada"
> *Marcus Pestana*

No entanto, Pestana considera que a DRU é "uma ideia fora de seu tempo" e teria apenas efeito de "tapar o sol com a peneira". Mais coerentes com o arcabouço fiscal são as medidas que têm sido indicadas por Haddad e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, no sentido de atacar as vinculações.

Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, defende uma "DRU turbinada", com ampliação de escopo ou do percentual da desvinculação, como uma das medidas que poderiam criar flexibilidade no curto prazo e melhorar a rigidez orçamentária já para 2025.

Entre as despesas atualmente vinculadas às receitas hoje e que poderiam ter algum alívio via mudança na DRU, diz, estão o mínimo constitucional com saúde, com educação e o Fundeb. Há também, diz, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, além das emendas parlamentares. "Obviamente que politicamente será difícil mexer nas emendas parlamentares e no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Então restam basicamente os mínimos de saúde, educação e talvez o Fundeb", aponta.

A discussão da DRU, diz, também pode ser aplicada ao chamado óleo-lucro, a receita da União resultante da exploração de petróleo sob o regime de partilha, no pré-sal, que se tornou mais representativa desde 2018. Trata-se de uma receita, estima, que deve chegar a quase 1% do PIB ao fim da década. "Seria interessante desvincular o óleo lucro em uma nova DRU, pra criar mais flexibilidade, não só do ponto de vista da gestão da despesa, mas também para melhorar o superávit primário."

É importante destacar, diz Borges, que, com exceção do óleo-lucro, as demais medidas relacionadas a gastos vinculados ajudam a evitar uma compressão cada maior das despesas discricionárias até 2026 e 2027, num quadro que traz risco de "shutdown".

"São medidas que criam maior flexibilidade dentro do Orçamento e dão sobrevida ao arcabouço fiscal, que não é uma regra perfeita, mas bem ou mal dá algum horizonte de previsibilidade para a despesa. Sozinhas, porém, não geram o superávit primário que é necessário. Para termos realmente uma contribuição da despesa para a melhoria do resultado primário, seria preciso mudar os parâmetros do arcabouço fiscal. A despesa não poderia mais crescer 2,5% reais ao ano ou a 70% da receita. É preciso um limite mais baixo, talvez de 1,5% ou 2% para o crescimento das despesas." ***(Colaboraram Renan Truffi, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira, de Brasília)***

Arcabouço corre risco sem desvinculação, dizem economistas

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, descartou na semana passada a desvinculação do reajuste das aposentadorias do salário mínimo, mas, sem adotar essa medida, o governo pode ter dificuldades para garantir a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal no médio prazo, em especial a partir de 2027, avaliam economistas ouvidos pelo **Valor**. Isso acontece porque a despesa previdenciária já é a maior do Orçamento federal e, ao ter atrelado o reajuste dos benefícios à política de valorização do piso, o seu peso sobre as contas públicas vai crescer como bola de neve.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos e auditor licenciado do Tesouro Nacional, calcula que, caso todos os benefícios previdenciários (aposentadoria, pensões e os auxílios) mais o abono salarial, o seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) fossem reajustados apenas pela inflação, haveria uma economia de R$ 313,651 bilhões ao longo dos próximos dez anos (2025-2034).

"Seria [um valor] suficiente para você manter o arcabouço fiscal por esse período de dez anos, e até haveria um espaço maior para o governo fazer investimento. Então, de fato, uma desvinculação total seria um dos caminhos [para manter o arcabouço vivo]", disse.

Já uma desvinculação parcial, que afete apenas alguns benefícios, como o auxílio-doença, seria insuficiente para garantir o crescimento sustentável das despesas nesse horizonte, demandando outras alternativas por parte do governo.

No caso do auxílio-doença, por exemplo, a economia seria de cerca de R$ 500 milhões por ano, nos cálculos da XP. Isso porque apenas 5% da despesa previdenciária corresponde a benefícios não permanentes, como os auxílios doença, reclusão, acidente, entre outros.

Sbardelotto acrescenta que os benefícios previdenciários cresceram 5,7% acima da inflação no acumulado deste ano até maio, já descontando o efeito sazonal da antecipação do 13º e do pagamento de precatórios. "É um crescimento que, caso se mantenha, tornará o arcabouço insustentável", diz. "É necessário pensar no conjunto todo da Previdência. Certamente é um assunto delicado, especialmente para este governo, mas é um assunto que vai ter que ser discutido", analisa o economista.

Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, também avalia que rever somente as vinculações dos auxílios previdenciários, do BPC, do abono e do seguro-desemprego geraria um ganho tímido de flexibilidade para o governo na gestão da despesa.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Tiago Sbardelotto: desvinculação seria caminho para manter regra viva

Se, por exemplo, fosse dada somente a correção pela inflação medida pelo INPC para o abono salarial, seguro-desemprego e BPC — sem aplicar a política de valorização do salário mínimo —, seria aberto um espaço para a despesa discricionária inferior a R$ 6 bilhões, calcula Bittencourt. "Não seria um espaço fiscal significativo, ainda que, do ponto de vista da racionalidade econômica, seria um avanço importante", explica.

Ele lembra que, a partir de 2027, a totalidade do pagamento de precatórios passará a entrar no cômputo da meta fiscal e do limite de despesas, trazendo ainda mais pressão para o novo arcabouço fiscal.

"Neste cenário, uma revisão do limite de gastos que conhecemos hoje está contratada, de modo que uma revisão modesta das vinculações poderia ser somente uma travessia e uma satisfação para o mercado ante um encontro marcado para 2027 com uma revisão mais geral do limite de despesas", diz o ex-secretário do Tesouro Nacional.

Na semana passada, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, a ministra Simone Tebet disse que "não passa pela cabeça" da equipe econômica nem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a desvinculação do salário mínimo das aposentadorias. A ideia havia sido levantada pela própria ministra em entrevista ao **Valor**.

Tebet deixou a porta aberta apenas para uma "modernização" das vinculações dos demais benefícios previdenciários (auxílio-doença, reclusão, maternidade etc.) e para o BPC, abono e seguro-desemprego, que também são reajustados seguindo a mesma política do piso salarial. Ela, porém, não explicou o que seria essa "modernização".

O **Valor** apurou que são várias as alternativas sobre a mesa. Uma das possibilidades é que os auxílios previdenciários e demais gastos sociais atrelados ao piso salarial sejam reajustados seguindo um percentual do reajuste do salário mínimo. A decisão, contudo, será política e envolverá necessariamente o Palácio do Planalto.

Ainda de acordo com uma fonte de equipe econômica, a questão das vinculações não está entre as prioridades da equipe econômica para o curto prazo. Essa fonte acredita que o problema se dará a partir do Orçamento de 2027, ou seja, no primeiro ano do próximo governo. Por isso, a tendência é que os estudos sigam, mas que uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) — se vier mesmo a ser apresentada — aconteça somente no futuro.

Ainda na audiência pública na CMO, a ministra Simone Tebet disse que a equipe econômica já calculou o impacto das vinculações dos benefícios ao salário mínimo. No caso dos benefícios previdenciários, seria de R$ 1,169 trilhão em dez anos. Procurado pelo **Valor** para detalhar esse dado, o Ministério do Planejamento e Orçamento disse se tratar de uma "estimativa" e não especificou os números citados pela ministra durante a audiência no Congresso.

Regra não será alterada, afirma Alexandre Padilha

Renan Truffi
De Brasília

Em meio à desconfiança em relação à agenda fiscal do governo, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT-SP), descartou qualquer possibilidade de o governo propor mudanças no arcabouço fiscal, como forma de conter o crescimento dos gastos públicos. Segundo ele, não há propostas nesse sentido na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com Padilha, a gestão petista vai continuar trabalhando pela "qualidade do gasto público".

"Qualquer debate sobre o Orçamento do ano que vem vai ser feito no fim do agosto no Congresso, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). A LDO nem foi votada ainda. Qualquer questão sobre o Orçamento do ano que vem é mera especulação, isso não veio pra mesa do presidente. O presidente Lula acabou com a gastança do governo anterior", disse.

Padilha falou sobre o assunto após participar de reunião de coordenação com o presidente Lula e os líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso.

"O governo sempre vai trabalhar pela qualidade dos gastos, inclusive fechou várias torneiras de auxílios e fraudes criados pelo governo anterior. Em nenhum momento, discutimos mudança no arcabouço fiscal. Construímos um conjunto de metas ousadas [no arcabouço]", disse.

Especialistas têm alertado para os riscos à sustentabilidade do arcabouço, principalmente por causa de despesas que são reajustadas de acordo com a variação da receita — como os pisos orçamentários da saúde e da educação. Isso porque a nova regra, aprovada no ano passado, prevê uma regra mais rígida para os demais gastos do Orçamento: crescimento equivalente a 70% da variação da receita, limitado à alta real de 2,5%.

A revisão dos pisos para saúde e educação tem sido descartada por integrantes do governo. Na semana passada, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou que esse é apenas um dos "vários cenários discutidos". A ministra Simone Tebet (Planejamento), por sua vez, afirmou que a revisão dos pisos não é prioridade da equipe econômica.

O presidente Lula também descartou a medida. Em entrevista a jornalistas na Itália, onde participou da reunião de cúpula do G7, ele rechaçou a ideia de seu governo limitar o crescimento real de gastos nessas áreas e afirmou que não fará ajuste fiscal "em cima dos pobres".

Tragédia climática Menos de 10% de parlamentares de outros Estados atuam para canalizar R$ 27 milhões

RS tem pouca ajuda de emendas individuais

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Menos de 10% dos deputados e senadores de outros Estados destinaram recursos de emendas individuais para auxiliar o Rio Grande do Sul a enfrentar os impactos da crise climática no Estado. Levantamento feito pelo **Valor** identificou que apenas 53 parlamentares aderiram à iniciativa, o que representa um total de R$ 37 milhões, considerando as duas Casas Legislativas.

No mês passado, o governo abriu uma janela para que os congressistas pudessem transferir, de forma voluntária, uma parte da verba pública a que eles têm direito anualmente para as regiões em situação de calamidade. O prazo foi encerrado no fim da semana passada.

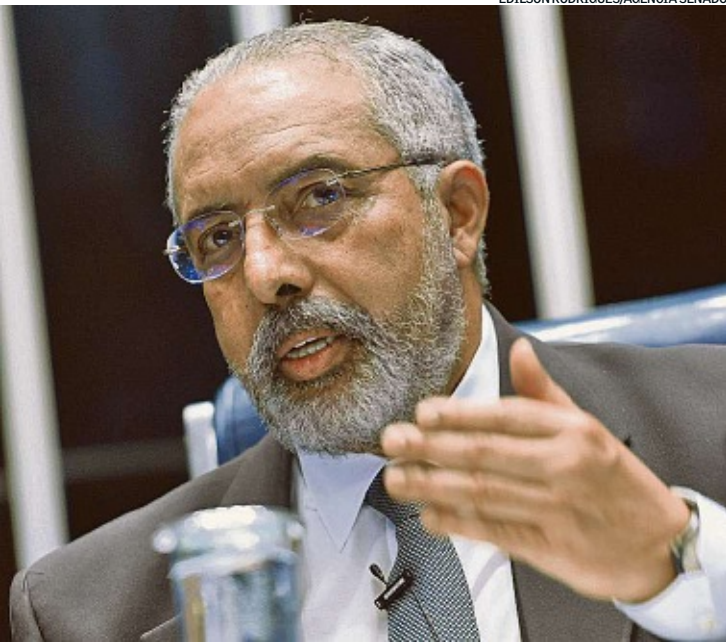
No Senado, apenas seis dos 78 senadores de outros Estados remanejaram recursos para o Rio Grande do Sul, o que representa cerca de 8% dos integrantes da casa. Entre os 482 deputados, 47 enviaram verba de emenda parlamentar ao Estado, o equivalente a menos de 10% da Câmara.

Os parlamentares do Rio Grande do Sul foram desconsiderados do levantamento por já destinarem os seus recursos ao Estado normalmente. Em meio à tragédia, eles tiveram prioridade na execução da verba e também puderem modificar as ações destinadas com mais facilidade.

Neste ano, os congressistas têm direito a e R$ 25 bilhões em emendas individuais. Os senadores e deputados chegam a receber, respectivamente, quase R$ 70 milhões e R$ 40 milhões cada um. Eles ainda participam da distribuição de emendas de comissão e de bancada.

Há cerca de um mês, conforme mostrou o **Valor**, bancadas de partidos como PT, PL e MDB fizeram campanhas para estimular os parlamentares a "doarem" emendas ao Estado. Presidente da comissão externa do Rio Grande do Sul no Senado, Paulo Paim (PT-RS) esperava reunir R$ 50 milhões apenas no Senado.

> "Achei que seria maior a solidariedade e que não remanejar seria exceção"
> *Rogério Correia*

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

O senador Paulo Paim: "Eu esperava mais solidariedade"

"É claro que nós esperávamos um pouco mais, porque ninguém está tirando dinheiro do bolso, é dinheiro do povo. Eu esperava mais solidariedade", avaliou o petista.

Em seguida, Paim cobrou os seus colegas a, ao menos, ajudarem a aprovar projetos voltados para a recuperação do Estado. "Espero que nos projetos que nós todos estamos trabalhando para o Rio Grande do Sul, nós todos tenhamos um apoio maior de deputados e senadores", declarou.

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) foi um dos parlamentares que remanejaram R$ 1 milhão. Ele acreditava que outros fariam o mesmo. "Eu sou senador do Rio, mas também do Brasil, e esse é um tema que comoveu a todos e exige o esforço de todos", disse Portinho.

"É evidente que nosso papel fundamental é de representação dos nossos Estados, mas é preciso lembrar que o Orçamento-Geral da União é de todos. Os custos da reconstrução do Rio Grande do Sul serão imensos e existe urgência muito clara. Tenho absoluta certeza de que os sergipanos se sentem bem representados neste ato de solidariedade", afirmou Alessandro Vieira (MDB-SE), que também destinou R$ 1 milhão.

Conforme as orientações da bancada, Vieira considerava que "todos os parlamentares do MDB decidiram pelo remanejamento de 1 milhão [de reais] para o Estado", mas não foi o que ocorreu.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que remanejou R$ 1 milhão para o Rio Grande do Sul, avalia que o valor ainda é pequeno diante dos desafios do Estado, mas é uma quantia razoável dentro das possibilidades do mandato parlamentar. "Nós adiamos alguns empenhos em São Paulo para o ano que vem e pudemos dar uma contribuição. Eu consultei as cidades que nós tínhamos programado fazer [investimentos], as pessoas entenderam perfeitamente e vão aguardar", afirmou.

O deputado ficou surpreso com a baixa adesão das transferências no Legislativo. "O ambiente que eu vi no Congresso foi de muita comoção, muita solidariedade, todo mundo muito sensibilizado", pontuou.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) foi outro que doou R$ 1 milhão. Para ele, os parlamentares perderam uma oportunidade de dar um exemplo no socorro ao Estado diante da tragédia ambiental. "Achei que a solidariedade seria bem maior e que não remanejar seria exceção. Esperava o contrário disto, com 90% dando exemplo de solidariedade aos brasileiros", afirmou Correia.

"Nós, em Minas, sofremos muito com tragédias naturais e criminosas, como Mariana e Brumadinho, e eu presido a comissão externa das barragens. Foi um dos motivos em atender ao apelo dos gaúchos", acrescentou.

Em maio, técnicos do governo deram uma palestra a assessores parlamentares para ensinar os trâmites do remanejamento e alertaram que o prazo seria apertado. A transferência envolveu as áreas da Saúde, Defesa Civil e Desenvolvimento Social.

Crédito de R$ 17,5 bi ao Estado deve sair nesta semana

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva deve editar nesta semana uma nova medida provisória destinada a abrir crédito extraordinário de R$ 17,5 bilhões para o Rio Grande do Sul. Inicialmente, a MP estava prevista para ser publicada na semana passada, mas, devido a questões de redação, a divulgação foi adiada. Agora, a expectativa é que o texto venha a público nesta terça-feira (18), no "Diário Oficial da União". Segundo fontes do governo, o montante não gerará impacto primário.

Desse total de recursos, R$ 15 bilhões serão destinados especificamente a linhas de crédito, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O restante, pouco mais de R$ 2 bilhões, deve ser destinado a programas de habitação já anunciados pelo governo federal no âmbito do socorro ao Estado gaúcho.

Na prática, as linhas utilizarão recursos do superávit financeiro do Fundo Social para atender pessoas físicas e jurídicas localizadas nas áreas atingidas pelas enchentes no estado. As linhas serão destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos para o setor produtivo, material de construção e serviços relacionados, além de projetos de investimento e capital de giro, segundo o órgão.

Os financiamentos serão concedidos pelo BNDES ou por meio de instituições financeiras por ele habilitadas. Em ambos os casos, as instituições assumirão o risco de crédito das operações. Os recursos do Fundo Social serão disponibilizados a 1% ao ano para as linhas de projetos de investimento, aquisição de máquinas e equipamentos, material de construção ou serviços relacionados.

Já para a linha de capital de giro, as taxas serão de 4% anuais para micro, pequenas e médias Empresas, que faturam até R$ 300 milhões, e de 6% ao ano para empresas com faturamento superior a esse valor.

Os prazos de financiamento variam entre 60 e 120 meses e o período de carência será entre 12 e 24 meses, a depender da linha. Para o recebimento do apoio financeiro, é exigido, no caso das pessoas jurídicas, o compromisso de manutenção ou ampliação do número de empregos existentes anteriormente à calamidade pública.

Há algumas semanas, o governo precisou convocar reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) justamente para liberação desse montante em crédito.

Patrícia Poeta faz programa para arrecadar dinheiro para o Estado

De São Paulo

Gaúcha de São Jerônimo, Patrícia Poeta acompanhou apreensiva o avanço das enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em maio. Ela chegou a apresentar o "Encontro" de seu Estado natal (encontrou uma prima ao vivo, enquanto gravava em São Jerônimo) e se emocionou no ar algumas vezes. Voltou de lá pensando em maneiras de ajudar seus conterrâneos. Mobilizou amigos e parceiros e botou de pé o "Levanta, Rio Grande". O programa foi exibido pelo Canal Futura — emissora voltada para a educação, ligada à Fundação Roberto Marinho — nesta segunda-feira (17), às 20h, para arrecadar doações para as vítimas da tragédia climática no Estado.

"Como jornalista e como gaúcha, como alguém que esteve lá, eu tenho a responsabilidade de mostrar o tamanho do problema. Porque a tendência é que venham outras notícias e as pessoas acabem se esquecendo da tragédia, mas não é hora de largar a mão dos nossos irmãos do Rio Grande do Sul. Eles ainda precisam de nós", disse Poeta.

"Levanta, Rio Grande", transmitido ao vivo desde o Vibra São Paulo, casa de espetáculos na capital paulista, estava previsto para durar em torno de três horas, com participação de artistas como Tierry, Luisa Possi, Wanessa Camargo e Paula Lima, além de vários influenciadores e celebridades.

Durante o programa, o público pode contribuir por meio de um QR code "ParaQuemDoar". As doações partiram de R$ 5.

"Nosso objetivo é unir pessoas nessa missão, assim como o Internacional e o Grêmio esqueceram a rivalidade e se juntaram por um propósito", disse a apresentadora no fim de semana. "No palco, vai ter gente de emissoras diferentes e cantores dos mais variados estilos musicais."

Patrícia Poeta comentou também que "está todo mundo doando do seu talento, sua energia, seu trabalho. Tudo foi doação, do local à parte técnica. Todo mundo que eu procurei foi muito receptivo".

"Levanta, Rio Grande" foi iniciativa da própria apresentadora, com produção da Caldi Comunicação e a Agência HIT. O programa também está disponível no Globoplay e YouTube. *(Com Agência O Globo)*

Uso de IA em notícia preocupa, diz pesquisa

Agência O Globo

O uso de inteligência artificial (IA) na produção de notícias e desinformação é alvo de preocupação em todo o mundo, e isso traz desafios para as empresas jornalísticas. É o que aponta o relatório anual "Digital News Report", elaborado pelo Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo e divulgado na segunda-feira.

O estudo se baseia em pesquisas com quase 100 mil pessoas em 47 países. Os consumidores se mostraram desconfiados com o uso de IA para criar conteúdo de notícias, sobretudo para temas delicados, como política, constatou a pesquisa. Entre os entrevistados, 52% nos EUA e 63% no Reino Unido afirmaram que não se sentiriam à vontade com notícias produzidas principalmente com IA.

A pesquisa ouviu 2 mil pessoas nos EUA e outras 2 mil no Reino Unido para o assunto. Além disso, 59% disseram estar preocupados com conteúdo de notícias falsas on-line. Esse número foi maior na África do Sul (81%) e nos EUA (72%), já que ambos os países realizam eleições neste ano, segundo o relatório.

O estudou mostrou que os entrevistados se sentiam mais confortáveis com o uso de IA para tornar o trabalho dos jornalistas mais eficiente. Outro desafio para as empresas jornalísticas, segundo o relatório, é a relutância do público em pagar por assinaturas de notícias. Após crescimento na pandemia, 17% dos entrevistados em 20 países disseram pagar por notícias on-line, número estável nos últimos três anos.

De acordo com o relatório, TikTok e X são consideradas as menos confiáveis para a divulgação de notícias entre as redes — 24% dos usuários das duas plataformas acham difícil distinguir nesses redes o que é ou não confiável. A confiança geral nas notícias permanece inalterada em relação a 2023, em 43%, após recuos significativos nos últimos dois anos. Em 2015, o nível geral de confiança era de 62%, o que mostra queda de 19 pontos percentuais para o cenário mais recente. O Brasil ocupa o 1º lugar, em termos de confiança, entre os seis países latino-americanos pesquisados.

ALEXANDRE BIRMAN
PERSON OF THE YEAR 2024 E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

Congresso Integrantes do Centrão defendem, agora, que o presidente da Câmara deixe para apreciar o mérito da proposta depois das eleições municipais de outubro

Reação da sociedade faz aumentar a pressão por desistência do PL do aborto

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Renan Truffi, Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

Preocupados com a repercussão negativa nas ruas e nas redes sociais, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passaram a defender que o alagoano engavete o projeto de lei que equipara a pena de aborto após 22 semanas de gestação à punição a quem comete homicídio e concentre energias para o avanço da regulamentação da reforma tributária.

O requerimento de urgência para acelerar a tramitação da proposta avançou na semana passada, em votação atropelada, e havia a expectativa de que Lira ouvisse integrantes da bancadas evangélica e feminina nesta semana para definir os próximos passos.

Mas a reação popular à proposta fragilizou a base de apoio à aprovação do texto e fez com que integrantes do Centrão passassem a sugerir que Lira segurasse o tema pelo menos por enquanto.

Apesar disso, os evangélicos, segundo o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), um dos autores da proposição, não pretendem diminuir a pressão para que a matéria seja aprovada na Casa.

Segundo apurou o **Valor**, Lira deve esclarecer, durante reunião de líderes nesta terça-feira, que houve o acordo para a urgência ser aprovada, mas pontuar que não há nenhum compromisso em relação ao mérito.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO
Lira: aliados do presidente da Câmara defendem o arquivamento do projeto

Fontes avaliam que uma nova janela para apreciação do tema pode ser aberta após as eleições municipais. Um grupo mais cético, porém, acredita que a mobilização de agora deve impor dificuldades para o assunto ser desenterrado tão rapidamente.

Parlamentares de siglas contrárias à proposta temem que "a desistência seja cortina de fumaça para o tema avançar no afogadilho", assim como ocorreu com a urgência, aprovada em 23 segundos e sem que Lira anunciasse formalmente o que estava sendo apreciado.

Esse grupo apostará em um pacote de constrangimentos para tentar obrigar Lira a enterrar o tema pelo menos temporariamente. Isso inclui questão de ordem em plenário nesta terça-feira (17), por 10 minutos, para reclamar de postura de Lira e apresentação de requerimento a Comissão de Legislação Participativa (CLP) solicitando devolução do texto ao autor por inconstitucionalidade.

No Executivo, a avaliação é que "não há ambiente" para que o Congresso avance com a medida, disse ontem o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. De acordo com ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai manter o compromisso que assumiu com lideranças religiosas durante a campanha presidencial: de que, no seu mandato, o Executivo não tentará mudar a lei que trata das possibilidade de aborto no país.

No Senado, a tendência também é de desacelerar a tramitação da proposta, como afirmou na semana passada o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Apesar disso, a Casa promoveu ontem uma sessão que se transformou em arena em defesa do projeto de Sóstenes.

A audiência, agendada antes da apresentação do projeto na Câmara, tratou de uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibiu a chamada assistolia fetal, procedimento que está no centro do debate sobre o aborto após 22 semanas.

Sem a presença de representantes do governo e de integrantes da base aliada, congressistas, médicos e juristas defenderam o avanço da proposta. A sessão teve uma performance teatral simulando a reação do feto na prática de assistolia fetal e imagens do procedimento exibidas no plenário.

Pessoas próximas relataram que Pacheco assistiu ao debate, pela TV, com certa irritação. Ele não gostou de a sessão ter ignorado os especialistas contrários ao PL, nem do uso de dramatização para discutir o tema. Na visão do senador, o assunto deve levar em conta todas as correntes, critérios técnicos, científicos, a própria legislação vigente e, sobretudo, as mulheres senadoras.

Com a expectativa de que o assunto perca força, a previsão é que Lira aproveite a reunião de líderes para defender que os parlamentares se debrucem sobre a regulamentação da reforma tributária e consiga entregar pelo menos o avanço do texto principal até o recesso parlamentar.

Fontes do Centrão alegam que a atenção dada nos últimos dias à pauta de costumes inflamou a militância de partidos de esquerda e de movimentos ligados aos direitos humanos, mas alertam que a indignação não ficou restrita a esses grupos.

Lideranças mais ligadas a partidos de centro estariam preocupadas com respingos na imagem do Legislativo e, por isso, avaliam que uma saída é apostar na estratégia de priorizar a agenda econômica.

Eleitor é conservador, não fundamentalista

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Foram duas derrotas consecutivas, num prazo de duas semanas, impostas pela sociedade, nas redes sociais e nas ruas, à extrema-direita: a proposta de emenda constitucional que prevê a venda de terrenos de Marinha, chamada de "PEC das praias", e o projeto que criminaliza a prática do aborto, nos casos já previstos em lei (estupro, risco de vida da mulher e má-formação do feto), acima de 22 semanas.

Os governistas puseram o pescoço para fora depois que a derrota, em ambos os casos, já estava consolidada. Calejados pela derrubada do veto presidencial à proibição da saída temporária dos presos por razão familiar, as chamadas "saidinhas", fruto de um cochilo em relação ao consenso punitivista vigente, deixaram de enxergar o fosso que separa uma sociedade conservadora da extrema-direita fundamentalista.

Na PEC das praias e no PL do aborto o que aconteceu foi mais uma derrota da aliança entre o bolsonarismo e o centrão do que uma vitória do governo. No primeiro caso, a PEC já havia passado discretamente pela Câmara na legislatura passada, já sob a batuta do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). e buscava uma via ligeira para ser referendada pelo Senado quando foi atravessada pelo ativismo digital de organizações não-governamentais de ambientalistas que contaminou as redes antes que a atriz Luana Piovani se engalfinhasse com o jogador Neymar Jr. e o assunto contaminasse as redes sociais.

No segundo caso, o acordo de gaveta entre o autor do projeto e Lira, acabou sendo confirmado por Sóstenes Cavalcante. O deputado do PL do Rio disse que, obtida a urgência, poderia votá-lo até o "último dia do mandato" do presidente da Câmara. A existência do acordo ficou patente quando o deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo principal aliado de Lira no PT, lavou as mãos em relação ao projeto.

Foi só com as primeiras pesquisas sobre a surra do PL nas redes sociais e as manifestações de rua que a primeira-dama, Janja da Silva, sempre muito vigiada em seus posicionamentos sobre costumes, veio ao X, ex-Twitter, se manifestar, sendo seguida por uma miríade de ministros (Alexandre Padilha, Marina Silva, Silvio Almeida, Cida Gonçalves e Anielle Franco) e pelo próprio marido. De Roma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou de "insanidade" a tentativa de se imputar uma pena para as mulheres equivalente ao dobro daquela do estuprador.

Nenhum deles apareceu com sacadas melhores do que aquelas que pautaram a mobilização nas redes e nas ruas. Todos ficaram a reboque da campanha "criança não é mãe, estuprador não é pai", que começou espontânea, puxada por grupos feministas e entidades de direitos humanos, e acabou impulsionada pela massificação de notícias dando conta de pastores evangélicos estupradores. A guerrilha digital recuperou um vídeo do médico Drauzio Varella, de 2014, por ocasião de uma primeira tentativa da bancada evangélica no tema, em que ele dizia que se estaria autorizando os homens a escolher em que mulheres desejavam fazer filhos.

> Eleitor é punitivista, não aceita ser garfado em direitos nem se engana sobre a vítima de estupro

No acompanhamento sistemático de grupos políticos de pesquisa, Esther Solano, socióloga e professora da Unifesp, constata que os governistas se limitam a ser reativos na pauta moral pela incapacidade de entender os paradoxos e sofisticações de uma sociedade que cultiva valores conservadores (veto às saidinhas) mas não aceita ser garfada em seus direitos (PEC das praias) nem enganada sobre quem é a vítima de um caso de estupro (PL do aborto).

A despeito das duas últimas derrotas, Solano aposta que o recuo da extrema-direita é tático. A grotesca encenação sobre assistolia fetal, método usado para a interrupção da gravidez acima de 22 semanas, no Senado na manhã desta segunda-feira é um exemplo. Já estava marcada quando o embate na Câmara se deu, mas não foi desmarcado nem amenizado e teria irritado o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O avanço da extrema direita fundamentalista nos conselhos tutelares estendeu o tapete vermelho para a entrada desta pauta nas eleições municipais, especialmente em São Paulo. A campanha do prefeito e pré-candidato à reeleição Ricardo Nunes poderá se valer do tema aquecido na opinião pública para confrontar o pré-candidato do Psol, Guilherme Boulos, que é favorável ao aborto para além dos casos previstos em lei, contrariamente à pré-candidata do PSB, Tabata Amaral.

Em maio, reportagem da revista digital "Pública" deu conta da ofensiva de Nunes contra o serviço de aborto legal do hospital municipal de Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da cidade. Funcionava ali o serviço com o maior número de casos da cidade de interrupção acima de 22 semanas, mas foi fechado pela prefeitura e seus médicos, perseguidos por uma aliança entre o Conselho Regional de Medicina e a prefeitura.

Lula sugere 'estatuto' para homens se comportarem

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na segunda-feira (17) que seu governo deveria pensar em sugerir o que chamou de "estatuto do bom comportamento para o homem". A afirmação foi direcionada ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT-SP), durante sanção, no Palácio do Planalto, de um projeto de lei que cria um plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com o projeto, o plano deverá ser executado de maneira colaborativa pela União, Estados, municípios e o Distrito Federal, e terá validade de dez anos com atualização obrigatória a cada dois anos.

"Nós precisamos, Padilha, pensar em fazer um estatuto de bom comportamento do homem. Imaginar que uma mulher, depois de uma jornada de trabalho, não tem vontade de voltar para casa porque vai encontrar um marido que pode bater nela por qualquer coisa. É preciso ter um estatuto para formar essa espécie de ser humano", disse Lula, ao mencionar o ministro da articulação política.

Neste sentido, o presidente disse acreditar que a escola seja o local ideal para esse tipo de formação. "Se a gente não discutir essa coisa na escola, no ensino médio... Escola é o espaço para gente tentar mostrar um alinhamento de comportamento. O cara que levanta a mão para dar um soco numa mulher, ele não presta enquanto ser humano, ele não está bem formado", ponderou.

Lula também afirmou que, apesar da maioria conservadora no Congresso, é possível aprovar "coisas importantes" para as mulheres. "Mesmo o Congresso sendo um Congresso de uma maioria conservadora, a gente percebe que, em determinadas circunstâncias, conseguimos uma maioria para aprovar coisas importantes, porque as pessoas vão evoluindo na medida em que as mulheres vão crescendo", argumentou.

As declarações do presidente coincidem com a tentativa da Câmara dos Deputados, comandada por Arthur Lira (PP-AL), de aprovar projeto de lei que equipara o aborto ao crime de homicídio, cuja urgência foi aprovada pelos deputados na semana passada.

Lula foi criticado pela demora em se pronunciar sobre o tema, em meio a críticas da opinião pública e protestos de movimentos de defesa da mulher. No último fim de semana, o presidente classificou o PL do Aborto de "insanidade", durante viagem à Europa.

Padilha defendeu "não há ambiente" propício para que o Congresso Nacional aprove esse tipo de proposta.

Pergunte aos dados

César Felício

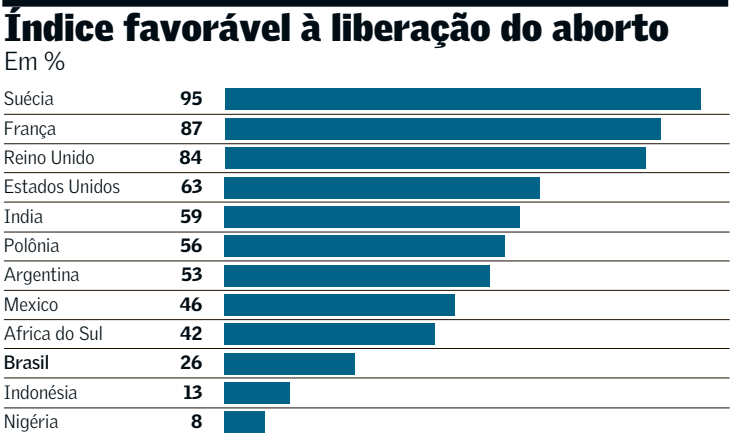
Brasil rejeita aborto, mas com nuances

A reação da opinião pública tende a brecar na Câmara dos Deputados a tramitação do projeto de lei que equipara a realização do aborto ao homicídio, mas pesquisas comparativas recentes indicam por que setores conservadores se sentem motivados a proporem o reforço da proibição da prática no Brasil. O país está entre os mais refratários do mundo a uma legalização da prática, de acordo com um estudo do Pew Research Center divulgado no mês passado, com bases em pesquisas de opinião realizadas no primeiro semestre de 2023.

De acordo com o levantamento, o país mais favorável ao aborto legal no mundo é a Suécia, onde a prática é permitida em todos os casos, desde que a gravidez esteja no máximo até a 18ª semana. Lá, 95% dos pesquisados mostraram-se favoráveis. O menos favorável é a Nigéria, com apenas 8% de apoio. No país africano o aborto é proibido em todas as situações. No Brasil, apenas 26%

Índice favorável à liberação do aborto
Em %

País	%
Suécia	95
França	87
Reino Unido	84
Estados Unidos	63
India	59
Polônia	56
Argentina	53
Mexico	46
Africa do Sul	42
Brasil	**26**
Indonésia	13
Nigéria	8

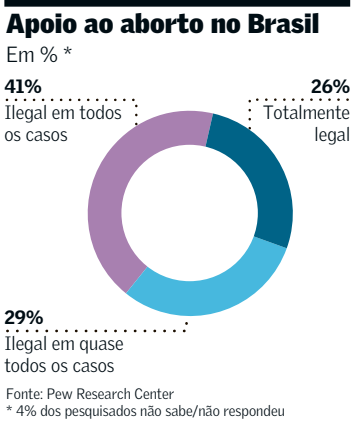
Fonte: Pew Research Center

dos pesquisados são favoráveis à liberação total do aborto.

O Pew Research faz um cruzamento entre a religiosidade dos países e o percentual da população favorável ao aborto. Quanto mais religiosa a população, menor a adesão. Todos os países em que a religião é considerada importante para mais de 80% dos pesquisados têm maioria contra o aborto, com a única exceção da Índia. Estão entre os que têm mais religiosidade Brasil, México, Indonésia, Quênia, Nigéria e África do Sul. No Brasil, 90% afirmam que a religião é "muito importante" e apenas 3% dizem que é "nada importante". Na Suécia são respectivamente 20% e 45%.

São raros os temas no Brasil que conseguem mobilizar 70% do eleitorado para uma posição. Quando um político no Brasil leva este assunto ao debate e se declara contrário à liberação está assumindo, portanto, uma bandeira altamente popular.

Dentro da maioria de 70% dos brasileiros que são contra a legalização do aborto, contudo, há uma gradação importante. A

Apoio ao aborto no Brasil
Em % *

Fonte: Pew Research Center
* 4% dos pesquisados não sabe/não respondeu

maior parte dessa fatia, ou 41%, são contra o aborto em todas as circunstâncias e 29% admitem aborto em algumas circunstâncias. A lei brasileira está mais de acordo com essa última fatia.

A legislação sobre o aborto está prevista em cinco artigos do Código Penal. O artigo 124 proíbe a prática do aborto e estabelece pena de um a três anos de detenção para a mulher que o comete. O 125 estabelece de três a 10 anos de cadeia para quem pratica o aborto sem consentimento da gestante e o 126 fixa de um a quatro anos quando é com consentimento da gestante. O 127 aumenta essas penas em 30% em caso de sequelas e as dobra no caso de morte. O 128, o mais importante no contexto da pesquisa, é o que não pune o aborto nos casos de estupro, risco de vida à mãe ou feto anencefálico, sem limite de estágio de gravidez, desde que praticado por um médico.

A atual legislação portanto, representa um ponto médio na opinião pública, de acordo com a pesquisa. Em um eventual plebiscito, é provável que a maior parte do eleitorado rejeitasse tanto a legalização do aborto, quanto a sua proibição inclusive nas atuais exceções previstas em lei, em uma escolha binária. Se a pergunta fosse sobre a manutenção da regra atual, é quase certo que ela seria apoiada pela maioria do eleitorado.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

valor.com.br
Andrea Jubé voltará a escrever no dia 25 de junho
www.valor.com.br

Congresso Para especialistas, cobrança de 20% em remessas internacionais acabaria com benefício para medicamentos. Tema é alvo de divergência

Taxa sobre compras pode encarecer remédio importado

RENATO ARAÚJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 10/8/2023

Átila Lira contesta advogados, setor farmacêutico e entidades: "Jamais seria nossa intenção acabar com esse benefício"

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A cobrança de pelo menos 20% de Imposto de Importação sobre compras internacionais, aprovada pelo Congresso e que aguarda a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mirou a concorrência de "blusinhas", produtos eletrônicos e brinquedos asiáticos vendidos pelo e-commerce, mas pode tornar mais caros também os medicamentos importados por pessoas físicas em tratamento no Brasil que hoje são isentos do tributo.

O fim ou não dessa isenção é alvo de divergências jurídicas. Relator do projeto, o deputado Átila Lira (PP-PI) diz que a intenção não é acabar com o benefício para medicamentos. Ele apresentou ao **Valor** um posicionamento técnico da consultoria da Câmara dos Deputados que sustenta a manutenção da isenção. "Jamais seria nossa intenção acabar com esse benefício", afirma o parlamentar.

Advogados, entidades ligadas a doenças raras e o setor farmacêutico, contudo, afirmam que o projeto estabeleceu um piso mínimo para esse imposto, o que impedirá o Ministério da Fazenda de manter a medida. A decisão deve ser da Receita Federal — que, procurada pelo **Valor**, não se manifestou até a publicação deste texto.

Desde 1999, uma portaria do Ministério da Fazenda garante a isenção de Imposto de Importação para medicamentos de até US$ 10 mil comprados por pessoas físicas. Os produtos não podem ser proibidos no Brasil e devem atender as regras da Receita Federal e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para importação.

O Congresso aprovou o fim da isenção de imposto de importação para produtos de até US$ 50, para ajudar a indústria e varejo nacionais. A extinção do benefício entrou como um "jabuti" no projeto que cria a nova política automotiva do país, o Mover. A partir da sanção, os bens adquiridos no e-commerce internacional de até US$ 50 serão taxados em 20% e os de valor entre US$ 50 e US$ 3 mil continuarão a pagar 60%. Além disso, incide 17% de ICMS, cobrado pelos Estados.

Ocorre que essa taxação também pode revogar a isenção para os medicamentos importados. "Isso é uma catástrofe, especialmente para as pessoas com doenças raras, que dependem de alguns medicamentos importados", diz Antoine Daher, criador e presidente da Casa Hunter, instituição voltada a ajudar pessoas com doenças raras. "Vai, infelizmente, restringir esse acesso a muitas terapias que esses pacientes precisam", afirma.

O advogado Alan Viana, do MJ Alves Burle e Viana Advogados, afirma que o projeto aprovado estabelece uma taxação mínima de 20% das importações e, com isso, veda a isenção. "A alíquota zero aplicável aos medicamentos por força da portaria pode ser impactada pelo projeto de lei, pois o texto aprovado prevê uma alíquota mínima para as postagens, independentemente da classificação estabelecida pelo Ministro da Fazenda", diz.

Ex-procurador-geral da Fazenda Nacional, o advogado Ricardo Soriano, sócio do Figueiredo e Velloso Advogados, também entende que o projeto de lei afetará a portaria, que precisará ser refeita para se adaptar à criação de um limite mínimo para o imposto. "O Ministério da Fazenda continuará com o poder de fixar, via portaria, a taxação genérica e as alíquotas especiais. Mas terá que fixá-las de acordo com a nova redação, com as limitações impostas", diz.

O advogado Eduardo Natal, do escritório Natal & Mansur, concorda com a interpretação de Átila Lira, relator do projeto, e diz que a norma específica continuaria em vigor. "O projeto altera o decreto-lei 1804, mas mantém a delegação para que o Ministério da Fazenda possa definir, em atos infralegais, sobre alíquotas específicas para determinados bens."

Procurado, o Ministério da Fazenda não comentou. *(Colaborou Jéssica Sant'Ana)*

Governo prevê avanço da tributária no início de julho

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT), disse na segunda-feira (17) que o governo espera que a Câmara dos Deputados aprove, na primeira semana de julho, o projeto que trata da regulamentação da reforma tributária. Padilha falou sobre o assunto após participar de reunião de coordenação, no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional.

"O presidente Lula reafirmou [na reunião de coordenação] que a prioridade do governo é acompanhar e apoiar o Congresso na regulamentação da reforma tributária", disse o ministro, que prevê que a votação ocorra na primeira semana de julho.

Apesar do cronograma traçado, o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados para regulamentação da reforma tributária ainda está na fase de audiências públicas, que deve se estender até o dia 20 de junho. Após isso, a ideia é que os deputados tenham um texto pronto para ser divulgado em 4 de julho. Em seguida, os parlamentares pretendem aprovar o projeto no plenário entre os dias 9 (terça-feira) e 12 de julho, uma semana antes do recesso parlamentar.

GIL FERREIRA/ASCOM-SRI

Padilha: medidas de crédito no radar

Também ontem, o grupo de trabalho da Câmara que debate o texto principal da regulamentação da reforma se reuniu com técnicos do Legislativo e integrantes da equipe econômica, entre eles, o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, para um alinhamento da parte técnica da proposta.

Eles fizeram um "ponto a ponto" do projeto e deixaram para resolver as polêmicas apenas após a realização de todas as audiências públicas. Pontos polêmicos em torno da cesta básica e do imposto seletivo ainda serão discutidos nas audiências públicas e eles não pretendem bater o martelo antes de ouvir os setores.

Outra pauta da agenda econômica elencada como prioridade por Padilha é a medida provisória do "Programa Acredita", que visa reestruturar parte do mercado de crédito no Brasil, destacou Padilha após o encontro com Lula. Na prática, a proposta prevê um conjunto de ações destinadas a diversos segmentos, em especial famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e pequenos negócios.

O texto já está em vigor, mas para virar lei precisa ser analisado em uma comissão mista, e depois votado na Câmara dos Deputados e no Senado. O texto institui um programa de microcrédito (operações em torno de R$ 6 mil) para inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Além disso, vai fornecer garantia aos empréstimos contratados pelo público-alvo, realizado através do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que vai receber R$ 1 bilhão. Pelo menos metade das concessões devem ser direcionadas a mulheres.

Em relação à pauta do Senado, o ministro explicou que a prioridade para esta semana é aprovar o projeto que trata das Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD) do BNDES. Isso porque, com o projeto, o executivo prevê arrecadar ao menos R$ 10 bilhões ao ano com o instrumento, que tem como objetivo viabilizar o fomento a investimentos no setor produtivo.

Padilha pede alternativa de receita

De Brasília

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT-SP), defendeu na segunda-feira (17) que o Senado precisa encontrar uma fonte de receitas "perene" para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios.

A afirmação foi feita depois que o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu devolver a medida provisória (MP) que limitava créditos de PIS e Cofins. A MP foi editada pela equipe econômica justamente para compensar a desoneração, mas foi criticada pelo setor produtivo.

O ministro abordou o tema ao ser questionado por jornalistas sobre qual sua opinião acerca das fontes de receitas que estão sendo debatidas pelos senadores neste momento. Em resposta, ele disse não se pode considerar apenas fontes de receitas que geram compensação a curto prazo.

"Elas [ideias debatidas no Senado] podem compor uma cesta de propostas, mas você tem que ter uma proposta perene. A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara em relação a isso, a própria Constituição quando teve última reforma da Previdência deixou isso explícito, que você precisa, ao fazer qualquer redução de contribuição previdenciária, renúncia de receita da Previdência, tem que ter uma fonte de compensação que seja perene. A desoneração [da folha de pagamento] vai durar três, quatro anos. Tem que ter fonte que garanta os recursos neste período", disse Padilha.

"Podem surgir novas propostas que componham uma cesta, agora, dentro desta cesta tem que ter algo perene, não pode ser algo só para este ano, não pode ser algo que só vai começar a arrecadar daqui a dois, três anos. Tem que ser algo que comece a arrecadar este ano e que dure o tempo necessário dessa reoneração gradual", complementou o ministro.

Nesse sentido, Padilha afirmou também que o Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda estão "abertos" a novas sugestões para solucionar o impasse.

"O governo está absolutamente aberto para isso. Se tem alguém que quer uma solução, é o governo. O governo apresentou uma proposta [a MP do PIS/Cofins], teve rejeição e os motivos foram explicitados pelo presidente do Senado. Até acredito que fato de ter rejeitado criou ambiente para que se sente para construir essa proposta. O papel do governo nisso é orientar, ouvir propostas e dizer se isso aqui é perene, se isso aqui é suficiente, se isso aqui não é suficiente. Estamos aberto a isso", ponderou.

Na prática, a MP do PIS/Cofins alterava as regras do uso de crédito do PIS e da Cofins, atingindo diversos setores da economia. As novas regras, que entravam em vigor imediatamente, geraram uma série de críticas do setor produtivo, advogados tributaristas e de parlamentares. Com isso, o presidente do Congresso acabou por rejeitar a MP, o que resultou na devolução da medida ao Planalto.

O Ministério da Fazenda, por sua vez, vinha defendendo que editou a MP para conseguir receitas e, assim, compensar os R$ 26,3 bilhões da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios. O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que, sem uma compensação, a prorrogação da desoneração é inconstitucional e deu 60 dias para governo e Congresso encontrarem uma solução.

O sistema de desoneração dos setores permite que empresas afetadas substituam a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Segundo empresários e sindicalistas, esse modelo contribui para a geração de empregos, pois reduz custos com contratações. Juntas, as companhias desses segmentos empregam 9 milhões de trabalhadores. *(RT)*

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35300350057

Extrato Ata da Reunião do Conselho de Administração

Em 22/05/2024, às 14:00 horas, na sede da "Companhia" ou "SBPar, permitida a participação através de plataforma digital de vídeo conferência, na forma do artigo 12, §4°, do Estatuto Social. **Presenças:** Totalidade. **Convidados**: Presentes os Diretores Estatutários da Companhia, os Srs. Antonio Carlos Duarte Sepúlveda, Daniel Pedreira Dorea e Ricardo dos Santos Buteri. **Mesa Diretora:** Sra. Verônica Valente Dantas, **Presidente da Mesa** e o Sr. Daniel Pedreira Dorea, **Secretário. Apreciações e Deliberações:** Após exame e debates sobre os itens constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade: **1. Itens Deliberativos: 1.1.** Elegeram como Presidente do Conselho de Administração, a Sra. **Verônica Valente Dantas,** RG nº 1.083.309, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 262.853.205-00, e como Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Sra. **Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim,** RG nº 29.769.224-6, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 654.298.507-72, ambas com endereço profissional localizado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro/RJ; **1.2.** Foram eleitos para compor a Diretoria Estatutária da Companhia, para o biênio 2024 a 2026: **Antonio Carlos Duarte Sepúlveda,** RG nº 62.278.276-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 405.695.435-68, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo/SP, para o cargo de Diretor-Presidente e, interinamente, Diretor de Operações; **Daniel Pedreira Dorea,** RG nº 858269368, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 007.966.045-25, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores; **Ricardo dos Santos Buteri,** RG nº 1.119.214, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 022.898.277-46, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Comercial. **1.3.** Elegeram para compor o Comitê de Auditoria da Companhia, durante o biênio 2024 a 2026, estabelecendo-se a remuneração respectiva, na forma do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Comitê: **Vitor José Azevedo Marques,** RG nº 10.016.911-9, expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 075.027.097-70, com escritório profissional localizado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro/RJ, membro titular independente do Conselho de Administração, também eleito como Coordenador do referido Comitê de Auditoria, em substituição ao Sr. Rodrigo Silva Marvão; **Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior,** OAB/RJ nº 147.540, inscrito no CPF sob nº 391.017.545-72, com escritório profissional localizado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro/RJ; **Eduardo de Barros Montarroyos,** RG nº 05598912-3, inscrito no CPF sob o nº 848.170.037-15, residente e domiciliado na Cidade Rio de Janeiro/RJ. **1.4.** Aprovaram, nos termos do disposto no artigo 19, alínea C, do estatuto social da Companhia, a nomeação dos procuradores abaixo pelo prazo de 1 ano, a contar do vencimento do instrumento de mandato vigente, para darem cumprimento e executarem os mandatos que lhes forem outorgados em nome da Companhia: **Grupo I: a) MÁRCIO JOSÉ CRISTIANO,** RG nº 18.864.867-7-SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 167.808.588-03; e **b) ALANN JOHNNY DE ARAÚJO VIEIRA,** RG nº 40.845.447-7-SSP-SP, inscrito no CPF nº 305.314.248-12, ambos com escritório profissional localizado no município de Guarujá,SP. **Grupo II: a) MARCELO REDOSCHI DE CARVALHO,** RG nº 13.736.916-5-SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 119.109.938-59; **b) GABRIEL JACQUES DE MOURA,** RG nº 70.587.510-87, inscrito no CPF nº 916.888.920-87; **c) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA**, RG nº 8.282.001-SSPSP, inscrito no CPF/MF sob nº 505.442.927-15; **d) RICARDO FERNANDES DE MIRANDA,** RG nº 12.950.374-5-SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 074.519.678-08; **e) CARLOS ALBERTO QUINTERO MASSUH,** RG nº 11.759.016-2-SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 060.027.098-00; e **f) BRUNO STUPELLO,** RG nº 32.137.078-8-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 292.133.148-92, todos com escritório profissional localizado no Distrito de Vicente de Carvalho, Município de Guarujá, SP. **1.5.** Aprovaram, nos termos do disposto no artigo 19, alínea E, do estatuto social da Companhia, a nomeação dos procuradores para representarem a Companhia junto às Autoridades de Registro e Autoridades Certificadoras, credenciadas no âmbito da ICP-Brasil/ITI - Instituto de Tecnologia da Informação, nos atos relativos a validação e emissão do certificado digital ICP-Brasil de nota fiscal eletrônica (NF-e): **MÁRCIO JOSÉ CRISTIANO,** RG nº 18.864.867-7-SSP-SP, inscrito no CPF nº 167.808.588-03; **ALANN JOHNNY DE ARAÚJO VIEIRA,** RG nº 40.845.447-7-SSP-SP, inscrito no CPF nº 305.314.248-12; **THIAGO OTERO VASQUES,** RG nº 29.950.132-2-SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 277.087.628-71; e **ANTONIO RONALDO DOS SANTOS,** RG nº 29.500.426-5-SSPSP, inscrito no CPF nº 279.814.498-12, todos com escritório profissional localizado, no Distrito de Vicente de Carvalho, Município de Guarujá, SP. **1.6.** Deliberaram e aprovaram o pagamento de um montante total de proventos no valor de R$ 94.222.435,73, sendo uma parcela de dividendos intermediários no montante de R$ 59.382.877,72, com base no resultado do primeiro trimestre de 2024. O pagamento se dará a partir de 14/06/2024, observando-se as datas de 27/05/2024 como dia da posição acionária para cálculo correspondente e de 28/05/2024, para considerar as ações "ex-direitos" sobre dividendos. Por sua vez, a outra parcela aprovada corresponde à declaração e crédito de Juros Sobre Capital Próprio - JCP antecipados, relativos ao período de janeiro a março de 2024, no montante de R$ 34.839.558,01. O pagamento se dará a partir de 14/06/2024, observando-se as datas de 27/05/2024 como dia da posição acionária para cálculo correspondente e de 28/05/2024, para considerar as ações "ex-direitos" sobre Capital Próprio". **2. Itens Informativos: 2.1.** Tomaram conhecimento de eventuais pendências da Reunião Conselho de Administração anterior; **2.2.** Tomaram conhecimento do cumprimento das Metas da Diretoria Estatutária relativas ao exercício social de 2024, validando-se o atingimento apresentado até então; **2.3.** Tomaram conhecimento de projeções e destaques comerciais e/ou financeiros referentes ao exercício social de 2024; bem como dos resultados e indicadores financeiros, operacionais e do mercado de capitais, relativos ao período compreendido entre janeiro e abril de 2024. **3. Itens Estratégicos: 3.1.** Tomaram conhecimento do andamento do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Tecon Imbituba, inclusive dos parâmetros que norteiam as tratativas e os objetivos pretendidos; **3.2.** Tomaram conhecimento da execução do Plano de Investimentos (CapEx) da Companhia; **3.3.** Realizado acompanhamento de riscos do negócio da Companhia: **3.3.1.** Tomaram conhecimento de atualização sobre o ambiente de negócios do setor portuário no Brasil, em especial do Porto de Santos; e **3.3.2.** Tomaram conhecimento dos principais processos administrativos e judiciais da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. **Presentes: Mesa:** Verônica Valente Dantas - Presidente, Daniel Pedreira Dorea - Secretário. São Paulo, 22/05/2024. **Daniel Pedreira Dorea -** Secretário. **JUCESP** nº 215.255/24-0 em 04/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Judiciário Denúncia oferecida pela PGR implica os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, o delegado Rivaldo Barbosa, o ex-major Ronald Alves Pereira e Robson Fonseca

STF decide se torna réus acusados de mandar matar Marielle e Anderson

Flávia Maia e Isadora Peron
De Brasília

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a decidir nesta terça-feira (18) se torna réus cinco acusados de participação no assassinato da vereadora Marielle Franco, do motorista Anderson Gomes, e da tentativa de homicídio da assessora Fernanda Chaves, em março de 2018. Os ministros vão analisar se aceitam ou não a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

No mês passado, a PGR denunciou o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ); Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Rivaldo Barbosa, delegado da Polícia Civil; o ex-major Ronald Paulo Alves Pereira e Robson Fonseca, assessor de Domingos conhecido como Peixe. Caso a denúncia seja aceita, inicia-se uma ação penal no STF contra os acusados. Somente ao final do processo é que a Corte decide se eles serão condenados ou absolvidos.

O julgamento deve começar com a leitura do relatório pelo relator, ministro Alexandre de Moraes. Na sequência, o subprocurador Luiz Augusto Santos Lima, que vai representar a PGR, fará a sustentação oral. As defesas dos cinco acusados também terão 15 minutos cada para se manifestar. Depois disso, Moraes deve começar a proferir o seu voto e, na sequência, os demais ministros votam — Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

Os advogados dos acusados defendem que a denúncia seja rejeitada. Eles alegam que as acusações da PGR e da Polícia Federal (PF) são embasadas somente em acordos de delação e não haveria provas concretas contra os investigados. Para reforçar essa tese, os irmãos Brazão contrataram um parecer do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Néfi Cordeiro. O documento anexado aos autos traz argumentos de que não há elementos que comprovem a participação no crime dos dois. O nome deles foi citado pelo ex-policial militar Ronnie Lessa, em seu acordo de delação premiada. O ex-ministro ainda apontou contradições com os depoimentos de outro delator do caso, Élcio Queiroz. Ele também defendeu que o inquérito não deveria tramitar no Supremo, já que o crime foi cometido quando Chiquinho era vereador e não deputado federal, portanto não possuía foro privilegiado.

ANDRESSA ANHOLETE/SCO/STF

Moraes: relator da denúncia autorizou que dois investigados sejam ouvidos pelo Conselho de Ética da Câmara

Essa também é a posição da defesa de Rivaldo Barbosa. "Depois que a Polícia Federal entrou no caso, o único ingrediente novo que ela trouxe para toda a investigação que já havia sido conduzida pela Polícia Civil, foi a colaboração do Ronnie Lessa, sem nenhuma prova que corrobora tudo o que ele falou", disse o advogado Marcelo de Souza ao **Valor**. Segundo ele, a lei é clara ao determinar que não pode haver o recebimento da denúncia com "base única e exclusivamente em colaboração premiada".

Antes de entrarem no mérito, os advogados devem pedir para

> Para defesa, acusações são embasadas apenas em acordos de delação

que o julgamento seja realizado pelo plenário, ou seja, com os 11 ministros, e não na turma, que conta com apenas cinco. Os advogados também devem apontar a suspeição de Dino, pois ele era ministro da Justiça quando a PF decidiu começar a investigar o caso, em 2023.

Os irmãos Brazão são apontados pelos investigadores como os mandantes do crime. Já Rivaldo teria sido contratado pelos suspeitos para atrapalhar a investigação do crime no âmbito da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A motivação do crime estaria relacionada com o fato de Marielle atrapalhar a "grilagem" de terras feita por milícias na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Foram denunciados pela PGR por homicídio qualificado mediante recompensa, tortura e emboscada: Domingos Brazão, Chiquinho Brazão, Rivaldo Barbosa e Ronald Pereira. Além disso, os irmãos Brazão e Robson Fonseca também foram denunciados por organização criminosa.

Domingos, Chiquinho e Rivaldo estão presos desde 24 de março. Na ocasião, ao fundamentar a decisão, Moraes defendeu que a medida era necessária para manter a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a verdadeira aplicação da lei penal.

Um dia antes do julgamento, Moraes manifestou-se sobre outros personagens do caso. Ele determinou que a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo mantenha Lessa "sob monitoramento de áudio e vídeo" dentro da penitenciária de Tremembé (SP).

Segundo o ministro, a medida é necessária "para fins da preservação da ordem interna e da segurança pública". O ministro também autorizou que sejam monitoradas as "comunicações verbais e escritas, das celas e nos momentos de visitas" tanto de familiares quanto de advogados. A medida representa uma exceção, porque a advocacia defende o sigilo entre advogado e cliente.

No dia 7 de junho, Moraes autorizou a transferência de Lessa para Tremembé. Ele estava detido na Penitenciária Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. A mudança é um dos benefícios do acordo fechado pelo ex-PM.

Em outra frente, Moraes também autorizou que dois investigados por envolvimento no assassinato de Marielle sejam ouvidos como testemunhas no Conselho de Ética da Câmara, onde tramita o processo de cassação de Chiquinho. Além de Ronald, Élcio de Queiroz também poderá prestar depoimento.

MP Eleitoral questiona absolvição de Castro no TRE

Camila Zarur
Do Rio

A Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro entrou com recurso contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-RJ) que absolveu o governador, Cláudio Castro (PL), e a cúpula política fluminense das acusações de abuso de poder político e econômico. O chefe do Palácio Guanabara é acusado de ter usado estruturas da Universidade Estadual do Rio (Uerj) e do Centro Estadual de Pesquisa e Estatística do Rio (Ceperj) para pagar cabos eleitorais na eleição de 2022. Além dele, também respondem o vice-governador, Thiago Pampolha (MDB), o presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil), e outros nove aliados do governador.

Em maio, a corte decidiu pela absolvição, por 4 votos a 3, de todos os réus. Na ocasião foram julgados dois processos — um movido pelo Ministério Público Eleitoral e outro pela coligação do então candidato Marcelo Freixo (PT), derrotado naquela eleição. Na denúncia contra Castro e seu entorno, o MP Eleitoral pediu a cassação e inelegibilidade dos acusados. O recurso apresentado pela procuradoria foi em forma de embargos de declaração e será julgado pelo próprio TRE-RJ, antes de o caso subir para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O instrumento não muda a decisão do tribunal, mas serve para esclarecer o que foi dito pelos magistrados durante o julgamento. O MP entende que houve "omissões, contradições, obscuridades e premissas equivocadas" que precisam ser reavaliadas:

"Com o recurso, a procuradoria regional quer reforçar que, corrigidas as omissões/contradições/erros materiais, restará clara a repercussão e gravidade de atos que feriram a legitimidade e a lisura das eleições".

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	-	0,44	2,12	4,72	3,70	-	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	-	0,89	0,28	-3,18	-0,34	-	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	-	1,06	-0,42	-5,60	-1,73	-	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	-	0,44	2,17	3,40	2,96	-	732,02	716,46	709,20
INCC-M	-	0,59	1,69	3,32	3,68	-	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 1ª prévia jun/24 0,80% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jun/24 0,25%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24		-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Países devem ter espaço fiscal para mitigar efeito da IA, diz FMI

Luiza Palermo
De São Paulo

A política fiscal tem papel fundamental no impacto que a inteligência artificial (IA) terá sobre a economia dos países, alerta um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado ontem. De acordo com o Fundo, governos terão de se preparar para ampliar o auxílio financeiro aos desempregados, investir mais em educação e elevar impostos sobre lucros para mitigar esses custos.

Embora a IA possa eventualmente aumentar o emprego e os salários globais, o FMI ressalta que as novas ferramentas também podem deixar grandes segmentos da força de trabalho desempregados por períodos prolongados, resultando em uma transição dolorosa.

"Lições de ondas passadas de automação e modelagem do FMI sugerem que um seguro-desemprego mais generoso poderia amortecer o impacto negativo da IA sobre os trabalhadores, permitindo que aqueles deslocados encontrem empregos que correspondam melhor às suas habilidades", diz o relatório.

Com o potencial que a IA tem de substituir empregos, o Fundo afirma que programas abrangentes de assistência social serão necessários em um quadro de desemprego de longo prazo ou demanda reduzida por mão de obra local.

Nas economias em desenvolvimento, o impacto da IA será diferente do que nas avançadas, à medida que esses países têm uma parcela menor de ocupações mais qualificadas e, portanto, estão menos expostos à IA, mas também têm menos proteção por meio de programas formais de proteção social, como o seguro-desemprego, devido aos maiores setores informais em suas economias.

"Países com mais espaço fiscal e capacidade de aumentar efetivamente o apoio à renda e os Programas Ativos do Mercado de Trabalho (ALMPs, na sigla em inglês) podem mitigar significativamente os impactos do choque e realizar mais rapidamente os benefícios de produtividade mais elevados", afirma o relatório.

Segundo o FMI, a disseminação da IA generativa terá grandes implicações para os sistemas tributários, pois pode levar a um declínio adicional na parcela da renda total dos trabalhadores e a um novo aumento na parcela que vai para os proprietários de capital.

Mas o Fundo desaconselha um imposto sobre a IA, tendo em vista que um imposto específico sobre as ferramentas poderia reduzir a velocidade de investimento e inovação. Em vez disso, o FMI sugere o aumento dos impostos sobre a renda das empresas para compensar a crescente desigualdade causada pela IA e mitigar o aumento da desigualdade de riqueza. Desde os anos 80, a carga tributária sobre a renda de capital tem diminuído nas economias avançadas, enquanto a carga sobre a renda do trabalho tem aumentado.

"O imposto mínimo global acordado por mais de 140 países, que estabelece uma taxa de imposto efetiva mínima de 15% para as empresas multinacionais, é um passo na direção certa", diz o FMI. "A prioridade deve ser garantir que as aplicações beneficiem amplamente a sociedade, aproveitando a IA para melhorar os resultados em áreas como a educação, a saúde e os serviços governamentais. E dado o alcance global desta nova e poderosa tecnologia, será mais importante do que nunca que os países trabalhem em conjunto."

Cenário Dados de maio mostram que investidores e consumidores mantêm cautela e preços das moradias seguem caindo velozmente

Apesar dos estímulos, setor imobiliário da China não reage

Rebecca Feng e Jason Douglas
Dow Jones

O problemático mercado imobiliário da China não está respondendo às audaciosas medidas de estímulo adotadas pelo país até agora. Dados de maio divulgados ontem mostram que empresas e consumidores seguem cautelosos. Os preços das moradias continuam caindo em um ritmo acelerado e os investimentos em ativos fixos e produção industrial, embora em crescimento, perderam algum dinamismo.

"Os dados econômicos de maio sugerem que as autoridades têm muito a fazer para sustentar a frágil recuperação", escreveu Yao Wei, economista-chefe do Société Générale para a China, em uma nota enviada ontem a clientes.

O pior problema está no setor imobiliário, que vem lutando com um excesso de oferta e o fraco sentimento dos compradores desde 2021, quando um boom imobiliário de vários anos teve fim. O mercado parece não ter encontrado ainda um piso, mesmo depois que Pequim lançou, na metade de maio, suas medidas de estímulo mais agressivas até agora, na esperança de restabelecer a confiança.

Nas grandes cidades, os preços das novas moradias caíram 4,3% em maio, comparado ao mesmo período do ano passado, número pior que o de abril, quando houve uma queda de 3,5%, segundo dados divulgados ontem pela Agência Nacional de Estatísticas da China. Os preços no mercado chinês de segunda mão caíram 7,5% comparado à queda de 6,8% em abril.

As vendas de moradias caíram 30,5% em termos de valor nos primeiros cinco meses deste ano, comparado ao mesmo período do ano passado. "Esses dados certamente são decepcionantes e poderão disparar alguns sinais de alerta, uma vez que o pacote de apoio político de maio ainda não se traduziu em um declínio mais lento dos preços das moradias, quanto mais em uma estabilização", diz Lynn Song, economista-chefe do ING para a China.

Os economistas também esperavam ver uma recuperação mais ampla este mês, depois que Pequim iniciou uma emissão planejada de 1 trilhão de yuans (US$ 138 bilhões) em bônus soberanos de longuíssimo prazo em maio. Os recursos serão usados para pagar projetos de infraestrutura imobiliária apoiados pelas autoridades.

> "Pacote de maio ainda nem reduziu declínio, e está longe de recuperação"
> *Lynn Song*

A mais recente rodada de dados, no entanto, demonstra como o país continua debilitado. As vendas no varejo, uma medida importante dos gastos do consumidor, cresceram 3,7% ao ano em maio, comparado com 2,3% em abril, segundo dados oficiais. Embora a tendência esteja na direção certa, o ritmo de crescimento continua relativamente moderado e abaixo do que se acredita ser necessário para iniciar uma grande retomada dos gastos do consumidor.

A expansão na produção industrial — 5,6% ao ano em maio — foi inferior ao aumento de 6,7% de abril. O crescimento dos investimentos em ativos fixos, do qual 40% veio dos setores imobiliário e de infraestrutura, também desacelerou para 3,5% ao ano em maio, face a 3,6% em abril.

Os dados fracos da atividade econômica em maio — e para as perspectivas futuras da China — refletem a crise no mercado imobiliário, que as autoridades vêm tendo dificuldades para resolver.

O pacote de maio de ajuda ao setor imobiliário incluiu permitir aos governos locais comprar moradias não vendidas, eliminando as taxas de juro mínimas sobre os financiamentos imobiliários e reduzindo os pagamentos a potenciais compradores de moradias. Também inclui, como peça central, um chamado programa de reempréstimo de US$ 41 bilhões lançado pelo Banco do Povo da China, o banco central chinês, que fornecerá financiamentos aos bancos chineses para apoiar as compras de moradias por empresas estatais.

A esperança é que ao intervir como comprador de última instância de milhões de propriedades, o governo consiga limpar o estoque habitacional não vendido e convencer os cautelosos compradores de moradias a retornar ao mercado. Por sua vez, os consumidores chineses, que têm a maior parte de sua riqueza ligada aos imóveis, sentiriam-se mais confiantes em voltar a gastar, estimulando assim a economia em geral.

Mas o tamanho do programa de reempréstimos não foi grande o suficiente para convencer os compradores de moradias, diz Larry Hu, economista do Macquerie Group para a China. "Enquanto isso, suas perspectivas de renda também permanecem fracas, diante da situação econômica atual."

Para que o mercado imobiliário chegue ao fundo do poço e alcance um novo equilíbrio, as taxas de financiamento imobiliário, que estão entre 3% a 4% na China, precisam ser tão baixas quanto o rendimento dos aluguéis, que estão abaixo de 2% nas grandes cidades, diz Zhaopeng Xing, estrategista da ANZ para a China. Segundo ele, um grande corte nas taxas de empréstimo imobiliário precisará ocorrer em algum momento.

Atletas da França rejeitam radicais

Mais de 200 atletas firmaram ontem uma carta contra o avanço da extrema direita nas eleições legislativas da França de 30 de junho e 7 de julho. A carta foi publicada no jornal "L'Equipe" horas após o astro do futebol Kylian Mbappé (na foto, com a camisa 10) ter se declarado contra "todo tipo de extremismo". Também assinaram a carta Marcus Thuram e outros jogadores da seleção, que ontem venceu a Áustria por 1 a 0 pela Eurocopa — além do técnico do time olímpico, Thierry Henry.

ANDREEA ALEXANDRU/AP

China investigará importações de carne suína da UE

Bloomberg

A China deu início a uma investigação antidumping sobre importações de carne suína da União Europeia (UE). A medida, direcionada de forma restrita, é o último lance das tensões comerciais crescentes entre Pequim e Bruxelas.

A China é o maior mercado externo de carne suína da UE, embora os volumes de exportação tenham caído nos últimos anos por causa do excesso de oferta interna e dos preços baixos. No ano passado, essas exportações equivaliam a US$ 1,83 bilhão e os maiores beneficiários eram os criadores de Espanha, Dinamarca e Holanda.

De todo modo, isso representa uma parcela ínfima do comércio total com o bloco. No ano passado, a China importou produtos da UE correspondentes a US$ 282 bilhões, segundo dados oficiais.

A investigação — iniciada ontem, segundo o Ministério do Comércio chinês — será encarada como uma resposta de Pequim a investigações semelhantes da UE, que examina a questão dos subsídios chineses em uma série de setores e imporá tarifas sobre as importações de carros elétricos a partir de julho. Em janeiro, a China anunciou uma investigação antidumping a respeito de algumas bebidas destiladas da Europa.

O porta-voz da UE para a área do comércio, Olof Gill, disse em Bruxelas que a Comissão Europeia está analisando a investigação da China e vai "intervir conforme for apropriado para garantir que ela esteja em plena conformidade" com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Já era esperado que a China adotasse algum tipo de retaliação restrita e direcionada contra a UE na sequência das últimas medidas do bloco, já que Pequim temia de que uma resposta mais robusta pudesse se voltar contra ela mesma. Retaliações podem ajudar a desestimular novas medidas de proteção comercial em todo o mundo, mas para Pequim o perigo é que uma resposta forte demais incentive um alinhamento dos dois lados do Oceano Atlântico ainda maior contra a China — e tenha um efeito negativo sobre as iniciativas do presidente chinês, Xi Jinping, para encorajar a "autonomia estratégica" na Europa.

A China reagiu com duras críticas à decisão da UE sobre os veículos elétricos e continua a acusar o bloco de protecionismo.

O principal órgão de planejamento econômico da China, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, publicou três comentários consecutivos com críticas à UE, nos quais qualifica suas ações como uma "politização" do comércio e seu "uso como arma". Um dos artigos observa que algumas marcas europeias de automóveis — como a Volkswagen e a Mercedes Benz – fazem mais de 30% de suas vendas na China.

Brasil acompanha. Caso os embarques da proteína europeia sejam afetados, as vendas brasileiras para a China podem ser impulsionadas para preencher essa lacuna. "A Europa atravessa um momento difícil por vários motivos e isso pode contribuir, sim, para alavancar nossas vendas de carne suína para o mercado chinês. Pode fazer uma boa diferença para o mercado brasileiro", disse Fernando Iglesias, analista da consultoria Safras & Mercado. *(Colaborou Nayara Figueiredo)*

A fantasia econômica dos extremistas na França

Análise

Financial Times

A semana desde que Emmanuel Macron convocou eleições antecipadas revelou a grandeza dos riscos, não só para ele e para o futuro da democracia francesa, mas também para a prosperidade do país. Com a aliança centrista do presidente saindo-se mal nas pesquisas de intenção de voto, grupos da direita radical e da esquerda que estão em vantagem estão promovendo políticas populistas, na sua maioria não testadas, que poderão explodir o déficit fiscal e a dívida da França. Na pior das hipóteses, ameaçam colocar Paris em conflito com a União Europeia e provocar uma crise no mercado com consequências em toda a zona do euro.

Apesar das conquistas de Macron na redução do desemprego ao menor nível em 20 anos, tornando a França um lugar atraente para investir, e da reforma do sistema previdenciário, seu histórico nas finanças públicas não é o seu ponto forte. Assim como seus vizinhos, a França teve que lutar contra a covid-19, a inflação e a invasão da Ucrânia pela Rússia. Mas os governos de Macron não foram suficientemente sérios para colocar as finanças públicas em ordem. O déficit fiscal do ano passado foi de 5,5% do PIB, com a dívida pública chegando a 110% do PIB.

Mas tanto a Reunião Nacional (RN), o partido de extrema direita de Marine Le Pen como o Nova Frente Popular, de esquerda, reunido para desafiá-lo, agora prometem uma mistura perigosa de economia em grande parte fantasiosa que a França não pode se permitir. O risco é Assembleia Nacional vir a ser dominada por blocos que são ao mesmo tempo a favor de enormes aumentos nos gastos públicos e prontos a rasgar os compromissos da França com Bruxelas sobre os déficits e as dívidas.

Com a RN liderando as pesquisas, não está exatamente claro o quanto o partido irá manter desta vez de seu programa das eleições presidenciais de 2022, que segundo o centro de estudos Institut Montaigne iria agravar o déficit em € 100 bilhões, ou 3,7% do PIB, por ano. Seus líderes, Le Pen e Jordan Bardella, adotaram um tom pragmático, dizendo que vão priorizar certas medidas, dependendo da margem fiscal.

Perguntado na semana passada se um governo da RN manteria a sua cara promessa de reverter o aumento de Macron na idade de aposentadoria para 64 anos, Bardella disse apenas: "Veremos". No entanto, a RN procederia com cortes no IVA sobre a energia, os combustíveis e os alimentos. Essas medidas por si só abririam um grande rombo no orçamento, e a RN não apresentou planos significativos de aumento de receitas.

A aliança de esquerda que engloba a extrema esquerda, os socialistas e os verdes, anunciou uma agenda radical com vastos gastos, incluindo o fim da reforma previdenciária de Macron e o aumento dos salários públicos. Ela promete algumas medidas de aumento das receitas, como a reintrodução de um imposto sobre fortunas e o fim das isenções fiscais que muitas vezes favorecem a classe alta. Mas é fantasioso pensar que um programa dessa escala pode ser financiado apenas comprimindo os ricos.

Qualquer um dos programas provavelmente provocaria o primeiro choque com a UE desde que esta adotou novas regras fiscais. Porém, ao contrário da crise da dívida da zona do euro — que atingiu principalmente Grécia, Irlanda e Portugal —, este envolveria a segunda maior economia da UE, um de seus Estados fundadores.

Netanyahu dissolve gabinete de guerra de Israel

Agências internacionais

O premiê israelense, Benjamin Netanyahu, dissolveu ontem o gabinete de guerra de seis membros, em uma medida amplamente esperada após a saída do governo do ex-general centrista Benny Gantz. Espera-se agora que Netanyahu mantenha consultas sobre a guerra na Faixa de Gaza com um pequeno grupo de ministros, incluindo o ministro da Defesa, Yoav Gallant.

Netanyahu está cada vez mais depende dos parceiros ultraortodoxos e de extrema direita de sua frágil coalizão de governo. A agenda da linha-dura dos parceiros extremistas causou uma grande ruptura na sociedade israelense, mesmo antes do ataque do Hamas.

A dissolução do gabinete de guerra foi anunciado quando o enviado especial dos EUA, Amos Hochstein, visitou Jerusalém, procurando acalmar a situação na fronteira com o Líbano, onde a escalada na tensão com a milícia Hezbollah apoiada pelo Irã arrisca se tornar uma nova guerra na região.

Também ontem, manifestantes antigovernamentais saíram às ruas de Jerusalém, entrando em confronto com a polícia perto da casa de Netanyahu e pedindo novas eleições.

Valor ECONÔMICO

Correção de FGTS pela inflação é reparação parcial e tardia

O Supremo Tribunal Federal (STF) corrigiu em parte um erro histórico ao mudar a forma de remuneração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Por sete votos a quatro, o STF decidiu que o FGTS deve passar a render no mínimo a inflação, medida pelo IPCA. Se a fórmula atual (Taxa Referencial mais 3% ao ano) não for suficiente para cobrir a inflação, o Conselho Curador do FGTS deve determinar uma compensação. Ainda assim, o rendimento do Fundo continua abaixo de praticamente todas as modalidades de aplicações do mercado, o que se traduz em perdas para o trabalhador, que só em casos limitados pode sacar os recursos.

Neste século até 2023, o reajuste do FGTS só não perdeu para a inflação em nove anos: em 2005, 2006 e 2007 e, mais recentemente, depois que os trabalhadores passaram a receber uma parcela anual do lucro do Fundo, de 2016 a 2022, de acordo com levantamento feito pela Caixa Econômica Federal (O Globo, 14/6). Apesar disso, o FGTS somente teve a remuneração melhorada agora, e a decisão começará a ser aplicada a partir da publicação da ata do julgamento.

O FGTS foi concebido em 1966 pelo então ministro Roberto Campos e entrou em vigor em 1967, para acabar com a estabilidade no emprego e criar um funding para a construção de imóveis. Até então, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assegurava ao trabalhador do setor privado estabilidade após 10 anos na mesma empresa e indenização de um mês de salário por ano trabalhado em caso de demissão injustificada.

A partir da criação do FGTS, formado com a contribuição das empresas equivalente a 8% do salário dos funcionários, o trabalhador poderia optar pela estabilidade ou pelo fundo, que seria resgatado em condições específicas como a demissão ou compra da casa própria. A remuneração oferecida mostrou-se uma outra armadilha ao longo do tempo, especialmente nos períodos de inflação elevada e após a mudança do cálculo da TR, que ficou perto de zero.

Apesar disso, foi difícil convencer o STF da necessidade de mudança no cálculo, requerida em abril do ano passado pelo Solidariedade. O governo argumentou que a mudança lhe traria perdas elevadas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 chegou a mencionar custo de R$ 295,9 bilhões no pior cenário, com troca da TR pela inflação para atualizar os depósitos e remuneração retroativa dos depósitos. Já no caso do retorno igual ao da poupança, o custo estimado seria de R$ 3,3 bilhões por ano. O governo alegou também que recursos do FGTS seriam necessários para ajudar o Rio Grande do Sul.

Ao final, prevaleceu a sugestão do próprio governo, em acordo com centrais sindicais, de que o FGTS teria remuneração, no mínimo, igual ao IPCA. Diversas associações da construção civil aplaudiram a decisão do STF. Beneficiados por décadas com funding do FGTS, consideraram que o reajuste de no mínimo igual à inflação é assimilável, e permitirá a sustentabilidade do Minha Casa Minha Vida. A demora no desfecho da questão era, sim, uma preocupação para o setor.

O FGTS, porém, não se adaptou às condições da economia, bastante diferentes após 58 anos de sua criação. A poupança compulsória que forma passou a financiar não só imóveis, mas saneamento e investimentos em infraestrutura, a baixo custo, devido à má remuneração do cotista — só em 2017 os lucros do fundo começaram a ser distribuídos. Há instrumentos financeiros e sofisticação no mercado de capitais suficientes para sustentar investimentos em infraestrutura e imóveis.

Como poupança contra o desemprego, o trabalhador deveria poder levar consigo o que lhe pertence após o fim do vínculo empregatício. Não é o que ocorre, por determinação legal. Mas a disputa por esses recursos abriu brechas por onde retirá-los. A nova lei trabalhista permitiu demissão por acordo com direito a retirada de 20% do FGTS. Há dezenas de propostas para que o trabalhador use o dinheiro do FGTS como garantia para o empréstimo consignado ou para aquisição de imóveis.

A compulsoriedade trouxe alguma proteção em um país de salários muito baixos. Como eles mal davam para a subsistência, o livre uso dos recursos seria imediatamente consumido. Também devido aos baixos salários, surgiram outros programas que, no fim, buscavam a mesma coisa que o FGTS: o seguro-desemprego, que, ao lado do abono salarial, consumiu R$ 74,1 bilhões em 2023.

Assim como a legislação ampliou possibilidades do uso do FGTS (há pelo menos 16, com viés de alta), deveria caminhar para a permissão do livre uso dos recursos pelo cotista, quando ele fosse demitido ou trocasse voluntariamente de emprego, porque afinal o dinheiro lhe pertence. Esses recursos poderiam servir de poupança via investimentos com uma remuneração melhor, ou para formar patrimônio por meio de fundo de previdência privado ou público (via aplicações no Tesouro Direto). Eventuais subsídios hoje bancados pela baixa remuneração do FGTS deveriam ser feitos pelo Tesouro com previsão orçamentária.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Republicanos cortarão subsídios a energias renováveis e aumentarão extração de óleo. Por **Alexandre Manoel**

Qual o cenário para petróleo, inflação e juros se Trump vencer?

Analistas locais costumam prever que eventual eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, acarretará maior volatilidade nos mercados neste segundo semestre e dólar forte ao longo dos próximos anos, devido à política comercial mais protecionista. Ademais, no âmbito da política externa brasileira, prevê-em a continuidade da diplomacia de equidistância em relação às potências globais. Independentemente de quem esteja à frente do Planalto ou da Casa Branca, o Brasil manterá seus laços diplomáticos e comerciais com os EUA, a China e a Rússia.

Adicionalmente, entendemos ser preciso considerar a possibilidade de o preço do petróleo, da inflação e dos juros entrarem em tendência de queda no quadriênio 2025-2028, caso Trump seja eleito em novembro de 2024. Por quê?

No ideário programático do Partido Republicano, propõe-se duas alterações substanciais na política energética americana, caso Trump seja eleito: i) intensificação do corte de subsídios para energias renováveis, eólica e solar principalmente; ii) aumento de poços perfurados com vistas à maior extração de petróleo e gás natural.

Em ambos os casos, tais alterações ocorrerão por meio de desregulamentação ou alteração na regulação, segundo explanou Diana Furchtgott-Rott, em palestra virtual promovida pelo banco UBS, destacando-se que Trump não precisará do parlamento para efetivá-las, uma vez que serão feitas por meio de ordens executivas. Estas constituem ato normativo próximo ao que conhecemos no Brasil como decretos, de que tratam os incisos IV e VI do art. 84 de nossa vigente Carta Magna.

Mas é crível dizer que, ao desfazer a regulamentação imposta pelos democratas desde o primeiro ano do atual presidente americano, Joe Biden, em 2021, isso implicará em maior número de poços perfurados? Ao observarmos o gráfico, que descreve o número de poços perfurados nos EUA desde 2016, ano da eleição do Trump, reafirmamos que "sim", é crível.

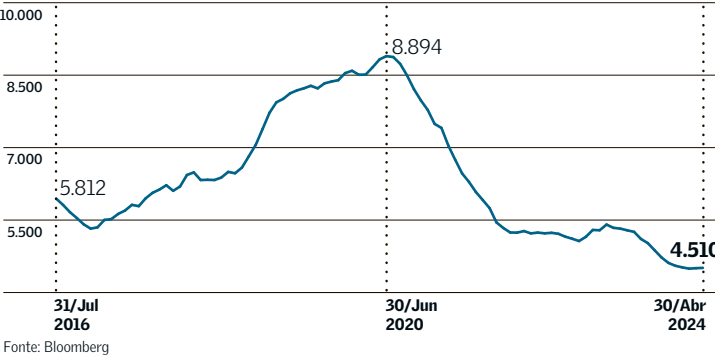
De fato, observamos a evolução crescente do número de poços perfurados a partir de 2017, certamente gerado pela desregulamentação ocorrida no governo Trump, assim como a subsequente queda depois de 2020, a partir do aumento do fardo regulatório imposto pelo presente governo de Joe Biden.

Essa diminuição do número de poços perfurados no pós-2020 somente não desencadeou intensa queda na produção e na oferta de petróleo, por parte dos EUA, em virtude de uma crescente produtividade na extração por poço perfurado, que ocorreu devido tanto aos avanços no fracking quanto a novas técnicas de "perfuração horizontal". Estes permitiram que os perfuradores aumentassem a produção sem a necessidade de sondas adicionais.

Consequentemente, mesmo com a maior regulamentação imposta pelos democratas, os EUA produziram o equivalente a 12,9 milhões de barris de petróleo por dia em 2023, 28% a mais do que o segundo maior produtor mundial, a Rússia. Logo, com a desregulamentação proposta por Trump, teremos uma era de mais poços perfurados, e com maior produtividade, o que contribuirá ainda mais para rapidamente expandir a produção e a oferta de petróleo e de gás natural.

SUE OGROCKI/AP

Número de poços perfurados nos EUA

Com petróleo disponível ou secos

Além de a aludida desregulamentação levar a um número mais elevado de poços perfurados, deve contribuir para contornar outros dois vetores que hoje atuam na direção contrária de maior oferta de petróleo:

1) Break-even atualmente crescente para a extração dos poços de petróleo nos EUA, o qual era decrescente até os idos de 2019, chegando a US$ 50 por barril. Em 2024, encontra-se em torno de US$ 60/barril;

2) Taxa básica de juros nominais em torno de 4-5% neste momento, com taxas reais entre 1% e 2%. Na época do primeiro governo Trump, eram entre 1,5% e 2% e, em termos reais, eram basicamente negativas.

De fato, tanto a observação exposta em 1) quanto em 2) são endógenas, ou seja, ambas tendem a se manter estáveis ou decrescerem com a implantação da agenda de desregulamentação e regulação pro-business.

No caso do break-even para exploração de petróleo, é mais provável que, em caso de vitória de Trump, estabilize-se em torno dos atuais US$ 60/barril, uma vez que o custo de exploração de um poço adicional tende a naturalmente crescer, considerando que os geologicamente mais acessíveis, ou com menos dificuldades em termos de perfuração, já foram perfurados.

Por sua vez, as taxas de juros americanas também tendem a cair nesse cenário, dado que o preço do petróleo poderá sair dos atuais US$ 80/barril em direção aos US$ 60/barril, reduzindo a inflação de curto e médio prazo e, consequentemente, diminuindo, na margem, as taxas de juros de curto e médio prazo. É também provável que o maior poder geopolítico dos EUA, consequente da maior oferta de petróleo mundial, ajude a pacificar o Oriente Médio, diminuindo a volatilidade do preço, que deverá caminhar para esse patamar mais baixo.

Por fim, vale destacar que essa previsão de preço do petróleo, da inflação e dos juros mais baixos, em caso de vitória de Trump, consubstancia-se também em duas hipóteses fundamentais.

Primeira, na manutenção das atuais condições de oferta global de petróleo, que não apresentam qualquer restrição, com a diversificação de produtores e crescente evolução da produção, de suas reservas provadas e da duração média dessas reservas, como observado em texto publicado neste **Valor**: "Um novo patamar de preços do petróleo?".

Segunda, em um governo republicano, as pautas ambientalista e de preocupação com as mudanças climáticas não vão se sobrepor aos anseios de uma maior expansão da produção de petróleo, gás natural, emprego e renda. Esse mote já vem sendo defendido por Trump, especialmente em alguns "swing states", que deverão ser fundamentais para sua eventual vitória.

Alexandre Manoel é economista-chefe da AZ Quest e ex-secretário nos Ministérios da Economia e da Fazenda (2018-2020).

Taxas neutras mudando

Mario Mesquita

A caixa de ferramentas dos economistas inclui diversas variáveis que, apesar de não diretamente observáveis, são extremamente relevantes para a análise de conjuntura e a elaboração de políticas econômicas, incluindo o PIB potencial e a taxa de juros neutra.

A taxa de juros neutra é geralmente definida como aquela que equilibra a oferta e demanda por poupança e investimento na economia. Ou seja, consistente com o PIB em seu potencial e taxa de inflação na meta. Para conter a inflação, os bancos centrais usualmente trabalham para colocar a taxa real de juros acima do patamar neutro. E, quando a inflação projetada cai abaixo do objetivo ou meta da autoridade monetária, os bancos centrais devem colocar a taxa real de juros abaixo da neutra.

Obviamente, a taxa neutra é importante, mas é apenas um elemento no amplo conjunto de informações utilizado na elaboração de estratégias de política monetária. As dificuldades naturais em se estimar essa variável, notadamente em um período turbulento para as séries de dados, como o imediato pós-pandemia, sugerem cautela na sua utilização, e mais cautela ainda com revisões extremas das estimativas. Ainda assim, os gestores da política monetária e economistas dedicados à análise de conjuntura não devem ignorar essa variável e os sinais que ela pode oferecer.

Uma dificuldade adicional é que, além de não ser diretamente observável, a taxa neutra pode variar ao longo do tempo em resposta a diversos fatores, como a demografia, evolução da produtividade e da política fiscal. Não raramente, os analistas acabam detectando mudanças na taxa neutra a partir do próprio comportamento da economia. Por exemplo, se mesmo depois de um grande aumento ou redução da taxa de juros real, a economia, levando em conta as defasagens usuais, ainda não responde, é possível que a taxa neutra tenha se alterado. Isto é, o verdadeiro grau de aperto ou de estímulo, dado pela diferença entre a taxa real corrente e a neutra, seria menor do que a diferença observada, daí a falta de reação da economia à terapia aplicada.

Em termos concretos, em várias economias as estimativas de taxas de juros neutras caíram na esteira da grande crise financeira global de 2008 como resultado da necessidade de desalavancagem de empresas e famílias, redução investimento e crescimento da produtividade, entre outros fatores. Esse efeito foi particularmente importante nos EUA, o epicentro da crise, onde estimava-se que a taxa real neutra se encontrava entre 0,5 e 1%, ante 2%-2,5% no período pré-crise. As estimativas de juro neutro permaneceram baixas nos anos seguintes, período denominado de "secular stagnation", até a pandemia de covid-19.

Foco em maior disciplina de despesas deveria ser encampado por todo o governo e não somente pela área econômica

O impacto da pandemia sobre a taxa neutra nos EUA e no mundo foi inicialmente considerado ambíguo ou limitado — posição ainda mantida pelo FMI. Mais recentemente, a maioria das estimativas econométricas aponta para alguma elevação da taxa neutra americana, fato que foi corroborado pelo Comitê de Política Monetária (Fomc) por meio da publicação do Sumário de Projeções Econômicas nos documentos referentes à reunião de junho.

Há diversas razões que apontam uma elevação da taxa neutra nos EUA. A forte expansão fiscal observada nos últimos 8 ou 9 anos, que precedeu e sucedeu a pandemia, levou a uma expressiva elevação da dívida — 122% do PIB ao final de 2023, ante 102% ao final de 2014. Além disso, a pressão para aumento de gastos segue intensa, seja pelas demandas da transição energética, seja pela necessidade de elevar os gastos em defesa, ao mesmo tempo em que se discute a postergação dos cortes de impostos implementados pelos Republicanos em 2017.

A experiência brasileira não é diferente, uma vez que as estimativas variam ao longo do tempo. A equipe de economistas do Itaú, em trabalho recente, utilizou seis diferentes metodologias para estimar a taxa neutra, incluindo simples filtros estatísticos, estimativas derivadas de preços de mercado, da paridade internacional, bem como da regra de Taylor e modelos estruturais. Várias dessas estimativas são atualizações dos modelos apresentados pelo Banco Central do Brasil no box "Medidas de taxas de juros real neutra no Brasil", presente no Relatório de Inflação de junho de 2023.

Não surpreendentemente, diferentes metodologias apontam para diferentes estimativas, mas a grande maioria se encontra entre 4% e 5%. Valores distantes desse intervalo contam, pelo menos no momento, com menos apoio empírico e, assim, são menos úteis para a elaboração de cenários e projeções.

O período no qual a taxa neutra parecia ser mais baixa, no caso brasileiro, a julgar pelas estimativas, se aproxima do momento em que o país conseguiu conter o crescimento dos gastos públicos na vigência do chamado Teto de Gastos. Com a aceleração do crescimento das despesas públicas ocorrido na esteira do enfraquecimento e posterior abandono do Teto, a maioria das estimativas de taxa neutra voltou a se elevar.

Considerando unicamente os determinantes domésticos, a agenda de redução da taxa neutra, que coincide com a agenda de redução do risco soberano, passa inevitavelmente por um reforço na disciplina do controle dos gastos públicos, que cresceram, em termos reais, 6% em 2022 e 8,5% em 2023 (ex-precatórios), frente a 1,2% em média entre 2017 e 2019. Essa agenda tem sido defendida pela equipe econômica. Mas, idealmente, o foco em maior disciplina de despesas deveria ser encampado por todo o governo, e não somente sua área econômica.

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco

Frase do dia

"É a primeira vez desde a eleição do Lula que usar a palavra crise faz sentido. E o Banco Central tem culpa".

De Tony Volpon, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC

Cartas de Leitores

Universidades paulistas

Li a coluna de Pedro Cafardo (11/06), sobre o orçamento da Fapesp e das 3 universidades contempladas com 9,75% do ICMS de todo o Estado de SP. Sou empresário e pernambucano. Fiquei surpreso que um Estado, o maior da União, destine R$ 14,6 bilhões e todo o resto das despesas fique com um pouco mais de 90%. Ora, imagine o restante da educação paulista, funcionalismo, saúde, infraestrutura, Judiciário, cultura, esportes , pagar juros de dívidas, fazer os investimentos necessários para que o Estado prospere, todo custeio da máquina pública, MPSP e um mundo de coisas, que se fosse listar aqui, não caberia nem em uma enciclopédia Barsa .

Cafardo atribui SP ser o que é a esses recursos destinados desde 1989. São Paulo já é São Paulo desde sempre graças a seu povo trabalhador e aqueles que acolheu. Ao espírito empreendedor dos paulistas, imigrantes e emigrantes.

Ademais é como se existisse absolutamente uma relação direta da qualidade dessas universidades aos R$ 14,6 bi e isso, por tabela, transformasse São Paulo no que ele é e representa. Poderiam ser melhores com R$ 10 bi, por que não, com tanta tecnologia e ganhos de produtividade que tivemos no mundo de 1989 até hoje. Por que não repartir esse bolo com outras universidades, São Paulo a fora? Essa é minha humilde opinião.

Para você ter uma ideia o ICMS do meu Estado no ano passado foi de um pouco mais de R$ 20 bi para tudo. Espero ter contribuído para o bom debate.

Marcelo Varela
marcelo.varela@carapitanga.com.br

Futuro possível

Nosso povo deveria agregar-se às ideias genericamente traçadas por Ana Maria Diniz (**Valor**, 17/6). Podem deste modo ser sintetizadas: a) não ao catastrofismo insuperável; b) ideias claras e corajosas; c) visualização adequada do bem comum; afastamento dos radicalismos ideológicos, que encaram a política com emoção e não com a razão; d) valorização da democracia brasileira para retirá-la da 47ª posição entre 167 países - "democracia imperfeita", conceito que se aproxima da "ditadura com urnas". Devemos acrescentar que o crescimento dos países e sua saída dos lodaçais se deu mediante o binômio economia de livre mercado e justiça social; e liberdade política ética e absoluta no seio de nosso Estado Democrático de direito.

Veja-se essa estrutura conceitual básica no pensamento do Nobel Mário Vargas Llosa, que se afasta, respeitosamente, de seus colegas da literatura extremada de esquerda ou direita e que, como o demonstra a história dos povos, até hoje não levou nenhum país à libertação da miséria, dos conflitos e dos sofrimentos, para introduzir uma vida razoavelmente feliz.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Diversidade funcional e filogenética devem constar nos cálculos. Por **Carlos Eduardo Grelle**

O potencial dos créditos de biodiversidade

A busca pelo bem-estar da humanidade é uma meta unânime e nobre, e consequentemente qualquer iniciativa que permita melhorar nossa qualidade de vida deve ser difundida e, idealmente, amplamente usada. Hoje em dia não existem dúvidas da relação direta e positiva entre a biodiversidade e o bem-estar da humanidade. Por isso, é muito bem-vinda qualquer iniciativa que vise valorizar áreas com floresta em pé ou com vegetação nativa para ser mais nacionalmente abrangente. Portanto, a ideia, traduzida para o nosso território, é manter a vegetação nativa em qualquer bioma que ocorre no Brasil.

Uma das novas iniciativas que tem sido difundida mundo afora após o lançamento do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal em 2022 são os créditos de biodiversidade. Trata-se de uma iniciativa que pode ampliar o financiamento privado para conservar a natureza e dar algum retorno financeiro para o setor produtivo interessado, o que geraria um interessante jogo de "win-win" para todos os setores. Algo que chama a atenção de forma positiva, e que aparece na literatura como quase um consenso, é a meta de ganho líquido com os créditos em biodiversidade. Portanto, como bem argumentado na literatura específica, os créditos de biodiversidade não devem ser usados como compensação de degradação, para qual existe legislação específica. (Segue um exemplo de um dos muitos textos sobre o uso dos créditos de biodiversidade para buscar os ganhos líquidos: https://bit.ly/4c40XQO).

O termo biodiversidade foi lançado décadas atrás pelo biólogo Edward O. Wilson (professor de Harvard) para abarcar não somente todas as formas de vida, como também a diversidade entre e dentro das espécies (por exemplo entre as populações locais da fauna e flora), sendo, portanto, muito mais abrangente do que a simples contagem de espécies. Alguns anos depois de ter sido lançado, a organização internacional Convention on Biological Diversity (https://www.cbd.int/) adotou essa abordagem abrangente da biodiversidade e ainda incluiu os ecossistemas como unidade espacial.

Quando pensamos nas vantagens e ganhos que os créditos de biodiversidade podem fornecer, nós devemos idealmente ter em mente o funcionamento dos ecossistemas e a conservação biológica a médio e longo prazo (e uma perspectiva do tempo evolutivo). Essas duas abordagens são centrais na manutenção dos processos naturais e consequentemente do bem-estar da humanidade. Por isso, como vou explicar, necessariamente formas de estimativa de diversidade funcional e filogenética devem ser usadas nos cálculos dos créditos de biodiversidade.

A diversidade taxonômica, forma mais tradicional (e fácil) de estimar a biodiversidade , não permite avançar em estimativas que permitam alcançar metas que busquem o funcionamento dos ecossistemas e a conservação biológica

As espécies têm funções distintas e de com diversas magnitudes de importância para os ecossistemas, e as análises de diversidade funcional contemplam essas nuances pois analisam caracteres biológicos das espécies (e algumas vezes das populações locais da fauna e flora) que nos ajudam a entender como elas influenciam os ecossistemas. Alguns exemplos são aspectos fisiológicos (por exemplo capacidade maior ou menor de algumas espécies de plantas de fixar nitrogênio), morfológicos (área foliar que influencia na taxa de fotossíntese), comportamental (se a espécie da fauna é solitária ou forma grupos, e o tipo de dieta dos animais (dispersores de sementes e polinizadores).

A lista de caracteres biológicos é imensa, e só como exercício vamos pensar em algumas áreas com morcegos dispersores de sementes e outra área com morcegos polinizadores, e ainda assumindo espécies de morcegos com capacidade de voo diferenciadas em cada um desses grupos. Existem várias fórmulas matemáticas (que incluem variáveis contínuas e categóricas) para mensurar a diversidade funcional que considerem tudo isso exposto acima em um único estimador, além da variação nas abundâncias, que é uma outra característica intrínseca das espécies. E, o que é importante, a diversidade funcional é uma forma independente das estimativas tradicionais de riqueza de espécies. Basicamente, a diversidade funcional é capaz de mensurar uma outra dimensão da biodiversidade.

Já as estimativas de diversidade de filogenética usam caracteres que representam as variações das linhagens evolutivas (ou clados, como são chamados na literatura) entre espécies e níveis hierárquicos maiores, permitindo que se faça avaliações de conservação além das feitas só com as espécies. Por exemplo, podemos ter duas áreas e cada uma com seis espécies de mamíferos. No entanto em uma das áreas tem seis espécies de primatas, e a outra área tem espécies variadas sendo: um marsupial, um tatu, um morcego, um ungulado (grupo dos porcos do mato, anta entre outros) um primata e um roedor. As duas áreas têm seis espécies, mas a quantidade de história evolutiva é completamente diferente.

Não parece haver dúvidas sobre a importância de os créditos de biodiversidade ajudarem na conservação da própria biodiversidade, e as estimativas de diversidade de filogenética são a melhor forma para alcançar esse objetivo.

A questão que me motivou a escrever esse texto é que os créditos de biodiversidade, como originalmente formulados por instituições como The Biodiversity Consultancy e World Economic Forum e que inspiraram dezenas de estimativas de outras instituições no Brasil e no mundo, foram formulados usando unicamente a biodiversidade de espécies. Esta forma de estimar a biodiversidade é também conhecida como diversidade taxonômica, e é a forma mais tradicional (e fácil) de estimar a biodiversidade.

O ponto é que por meio desta diversidade é impossível avançar em estimativas que permitam alcançar metas que busquem o funcionamento dos ecossistemas e a conservação biológica. Existem ainda propostas de estimar os créditos de biodiversidade por meio de estimativas de cobertura de vegetação nativa e conectividade entre as áreas. No entanto, em um país onde existe grande pressão de caça e outras ameaças imperceptíveis aos satélites, me parece pouco adequado apostar os créditos de biodiversidade em lugares que possam estar sem a fauna.

Por isso, me parece que o ideal é que os créditos de biodiversidade incluam estimativas de biodiversidade, e especificamente de diversidade funcional e filogenética. Se isso for feito, os créditos de biodiversidade serão muito bem convertidos em ganhos para a natureza e, consequentemente, para o bem-estar da humanidade.

Carlos Eduardo de Viveiros Grelle é professor associado do Departamento de Ecologia/UFRJ, coordenador do projeto BioMA/CNPq/MCTi de monitoramento da Mata Atlântica e pesquisador do Centro de Conhecimento em Biodiversidade.

INÊS 249

Especial

Infraestrutura Financiado por bancos chineses, o projeto é tão importante para Pequim que Xi Jinping deverá estar presente na inauguração em novembro

Megaporto de Chancay promete acelerar comércio entre a China e a América do Sul

Ryan Dubé e James T. Areddy
Dow Jones, de Chancay (Peru)

PAUL GAMBIN/BLOOMBERG

A 80 km ao norte de Lima, Chancay será o primeiro da costa do Pacífico na América do Sul capaz de receber meganavios devido aos seus 18 metros de profundidade

Nesta tranquila cidade na costa do Pacífico na América do Sul, a China está construindo um megaporto que poderá desafiar a influência dos Estados Unidos em uma região rica em recursos que Washington há muito considera seu quintal.

O porto de águas profundas de Chancay, que surge aqui entre pelicanos e pescadores em pequenos barcos de madeira, é tão importante para Pequim que se espera que o líder chinês, Xi Jinping, o inaugure no fim do ano em sua primeira viagem ao continente desde a pandemia de covid-19.

Controlado majoritariamente pela gigante China Ocean Shipping, conhecida como Cosco, Chancay promete acelerar o comércio entre a Ásia e a América do Sul, beneficiando em algum momento clientes tão distantes como o Brasil com um trajeto de navegação mais curto pelo Pacífico para produtos que vão de mirtilo a cobre.

Com nações do mundo inteiro preocupadas perante uma nova enxurrada de produtos manufaturados chineses baratos, o porto poderá abrir novos mercados para seus veículos elétricos e outras exportações. A China já é o principal parceiro comercial da maior parte da América do Sul.

Os EUA temem que o controle da China sobre o que poderá se tornar o primeiro centro comercial verdadeiramente global da América do Sul permita a Pequim reforçar ainda mais o seu controle sobre os recursos da região, aumentando sua influência entre seus vizinhos mais próximos e eventualmente instalando forças militares nas proximidades.

"Isso tornará ainda mais fácil para os chineses extrair todos esses recursos da região, então isso deve ser preocupante", disse no mês passado a general do Exército Laura Richardson, que chefia o Comando Sul dos EUA, em uma conferência sobre segurança na Universidade Internacional da Flórida.

Ex-autoridades americanas afirmam que o projeto mostra o vazio diplomático que os EUA deixaram na América Latina ao concentrar recursos em outros lugares, mais recentemente na Ucrânia e no Oriente Médio.

"Isso muda o jogo", diz Eric Fanrsworth, um ex-diplomata de alto escalão do Departamento de Estado que hoje lidera o escritório de Washington do centro de estudos Council of the Americas. "Isso realmente posiciona a China de uma forma nova e importante na América do Sul como porta de entrada para os mercados globais. A esta altura, não se trata apenas de uma questão comercial, e sim de uma questão estratégica."

Localizado a 80 quilômetros ao norte de Lima, o porto de US$ 3,5 bilhões — financiado por empréstimos de bancos chineses — será o primeiro da costa do Pacífico na América do Sul capaz de receber meganavios devido aos seus quase 18 metros de profundidade, embora outros portos da região tenham grande capacidade de movimentação de contêineres. Isso permitirá que as empresas enviem cargas nessas embarcações diretamente do Peru para a China, em vez de em pequenos navios que precisam passar primeiro pelo México ou a Califórnia.

A Cosco diz que Chancay tem como único objetivo incrementar o comércio. "Esse é um projeto comercial para promover o desenvolvimento", diz Gonzalo Rios, vice-gerente-geral da Cosco no Peru. "Não há nada a esconder aqui."

Pouco depois de o acordo para a construção do porto ter sido acertado em 2019, a imprensa estatal chinesa entusiasmou-se com previsões sobre o futuro do Peru como um centro no comércio entre a China e a América do Sul, e sugestões de que ele poderá ajudar Pequim em outras prioridades, como uma ligação por cabo submarino.

"O Peru poderá ser a âncora de tal corredor não só devido à sua localização geográfica, mas também em razão de suas relações com a China", disse um comentário publicado no jornal estatal em língua inglesa "China Daily".

O Peru não levou em conta as preocupações dos EUA. O Congresso desse país com 33 milhões de habitantes e que está longe de qualquer conflito global, precisa aprovar a chegada de militares estrangeiros, mas não de um operador de portos.

Javier González-Olaechea, ministro das Relações Exteriores do Peru, disse que se os EUA estão preocupados com a presença crescente da China no país sul-americano, então eles deveriam aumentar seus próprios investimentos, acrescentando que "todo mundo é bem-vindo" para investir.

"Os EUA estão presentes em quase todas as partes do mundo com muitas iniciativas, mas nem tanto na América Latina", disse González-Olaechea em uma entrevista. "É como um amigo muito importante que passa pouco tempo conosco."

Chancay é o equivalente a um porto construído pela Cosco na Grécia em 2016 que deu à China uma posição segura no sul da Europa. Hoje, as empresas chinesas controlam ou operam terminais em cerca de 100 portos marítimos estrangeiros. Segundo a AidData, um laboratório de pesquisas da Universidade William & Mary da Virgínia, elas financiaram quase US$ 30 bilhões em obras em pelo menos 46 países entre 2000 e 2021.

Os investimentos em portos proporcionaram à China uma vantagem diplomática junto a nações famintas por investimentos. Os navios da Marinha chinesa já atracaram em mais de um terço dos portos que suas empresas possuem ou operam ao redor do mundo.

Mas os portos não surgiram como base militares chinesas disfarçadas, servindo em vez disso como anfitriões para visitas cerimoniais da Marinha. E a análise comercial de custo-benefício do esforço de construção de portos da China só será conhecida daqui a algum tempo, uma vez que leva anos para o estabelecimento de centros comerciais em novos mercados. As preocupações mais imediatas sobre seus portos, que vão do endividamento em Moçambique a sinais de danos ambientais no Quênia, já estão em evidência, juntamente com sinais na Europa de que os interesses locais não são tão importantes quanto os da China.

Os EUA discutiram suas preocupações com as autoridades peruanas sobre o controle pela China de infraestruturas vitais, incluindo Chancay, segundo disse uma exautoridade americana com conhecimento das discussões. O que preocupa Washington é a interação entre as empresas comerciais da China e o governo — especialmente os militares. Portos e seus equipamentos podem ter usos comerciais e militares.

> "O porto posiciona a China de uma forma nova e importante na América do Sul"
> *E. Fanrsworth*

As leis chinesas exigem que suas companhias considerem as necessidades de defesa nacional em suas operações, o que pode significar fornecer acesso preferencial a embarcações militares em terminais portuários, partilhar informações potencialmente valiosas e apoiar a defesa e a mobilização, diz Issac Kardon, um pesquisador sênior do Carnegie Endowment for International Peace.

"Os americanos estavam um pouco adormecidos", diz John Youle, um proeminente empresário do Peru e ex-diplomata americano. "De repente, eles [em Washington] acordaram."

Essa mudança poderá se manifestar em meados de novembro, quando Xi deverá estar no Peru para uma reunião de cúpula de países da Ásia-Pacífico. Quer o presidente Joe Biden participe ou não da reunião — marcada para logo depois das eleições americanas de novembro —, o líder chinês deverá roubar a cena com um projeto elaborado para fortalecer a influência da China no Hemisfério Ocidental.

O porto colocou o Peru no meio da rivalidade entre as duas superpotências na América do Sul. O Brasil, a maior economia da América Latina, quer desenvolver semicondutores com a China, depois de rejeitar os pedidos dos EUA para excluir a Huawei Technologies das redes 5G. Empresas chinesas estão construindo um metrô na capital da Colômbia, Bogotá. Honduras cortou as relações com Taiwan, esperando receber uma enxurrada de investimentos chineses. E na Argentina, a China está comprando minas de lítio, um componente essencial em veículos elétricos.

O Peru acolheu com satisfação os investimentos chineses em tudo, de portos à mineração e eletricidade, que darão a empresas chinesas o controle sobre praticamente toda a distribuição de energia em Lima.

"O Peru está aumentando ainda mais sua dependência econômica da China e tornando-se vulnerável a uma possível coerção econômica chinesa", diz Leland Lazarus, um especialista em relações China-América Latina da Universidade Internacional da Flórida.

O Peru ocupa o quinto lugar entre as nações mais influenciadas pela China no mundo, de acordo com um indicador produzido por duas organizações críticas a Pequim, a Doublethink Lab e a China in the World Network. Os veículos fabricados na China são onipresentes no país. No arborizado bairro de Miraflores, na capital, não muito longe de um parque que leva o nome de John F. Kennedy, as autoridades locais inauguraram o chamado Parque da China, com vista para o Pacífico, que exibe uma pérgula e estátuas de leões trazidas da China para celebrar o estreitamento dos laços.

No porto, onde há sinalização em espanhol e chinês, um túnel de 1,5 quilômetro de extensão dará acesso aos caminhões de carga sem que eles precisem passar pela cidade. Guindastes automatizados e veículos autônomos transportarão cargas para alguns dos maiores navios de transporte marítimo do mundo, tão longos quanto a altura do Empire State Building, de 443 metros.

A construção de Chancay abalou tanto uma comunidade pesqueira outrora tranquila, que os moradores locais a culparam por rachaduras nas paredes de suas casas, o desabamento de uma estrada e o declínio da pesca na área. A Cosco diz que reparou as casas e a estrada e trabalhou para amenizar o impacto sobre os pescadores.

"A pesca não é mais a mesma", diz Hugo Pasach, um pescador de Chacay. "Em um ano, venderei tudo e farei outra coisa."

Daniel Bustamante espera que o porto abra novos mercados asiáticos para os mirtilos e abacates que ele cultiva na costa do Peru e que hoje ele envia principalmente para a Europa e os EUA. As atuais rotas marítimas entre Peru e China — cerca de 35 dias — demoram muito para que os alimentos mais perecíveis cheguem aos mercados. Chancay ajudará a reduzir esse tempo em um terço, diminuindo os custos comerciais.

"Esta será uma janela para a Ásia. Nossa expectativa é poder crescer muito naquele mercado", diz Bustamante.

Particularmente tentador para a China é conseguir que o Brasil use o porto. Desde que a China superou os EUA para se tornar o maior parceiro comercial do Brasil em 2009, um grande obstáculo permanece: o Brasil está virado para o oceano errado.

As exportações marítimas para a China, que hoje compra cerca de dois terços do minério de ferro e da soja do Brasil, envolvem ir para leste através do Atlântico ou para o norte para acessar o Pacífico pelo Canal do Panamá.

Com Chancay, os exportadores brasileiros de cidades tão distantes como Manaus, poderão reduzir pela metade o seu tempo de transporte para a China, segundo Omar Narrea, um economista da Universidade do Pacífico do Peru.

Mas chegar a um porto do outro lado da floresta amazônica e das montanhas andinas continua sendo um grande desafio. O Peru tem uma rodovia no extremo sul que liga o país ao Brasil e diz que novas rodovias e ferrovias conectando a Chancay estão em fase de projeto.

"Esse é o tipo de projeto em que todos saem ganhando", diz o ministro dos Transportes do Brasil, Renan Filho. "Mas algumas partes são extremamente complexas." ***(Tradução de Mario Zamarian)***

Ligação transoceânica
Mais comércio entre a Ásia e a América do Sul

Amazonas
Manaus
Vila do conde
PERU
Acre
Chancay
BRASIL

Fonte: Valor

Línguas
Grupo SEB assume 100% da rede de escolas bilíngues Maple Bear e foca na expansão para Europa Central e Oriente Médio
B1

Gestão
Qual a hora certa para os fundadores, como Chade, da Dotz, passarem o comando B4

Energia
Brasil avança para produção de combustível sustentável de aviação (SAF) B2

Versus
Na Usiminas, voto de minerva do STJ sobre mudança do bloco de controle B5

Privatização
IG4 e Veolia desistem de ser acionista de referência da Sabesp B4

Educação Expansão de escola bilíngue será na Europa Central, Oriente Médio, EUA e Tailândia

Grupo SEB assume 100% do controle da Maple Bear

Beth Koike
De São Paulo

Quatro anos após adquirir 70% da operação global da rede canadense de escolas bilíngue Maple Bear, o grupo SEB — do empresário Chaim Zaher — acaba de assumir a totalidade do negócio e a expansão passa a ser focada nos países da Europa Central e do Oriente Médio, além de Tailândia e Estados Unidos. A meta é dobrar o número de escolas e atingir 250 mil alunos, no mundo, em cinco anos. Com essa estrutura, a expectativa é que a receita líquida da Maple Bear salte dos atuais US$ 80 milhões para US$ 500 milhões.

Nos últimos anos, o crescimento da rede de escolas bilíngue se deu basicamente no Brasil que, hoje, representa 40% da receita. Nos outros países, a expansão foi tímida. Esse trabalho era feito por um dos fundadores da Maple Bear, o canadense Rodney Briggs, que detinha 30% e, agora, ao se aposentar decidiu vender a fatia remanescente.

"A matriz da Maple Bear continua no Canadá. Inclusive, ampliamos a equipe lá e contratamos mais professores. Não há mudanças na metodologia pedagógica, que é o grande diferencial", disse Chaim Zaher, presidente do grupo SEB. O Canadá é conhecido por ter uma das melhores metodologias de aprendizado. No mundo, as escolas do Maple Bear são voltados para crianças até seis anos. Já no Brasil, vai até o ensino médio.

Em seu projeto de expansão, o grupo SEB está investindo US$ 100 milhões no desenvolvimento de materiais didáticos e entrada em novos mercados. O grupo brasileiro está se juntando a fundos e investidores pessoa física em diferentes formatos de operação.

40%
é a participação do Brasil na receita

Na Europa Central, o SEB e um fundo da África do Sul vão abrir 100 escolas próprias da Maple Bear no prazo de cinco anos.

Em Portugal e Espanha, Mário Ghio, ex-presidente da Vasta (braço de educação básica da Cogna) se tornou o masterfranqueado dessa região e já vendeu 45 unidades para um fundo português. A fim de acelerar a expansão, Ghio e seus sócios também estão comprando colégios e convertendo para a metodologia canadense e bandeira Maple Bear. Até o momento, eles já investiram € 3 milhões na aquisição e migração de duas escolas, localizadas em Porto e Cascais. "Há uma demanda crescente por escolas privadas bilíngue em Portugal, onde praticamente não há creche pública", disse Ghio.

Nos países do Golfo (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), Chaim tem uma sociedade com um fundo árabe que já investe em educação. Lá as unidades da Maple Bear serão próprias e geridas pelo fundo.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

"A sede continua sendo no Canadá, não haverá qualquer mudança na metodologia pedagógica"
Chaim Zaher

Na Ásia, o modelo também é de escolas próprias — formato diferente do Brasil, onde a operação é praticamente toda por meio de franquias. Aqui, há 204 escolas da Maple Bear em operação e outras 100 já foram vendidas, mas ainda não abriram suas portas. Em 2028, o mercado nacional deverá ter 380 unidades da rede canadense.

A Tailândia é considerado um dos mercados de maior potencial de crescimento no exterior, com desempenho superior, inclusive, ao Brasil. "Nos países em que atuamos, as crianças aprendem o idioma local e o inglês, podendo haver até um terceiro idioma", disse Chaim. Além disso, nas regiões em que a língua materna é o inglês, a escola oferece como segundo idioma opções como espanhol, francês, árabe, entre outros.

Os Estados Unidos também estão no mapa de expansão da Maple Bear. Além do público latino, Chaim está investindo no mercado americano porque lá não há educação infantil pública e vem aumentando a quantidade de famílias matriculando seus filhos em colégios privados.

"Já temos nove joint venture. Nesse modelo, o parceiro investe e nós recebemos dividendos e royalties", disse Nilson Curti, diretor executivo do SEB. Em algumas regiões do mundo, o SEB vai entrar direto, sem parceiro local.

Dentro de cinco anos, quando a rede de escolas bilíngue já estará mais robusta, o objetivo é abrir o capital da Maple Bear na Nasdaq ou no Canadá. Segundo Chaim, a empresa é avaliada, atualmente, em US$ 1 bilhão considerando as métricas que estão sendo usadas no mercado internacional de escolas premium bilíngue — segmento da educação básica que mais cresce e atrai investidores.

No Brasil, o mercado premium de colégios, cujas mensalidades variam de R$ 3 mil a R$ 10 mil, movimenta cerca de R$ 10 bilhões, por ano. A margem Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) fica entre 30% e 35%, podendo chegar a 50%

INÊS 249

Veículos Montadora detalhou investimento de R$ 3 bilhões para sua unidade no Paraná

Para Volks, carro chinês e imposto são entraves à expansão

Marli Olmos
De São José dos Pinhais (PR)

A Volkswagen começou a divulgar a divisão, por fábrica, do ciclo de investimentos, que totalizará R$ 16 bilhões para a década. A do Paraná receberá R$ 3 bilhões. Os recursos serão usados para produzir novos modelos, incluindo uma picape inédita. Mas a continuidade da expansão das vendas de veículos fabricados no Brasil corre riscos, segundo Ciro Possobom, presidente da empresa no país. Ele aponta duas ameaças: aumento da concorrência de modelos chineses importados e a possibilidade de automóveis serem incluídos na lista do imposto seletivo, que visa elevar a carga tributária de produtos prejudiciais à saúde.

"Lutamos para não ter imposto seletivo porque a carga tributária que incide nos carros já é elevada, varia de 38% a 45%", destaca Possobom em relação ao imposto criado na reforma tributária com o objetivo de desestimular o consumo de determinados bens.

Já o aumento de impostos sobre carros híbridos e elétricos importados já está em curso, mas não tem conseguido conter a expansão das vendas de modelos chineses, ao contrário do que gostariam grandes produtores de veículos no país, como a Volkswagen.

Em janeiro, o governo retomou a cobrança de Imposto de Importação em carros puramente elétricos, que eram isentos, e elevou a alíquota de híbridos. O ajuste gradual elevará as alíquotas até o teto de 35% em julho de 2026. A dos 100% elétricos está em 10% e vai a 18% no início do próximo mês.

Mesmo assim, o Brasil tornou-se o maior destino das exportações de carros chineses, com 88,3 mil unidades de modelos híbridos e elétricos embarcadas de janeiro a abril. Os dados constam em reportagem da jornalista Marta Watanabe, publicada no site do **Valor** na segunda-feira (17), com base em dados da Administração Geral da Alfândega da China.

Num momento em que na União Europeia carros chineses se tornaram alvo de investigação de subsídios e, nos Estados Unidos, a alíquota do imposto para esses produtos subiu de 25% para 100%, no Brasil, o assunto movimenta os fabricantes tradicionais.

GABRIEL REIS/VALOR

"A justiça nas regras de competição precisa estar na estratégia de governo", afirmou Ciro Possobom, presidente da montadora no país, na fábrica do Paraná

"Isso nos preocupa mesmo que as alíquotas do imposto já tenham subido. A justiça nas regras de competição precisa estar na estratégia de governo", disse Possobom, depois de participar, ontem, de cerimônia para celebrar os 25 anos da fábrica da Volks em São José dos Pinhais (PR).

Segundo o executivo demonstra, a concorrência chinesa o preocupa mais do que do que qualquer um dos problemas que hoje afetam a estabilidade do cenário econômico no país, como a polêmica que envolve o ajuste fiscal e que tem provocado forte reação no mercado financeiro. "Estamos no Brasil há 71 anos; acreditamos no país, apesar dos altos e baixos."

R$ 16 bi é o total que a Volks vai investir até 2028

Em janeiro, a direção da Volks anunciou um novo aporte, de R$ 9 bilhões que se soma aos R$ 7 bilhões anunciados em 2021. O total de R$ 16 bilhões será aplicado até 2028 para o lançamento de 16 modelos, incluindo híbridos e elétricos. Possobom não revelou quando a empresa começará a produzir híbridos no país.

Na cerimônia, ele revelou apenas a estratégia de diversificar e intensificar a produção no Paraná. "Ainda temos muito espaço aqui"

A principal novidade na fábrica paranaense será a produção de uma picape completamente nova, com características e data da produção ainda não revelados. Como a Volks já produz a Amarock, uma picape grande, na Argentina, o mercado espera que o futuro modelo seja médio ou pequeno.

Antes da picape, a montadora vai também usar a fábrica do Paraná para ampliar a produção do sedã Virtus, já fabricado em São Bernardo Campo (SP). A nova linha de produção desse modelo começará a funcionar em 2025. Da unidade paranaense, hoje, sai apenas o utilitário esportivo T-Cross, renovado recentemente.

Em São José dos Pinhais, trabalham 2 mil dos 13 mil funcionários que a Volks emprega no país. A empresa não anunciou se vai precisar abrir mais postos de trabalho. Segundo Possobom, os volumes de produção estarão vinculados ao que vai acontecer no mercado.

A fábrica da Volks no Paraná é um dos frutos do programa de incentivos criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para descentralizar a produção de veículos no país.

Numa área de 1,3 milhão de metros quadrados, a fábrica de São José dos Pinhais já produziu mais de 3 milhões de veículos. A empresa anunciou, ainda, o aporte de R$ 11,7 milhões que serão destinados a projetos de saúde e de educação no Paraná.

Total de 54 empresas do Paraná, entre fabricantes de peças e de compras em geral, são fornecedoras da Volks. Representam 20% das compras da empresa no Brasil. Em 2023, as compras da montadora no Paraná somaram R$ 5 bilhões, segundo Alexander Seitz, chairman da Volks na América do Sul.

A unidade também abriga uma linha da Audi, que pertence ao grupo Volks. Os carros Audi eram produzidos no início da operação da fábrica. Essa linha foi interrompida anos mais tarde, mas retomada em meados de 2022, com a montagem de veículos com peças importadas, principalmente.

A repórter viajou a convite da Volkswagen

Brasil lança planta de petróleo sintético para aviação

Biocombustíveis

Robson Rodrigues
De São Paulo

A primeira fábrica em caráter experimental do Brasil para produção de petróleo sintético a partir do biogás e hidrogênio verde, com objetivo de produzir combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), foi inaugurada na segunda-feira (17), dentro da usina de Itaipu Binacional,

O empreendimento foi criado pelo Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás) e pela Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio do projeto H2Brasil. A usina recebeu € 1,8 milhão (cerca de R$ 10 milhões) do governo alemão a fim de viabilizar uma rota para produção de combustíveis verdes a partir do biogás.

O projeto vai produzir 6 quilos por dia de uma mistura de hidrocarbonetos sintetizada a partir de biogás e hidrogênio verde, chamada de biosyncrude, que será destinada à produção do SAF.

O SAF pode ser obtido a partir de diferentes rotas tecnológicas e com matérias-primas que vão de oleaginosas a etanol e resíduos sólidos urbanos. No caso da unidade do Paraná, a ideia é utilizar até 50 metro cúbicos normais por dia (Nm³ /dia) de biogás produzido na unidade de biodigestão da Itaipu como fonte de carbono para a produção dos hidrocarbonetos. Além disso, serão utilizados 53 Nm³ /dia de hidrogênio verde produzido pelo Núcleo de Pesquisa em Hidrogênio (Nuphi) do Parque Tecnológico Itaipu (PTI).

O biosyncrude será enviado para o Laboratório de Cinética e Termodinâmica Aplicada (Lacta) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para caracterização e refino para obtenção do SAF. Ao **Valor**, o diretor da agência de cooperação alemã GIZ e um dos responsáveis pelo projeto, Markus Francke, explica que a ideia é demonstrar a possibilidade de aproveitar a vocação local de biogás, mas ainda existem fronteiras técnicas e econômicas a serem superadas para que o projeto ganhe escala.

"Estamos usando dinheiro público alemão no projeto. Então decidimos eleger essa possibilidade de fábrica combinada de biogás hidrogênio verde. Não temos condições de fazer uma produção industrial, então o objetivo é promover estudos de viabilidade", diz.

> "O objetivo é promover estudos de viabilidade"
> *Markus Francke*

O superintendente de Energias Renováveis da Itaipu, Rogério Meneghetti, diz que a planta de biogás recebe matéria orgânica de restaurantes, copa da empresa e cargas de alimentos apreendidas na região da tríplice fronteira. Rafael Gonzalez, diretor presidente do CIBiogás, acrescenta que foi criado um mapa dinâmico para identificar áreas com maior potencial de produção de SAF no Paraná, para dar escala ao projeto.

Empresas como Embraer, Petrobras, Vibra, Shell e Boeing, por exemplo, têm realizado ensaios com SAF ou pretendem produzir o combustível, porém a regulação no Brasil sobre essa nova tecnologia não deixa as empresas confortáveis em investir no insumo.

O governo alemão já investiu mais de € 36 milhões em novas tecnologias relacionadas à transição energética. Entretanto, o SAF não tem viabilidade econômica comparado com querosene de aviação, de base fóssil, podendo ser até quatro vezes mais caro. No caso dos projetos de combustível de aviação, o Brasil tem sido visto como potencial "player", dada sua vocação para produção de óleos vegetais, proteína animal ou biomassas em geral.

Contudo, o diretor da Escola de Engenharia da USP de São Carlos, Fernando Catalano, avalia que o etanol seria a melhor alternativa ao Brasil, já que este é um segmento que tem uma cadeia de suprimentos estabelecida no país. O acadêmico acrescenta ainda que o país carece de um arcabouço legal e subsídios necessários para viabilizar a produção em larga escala.

Curta

Venda de imóveis recorde

A venda de unidades residenciais novas atingiu recorde nos 12 meses encerrados em março deste ano, de acordo com o indicador Abrainc-Fipe, elaborado com dados de 20 incorporadoras pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Foram vendidas 177.350 unidades novas, crescimento de 43,1% sobre os 12 meses anteriores. O volume supera a marca atingida em dezembro de 2023, quando o acumulado de 12 meses foi de 163,1 mil unidades, até então o recorde da série histórica iniciada em 2014. Em valor, o aumento foi de 47,4%, com R$ 54,3 bilhões movimentados. Em número de unidades, foi o segmento do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que puxou o resultado, com alta de 56,4% nas unidades econômicas vendidas. O setor de médio e alto padrão cresceu 15,2%.

O equilíbrio entre consistência e entusiasmo

Gestão

Alexandre Ribas

No ambiente corporativo, o equilíbrio entre consistência e entusiasmo, temperados por uma combinação de estratégia, foco e disciplina, é fundamental para o sucesso de qualquer organização. O entusiasmo é uma força poderosa para impulsionar a inovação e a motivação da equipe. Mas é a consistência a base sólida para o desempenho no longo prazo, garantindo que metas e objetivos sejam alcançados de maneira sustentável e eficiente.

A capacidade de manter padrões elevados de desempenho e comportamento ao longo do tempo é crucial para a construção de confiança — seja ela entre pares, líderes, liderados ou clientes. Essa consistência permite que processos sejam refinados e otimizados, criando as condições para o crescimento das empresas. Pois quando ações e resultados são consistentes, as organizações podem fazer planejamentos mais precisos, reduzir incertezas e ampliar sua capacidade de resposta a mudanças de mercado — o que pode ser a diferença entre sucesso e fracasso.

A consistência também tem papel crucial no fortalecimento da cultura corporativa. Valores e comportamentos consistentes ajudam a moldar uma identidade corporativa clara, que baliza as decisões estratégicas e orienta os funcionários em suas ações diárias. Essa coerência cria um ambiente de trabalho onde os colaboradores se sentem seguros e são incentivados a contribuir de maneira significativa. Um incentivo que gera entusiasmo.

O entusiasmo é o combustível que alimenta a inovação e a criatividade. Funcionários entusiasmados estão mais propensos a assumir riscos calculados, a propor novas ideias e a encontrar novas soluções para problemas antigos. O entusiasmo contagia e mantém a moral alta. Times motivados são o melhor antídoto contra o "turnover" e a perda de talento.

Sozinho, contudo, o entusiasmo não basta para garantir o sucesso a longo prazo. Sem direcionamento claro e propósito definido, o entusiasmo pode se dissipar rapidamente, levando à frustração e à desmotivação. É aqui que entram a estratégia, o foco e a disciplina. Porque para o entusiasmo se traduzir em resultados tangíveis, ele tem de ser canalizado por meio de uma estratégia bem definida.

A estratégia proporciona um roteiro claro, delineando os objetivos a serem alcançados e os passos necessários para atingi-los. Sem uma estratégia, o entusiasmo pode ser desperdiçado em esforços dispersos e pouco produtivos. Daí o foco ser igualmente vital. O foco faz com que os colaboradores direcionem energia, tempo e talentos para o que realmente importa, evitando a dispersão de esforços em atividades desconectadas dos objetivos estratégicos.

Mas para se manter consistência e foco ao longo do tempo, é preciso disciplina para que os processos sejam seguidos rigorosamente, os prazos sejam cumpridos e os orçamentos observados. A disciplina é o que faz com que a organização mantenha seu curso mesmo diante de desafios imprevistos e contratempos.

Líderes eficazes precisam incentivar o entusiasmo dos funcionários, ao mesmo tempo em que estabelecem e mantêm padrões de consistência, garantindo tanto o dinamismo quanto a sustentabilidade da empresa, pautados por metas claramente definidas e pactuadas.

Dessa forma, se o entusiasmo impulsiona a inovação e a moral, a consistência garante a sustentabilidade dos resultados e a confiança no longo prazo. Assim, ambos, equilibrados e sustentados por foco e disciplina, permitem às empresas acelerarem no caminho para a conquista de seus maiores objetivos.

Alexandre Ribas é CEO da Falconi
E-mail ribas@falconi.com

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL COMO IMPULSIONADORA DE NEGÓCIOS.

Vamos debater os caminhos possíveis para o Brasil dar um salto digital no ambiente empresarial, como facilitar o acesso de pequenas empresas a ferramentas digitais, como fortalecer a cibersegurança de empresas e o que as transformações digitais podem gerar de positivo para os negócios. Acompanhe o encontro com especialistas e fique mais informado sobre o que conecta o mundo.

AMANHÃ, ÀS 9H

CONVIDADOS:

MEDIAÇÃO:

Daniel Moraes
Diretor de Inovação e Tecnologia da Tupy e Deputy Chair da Força Tarefa de Transformação Digital do B20

Ingrid Barth
Presidente da Abstartups e líder do Startup20

João Rosa
Repórter especial do Valor Econômico

TRANSMISSÃO:

O GLOBO VALOR

SAIBA MAIS SOBRE TUDO O QUE ACONTECE NO G20

ESTADO ANFITRIÃO

CIDADE ANFITRIÃ

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO

Petrobras paga a União e pode abrir espaço para dividendos

Litígio

Kariny Leal e Fábio Couto
De Rio

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem o pagamento de R$ 19,8 bilhões relativos a um acordo negociado com a Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em processos em tramitação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Os conselheiros da estatal reuniram-se extraordinariamente para votar o fim dos litígios da estatal com o Carf, sobre remessas ao exterior para pagamento de afretamentos (uma espécie de aluguel) de embarcações de exploração de petróleo. A medida pode abrir espaço para que a estatal decida, antes de dezembro, a distribuição de R$ 21,9 bilhões em dividendos extraordinários de 2023 retidos numa reserva de capital.

A adesão ao acordo vinha sendo negociada desde a gestão de Jean Paul Prates e faz parte da chamada "transação de grandes teses tributárias", que vem sendo feita pela Receita e pela PGFN, uma das principais apostas da Fazenda para zerar o déficit primário neste ano.

O valor acordado corresponde a um desconto de 65% em relação ao passivo original da Petrobras, de R$ 44,79 bilhões. Do montante, R$ 6,65 bilhões serão pagos com depósitos judiciais já realizados nos processos e R$ 1,29 bilhão serão repassados com créditos de prejuízos fiscais de subsidiárias.

Os R$ 11,85 bilhões restantes serão pagos parceladamente, sendo R$ 3,57 bilhões no fim de junho e em seis parcelas mensais, de cerca de R$ 1,38 bilhão cada, a partir de julho, atualizadas pela taxa Selic. "No lucro líquido do 2º trimestre de 2024, o impacto após os efeitos tributários será de aproximadamente R$ 11,87 bilhões", disse a estatal em fato relevante.

Segundo a petroleira, cerca de 13% do total é de responsabilidade de "diversos parceiros" nos consórcios de exploração e produção (E&P). A Petrobras disse que está negociando as condições para ressarcimento dos valores referentes a tais participações e que o acordo traz "benefícios econômicos".

"Manter as discussões judiciais implicaria em "esforço financeiro para oferecimento e manutenção de garantias judiciais, além de outras custas e despesas processuais", salientou a Petrobras.

Fontes ouvidas pelo **Valor** avaliam que a aprovação do acordo com o Carf pode sinalizar que o governo não esperaria até dezembro para decidir pela distribuição aos acionistas dos recursos retidos na reserva de capital. Em abril, acionistas da companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária (AGE), o pagamento de R$ 21,9 bilhões, o que corresponde a 50% dos dividendos extraordinários, de 2023, no valor de R$ 43,9 bilhões. Do total, o governo ficou com cerca de R$ 8,1 bilhões, sendo pouco mais de R$ 6,3 bilhões para o Tesouro Nacional e algo como R$ 1,7 bilhão para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A outra metade ficou na reserva estatutária para ser avaliada pela empresa até o fim do ano, com a possibilidade de distribuição como dividendos intermediários. Caso a Petrobras decida pela remuneração, a União poderia contar com mais R$ 6,3 bilhões nos cofres públicos ainda neste ano.

Logo, a União receberia cerca de R$ 32,6 bilhões em recursos extras da Petrobras este ano, entre o acordo com o Carf, a distribuição dos dividendos retidos, e o montante aprovado pela AGE, que está sendo pago. Os acionistas receberam em maio a primeira parcela dos R$ 21,9 bilhões autorizados e a segunda deve ser liberada nos próximos dias.

A União precisava contar com pelo menos dois votos além dos seis que já detinha no colegiado, por ser acionista majoritária da petroleira. De acordo com o regimento interno do conselho de administração, operações que envolvam a União exigem aprovação de dois terços dos conselheiros. Em caso de empate, diz o regimento, o presidente do conselho teria o voto de qualidade.

A pauta foi aprovada em reunião pelo placar de 10 a 1. Como a União tem seis representantes no conselho da Petrobras, composto por 11 cadeiras, o tema precisaria de pelo menos oito votos para ser aprovado. O único voto contrário foi do representante dos acionistas minoritários Marcelo Gasparino, conforme uma fonte.

Sucessão Da leva que fez IPO em 2020 e 2021, algumas empresas já fizeram a mudança no comando

Quando o fundador deve deixar de ser CEO?

André Ítalo Rocha
De São Paulo

Roberto Chade — fundador da Dotz que no mês passado encerrou um ciclo de 24 anos como CEO da companhia, quase a metade dos seus 51 anos — queria ter deixado antes o comando do negócio.

A ideia de preparar uma sucessão brotou pela primeira vez em 2017 e ele achou que poderia realizá-la em um período de três anos, até 2020. A pandemia, contudo, causou tamanho rebuliço no mundo que ele preferiu seguir por mais um tempo. E depois veio o IPO, em 2021, que o levou a continuar para se dedicar a entregar o que foi prometido aos investidores.

Nesses três anos como CEO de uma empresa listada, enfrentou uma forte desvalorização da ação, refletindo também uma aversão do mercado às "techs" em um período de juros altos, e teve de buscar uma reestruturação para mostrar resultado aos acionistas.

Agora que a empresa está mais perto de um "breakeven", o fundador entendeu que já havia condições para finalmente passar o bastão. "Percebemos que a Dotz chegou a um momento em que o importante agora é executar o plano, o que exige outras skills para um CEO", ele explica ao **Pipeline**.

"E um fundador, em geral, é aquele empreendedor que tem uma veia disruptiva, que está sempre querendo propor coisas novas, e às vezes o mais importante é executar o plano, para não perder o foco, e alguém com perfil de empreendedor pode até atrapalhar."

Mas Chade confessa que a decisão também envolveu aspecto motivacional. "É como um jogador de futebol. Assim como ele tem que continuar tendo prazer em treinar, não só em jogar, o CEO também tem que ter prazer no operacional do dia a dia. Se está perdendo isso, é hora de pensar em sucessão", afirma o empreendedor, substituído no comando da Dotz por Otavio Araújo, que está na empresa há 13 anos e começou a ser preparado como sucessor em abril do ano passado, quando foi anunciado como presidente de operações.

A saída de um fundador do cargo de CEO é um processo natural para empresas longevas e que chegam a determinado porte. Não só porque o fundador não vai viver para sempre, mas também porque é esperado que o momento da companhia exija uma nova gestão, como a necessidade de se adaptar a mudanças de mercado, tocar uma agenda de M&As ou preparar o negócio para um novo ciclo.

Em uma empresa listada, que acaba passando por um escrutínio maior por parte de investidores, é mais difícil que um fundador permaneça no comando por muito tempo. Em nome de uma boa governança, não é o ideal ter nomes vitalícios. Da leva que entrou no "boom" de IPOs de 2020/2021, algumas já passaram por esse processo, como Espaçolaser, Grupo Mateus, Infracommerce e Track&Field, além da Dotz.

Mas cada caso é um caso. Nem sempre o fundador sai por tomada de consciência, como ocorreu com Chade (a família ainda tem cerca de 70% da companhia). Por vezes a troca pode se dar no contexto da chegada de um novo investidor.

Foi o que aconteceu com a Infracommerce. Após o Pátria e a gestora chilena Igneous se tornarem acionistas relevantes da empresa, um movimento liderado pelos dois investidores tirou o fundador Kai Schoppen do comando do negócio, no qual ficou por 12 anos.

Schoppen — que tocou uma intensa agenda de M&As após o IPO e deixou o cargo de CEO depois de uma desvalorização de mais de 90% em bolsa, com a ação valendo menos de R$ 1 — foi substituído por um executivo contratado do mercado, Ivan Murias, que até então estava como CEO da Valid, empresa na qual executou um ciclo de turnaround. O fundador nem sequer foi mantido no conselho. Sob seu comando, a empresa chegou a anunciar esforços em 2023 para aumentar a rentabilidade, conseguindo dobrar o Ebitda, mas sem evitar o aumento do prejuízo líquido ao fim do ano.

É uma situação que retrata como é mais fácil tirar o fundador quando ele já não tem participação significativa. Além da Infracommerce, há o caso da Getninjas, na qual Eduardo L'Hotellier saiu do comando (e depois vendeu o que tinha em ações) após ofensiva da Reag Investimentos para tomar o controle e indicar um substituto para o posto de CEO. Na sexta-feira, a Zamp, controlada pela fundo Mubadala desde o início deste ano, anunciou que um dos sete fundadores do negócio, Ariel Grunkraut, está de saída do cargo de CEO, mas ainda sem um substituto definido.

O ideal, diz a cartilha da governança corporativa, é que a sucessão seja preparada com antecedência, para que a empresa siga novo rumo sem perder valores e cultura implementados por quem fundou. No entanto, quando a empresa é familiar, isso é mais complexo.

"Na Dudalina, havia uma CEO da família muito profissional, mas sem respaldo dos demais", diz uma especialista em governança que é conselheira de algumas empresas, em referência à Sônia Hess. "Não significa que seja impossível: Itaú e Votorantim são casos de famílias fundadoras que souberam lidar com isso. Quando a sucessão é planejada, é sinal de longevidade da empresa."

O problema, ela diz, é quando o fundador acaba voltando, como ocorreu com Ambipar e Vivara, pois pode ser sinal de que os negócios não vão bem. "Na Vivara, foi mais atípico, porque a empresa estava bem, e o fundador atrapalhou. Foi um enorme retrocesso, porque agora o mercado imagina que ele continua influenciando."

DIVULGAÇÃO

O fundador Roberto Chade encerrou um ciclo de 24 anos como CEO da Dotz

24 anos foi o tempo que Chade dirigiu a Dotz

A depender do nível de credibilidades dos fundadores e do estágio da empresa, é esperado que os fundadores sigam por mais tempo. No Nubank, por exemplo, David Vélez e Cristina Junqueira são nomes respeitados pelo mercado, e estão consolidando a tese. Mas, de maneira geral, o mercado se preocupa quando o empreendedor não consegue "largar o osso". "Assim como na política, é bom ter uma alternância", diz um gestor de ações. "E, em muitos casos, o fundador é alguém que conhece bem a atividade, como um professor que funda uma escola, mas não entende o que é um Ebitda."

Em empresas listadas, é pior quando o IPO é conduzido sem antes preparar a governança, e então o fundador passa a lidar com investidor de bolsa que não perdoa. E, se for o caso de sair, que o faça com desapego, sem ser sombra para o CEO que está assumindo.

"Para um fundador, muitas vezes é difícil lidar com a perda de prestígio que representa sair do comando da empresa", diz Leticia Reichert, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). "Já para as companhias, o perigo é escolher alguém que seja muito parecido com o fundador ou alguém muito diferente."

Chade, da Dotz, saiu do posto de CEO para seguir no conselho (presidido pelo seu irmão Alexandre, que fundou a Dotz junto com ele em 2000), um caminho considerado natural pelo mercado.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Duas baixas afunilam disputa pela Sabesp

Privatização

Silvia Rosa
De São Paulo

Na reta final da etapa de manifestação de interesse dos investidores estratégicos que entrarão na oferta de ações para a privatização da Sabesp, a gestora IG4 decidiu não entrar como candidata à acionista de referência da companhia de saneamento do Estado de São Paulo, apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. A francesa Veolia, que presta serviços no setor de saneamento, e avaliava oferta sozinha ou consórcio também desembarcou, disseram as fontes, com a disputa cada vez mais concentrada entre Aegea e Equatorial nesta primeira fase do processo.

No apetite da IG4, pesaram as normas estabelecidas para a disputa e o funding mais imediato, segundo fontes. O preço do acionista de referência pode acabar virando o preço teto da oferta e o investidor tem lock-up para a venda das ações até 2029. Isso porque seguirão para a segunda fase do processo os investidores de referência que fizerem as duas melhores propostas em termos de preço.

No processo de bookbuilding, outros investidores vão alocar as ordens para as propostas específicas dos acionistas de referência, e ganha aquela que tiver o maior volume e maior preço médio ponderado. Se o preço final for menor do que o acionista de referência propôs, ele pagará essa diferença ao Estado de São Paulo, como parte de um "pacote de governança".

A IG4 estava avaliando participar da oferta como acionista de referência em associação à Water Asset Management, com a qual pretendia levantar um fundo para esse investimento. Fonte com conhecimento do assunto diz que as gestoras não descartam entrar na segunda fase do processo de Sabesp, para colocar ordens junto com o mercado.

VICTOR MORIYAMA/BLOOMBERG

Governo de São Paulo busca investidores privados para a companhia

Enquanto isso, a Aegea aproveita para reforçar o caixa. A empresa divulgou ontem que levantou US$ 300 milhões com a reabertura do seu bond com vencimento para 2031. A emissão saiu com uma taxa de retorno (yield) de 8,375%, abaixo do cupom do papel emitido originalmente a uma taxa de 9%. A empresa informou que os recursos serão utilizados para usos corporativos gerais, inclusive para financiar ou refinanciar, no todo ou em parte, projetos existentes ou futuros.

Pelo acordo de investimento definido pelo governo paulista, o investidor de referência, que terá 15% da companhia de saneamento e não poderá vender suas ações até dezembro de 2029, quando está previsto a conclusão dos investimentos para a universalização dos serviços de saneamento.

Procuradas, IG4 e Aegea não comentaram. Veolia e Equatorial não retornaram, até o momento, ao pedido de entrevista.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Siderúrgica Voto do STJ define hoje se compra da Ternium configura mudança em bloco de controle

Na Usiminas, uma disputa à italiana com Steinbruch em busca de R$ 5 bilhões

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A disputa societária na Usiminas entre as gigantes CSN, de Benjamin Steinbruch, e o grupo ítalo-argentino Ternium, da família Rocca, vai ter um importante desdobramento hoje que poderá embolar as discussões no Brasil sobre transações que envolvem compra de participações em blocos de controle de companhias.

Os holofotes estão voltados para o voto de desempate do ministro Antonio Carlos Ferreira, da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A decisão de Ferreira vai definir se a CSN receberá uma indenização de R$ 5 bilhões — confirmando o pleito de Steinbruch de que houve mudança no bloco de controle quando a Ternium adquiriu a fatia de 27,7% que pertencia aos grupos Votorantim e Camargo Côrrea em 2011 — ou se o caso volta para a 1ª instância para que se possam produzir as provas de que a operação da Ternium não configura mudança de controle na Usiminas.

O litígio entre as partes é antigo — a briga, inclusive, extrapolou as fronteiras do país recentemente. O grupo ítalo-argentino fez seu pleito chegar a Ímola este ano, durante a homenagem aos 30 anos da morte do piloto brasileiro Ayrton Senna, com o ministro de Relações Exteriores da Itália, Antonio Tajani, demonstrando preocupações sobre o caso da Ternium e o comprometimento dos futuros investimentos do grupo no Brasil.

Fontes também afirmam que o assunto foi colocado na pauta do encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, na sexta-feira passada (14).

No entendimento de parte do mercado, se o voto de minerva for favorável à CSN, o caso pode abrir uma jurisprudência nas operações de fusão e aquisição (M&A, na sigla em inglês) no país, podendo gerar uma série de ações nesse sentido. Não há casos importantes que foram à Justiça sobre o "tag along", ou seja, o julgamento em questão vem sendo tratado como um "leading case", ou seja, com potencial de influenciar outros processos.

> Steinbruch passou a questionar a operação, alegando ser compra de controle disfarçada

O caso remonta a 2011, ano em que Votorantim e Camargo Corrêa venderam a fatia da siderúrgica mineira para o grupo Ternium. O entendimento naquela época era de que a operação não compreendia mudança no bloco de controle, que obrigaria a Ternium a fazer uma oferta pública de ações (OPA) aos acionistas minoritários.

No entanto, Steinbruch, minoritário na Usiminas, passou a questionar a transação na Justiça, em favor da OPA, afirmando que a transação seria uma compra de controle disfarçada. A CSN possui hoje cerca de 14% das ações ordinárias da empresa. Por conta do litígio, nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras, a Ternium indica o valor de R$ 5 bilhões como potencial perda.

Também no fim do ano passado, a Justiça definiu que a CSN tem 12 meses para se desfazer das ações da siderúrgica mineira, movimento que Steinbruch tem tentado adiar desde 2014. Em 2020, a companhia vendeu suas ações preferenciais (sem direito a voto), mantendo as ordinárias — cerca de 14%.

Fontes ligadas à CSN afirmam que Steinbruch pretende se desfazer de sua fatia na companhia, mas entende que a venda das ações não ocorreu até então porque os papéis da siderúrgica não têm liquidez diária, uma vez que a empresa não tem recebido investimentos e a gestão não seria tão eficiente.

DIVULGAÇÃO

Grupo ítalo-argentino comprou em 2011 fatia que pertencia aos grupos Votorantim e Camargo Corrêa por R$ 4,1 bi

A Usiminas tem sido palco de disputas não só da CSN e Ternium. O grupo ítalo-argentino teve um longo litígio com a japonesa Nippon Steel, também do bloco de controle, sobre quem teria voz de comando e tomaria as principais decisões na siderúrgica. As duas partes, contudo, chegaram a um acordo.

Na compra dos 27,7% realizada em 2011, o preço pago por ação pela Ternium foi de R$ 36, com um desembolso total de R$ 4,1 bilhões. Na sexta-feira (14), o valor de mercado da Usiminas era de R$ 8,5 bilhões.

A defesa da CSN afirma que a aquisição da participação da Usiminas se tratou de uma compra de controle disfarçada, com pagamento de prêmio por meio de operações entre partes relacionadas — no caso, Ternium e a Nippon Steel, que até hoje compõem o bloco de controle da companhia.

Essa tese já foi contemplada em uma série de ações judiciais e também em reclamações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o xerife do mercado de capitais. Em sua decisão, a CVM seguiu seu entendimento prévio sobre participação em blocos de controle e indeferiu o pedido de Steinbruch.

A CSN perdeu em todas as instâncias do Judiciário. Em março do ano passado, a CSN entrou com embargos de declaração no STJ depois de um placar desfavorável ao seu pleito, por 3 a 2. Esse instrumento jurídico existe para ser utilizado quando uma parte do processo acredita que houve alguma omissão no julgamento ou alguma contradição. Nessa ação, o mérito do caso voltou para a mesa dos ministros.

> **27,7%**
> **foi a compra de fatia da Ternium em 2011**

Nesse meio tempo, um dos ministros, que tinha votado a favor da Ternium na ocasião, faleceu, sendo substituído pelo ministro Humberto Martins, que votou nos embargos a favor da CSN. Outro magistrado, Marco Aurélio Bellizze, que tinha sido favorável à Ternium no último julgamento, disse, dessa vez, que estava impedido de votar — sem especificar a razão do seu conflito de interesse no processo.

Diante disso, os outros dois ministros, que tinham se posicionado a favor da Ternium, decidiram enviar o caso de volta à primeira instância, para que a CSN pudesse voltar a produzir provas. Com isso, o placar do julgamento dos embargos de declaração está hoje em 2 a 2, à espera do voto de minerva que está nas mãos do magistrado que vai substituir o magistrado que se declarou impedido, Antonio Carlos Ferreira, da 4ª Turma do STJ.

Procuradas, CSN e Ternium não comentaram o assunto.

INÊS 249

Marketing Martin Sorrell, fundador e CEO da S4 Capital, fala para onde vai o mercado de publicidade

‘Quem não gosta de dados ainda pensa em Mad Men’

Guilherme Ravache
Para o Valor, do Rio

Quando Sir Martin Sorrell chegou ao Rio de Janeiro pela primeira vez, em fevereiro de 1969, ele era apenas mais um estrangeiro na multidão. Sorrell havia combinado com os amigos do grupo de estudo da faculdade de administração que, quando se formassem, viriam ao Brasil para conhecer o Carnaval carioca. “Nos formamos em junho ou julho de 68. Eu fui o único idiota que realmente pegou um avião e veio para cá”, lembra.

Mas se Sorrell naqueles tempos era um anônimo circulando pelo Rio, agora já não é. Sorrell tem cadeira cativa nos grandes eventos corporativos e transita nos círculos do poder. Em recente passagem pelo Brasil, subiu ao palco do Fórum FII Priority Summit, que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada, e também anunciou mudanças na MediaMonks Brasil, marca operacional do grupo de comunicação S4Capital. Marina Pires, que já chefiava o escritório em São Paulo, assumiu como diretora-gerente de toda a operação no Brasil.

A mudança na estrutura brasileira é a mais recente entre muitas que o executivo tem implementado nas agências de sua empresa, a S4Capital. Em março, Jean-Benoit Berty, um ex-sócio sênior da EY, foi nomeado como novo diretor de operações. A empresa também reestruturou seu conselho para, segundo Sorrell, se tornar “mais conservadora para o mercado”.

Em 2023, as ações da S4Capital caíram mais de 65% na bolsa. Em março, quando a empresa anunciou uma queda de 25% nos ganhos e Sorrell previu um ano difícil para o grupo, as ações chegaram a cair 15% em um único dia. Do pico em 2021 para a cotação desta semana, a queda é superior a 90%.

Sorrell diz ver como injusta a atual valoração da S4, já que a piora nos resultados da empresa está ligada à redução do investimento das “big techs” em mídia, mas que sua tese de focar em digital está mais correta do que nunca — como o crescimento da IA e da publicidade on-line tem mostrado.

O fato é que a queda do valor das ações despertou o interesse dos concorrentes. A Stagwell, empresa de publicidade liderada pelo ex-assessor de Clinton Mark Penn, propôs uma fusão no final de 2023. Já um grupo de private equity demonstrou interesse em comprar a S4 (desde então o interesse teria diminuído). Uma oferta de US$ 700 milhões também teria sido recusada por Sorrell, que afirma não ver sentido em vender neste momento.

Embora a S4 seja uma empresa de capital aberto, Sorrell tem poder de veto efetivo sobre a maioria dos negócios pois tem o controle de voto. A resistência de Sorrell teria frustrado alguns executivos.

Mas engana-se quem imagina encontrar um Sorrell abatido pelas cotações na bolsa. Ele afirma que, com o novo cenário imposto pela IA e o contexto político global, a S4 vai sair vitoriosa. Essa parece ser a aposta de clientes como Google, Amazon, Meta, Netflix e BMW entre outros gigantes globais. A S4 deve movimentar mais de US$ 1 bilhão em verbas neste ano, sendo quase a metade de empresas de tecnologia. Os 13 maiores clientes trazem 55% da receita.

De certa forma, como fez em 1969, Sorrell partiu para desbravar uma nova aventura sozinho e sem esperar seus colegas. Ao apostar todas as fichas da S4 no digital, como em 1969, a meta é chegar na frente para ganhar uma experiência que poucos têm, e que mais adiante se tornará uma vantagem competitiva.

A seguir, os principais trechos da entrevista, concedida semana passada no Rio de Janeiro:

Valor: *Começou mais um Cannes Lions. O que mudou no evento e para onde a publicidade está indo?*

Sorrell: Há muitas pessoas na indústria que não gostam da ideia de dados porque acham que os dados destroem a criatividade. Elas ainda pensam em “Mad Men”. Você sabe, Don Draper acordado a noite toda tomando bebidas, indo dormir às 4 horas, levantando às 7 horas, entra na sala, faz uma apresentação, e o cliente diz: vou comprar. Todos nós amamos essa ideia. É romântica. Mas não concordo, porque os dados informam a [equipe da] criatividade, obtemos insights. Os insights que obtemos e os dados que temos agora tornam a publicidade mais eficaz. E se você for a Cannes, verá que é um festival de tecnologia.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

“Precisamos obter margens. Margens. As nossas margens são metade do que deveriam ser”
Martin Sorrell

Valor: *Como assim?*

Sorrell: Costumava ser um bando de criativos franceses. Agora, é um festival de tecnologia. O planejamento e a compra de mídia nunca mais serão os mesmos. Na minha opinião, vai ser muito bom. O cérebro humano não consegue calcular todas as permutações, e 70% da mídia já é digital, o que é algorítmico.

Valor: *É possível para quem produz conteúdo escapar da lógica dos algoritmos?*

Sorrell: Escapar? Bem, você pode tentar controlar os algoritmos, que é uma das coisas que as pessoas querem construir. É muito difícil para as pessoas entenderem isso porque, novamente, elas pensam romanticamente. Existe um temor de que aconteça uma concentração total em mensagens individualizadas. O que chamo de hiperpersonalização em escala. O foco nisso deixará os consumidores muito chateados. Eles foram muito bombardeados com todas essas mensagens. Eles vão querer voltar para onde estávamos historicamente.

Valor: *Há um grande debate sobre propriedade intelectual e a IA.*

Sorrell: Isso é econômico, isso é uma negociação. Assim como Meta [dona do Instagram e Facebook] na Austrália chegou a um acordo com Rupert Murdoch [acionista e fundador da News Corp] sobre notícias e pagou pelo conteúdo jornalístico, o que precisa ser feito é um acordo sobre IA. Entre os proprietários do conteúdo e o distribuidor. Então, é um problema econômico, uma negociação. O mais difícil é que, se eu criar uma peça musical com IA e parecer algo que outra pessoa fez, esse é um problema muito mais complicado de lidar.

Valor: *Mas qual é a sua posição?*

Sorrell: Bem, é isso. Eu acho que é muito, muito difícil. A propósito, aconteceu antes da IA. Alguém comporia uma música e soaria como algo. E alguém diria… essa é a minha opinião. Portanto, é uma questão complexa, técnica e jurídica. E é difícil. Isso é difícil. Mas, essencialmente, a maior parte gira em torno da economia. E também é sobre medo, porque as pessoas temem que a IA tire empregos. Tire o seu trabalho como jornalista ou algo assim. O primeiro uso da IA [na publicidade] foi a visualização e a redação. Vendemos tempo. Se você é um cliente, eu te vendo algumas horas. Se levar menos horas para produzir algo, custa menos. Quero reduzir o preço. E se você faz isso mais rapidamente, precisa de menos pessoas. Minha opinião sobre a IA é que ela reduzirá o número de empregos.

Valor: *Se houver menos pessoas criando e apenas cinco grandes modelos de linguagem sendo desenvolvidos por um punhado de big techs, a tendência não seria ficar tudo muito parecido?*

Sorrell: Se você fosse um cliente, eu diria que há três coisas que você precisa pensar: agilidade nos diferencia. A Nvidia acha mais fácil lidar com uma empresa de 8 mil a 10 mil pessoas do que uma de 100 mil. Portanto, agilidade é fundamental. Todo CEO que você conhece diz que sua empresa é ágil. Quando você lida com eles, não é assim. A segunda questão é retomar o controle. Depois da grande crise financeira, e isso teve origem no Brasil com o 3G e o orçamento base zero. Jorge Lemann dizendo que era preciso voltar ao básico. Como resultado disso, muitas funções foram terceirizadas. Mas com o crescimento do digital, muitas funções deveriam ser feitas, a meu ver, no cliente. Então temos três modelos. O modelo terceirizado para nós. O modelo incorporado, onde colocamos pessoas nos clientes. E o modelo interno. O terceiro ponto são os dados primários. Você deve ter controle dos dados dos seus clientes. Então esse modelo é muito diferente do publicitário, da WPP, Omnicom….

Valor: *O que você precisa hoje em dia para deixar os investidores felizes?*

Sorrell: Precisamos obter margens. Margens. As nossas margens são metade do que deveriam ser. É um pouco sobre crescimento. As empresas de tecnologia ajudariam se voltassem a gastar, mas o cerne disso são as margens. Essa é a chave.

Africa, VML e DM9 conquistam ouro para o Brasil em Cannes

Daniela Braun e Luana Dandara
De Cannes (França) e São Paulo

Na abertura do Festival Internacional de Criatividade de Cannes, o Brasil foi premiado com três Leões de Ouro, seis de Prata e nove de Bronze. As campanhas para as marcas Coca-Cola, Budweiser e Consul levaram as estatuetas douradas, criadas pelas agências VML, Africa e DM9, respectivamente.

Ao todo, cinco das 29 categorias do festival foram premiadas ontem (17), na Riviera Francesa: áudio e rádio, outdoor, impresso, farmacêutico e saúde e bem-estar.

O Brasil somou o maior número de prêmios na categoria outdoor. Foram um de ouro, cinco de prata e dois de bronze.

O prêmio dourado da categoria foi para a campanha “Patrocínio Limpo” da agência DM9 para a Consul, que também ganhou um troféu de prata. Na ação da nova máquina de lavar roupas da marca a Consul tirou os patrocinadores da camisa dos jogadores do clube de futebol Atlético Juventus.

A campanha “Thanks for Coke-Creating”, com 24 indicações nas listas prévias de possíveis vencedores (“shortlists”), conquistou dois leões de prata na categoria outdoor. O trabalho é da agência VML de São Paulo, Kansas e Nova York para a Coca-Cola.

Ainda em outdoor, a “Ilha Whopper” do Burger King pela DM9 e “Limão, Café e Olho” da Faber-Castell pela agência David ganharam, cada uma, uma estatueta de prata.

Em áudio e rádio, categoria que julga campanhas com conteúdo em áudio, o Brasil saiu com três prêmios.

Um leão de ouro e outro de prata foram para a campanha “UninterruptAds”, da agência Africa Creative para a cerveja Budweiser. A ação coloca músicas no Spotify com menção à Budweiser como anúncios para não assinantes da versão premium em uma propaganda nada tradicional — faz parecer que as canções são parte das “playlists” dos usuários. Nessa categoria, a campanha “DNA do Roch”, da agência AlmapBBDO para a Billboard Brasil, venceu um leão de bronze.

“É muito legal ver uma marca como a Coca-Cola ter brincado com a sua logomarca tão tradicional”
Vinicius Stanzione

Na categoria Print & Publishing, em que são julgados anúncios impressos em jornais, revistas, livros e em publicações digitais, a já premiada “Thanks for Coke-Creating” foi a grande vencedora, levando o ouro. O case mostra interpretações não oficiais do logo da Coca-Cola ao redor do mundo. “É muito legal ver uma marca como a Coca-Cola ter brincado com a sua logomarca tão tradicional”, afirmou o jurado da categoria Vinicius Stanzione, da agência Leo Burnett.

Em um evento como o Cannes Lions, a presença de executivos financeiros é rara. A rede de fast food McDonald’s trouxe seu principal executivo de finanças ao evento na manhã desta segunda-feira (17) para dizer que campanhas ousadas e criativas devem envolver a alta gestão das empresas e que vale a pena sair da zona de conforto *(ver reportagem nesta página)*.

Na mesma categoria, o Brasil também saiu com quatro leões de bronze. Os vencedores foram as peças publicitárias “UninterruptAds”, da Africa Creative para a Budweiser; “Luzes Negras”, da AlmapBBDO para Bradesco Seguros, Goma, Empregue Afro e Museu Afro-UFBA; “Reprinting Nica”, da BETC Havas e Havas Costa Rica para o jornal argentino “La Prensa”; e “Last Drop”, da Le Pub São Paulo e Publicis Groupe Benelux para Heinz.

Na categoria de peças publicitárias sobre saúde e bem-estar, foram duas premiações para o Brasil. “A cura”, curta-metragem da Africa Creative para a Editora Taverna, ganhou um leão de bronze. O filme é inspirado no livro “Cura Gay - não há cura para o que não é doença”, escrito por Jean Ícaro. “Jogando com Intimus”, campanha com a proposta de debater sobre estigmas em relação à prática de atividades físicas e menstruação, da agência FCB para a Intimus, saiu com um troféu de bronze.

Em Pharma, categoria que julga campanhas para clientes e serviços farmacêuticos, o Brasil não conquistou prêmios.

O **Valor** está fazendo a cobertura do evento em Cannes, previsto para terminar na sexta-feira, com reportagens no site e na edição impressa do jornal. Uma série de matérias está sendo publicada desde maio e pode ser conferida na página especial https://valor.globo.com/empresas/marketing/cannes/

DANIEL BRAUN/VALOR

Equipe da agência Africa Creative que levou um leão de ouro pela campanha criada para a cerveja Budweiser

Mercado precisa de mais ousadia e saber lidar com a IA

De Cannes (França)

O primeiro dia do maior festival de publicidade do mundo, o Cannes Lions, realizado em Cannes (França), trouxe dois temas que são prioritários para o setor: o uso da inteligência artificial (IA) e a necessidade de se fazer campanhas mais ousadas, enquanto boa parte dos anunciantes prefere ficar longe de polêmicas.

A rede de fast food McDonald’s trouxe seu principal executivo de finanças ao evento ontem (17) para dizer que campanhas ousadas e criativas devem envolver a alta gestão das empresas e gerar resultados de negócios. “Gastamos muito dinheiro em marketing mas uma parte importante desse processo foi educar líderes de negócios sobre os dados e as métricas [de marketing]”, disse o vice-presidente executivo e vice-presidente financeiro do McDonald’s, Ian Borden, a uma plateia de executivos do setor de publicidade.

“Hoje há uma alta expectativa sobre trazermos criatividade ao negócio. O caminho mais fácil é dizer não a ideias criativas e que nos tirem da zona de conforto, mas por meio dessa parceria com a área financeira e com os líderes de negócios da empresa, vimos que o ‘sim’ é que tem alavancado nosso negócio”, disse Borden.

O impacto da IA foi discutido em um painel que reuniu a vice-presidente de tecnologia da OpenAI, empresa que criou o ChatGPT, Mira Muratim, e o executivo-chefe (CEO) da agência Accenture Song, David Droga. “Estamos bastante preocupados com desinformação e ‘deepfakes’”, disse Muratim, a uma plateia lotada, no auditório principal do evento. Em maio, a OpenAI e a Microsoft anunciaram um fundo de US$ 2 milhões para mitigar a disseminação de imagens falsas criadas por IA em eleições. A OpenAI também anunciou uma ferramenta de detecção de “deepfakes” no Dall-E, programa de IA da empresa que cria imagens a partir de descrições de texto.

Droga abordou a ansiedade que ronda o mercado: “Imagino que muitas pessoas neste salão, incluindo criadores e todos nós que estamos no centro de um festival criativo estamos entre o entusiasmo, um pouco de terror e nervosismo [com o avanço da IA]”. ***(DB)***

Cenários Pico da criação de empresas foi em 2017, mas no ano passado apenas uma foi fundada, mostra levantamento da Distrito

Investidor se retrai e startups do agro enfrentam estagnação

Marcos Fantin
De São Paulo

As startups do agronegócio vivem um momento de retração no mercado, mesmo sendo parte de um setor que atingiu um PIB de R$ 192,2 bilhões só no primeiro trimestre de 2024. Entre 2000 e 2023, cerca de 800 agtechs foram criadas no Brasil, segundo relatório AgTech Report 2023 feito pela Distrito, hub de empreendedorismo. Os dados foram compilados pela gestora de venture capital KPTL e excluem companhias como aceleradoras, consultorias e agências de marketing.

Depois de uma forte aceleração com 58 agtechs criadas em 2014, 2017 teve o pico, com 107 novas empresas. Porém, o número despencou para apenas uma em 2023. Outro levantamento, da Comunidade Online do PwC Agtech Innovation, mostra que foram criadas 118 startups em 2017 e nove em 2023.

As razões para a forte queda nesses investimentos — que também atingiu startups de outros setores — foram a redução da liquidez no mercado e a alta dos juros nos Estados Unidos e na Europa, observa Gustavo Junqueira, diretor de operações da KPTL. Nos anos de alta, segundo ele, havia “uma grande liquidez no mercado de investimento, muito dinheiro circulando com taxas de juros baixas, e as startups foram os destinos que mais captaram”.

DIVULGAÇÃO

“Somente startups que conseguem fazer diferença obtêm capital” *Gustavo Junqueira*

A KPTL fez mais de 100 investimentos em startups nos últimos 20 anos, sendo 20% em agtechs. É o segmento mais representativo da carteira da gestora, com 11 empresas no portfólio atual.

Diante da menor disponibilidade de capital, os investidores estão mais seletivos, segundo Gustavo Junqueira. Se antes uma boa ideia era suficiente para conseguir capital, agora não basta. É necessário ter uma visão mais clara do potencial do negócio, de seu diferencial competitivo e da viabilidade financeira. As startups que já operam também têm visto um investidor mais cauteloso. “Somente startups que conseguem fazer diferença conseguem capital”, diz.

Apesar da persistência de um cenário de taxas de juros altas — tanto aqui quanto no exterior —, Renato Ramalho, CEO da KPTL, é otimista. Ele avalia que o momento é de oportunidade para agtechs. “Todos os principais aplicativos que você tem no seu celular nasceram em momentos de recessão de capital”, afirma.

A Cowmed é uma das agtechs que teve investimento da KPTL. O CEO da agtech, Thiago Martins, afirma que os investidores estão mais criteriosos e tomando muito menos riscos, o que justifica o mercado retraído. A empresa, criada em 2010, monitora o comportamento e o ciclo reprodutivo de vacas e cresceu 50% no último ano, com receita de R$ 9 milhões.

O avanço veio apesar do cenário negativo no setor de pecuária de leite. Para Martins, vender para produtor rural é totalmente diferente de qualquer outro segmento. “Ainda é um mercado no boca a boca, de venda presencial, olho no olho com o produtor. E muitas startups se basearam em vender apenas pela internet”, diz.

Há casos de startups que se uniram para enfrentar o novo cenário. É o caso da Ponta Agro, startup resultante da fusão da ‘Gestão Agropecuária’ e da ‘Intergado’, no fim de 2021, e que atua em pecuária de corte. Segundo o CEO da empresa, Paulo Dias, a falta de investimento agravou a crise das agtechs, que já enfrentavam menor demanda por seus serviços — pela queda do preço do boi no mercado — e pela concorrência com empresas da China.

A agtech, que aplica seleção genética para eficiência alimentar do gado, considera que a queda nos investimentos no setor no pós-pandemia é natural, mas já visa um cenário diferente. “Acreditamos em uma estabilização que vai beneficiar a pecuária. Apesar de o mercado não retomar o patamar de vendas de anos atrás, nós vemos uma retomada”.

De acordo com o levantamento da Distrito, em 2023 o país tinha 769 startups do agro. O Brasil é o maior mercado de agtechs da América Latina, com 76,5% do total de empresas, seguido por Argentina e Colômbia, com 8,3% e 4,3% respectivamente.

Gado Certo tem aporte e mira novos avanços

De São Paulo

A KPTL e a Bossa Invest anunciaram um aporte de R$ 4,25 milhões na Gado Certo, startup que conecta vendedores e compradores de gado bovino em Mato Grosso, e possui mais de 3 mil pecuaristas cadastrados. O investimento foi feito por meio do fundo de corporate BRB Venture Capital, do Banco BRB, gerenciado pelas duas gestoras.

Em 2019, no primeiro ano de atuação, a agtech comercializou 534 cabeças de gado bovino. De lá para cá, o número mais que dobrou ao ano e atingiu 41.348 animais em 2023. “Para 2024, a meta é passar das 70 mil cabeças”, afirmou Eduardo Farah, CEO da Gado Certo.

Ele não informa o faturamento da companhia, mas afirma que a receita tem crescido na mesma proporção que o número de cabeças de gado comercializadas. Com o aporte, a prioridade é “turbinar” a máquina de vendas da empresa e alcançar números ainda maiores. “Metade do recurso é para aumentar a equipe e fazer as vendas girarem mais rápido”, disse Farah.

Além disso, a agtech pretende investir a outra metade dos recursos em produtos e na ampliação na equipe de tecnologia para melhorar a experiência do cliente com site e aplicativo.

Embora o mercado das startups do agro esteja patinando desde o ano passado, Gustavo Junqueira, diretor de operações da KPTL, enxerga uma perspectiva positiva para as agtechs. “O dinheiro no agronegócio está circulando, há investimento constante, inclusive o impacto no PIB continua sendo muito relevante. Ainda é uma ótima oportunidade para as startups”. *(MF)*

DIVULGAÇÃO

A partir da esquerda, Eduardo Farah, CEO, e Imil Farah Neto, co-fundador

Agronegócios

Ministérios defendem legalidade de importação de arroz

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

Os ministérios envolvidos nas tomadas de decisões para a compra de até 1 milhão de toneladas de arroz importado defenderam, no Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade das medidas provisórias e demais normas editadas nas últimas semanas para viabilizar a operação pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Na semana passada, o governo anulou o leilão para compra pública do primeiro lote de arroz, por conta de suspeitas de irregularidades e de “fragilidades” das empresas arrematantes, e demitiu o então secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, devido à sua ligação com operadores privados do pregão.

Em documentos enviados ao STF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7664), apresentada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Ministério da Agricultura disse que houve o devido levantamento de informações de mercado sobre a disponibilidade de arroz no país e que não faltou “diálogo com o setor produtivo” antes da edição das normas para a compra.

Ainda não há data para julgamento da ADI. As manifestações foram encaminhadas ao relator, ministro André Mendonça. O governo federal prometeu publicar em breve um novo aviso de compra de arroz importado, com alterações nas regras para tentar garantir a lisura da operação.

“Não se pode afirmar que não houve o levantamento adequado de informações ou a ponderação sobre os impactos econômicos decorrentes da medida, uma vez que a própria medida já trouxe o escalonamento da ação, prevendo que as importações seriam autorizadas de acordo com a necessidade de abastecimento interno”, diz manifestação apresentada pela consultoria jurídica da Pasta, aprovada pelo ministro Carlos Fávaro.

No documento, o ministério diz que a compra visa o aumento da oferta do produto internamente e a garantia de abastecimento. O texto cita dados da Emater-RS e da Conab que indicam perdas acima de 300 mil toneladas na safra gaúcha do cereal neste ano.

“O fato de a medida adotada não ter sido a defendida pelo referido setor não pode ser tratado como se ausência de diálogo o fosse”, diz a manifestação.

O documento reafirma que não houve flexibilização nas regras fitossanitárias para dispensa de cumprimento de obrigações sanitárias e de certificação exigidas do produtor local para a importação de arroz.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços defendeu a legalidade da isenção aplicada para importação de arroz de fora do Mercosul. A Pasta disse ao STF que a medida está “alinhada aos princípios da livre iniciativa e concorrência, no sentido de não instituir nenhum óbice à entrada de novos agentes econômicos no mercado em questão”.

valor.com.br
Mais sobre as manifestações das Pastas sobre a importação de arroz em www.valor.com.br/agro

valor.com.br

Insumos

Em busca de receita, Bayer lança produtos

A Bayer anunciou que planeja lançar dez novos produtos para o agro nos próximos dez anos, gerando mais de € 5 bilhões (US$ 5,35 bilhões) em vendas. Entre os produtos, a empresa citou novas formulações de defensivos, novo germoplasma e sementes com edição genética e soluções biológicas. A múlti disse esperar que cada um contribua com mais de € 500 milhões para o seu potencial máximo de vendas.

valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Associação Nacional Dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de São Paulo Anclivepa Sp -** CNPJ: 05.698.736/0001-07 - Endereço: Rua Atilano Crisóstomo, 97, Apto. 202, Bairro Dom Bosco, Campos Dos Goytacazes/rj - Requerente: Opus 365 Nordeste Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Centro de Formação de Condutores Eldorado Eireli ME -** CNPJ: 00.826.442/0001-91 - Endereço: Av. Das Tulipas, 640, Bairro Eldorado - Requerente: Paulo Deives Ferreira de Queiroz - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Contagem/MG

Requerido: **Sugoi Residencial Ix Spe Ltda. -** CNPJ: 29.729.219/0001-08 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 11633, 8º Andar, Sala D 14, Bairro Chácara Itaim - Requerente: Glasser Pisos e Pré Moldados Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Movicrane Comércio e Manutenção de Máquinas Ltda. -** CNPJ: 23.358.422/0001-39 - Endereço: Rua José Guercheski, 556, Bairro Boqueirão - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. Alvadir Peri Moreira - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Conevávulas Comércio de Tubos Industriais Ltda. -** CNPJ: 10.549.377/0001-58 - Endereço: Rua da Íris, 294, Bairro Vila Mimosa - Requerente: Conevávulas Comércio de Tubos Industriais Ltda. - Vara/Comarca: 9a Vara de Campinas/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Labet Diagnósticos Testes Forenses do Brasil Ltda. -** CNPJ: 26.749.984/0001-00 - Requerente: Argos Recursos Humanos Eireli - Vara/Comarca: 3a Vara de Santana de Parnaíba/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Sul Americana de Cadernos Indústria e Comércio Ltda., em Recuperação Judicial -** CNPJ: 62.982.004/0001-70 - Requerente: Bs Factoring Fomento Comercial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Itapetininga/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Lemense Futebol Clube -** CNPJ: 07.765.003/0001-65 - Endereço: Rua Jaime Poletti, 342, Bairro Jardim Água Espraiada, Leme/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Ana Juracy de Almeida Penha -** CNPJ: 54.906.477/0001-60 - Endereço: Rodovia Machado a Alfenas, S/n, Zona Rural - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Associação Ambiental Cultivar S/s -** CNPJ: 12.300.270/0001-05 - Endereço: Rodovia Br 267, Km 16, Sítio Meu Xamego, Área Rural - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Isadora Andrade Penha -** CNPJ: 54.655.548/0001-07 - Endereço: Rodovia Machado a Alfenas, S/nº, Zona Rural - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Kátia Botazini Andrade Penha -** CNPJ: 54.753.054/0001-57 - Endereço: Rodovia Machado a Alfenas, Km 15, Zona Rural - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **L L Administração e Participação S/s Ltda. -** CNPJ: 07.913.327/0001-01 - Endereço: Rua Coronel Francisco Vieira, 163, Centro - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Luiz André Andrade Penha -** CNPJ: 54.753.095/0001-43 - Endereço: Rodovia Machado a Alfenas, Km 16, Zona Rural - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Luiz Henrique de Almeida Penha -** CNPJ: 54.752.857/0001-97 - Endereço: Rodovia Machado a Alfenas, Km 15, Zona Rural - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Penha Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 12.103.009/0001-07 - Endereço: Av. Edson Rezende Silva, 91, 1º Pavimento, Sala 05, Distrito Industrial - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Terra de Cultivo Indústria de Fertilizantes Ltda., Nome Fantasia Alternativa Nutrição Animal -** CNPJ: 06.105.854/0001-19 - Endereço: Av. Edson Rezende Silva, 81, Distrito Industrial - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Empresa: **Varnei Penha -** CNPJ: 54.752.722/0001-21 - Endereço: Rodovia Machado a Alfenas, Km 12, Zona Rural - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Cível de Machado/MG

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Avecam Comércio de Veículos Ltda. -** CNPJ: 05.332.988/0001-00 - Endereço: Rodovia Pr 323, Km 308,6, Nº 2536, Parque Industrial Novo Horizonte - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Agronegócios

Por
Laticínios Produto comum na Índia ainda é inédito no Brasil; expectativa da companhia é atrair principalmente o público que já consome o leite de vaca tipo A2

Mineira Bom Destino testa leite de búfala em pó no mercado brasileiro

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Laticínios Bom Destino, especializada em produtos lácteos de búfalas, começa a oferecer no mercado brasileiro a partir de julho leite de búfala em pó. É a primeira iniciativa do tipo no país.

De acordo com dados da FAO, braço de agricultura e alimentação da ONU, o leite de búfala corresponde a 15% da produção de lácteos global; 81% são leite de vaca e 4% de cabra, ovelha e camelo. O leite em pó de búfala é mais comum na Índia.

A produção inicial será equivalente a 100 mil litros de leite ao ano. A matéria-prima será captada pela Bom Destino e passará por processo de liofilização (tecnologia de secagem) em um fabricante parceiro.

"A instalação de equipamentos para produção do leite em pó na nossa fábrica vai depender de como o mercado vai receber o produto. Mas acredito que vai ter boa aceitação", afirma João Batista Sousa, sócio da Laticínios Bom Destino. Ele não informou o preço de venda do produto. No varejo, o leite em pó de vaca tipo A2 é encontrado a preços por volta de R$ 35 a embalagem de 380 gramas.

A expectativa da companhia é atrair principalmente o público que já consome o leite de vaca tipo A2, que é mais facilmente digerido pelo corpo humano e é procurado por pessoas com intolerância à proteína beta-caseína A1. No caso do leite de búfala, todas as fêmeas produzem o leite A2A2, que só tem a proteína beta-caseína A2.

REPRODUÇÃO/YOUTUBE

Marcelo Vargas Leão, à esquerda, e João Batista Sousa, que fundaram a Laticínios Bom Destino há 35 anos

A Bom Destino é considerada a maior empresa do segmento de produtos lácteos de búfala, com uma captação média de 72,5 mil litros por dia, de acordo com a Associação Brasileira de Criadores de Búfalos (ABCB). Foi fundada há 35 anos pelos irmãos Marcelo Vargas Leão e João Batista Sousa e tem sede em Morro do Ferro, distrito de Oliveira, no centro-oeste de Minas Gerais.

Atualmente, a Bom Destino tem rebanho de 5 mil animais, sendo 1,7 mil búfalas em lactação, além de ter 700 fêmeas em lactação com parceiros. A produção própria de leite da empresa alcança 12,5 mil litros por dia. Outros 60 mil litros são captados diariamente com cerca de 120 produtores parceiros.

Segundo a companhia, a produção de laticínios gira em torno de 300 toneladas por mês. São 48 tipos de produtos a partir de leite de búfala, entre queijos, burratas, requeijão, creme de leite, coalhada, iogurtes, manteiga, doce de leite e produtos zero lactose.

Sousa conta que ele e o irmão começaram com produção artesanal de muçarela de leite de vaca. Em 2001, após receberem uma demanda por muçarela de búfala, decidiram investir nesse rebanho. "Em dois anos, toda a produção já era 100% de búfalas. Foi uma aposta que deu muito certo", afirma.

A Bom Destino prevê para este ano crescimento em vendas de 25% em relação a 2023, puxado pelos carros-chefes — queijo em formato bolinha e burrata. Toda a produção possui Selo de Pureza 100% Búfalo da ABCB, que garante que não há mistura de outro tipo de leite nos produtos.

A companhia mineira também aposta na exportação e começou a vender para os Estados Unidos. Em maio, enviou 1,8 tonelada de produtos para uma rede de supermercados em Miami. Segundo Sousa, o laticínio também vai se credenciar para exportar ao Chile.

De acordo com dados da ABCB, a produção do setor em 2023 foi de 15 milhões de litros de leite e o volume deve atingir 17,5 milhões este ano, considerando os 12 laticínios associados. "Praticamente todo o leite de búfala produzido no Brasil é destinado à produção de derivados, como queijos, requeijão, creme de leite", afirma Caio Rossato, presidente da ABCB, e dono do Laticínio Família Rossato, sediado em Pilar do Sul (SP).

Segundo ele, a búfala produz em média 8 litros de leite por dia, volume bem inferior ao das vacas, mas seu leite tem percentuais maiores de sólidos e proteínas. Um quilo de queijo de búfala é feito com cinco litros de leite. No caso do queijo de vaca, são necessários de sete a dez litros.

O Brasil como um todo produz em torno de 100 milhões de litros de leite de búfala, estima a ABCB. São cerca de 200 laticínios e 17 mil criadores de búfalos no território nacional. O rebanho é de pouco mais de 2 milhões de animais, o equivalente a 1% do rebanho bovino no Brasil.

THEO MARQUES/VALOR

A produtora Celina Issa, de Carambeí, usa agricultura de precisão no campo e diz que momento é de 'virada de chave'

'Agricultura digital' ganha espaço no mercado e chega à universidade

Carolina Mainardes
Para o Valor, de Guarapuava, Ponta Grossa e Carambeí (PR)

A produtora Celina Junqueira Issa, de Carambeí (PR), tem na tecnologia uma aliada para otimizar o trabalho na fazenda e melhorar a produtividade. Ela utiliza as informações dos mapas de colheita — gerados por plataformas de máquinas agrícolas com tecnologia de ponta — para direcionar o trabalho no campo. "Esses dados são o ponto de partida para o meu agrônomo programar a próxima safra", diz.

Issa não é a única. A tecnologia vem ganhando espaço cada vez maior nas propriedades rurais, impulsionando o mercado — com lançamentos de máquinas e ferramentas de última geração — e também já abre espaço nos ambientes de formação profissional. É o caso da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), de Guarapuava, que abriu neste ano a primeira turma do curso de Tecnologia em Big Data no Agronegócio.

"Esse curso tem a minha cara", define André Luiz Dutra da Silva, 40 anos, um dos alunos. Ele viu no curso uma chance de se aprimorar na profissão. "É uma maneira de aprofundar o olhar para as ferramentas e maximizar o potencial que elas têm", diz ele, que é consultor de vendas em uma concessionária de máquinas do município.

O curso, que teve as 40 vagas ofertadas preenchidas, tem como foco a compreensão do grande volume de dados (big data) gerados pelos equipamentos e ferramentas aplicados na agricultura de precisão e digital. "Estaremos formando profissionais aptos para contribuir para a tomada de decisão no campo. A junção da agronomia e da tecnologia é o futuro", avalia a professora Carolina Paula de Almeida, coordenadora do curso.

A proposta é formar profissionais capazes de organizar dados e transformá-los em informações e conhecimentos sistematizados, visando planejamento estratégico para as fazendas. A iniciativa uniu os departamentos de Ciência da Computação e de Agronomia.

Atuar com desenvolvimento de softwares para o agro, projetos de redes de sensores e de transmissão de dados em tempo real, desenvolvimento de sistemas em nuvens e aplicação de técnicas de inteligência artificial no auxílio à tomada de decisões na produção são algumas das possibilidades que o profissional com essa formação superior — disponível em outras duas instituições de São Paulo — pode encontrar.

Robson Cerqueira Mota, gerente de agricultura de precisão em uma concessionária de máquinas agrícolas em Ponta Grossa (PR), sabe bem do que se trata esse ambiente. Em seu local de trabalho, a evolução é constante, uma vez que ele atua com vendas de uma fabricante multinacional. "Temos clientes que comentam que falta mão de obra para atuar com esse nível de maquinário", revela.

Entre as máquinas disponíveis, há modelos com sistema de telemetria, que captam dados das lavouras e do rendimento da máquina via satélite e enviam à nuvem e à central de inteligência da concessionária.

Para a produtora Celina Issa, o momento é de "virada de chave" no campo. Desde 2020, ela investe de maneira mais efetiva em tecnologia na propriedade. E procura entender a fundo as soluções de tecnologia oferecidas pelas máquinas agrícolas e demais aportes tecnológicos da fazenda.

Ela também aposta em sistemas digitais de gestão de processos para aumentar a produtividade e a saúde financeira do negócio. "Consigo entender a produção talhão a talhão". Em uma área total de 2 mil hectares, ela cultiva soja, milho e feijão na safra de verão e trigo e cobertura verde no inverno. Na última safra de soja, a produtividade obtida na fazenda foi de 80 sacas por hectare. A média no Estado é de 62 sacas por hectare.

Precatório faz disparar o lucro da São Martinho

Balanço

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A São Martinho encerrou o quarto trimestre da safra 2023/24 com um lucro líquido quatro vezes maior do que o resultado do mesmo período do ciclo anterior, assegurado pela entrada de duas parcelas dos precatórios da ação da Copersucar contra o extinto Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA).

O resultado líquido do trimestre alcançou R$ 627,3 milhões, enquanto no mesmo período da safra 2022/23, o lucro foi de R$ 151,9 milhões. Sem os precatórios, o lucro do trimestre teria sido de R$ 80 milhões, segundo Fabio Venturelli, CEO da São Martinho.

No período, houve a antecipação para março da última parcela do segundo precatório do IAA, que costumava ser pago em abril, e o reconhecimento de um precatório adicional (terceira ação).

No lado operacional, a companhia ampliou ganhos com o açúcar no trimestre, com mais volumes vendidos e preços mais altos. Isso compensou os baixos preços do etanol no país. A receita líquida subiu 33,4% no trimestre, para R$ 2,4 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado subiu 25,8%, a R$ 1,1 bilhão.

A concentração das vendas no quarto trimestre e o recebimento dos precatórios fizeram com que os dados do período tivessem a maior contribuição para os resultados da safra. O lucro líquido aumentou 45% na temporada, para R$ 1,5 bilhão, e o lucro caixa cresceu 8,5%, para R$ 1,4 bilhão.

Diante do resultado, o conselho de administração propôs uma distribuição de dividendos de 25% do lucro líquido. Os pagamentos se somarão às recompras de ações, em execução. Com isso, a remuneração aos acionistas deve ir a 50% do lucro caixa, disse o diretor financeiro Felipe Vicchiato.

A São Martinho encerrou a safra com faturamento de R$ 6,9 bilhões, 4,2% acima do ciclo anterior, e um Ebitda ajustado de R$ 3,1 bilhões, queda de 8,5%.

Ao longo da safra, os resultados operacionais foram afetados pela forte pressão sobre os preços do etanol — o valor médio do biocombustível vendido pela São Martinho caiu 29,1% na safra, para R$ 2.433,60 o metro cúbico.

Venturelli observou que as vendas de etanol foram impactadas tanto pela demora do consumidor em "perceber que o etanol estava em preço justo e dava a ele vantagem comercial, como por um preço de gasolina com uma mudança na sua política de precificação".

Com o biocombustível em baixa, a companhia teve perdas com a operação de etanol de milho na Usina Boa Vista, em Goiás, que estreou na safra passada e só chegou à capacidade máxima no último trimestre. A operação encerrou a temporada com um Ebitda negativo de R$ 42,9 milhões, sendo R$ 26,2 milhões no quarto trimestre.

Para a safra em curso, a São Martinho espera operar a planta em sua plena capacidade, o que significa processar 495 mil toneladas do cereal e produzir 200 milhões de litros de etanol. A empresa já assegurou a compra de quase toda sua matéria-prima (438 mil toneladas) por R$ 55,60 a saca (líquido de impostos) — bem abaixo do valor médio de compra na safra passada, de R$ 72 a saca.

Na operação de cana, a São Martinho espera moer 2,9% menos, o que deve ser totalmente compensado pela maior concentração de sacarose na cana. "Deve ser uma safra mais barata, porque dilui mais o custo fixo", disse Vicchiato.

Com um mix mais açucareiro, a empresa deve produzir 5,9% mais açúcar (a 1,5 milhão de toneladas) e fabricar 5,1% menos etanol de cana (900 milhões de litros).

45%
foi o aumento do lucro da empresa na safra 2023/24

Startup
Gado Certo, que conecta vendedores e compradores de gado em MT, recebe aporte B7

Investimentos
Ricardo Fontes vai comandar divisão da BB Asset com R$ 400 bilhões sob gestão C6

INÊS 249
Entrevista
Descompressão de ativos requer agenda fiscal crível, diz Leal de Barros, da ARX C6

Crédito
Volume concedido por fintechs cresceu 52% em 2023, mostra PwC C2

Mercado de capitais Batizada de A5X, empresa irá atuar inicialmente no mercado de derivativos e o negócio começa com investimento da ordem de R$ 200 milhões

Ex-executivos da XP e fundador da corretora Ideal lançam nova bolsa

Daniele Camba
De São Paulo

Executivos e ex-executivos do mercado financeiro se uniram para lançar uma novidade: uma bolsa de derivativos. Chamada de A5X, o negócio conta com um investimento inicial de R$ 200 milhões. A nova bolsa vai concorrer em um dos segmentos de negócios mais relevantes da B3, que tem a hegemonia do mercado.

Na linha de frente do projeto, estão Carlos Ferreira Filho e Karel Luketic (ex-executivos e sócios da XP), Nilson Monteiro (CEO e fundador da corretora Ideal, atualmente controlada pelo Itaú) e Julian Chediak (sócio do escritório Chediak Advogados). Esse é o quarteto de fundadores na nova bolsa. Os planos foram apurados pelo **Valor** e confirmados pelos sócios.

Além deles, a primeira rodada de investimentos (conhecida como série A) trouxe duas empresas como novos sócios, sendo uma delas ligada a uma instituição financeira. O **Valor** apurou ser a corretora Ideal, hoje controlada pelo Itaú. Procurada, a corretora não quis comentar o assunto.

Uma segunda rodada de investimentos (a série B) está em processo e deve trazer entre cinco e seis novos investidores — dentro desse grupo, há outras empresas do mercado financeiro. Carlos Ferreira Filho, hoje o CEO da A5X, diz, em entrevista ao **Valor** que, entre as séries A e B, a nova bolsa deve captar algo em torno de R$ 200 milhões, o que deve ser suficiente para já colocar a empresa em funcionamento.

Além de todos esses investidores (entre pessoas físicas e jurídicas), a XP tem uma opção de compra (direito de adquirir uma participação na nova bolsa) e que pode ser exercida no médio prazo.

"Nós [ele e Luketic], por vários anos, fizemos parte da XP, que sempre foi uma entusiasta por um mercado inovador e competitivo. Portanto, faz todo sentido a plataforma, de alguma forma, fazer parte desse nosso projeto que também trará muita inovação ao mercado", explica Ferreira Filho. Procurada, a XP não quis comentar o assunto.

A nova bolsa vem sendo projetada pelo quarteto há cerca de um ano, quando a dupla Ferreira Filho e Luketic deixou de ter qualquer tipo de cargo ou participação acionária na XP.

A partir de então, contrataram uma consultoria estrangeira que já ajudou na estruturação de várias outras novas bolsas pelo mundo, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. "No trabalho junto com essa consultoria, nos surpreendeu ver como a tecnologia avançou muito e hoje está plenamente a serviço de um mercado muito mais aberto a novos participantes e de uma forma muito mais ágil", afirma Luketic.

NILANI GOETTEMS/VALOR
Da esquerda para a direita, Karel Luketic, Carlos Ferreira Filho e Nilson Monteiro, três dos quatro fundadores da A5X, a nova bolsa de derivativos

Segundo Monteiro, um dos fundadores da A5X e CEO da corretora Ideal, a decisão de começar a bolsa pelo mercado de derivativos veio do leque enorme de produtos que já há nesse segmento e que ainda podem ser desenvolvidos.

"Cerca de 45% da receita da B3 vem só dos contratos de derivativos", lembra Monteiro, que conhece profundamente essa fatia de mercado. Ele foi um dos criadores da corretora Ideal, em 2019, que rapidamente abocanhou uma fatia relevante do volume de negócios com derivativos dentro da B3, ficando entre as três maiores corretoras do ranking, em participação.

> "Constatamos que a bolsa brasileira é uma das mais caras do mundo. Isso contribuiu para a exportação dos negócios"
> *Carlos Ferreira Filho*

Agora, engana-se quem acha que eles pretendem parar por aí. "Nada nos impede de depois entrarmos no mercado de ações também. Estamos abertos a fazer tudo aquilo que representar uma melhoria, tanto no atendimento aos investidores quanto no mercado de capitais como um todo", afirma Monteiro.

Entre as novas bolsas que estão surgindo, há sempre a dúvida sobre como será o trabalho de liquidação e compensação das operações, uma vez que esse processo fica a cargo das câmaras de liquidação (conhecidas como "clearings") e que, por serem instituições financeiras, demandam estruturas muito mais parrudas, consequentemente, mais custosas também.

Exatamente por esse motivo, algumas dessas novas concorrentes se mostram interessadas em usar os serviços da clearing da própria B3. Não parece que será o caso da A5X. Sem bater o martelo, Ferreira Filho dá a entender que o objetivo é ter toda uma estrutura proprietária.

"Se usarmos a clearing da B3 não conseguiremos ser competitivos em preços da forma que queremos ser, já que uma das partes mais pesadas em custos para os investidores que hoje precisam operar na B3 vem exatamente do que se paga pelo serviço da câmara de compensação da bolsa", diz o executivo.

Ainda sobre preços, o CEO da A5X afirma que o mergulho que eles fizeram para entender e aprender com os mercados internacionais também revelou que existe uma "distorção de preços" no mercado brasileiro.

"Constatamos que a bolsa brasileira é uma das mais caras do mundo, o que, obviamente, contribuiu para a exportação dos volumes de negócios para outros mercados, como o americano", diz Ferreira Filho.

Apesar de ter acabado de nascer oficialmente, o plano inicial, segundo Luketic, é que a nova bolsa comece a funcionar entre 18 e 24 meses, ou seja, algo como o fim de 2025 e o primeiro semestre de 2026.

Os próximos passos são: montar toda a estrutura da nova companhia, como contratação de pessoas, fechamento de contratos com os mais diversos tipos fornecedores, e em paralelo começar as conversas de regulação com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que é quem de fato fiscaliza e dá todos os tipos de aprovações necessárias para o funcionamento de uma nova bolsa no país.

"Já estamos em negociação com vários profissionais importantes do mercado, que em breve devem se juntar a nós. Seremos um time coeso e com o objetivo de inovar no mercado de capitais brasileiro, trazendo eficiência e preços competitivos", completa Ferreira Filho.

Esta não é a primeira bolsa que surge com o objetivo de concorrer com a B3. A primeira foi a CSD BR, que tem como sócios a Chicago Board Options Exchange (CBOE), o Santander e o BTG Pactual. E, mais recentemente, veio a notícia da American Trading Service (a ATS), uma controlada da Americas Trading Group (ATG), comprada pelo fundo Mubadala, de Abu Dhabi.

Em recente entrevista ao **Valor**, o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, disse estar preparado para esse cenário de concorrência e se mostrou mais preocupado com a disputa pelo investidor brasileiro com as bolsas internacionais.

Bolsa do Texas desafia domínio de Wall Street

Financial Times

Tudo é maior no Texas. A economia de US$ 2,56 trilhões é a oitava maior do mundo, à frente de Rússia, Canadá e Itália. Impostos baixos, regulamentação leve e políticas de baixa ingerência do governo fizeram do Estado um ímã para pessoas e empresas em busca de realocação. O Texas agora quer reivindicar um novo título: Wall Street do sul.

A área de Dallas-Fort Worth tornou-se um grande centro para executivos financeiros. A corretora Charles Schwab de San Francisco mudou para lá sua sede em 2021. J.P. Morgan, Goldman Sachs e Wells Fargo investiram milhões de dólares em novas unidades na área.

O Estado da Estrela Solitária também poderá ter em breve a sua própria bolsa de valores. O TXSE Group, uma startup apoiada por BlackRock e Citadel Securities, quer lançar uma bolsa de valores concorrente. Chamada Texas Stock Exchange (bolsa de valores do Texas, ou TXSE), ela ainda precisa solicitar a aprovação das autoridades reguladoras para operar. Mas pretende desafiar o domínio da bolsa de Nova York (Nyse) e da Nasdaq na listagem e negociação de empresas e fundos.

Será mais fácil falar do que fazer. De fato, o Texas possui uma das maiores concentrações de empresas da lista "Fortune 500". Possui tecnologia em Austin, energia em Houston e West Texas, finanças em Dallas e empresas manufatureiras e aeroespaciais em todo o seu território. Mas atrair listagens de empresas e volumes de negócios é um desafio muito diferente.

Muitas bolsas emergentes — como a IEX — tentaram frear o duopólio da Nyse/Nasdaq, com pouco sucesso. É improvável que empresas — mesmo as do Texas — se arrisquem a fazer uma grande oferta pública inicial de ações (IPO) em uma bolsa pouco conhecida. A IEX jogou a toalha em seu negócio de listagens corporativas em 2019. Outra, a Long-Term Stock Exchange, tem apenas duas listagens.

Além disso, os operadores vão onde está a liquidez. A Nyse e a Nasdaq oferecem os maiores mercados, respondendo por cerca de 20% e 16%, respectivamente, de todo o volume de ações negociadas nos Estados Unidos. A CBOE, a terceira maior bolsa americana, tem uma participação de mercado de 12%. As outras respondem por menos de 3%.

A TXSE jogará com sua abordagem leve texana. A companhia diz que quer oferecer mais "previsibilidade em termos dos padrões de listagem e custos associados". Este é um claro golpe contra uma regra da 2021 da Nasdaq que exige divulgações sobre diversidade nos conselhos de administração pelas empresas.

No entanto, embora o Texas defenda a sua abordagem "laissez faire" em relação aos negócios e à filosofia do Estado pequeno, ele também adotou posições duras em relação ao aborto e os direitos LGBT+. As companhias que não aderem a determinadas opiniões políticas ou culturais têm sido criticadas. O Texas proibiu, por exemplo, seus municípios de fazer negócios com bancos que possuem políticas ESG contra os combustíveis fósseis e as armas de fogo. As empresas devem ter em mente que as guerras culturais ocorrem nos dois sentidos.

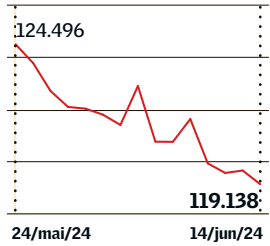
Destaques

Debêntures da Copasa
A Copasa iniciou a semana com apresentações a investidores para uma oferta de R$ 1,3 bilhão em debêntures. Os papéis terão prazo de 10 anos. A companhia de saneamento pretende usar os recursos para executar parte do programa de investimento e para reserva de liquidez. Pelo cronograma apresentado, o período de análise dos investidores acaba em 10 de julho. A remuneração dos papéis será definida em 11 de julho. A Copasa quer pagar, no máximo, CDI + 1,40% ao ano na primeira série e o maior entre NTN-B 2030 + 1,10% ao ano e IPCA + 6,56% ao ano na segunda. Atuam na oferta os bancos Safra, BV e XP. *(Rita Azevedo)*

Nova oferta da Vibra
A Vibra (antiga BR Distribuidora) iniciou uma oferta de debêntures e busca levantar R$ 1,3 bilhão. A empresa planeja utilizar os recursos dinheiro na liquidação antecipada de um Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), no montante de R$ 1,2 bilhão, e reforçar o capital de giro. Os papéis serão emitidos em série única, com vencimento em 2031. Pelos planos da Vibra, a remuneração dos títulos será de, no máximo, CDI mais 1,18% ao ano, com duas amortizações. A data estimada para a liquidação da operação é 27 de junho. O UBS BB coordena a oferta. *(RA)*

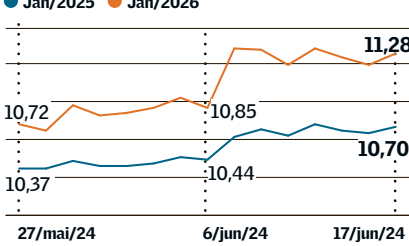
Emissão da Via Quatro
A Via Quatro, concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo, vai emitir R$ 940 milhões em debêntures. A oferta terá início em 2 de julho. Os papéis terão vencimentos de sete anos e serão emitidos em série única. A companhia pretende pagar até CDI + 1,1% ao ano como remuneração. *(RA)*

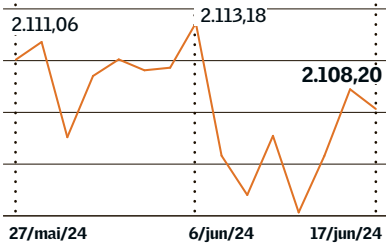
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 17/jun/24 - em %

Dow Jones	0,49
S&P 500	0,77
Euronext 100	0,69
DAX	0,37
CAC-40	0,91
Nikkei-225	-1,83
SSE Composite	-0,55

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercados Ibovespa recua 0,44% e juros futuros sobem após boletim Focus trazer novas projeções

Dólar vai a R$ 5,42 com piora nas expectativas

Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado
De São Paulo

Os ativos locais registraram mais perdas na sessão de ontem, em dia de avanço dos rendimentos dos Treasuries americanos e após o boletim Focus mostrar novo aumento nas expectativas para a inflação e para a taxa Selic. Em meio aos desafios da equipe econômica para reduzir as despesas da União, manifesto publicado pela executiva nacional do Partido dos Trabalhadores contra mudanças nos pisos constitucionais de saúde e educação também trouxe algum desconforto aos investidores.

No fim do dia, o dólar subiu 0,73%, para R$ 5,4214, e o Ibovespa recuou 0,44%, aos 119.138 pontos. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,655% do ajuste anterior para 10,69%, enquanto a do DI para janeiro de 2026 avançou de 11,195% para 11,285%.

Após alguns pregões em que o mercado local operou descolado do americano, exibindo piora enquanto as taxas dos Treasuries registravam alívio, o avanço dos juros lá fora intensificou o tom negativo da sessão. E, no ambiente doméstico, os riscos percebidos por agentes sobre a condução da política econômica seguem elevados.

Houve também relatos de investidores montando grande posição em dólar já na abertura da sessão. Entre operadores, a leitura é de que as recentes sinalizações do governo sobre corte de gastos não bastam para aliviar o mau humor dos agentes do mercado.

O diretor de tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, diz ver nessas reuniões recentes do governo um sinal de que o estresse dos mercados está incomodando. "A área política estica a corda e vê até onde dá, e a hora que começam a surgir indicadores de piora, essa política para e pensa", diz. "O Brasil sempre foi assim. Não é exclusividade do governo Lula."

10,69%
é a taxa do DI para janeiro de 2025, ante 10,655% de sexta

As estimativas do relatório Focus do BC indicaram desancoragem adicional das expectativas de inflação. A projeção do IPCA para este ano saiu de 3,90% e foi para 3,96%. E a estimativa do câmbio saiu de R$ 5,05 para R$ 5,13.

A apreensão em torno da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central é outro fator que alimenta a percepção de risco local elevado.

"Ao meu ver, o preço dos ativos hoje aponta para manutenção da Selic em decisão unânime. Me parece bastante provável não ter corte; agora, sobre a unanimidade, tenho dúvidas", diz Weigt, da Travelex. "Se não houver esse consenso, vamos ver mais estresse no mercado, o que deve atingir o câmbio."

O Wells Fargo vê a liquidação da moeda como "excessiva" e afirma que manter a Selic inalterada pode trazer estabilidade ao real. "Duvidamos que as mudanças na liderança do BC, por si só, impliquem automaticamente um reinício dos cortes nas taxas, uma vez que os novos presidentes do BC normalmente têm de ser mais agressivos para obterem a confirmação do Senado e ganharem credibilidade no mercado", dizem, em nota.

"No entanto, estas mudanças provavelmente implicarão um ciclo de flexibilização mais profundo assim que os cortes começarem. Como resultado, continuamos construtivos em relação ao real e às taxas brasileiras."

Para o chefe de análise de um grande banco local, as incertezas em torno do BC tendem a se arrastar nos próximos meses, já que, depois da dissidência do último Copom, a nova presidência da autarquia levará tempo para reconquistar a confiança do mercado. "Talvez se o governo indicar um nome mais ortodoxo para a presidência", diz, notando que uma decisão unânime esta semana pode desencadear alguma descompressão.

"Um possível gatilho doméstico que eu não via e passei a enxergar nos últimos dias, por conta da piora nos preços dos ativos locais, é a entrega do Orçamento de 2025 até o fim de agosto. Mas a Fazenda precisaria entregar um plano claro de cortes de despesas, uma solução crível para as contas públicas, com apoio explícito do presidente", afirma.

Volume de crédito concedido por fintechs tem crescimento de 52%

Álvaro Campos
De São Paulo

Após forte desaceleração em 2022, com a alta de juros, em 2023 o volume de crédito concedido pelas fintechs subiu 52%, chegando a R$ 21,1 bilhões. O dado é de pesquisa da PwC e da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD). O estudo mostra que, apesar do ambiente macroeconômico volátil, essas startups cresceram e chegaram a 53,6 milhões de clientes.

Presidente da ABCD, Francisco Ferreira lembra que as fintechs passaram por dois fenômenos no ano passado: o "inverno tech", que reduziu os recursos de venture capital para aportes nessas companhias, e momentos difíceis no mercado de crédito local. Além do caso Americanas no início de 2023, ainda houve aumento da inadimplência no sistema financeiro como um todo, que só foi se estabilizar em meados do ano. "Após a pandemia, as pessoas entenderam que podem consumir serviços financeiros de forma diferente. Isso contribui para que os consumidores se movam cada vez mais para um cenário sem dinheiro físico. A experiência digital provou ser eficaz e valiosa para o fornecimento de crédito também."

A pesquisa também detectou um amadurecimento das fintechs de crédito, com mais empresas ampliando suas equipes para além de 300 funcionários — hoje, estas são 25% do total. A proporção de fintechs consolidadas (com faturamento ou investimento acima de R$ 20 milhões) cresceu dez pontos percentuais, representando agora 58% das pesquisadas. Quase metade (46%) já tem licença do Banco Central para operar como Sociedade de Crédito Direto (SCD) ou Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), em comparação com apenas 11% em 2019.

Houve um aumento expressivo na disposição dessas empresas em aceitar uma gama mais ampla de garantias, com 70% já aceitando algum tipo de colateral. Segundo os autores da pesquisa, o movimento pode ser visto como uma estratégia para mitigar riscos, atrair uma base maior de clientes e competir de modo mais eficaz no mercado financeiro. A crescente aceitação de garantias reflete uma evolução nas práticas do setor, com um foco cada vez maior em fundos (aceitos por 20% das fintechs) e aplicações financeiras (18%), o que evidencia uma adaptação das empresas às preferências e à capacidade financeira dos consumidores.

> "Experiência digital provou ser eficaz para fornecimento de crédito, com oferta cada vez mais completa"
> *Francisco Ferreira*

"Na edição passada da pesquisa, percebemos uma preferência das fintechs por produtos financeiros considerados mais seguros, acompanhada de uma cautela na gestão do crédito e uma retração no crescimento. Já em relação a 2023 notamos que a cautela está sendo deixada para trás. Começamos a observar um retorno aos produtos com maior risco, que permitem às empresas se diversificar e explorar o mercado de forma mais ampla", diz Willer Marcondes, líder de consultoria em serviços financeiros da PwC Brasil.

Entre os produtos ofertados, os mais comuns para pessoa física são crédito pessoal não consignado (48%), consignado privado (25%), cartão de crédito rotativo (18%), cartão de crédito parcelado (18%) e aquisição de outros bens (18%). De seis produtos pesquisados, a inadimplência caiu em cinco deles, com mais ênfase no microcrédito. Houve alta apenas no rotativo do cartão, um salto de 9% em 2022 para 23% em 2023. "Acredito que o efeito do tamanho dos portfólios afeta de maneira significativa a inadimplência. Carteiras mais novas tendem a ser mais voláteis e, à medida que o tempo passa, com portfólio mais maduros, isso favorece uma melhoria no perfil de risco", comenta Marcondes.

A pesquisa também mostra uma diversificação geográfica maior dos clientes pessoa física em 2023. Do total de 53,6 milhões, 46,7 milhões estão no Brasil e 6,8 milhões no exterior. Apesar de 74% das fintechs estarem sediadas no Estado de São Paulo, observa-se ao longo dos anos uma quantidade crescente de clientes localizados no Nordeste, por exemplo, ultrapassando 17,5 milhões de pessoas.

Em termos de novas tecnologias, 31% das fintechs dizem que já adotam inteligência artificial (tradicional ou generativa) e 53% afirmam que pretendem adotar. "Outras tecnologias, como blockchain, robotização, biometria, caíram de prioridade. IA está no 'top of mind'", diz Marcondes.

Wall Street ignora Fed e volta a bater recordes

Gabriel Caldeira e Eduardo Magossi
De São Paulo

Os índices S&P 500 e Nasdaq novamente bateram seus recordes históricos ontem, impulsionados pelo rali de ações ligadas ao setor de inteligência artificial (IA) generativa. O bom desempenho do mercado de ações em Nova York persistiu mesmo diante de sinalizações conservadoras de dirigentes do Federal Reserve (Fed). As falas provocaram um aumento dos rendimentos dos Treasuries em toda a curva a termo, o que sugere uma postura mais cautelosa na renda fixa americana em meio à possibilidade de o banco central dos Estados Unidos manter os juros altos por mais tempo do que o mercado projeta.

O índice Dow Jones fechou em alta de 0,49%, a 38.778,10 pontos; o S&P 500 subiu 0,77%, a 5.473,23 pontos; e o Nasdaq ganhou 0,95%, a 17.857,02 pontos.

Embora tenha uma visão construtiva quanto ao mercado de ações americano, o CIO do Julius Baer, Yves Bonzon, escreve em sua carta mensal de junho que uma correção de 8% a 12% do S&P 500 seria saudável neste momento, para sustentar a alta do mercado mais à frente. "Correções nessa faixa são a norma e não a exceção em mercados de alta seculares. O índice S&P 500, por exemplo, passou por essas correções de suas máximas históricas durante as tendências de alta primárias uma vez a cada dois anos, em média, desde 1954, às vezes sofrendo até duas quedas em um único ano", diz ele.

No entanto, as ações ainda não mostram sinais de que vão interromper o rali mesmo diante da postura conservadora de dirigentes do Fed, que reiteram o tom geral do comunicado, das projeções e da entrevista coletiva do presidente Jerome Powell na decisão de política monetária da semana passada.

Neel Kashkari e Patrick Harker, respectivamente presidentes das distritais de Mineápolis e Filadélfia do banco central dos Estados Unidos, afirmaram que a previsão de apenas um corte de juros neste ano é razoável e que, para isso, terão de ver mais progresso da inflação em direção à meta de 2% ao ano.

Com isso, os Treasuries tiveram desempenho contrário ao das ações e sofreram desvalorização, o que elevou os rendimentos. A taxa da T-note de dois anos terminou o dia em alta a 4,774%, de 4,715% no fechamento anterior, enquanto a da T-note de dez anos subiu de 4,228% a 4,285%.

'Usar palavra crise faz sentido, e BC tem culpa'

SILVIA ZAMBONI/VALOR

O Banco Central enfrenta uma emergência criada por suas próprias decisões e que corre o risco de afetar anos de decisões políticas hábeis e ganho de credibilidade, a dias do provável fim do ciclo de cortes de juros. As expectativas de inflação estão acima da meta para os próximos anos e a confiança se reduz conforme os mercados questionam os rumos da política monetária. "É a primeira vez desde a eleição do Lula que usar a palavra crise faz sentido", disse o ex-diretor de assuntos internacionais do BC Tony Volpon. "E o Banco Central tem culpa." Para Volpon, que ingressou no BC em 2015, o Brasil está longe de elevar a Selic, visão compartilhada pela maioria dos economistas. Ainda assim, ele apelou aos diretores para ficarem atentos a lições sobre o preço da perda de credibilidade. "Foi horrível. Os juros acabaram subindo, eu entrei nesse ciclo e, ainda assim, as expectativas não estavam ancoradas", disse. "No fim do dia, é aquela história: quando você perde a credibilidade junto ao mercado, para recuperar isso tem que ter uma política monetária muito mais ortodoxa, muito mais austera, muito mais restritiva."

Aegea reabre emissão e capta US$ 300 milhões no exterior

Rita Azevedo
De São Paulo

A empresa de saneamento Aegea reabriu uma emissão de títulos de dívida no exterior (bônus) e captou US$ 300 milhões. A taxa dos papéis, que vencem em 2031, ficou em 8,375%. A demanda chegou a US$ 600 milhões, segundo fontes que acompanharam a operação.

A companhia deve usar os recursos para o pagamento de dívidas e fins corporativos gerais. O mesmo montante será alocado em projetos verdes e sociais. A liquidação da operação está prevista para o dia 25 de junho, segundo a Aegea.

Em relatório, a agência de classificação de risco Moody's disse que a nova operação não afeta o rating da companhia. O dinheiro vai ajudar a "fortalecer a posição de liquidez do grupo e as despesas de projetos existentes", ressalta a agência, que diz ainda que os títulos adicionais representam "apenas um aumento modesto" no índice de alavancagem da companhia.

Já a Fitch atribuiu rating "BB" à reabertura dos bonds. Também em relatório, disse que a dívida da holding é elevada, mas é administrável, uma vez que o volume de dividendos das subsidiárias deve aumentar. Ao fim de março, a dívida total da companhia era de R$ 11,1 bilhões, sendo que ela deve receber R$ 740 milhões em dividendos anuais, em média, em 2024 e 2025, e cerca de R$ 1,7 bilhão em 2026.

A oferta original foi feita em outubro de 2023. Na ocasião, a Aegea captou US$ 500 milhões com títulos sustentáveis, atrelados ao cumprimento de metas de sustentabilidade.

Entre as metas está reduzir o consumo de energia na produção, distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto até 2025 e aumentar a participação de mulheres e de negros em cargos de liderança na empresa.

Atuaram na reabertura dos bônus os bancos Bradesco BBI, BTG Pactual, Citi, Itaú BBA, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Santander.

Com a operação, o volume captado com bonds em 2024 chega a US$ 11,95 bilhões. Antes da Aegea, foram 13 ofertas, considerando também a do Tesouro. Bancos que coordenam esse tipo de operação estimam até seis novas emissões até o fim de julho, quando o mercado se fecha para o período de férias no Hemisfério Norte.

A edição mais esperada

FEBRABAN TECH 2024

25, 26 e 27 de junho
Transamerica Expo Center/SP

O FEBRABAN TECH 2024, principal evento de tecnologia e inovação do setor financeiro, está na sua 34ª edição, com o tema central "A jornada responsável na nova Economia da IA".

O evento reúne lideranças dos setores de tecnologia, sustentabilidade, finanças, agro e áreas ligadas à inovação para debater temas de destaque da economia digital.

CEOs dos principais bancos brasileiros e keynote speakers referências mundiais já estão confirmados:

Amy Webb

CEO do Future Today Institute e autora do Tech Trends Reports, ela lidera a previsão de tendências e estratégias globais. Reconhecida pela Forbes e BBC, Amy é autora de best sellers, como "The Genesis Machine".

Esther Duflo

Vencedora do Prêmio Nobel de Economia em 2019 pelos seus estudos de combate à pobreza, já assessorou o então presidente Barack Obama e integrou o Comitê para o Desenvolvimento Mundial.

Hortência Marcari

Referência no basquete brasileiro, com um título mundial e uma medalha olímpica de prata, é integrante da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil (COB).

Inscreva-se já em
febrabantech.com

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 17/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.841,1758880	0,01	0,32	4,18
IRF-M	1+**	20.047,9812060	-0,10	-0,40	0,53
IRF-M	Total	18.235,1554370	-0,06	-0,18	1,63
IMA-B	5***	9.232,9816000	-0,04	-0,06	2,85
IMA-B	5+****	11.110,5603840	0,11	-1,45	-4,26
IMA-B	Total	9.817,4117310	0,03	-0,77	-0,91
IMA-S	Total	6.705,9172990	0,04	0,44	4,94
IMA-Geral	Total	8.134,6462350	0,01	-0,04	2,33

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	03/06	31/05	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	27,71	28,38	30,27	28,38	32,70	28,79
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,32	21,51	24,58	21,51	24,65	25,00
Conta garantida pré - a.a.	44,62	51,12	54,39	51,12	44,53	51,64
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,58	21,55	23,14	21,55	22,23	29,19
Vendor pré - a.a.	15,04	15,05	16,12	15,05	16,34	19,82
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,75	16,84	17,94	16,84	17,30	21,77
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,50	17,17	18,18	17,17	17,08	19,54
Conta garantida pós - a.a.	24,34	24,89	24,32	24,89	25,44	27,39
ACC pós - a.a.	8,48	8,60	8,54	8,60	7,95	7,84
Factoring - a.m.	3,32	3,32	3,32	3,32	3,30	3,57

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	17/06/24	14/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3200	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3330	5,3323	5,3243	5,3234	5,0666
3 meses	-	5,3526	5,3524	5,3496	5,3480	4,9440
6 meses	-	5,3887	5,3887	5,3886	5,3894	4,7237
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,9120	3,8920	3,9010	3,1440
1 mês	-	3,8975	3,9131	3,9122	3,9123	3,1527
3 meses	-	3,9206	3,9263	3,9257	3,9254	2,9770
6 meses	-	3,9413	3,9443	3,9437	3,9431	2,5404
1 ano	-	3,8708	3,8619	3,9419	3,8119	1,4497
Euribor ***						
1 mês	-	3,579	3,654	3,717	3,799	3,355
3 meses	-	3,715	3,743	3,785	3,830	3,572
6 meses	-	3,735	3,748	3,745	3,791	3,822
1 ano	-	3,672	3,725	3,711	3,645	4,020
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,34	5,34	5,36	5,37	5,37	5,11
T-Bill (3 meses)	5,39	5,38	5,37	5,39	5,38	5,23
T-Bill (6 meses)	5,36	5,34	5,37	5,37	5,37	5,33
T-Note (2 anos)	4,77	4,72	4,88	4,87	4,83	4,72
T-Note (5 anos)	4,31	4,25	4,48	4,51	4,45	3,98
T-Note (10 anos)	4,29	4,23	4,47	4,50	4,42	3,77
T-Bond (30 anos)	4,41	4,35	4,60	4,65	4,56	3,85

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,43	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,85	11,99
CDI	0,43	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,85	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,18	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,63	10,51
IMA-B	-0,77	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,91	6,56
IMA-S	0,44	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,94	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-2,42	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-11,21	12,70
Índice Small Cap	-4,55	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-18,41	-4,39
IBrX 50	-2,58	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-10,01	14,94
ISE	-2,27	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-13,14	1,45
IMOB	-2,31	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-19,62	-0,55
IDIV	-2,25	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-7,42	19,55
IFIX	-2,26	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	-0,17	12,24
Dólar Ptax (BC)	3,27	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	11,81	2,86
Dólar Comercial (mercado)	3,28	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	11,72	3,47
Euro (BC) (4)	2,10	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	8,47	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	2,16	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	8,36	5,03
Ouro (BC)	2,50	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	25,19	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 17/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 12/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.495.946,12					3.952,11	29.678,95	213.977,76	214.516,76
RF Indexados (2)	151.225,11	-0,22	-0,37	1,79	7,90	-388,39	-1.036,00	-2.205,47	-10.962,50
RF Duração Baixa Soberano (2)	679.062,97	0,04	0,29	4,36	11,07	-2.671,44	5.885,51	43.598,72	39.936,28
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	824.338,69	0,04	0,32	4,96	12,60	2.492,47	6.908,97	32.357,06	39.951,95
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	174.135,16	0,04	0,05	4,97	12,60	752,75	3.397,03	68.898,60	75.948,32
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.489,43	-0,02	0,16	3,80	8,89	-62,23	1.034,11	-2.924,36	-5.610,01
RF Duração Livre Soberano (2)	211.877,62	-0,03	0,13	3,76	10,16	-397,94	1.727,15	-14.094,23	-23.795,71
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	656.761,08	0,00	0,21	4,24	11,04	1.304,95	3.697,19	-12.900,21	-28.015,61
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	351.846,16	-0,07	0,04	4,01	11,87	852,16	5.322,50	70.374,73	124.822,33
Ações	596.970,64					-145,29	4.331,05	1.112,12	38.334,60
Ações Indexados (2)	9.726,49	-1,34	-1,76	-10,58	2,00	-2,42	-138,27	355,67	-1.220,48
Ações Índice Ativo (2)	30.337,36	-1,35	-1,76	-10,98	0,45	-15,01	-125,77	-3.793,60	-4.494,27
Ações Livre	216.158,93	-1,00	-1,25	-7,91	3,64	-126,57	4.442,14	2.653,44	-4.552,48
Fechados de Ações	124.549,78	-0,47	-0,33	-4,66	-3,18	10,51	7,88	-543,39	29.902,93
Multimercados	1.641.130,92					-201,01	-8.330,02	-63.574,34	-190.530,39
Multimercados Macro	151.278,47	0,01	-0,20	-0,01	5,60	-259,65	-2.596,12	-23.664,97	-48.602,19
Multimercados Livre	620.504,76	-0,04	0,04	2,03	8,23	261,70	-3.427,72	4.177,83	-44.041,11
Multimercados Juros e Moedas	51.539,34	0,00	0,25	4,03	11,26	-99,85	-1.293,86	-5.811,03	-14.511,42
Multimercados Invest. no Exterior (2)	737.012,57	0,08	0,68	3,24	10,46	-152,18	-1.100,39	-39.192,65	-78.126,75
Cambial	6.568,36	0,53	2,83	13,84	17,37	-15,12	190,65	-153,19	-1.194,79
Previdência	1.423.548,54					-160,70	-250,89	16.519,00	41.006,67
ETF	42.975,12					190,43	396,15	-2.005,88	-1.056,38
Demais Tipos	1.998.752,29					1.946,26	2.724,74	50.748,39	56.698,35
Total Fundos de Investimentos	**7.207.139,69**					**3.620,42**	**26.015,90**	**165.875,46**	**101.076,46**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.629.743,88**					**-1.629,40**	**6.667,53**	**38.768,37**	**108.671,14**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.884.414,03**					**1.991,03**	**32.683,43**	**204.643,83**	**209.747,59**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	17/06/24	14/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,63
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9959
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,51
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9874
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,45	10,46	10,47	10,38	10,36	13,53
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,66	10,62	10,63	10,43	10,36	13,10
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,43	10,43	10,39	10,39	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,44	10,45	10,37	10,37	13,59
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,46	10,48	10,36	10,36	13,51
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,49	10,53	10,36	10,35	13,40
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,67	10,61	10,63	10,39	10,36	13,11
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,00	10,92	11,00	10,56	10,44	12,08

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 17/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.607,65	10,414	185.671	10,412	10,416	10,412
Vencimento em ago/24	98.709,91	10,424	108.650	10,416	10,430	10,430
Vencimento em set/24	97.854,46	10,448	9.066	10,442	10,456	10,450
Vencimento em out/24	97.036,59	10,489	214.348	10,475	10,500	10,485
Vencimento em nov/24	96.135,67	10,552	6.634	10,530	10,565	10,565
Vencimento em dez/24	95.382,21	10,624	32.229	10,590	10,635	10,635
Vencimento em jan/25	94.546,74	10,701	568.436	10,660	10,715	10,690
Vencimento em fev/25	93.675,65	10,767	311	10,740	10,760	10,745
Vencimento em mar/25	92.871,50	10,845	551	10,820	10,840	10,820
Vencimento em abr/25	92.122,99	10,891	144.796	10,840	10,910	10,885
Vencimento em mai/25	91.338,61	10,935	1.256	10,900	10,935	10,920

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.428,72	0,79	221.180	5.373,00	5.436,50	5.430,50
Vencimento em ago/24	5.446,62	0,79	7.540	5.418,00	5.449,00	5.446,00
Vencimento em set/24	5.463,63	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.479,84	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.498,89	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.831,05	1,12	15	5.823,00	5.823,00	5.823,00
Vencimento em ago/24	5.859,23	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.886,18	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	120.888	-0,50	78.735	120.405	121.735	120.925
Vencimento em out/24	122.843	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	124.811	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 17/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4124	5,4130	0,93	3,27	11,81	12,10
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4208	5,4214	0,73	3,28	11,72	12,51
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4443	5,6243	0,82	3,13	11,43	12,56
Euro (BC) - (R$/€)	5,8021	5,8049	1,15	2,10	8,47	10,04
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8180	5,8187	1,01	2,16	8,36	10,42
Euro Turismo (R$/€)	5,8648	6,0448	1,05	1,88	7,80	10,14
Euro (BC) - (US$/€)	1,0720	1,0724	0,21	-1,13	-2,99	-1,84
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	402,4089	402,4535	0,33	2,50	25,19	32,52
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.318,73	-0,42	-0,30	12,28	18,49
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.320,70	0,16	-0,95	12,52	18,16

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	17/06/24	14/06/24	No fim de mai/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	148.298,48	149.736,11	152.338,81	173.997,89	-0,96	-2,65	-14,77
Valor-Coppead Mínima Variância	93.178,81	93.354,67	93.649,60	93.533,91	-0,19	-0,50	-0,38

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 17/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 17/06/24

Índice	17/06/24	14/06/24	Em 31/05/24	29/12/23	17/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,32	182,30	183,18	165,54	157,04	0,56	0,08	10,74	16,74
S&P BNY Emergentes	357,60	353,33	341,77	312,75	305,37	1,21	4,63	14,34	17,10
S&P BNY América Latina	188,56	189,16	204,45	225,28	208,92	-0,32	-7,77	-16,30	-9,75
S&P BNY Brasil	183,56	184,31	197,69	232,95	209,78	-0,41	-7,15	-21,20	-12,50
S&P BNY México	296,10	295,72	329,09	331,67	334,73	0,13	-10,02	-10,72	-11,54
S&P BNY Argentina	241,02	247,06	262,91	178,27	152,66	-2,45	-8,33	35,20	57,87
S&P BNY Chile	139,22	139,56	148,41	162,12	174,48	-0,24	-6,19	-14,12	-20,20
S&P BNY Índia	2.854,27	2.839,69	2.747,17	2.923,01	2.757,31	0,51	3,90	-2,35	3,52
S&P BNY Ásia	218,28	216,72	212,76	189,60	182,40	0,72	2,60	15,13	19,67
S&P BNY China	320,03	319,09	329,83	336,11	343,46	0,30	-2,97	-4,78	-6,82
S&P BNY África do Sul	185,07	184,40	206,33	199,87	235,75	0,36	-10,30	-7,40	-21,50
S&P BNY Turquia	32,72	33,37	34,31	22,45	17,94	-1,93	-4,63	45,72	82,43

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 17/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	119.138	-0,44	-2,42	-11,21	0,32
IBrX	50.278	-0,44	-2,58	-10,93	0,68
IBrX 50	19.993	-0,33	-2,58	-10,01	1,90
IEE	86.316	-0,94	-1,14	-9,10	-2,13
SMLL	1.920	-1,24	-4,55	-18,41	-15,37
ISE	3.269	-1,07	-2,27	-13,14	-8,49
IMOB	812	-1,27	-2,31	-19,62	-7,37
IDIV	8.400	-0,45	-2,25	-7,42	8,03
IFIX	3.306	-0,20	-2,26	-0,17	7,24
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.010	-1,12	-5,51	-20,59	-10,51
IBrX	9.288	-1,13	-5,67	-20,34	-10,19
IBrX 50	3.694	-1,02	-5,66	-19,51	-9,10
IEE	15.946	-1,62	-4,27	-18,70	-12,70
SMLL	355	-1,93	-7,57	-27,03	-24,50
ISE	604	-1,75	-5,37	-22,32	-18,37
IMOB	150	-1,95	-5,41	-28,11	-17,37
IDIV	1.552	-1,13	-5,34	-17,20	-3,63
IFIX	611	-0,89	-5,35	-10,71	-4,34

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 17/06/24	14/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	386	385	1,0	16,0	41,0
África do Sul	337	339	-2,0	-21,0	11,0
Argentina	1.386	1.378	8,0	45,0	-521,0
Brasil	234	234	0,0	21,0	39,0
Colômbia	330	325	5,0	27,0	65,0
Filipinas	77	81	-4,0	-1,0	19,0
México	194	193	1,0	28,0	27,0
Peru	116	115	1,0	11,0	14,0
Turquia	262	263	-1,0	19,0	-14,0
Venezuela	18.232	18.005	227,0	1.768,0	-5.860,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	05/06/24	357.497
nov/23	348.406	06/06/24	357.843
dez/23	355.034	07/06/24	356.291
jan/24	353.563	10/06/24	355.917
fev/24	352.705	11/06/24	356.150
mar/24	355.008	12/06/24	358.242
abr/24	351.599	13/06/24	357.789
mai/24	355.560	14/06/24	358.091

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	17/06/24	14/06/24	13/06/24	12/06/24	11/06/24	10/06/24
Índice	2.108,20	2.109,34	2.105,48	2.102,20	2.106,64	2.103,21
Var. no dia	-0,05%	0,18%	0,16%	-0,21%	0,16%	-0,11%
Var. no mês	-0,09%	-0,04%	-0,22%	-0,38%	-0,16%	-0,33%
Var. no ano	2,08%	2,14%	1,95%	1,79%	2,01%	1,84%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 17/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,8200	36,8600	0,14680	0,14700
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4124	5,4130
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3266	36,4176	0,1486000	0,1490000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7732	0,7902
Colon (Costa Rica)	520,0000	531,0000	0,010190	0,010410
Coroa (Dinamarca)	6,9569	6,9579	0,7779	0,7781
Coroa (Islândia)	139,2500	139,5900	0,03877	0,03887
Coroa (Noruega)	10,7010	10,7038	0,5057	0,5058
Coroa (Rep. Tcheca)	23,0570	23,0670	0,2346	0,2348
Coroa (Suécia)	10,5138	10,5161	0,5147	0,5148
Dinar (Argélia)	134,1121	135,5345	0,03993	0,04036
Dinar (Kuwait)	0,3065	0,3070	17,6300	17,6607
Dinar (Líbia)	4,8372	4,8595	1,1138	1,1190
Direitos Especiais de Saque ***	1,3175	1,3175	7,1308	7,1316
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6736	1,4733	1,4739
Dirham (Marrocos)	9,9949	10,0039	0,5410	0,5416
Dólar (Austrália)***	0,6595	0,6600	3,5695	3,5726
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4124	5,4130
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6620	2,7089
Dólar (Canadá)	1,3750	1,3755	3,9349	3,9367
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4819	6,5612
Dólar (Cingapura)	1,3527	1,3532	3,9997	4,0016
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4124	5,4130
Dólar (Hong Kong)	7,8107	7,8108	0,6929	0,6930
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6114	0,6118	3,3091	3,3117
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7609	6,8260	0,7929	0,8006
Euro (Comunidade Européia)***	1,0720	1,0724	5,8021	5,8049
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9738	3,0333
Franco (Suíça)	0,8914	0,8915	6,0711	6,0725
Guarani (Paraguai)	7516,2500	7526,2200	0,0007191	0,0007202
Hryvnia (Ucrânia)	40,6000	40,9000	0,1323	0,1333
Iene (Japão)	157,7900	157,8400	0,03429	0,03431
Lev (Bulgária)	1,8235	1,8244	2,9667	2,9685
Libra (Egito)	47,6600	47,7600	0,1133	0,1136
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2686	1,2691	6,8662	6,8696
Naira (Nigéria)	1481,6400	1483,6400	0,00365	0,00365
Lira (Turquia)	32,8362	32,8462	0,1648	0,1648
Novo Dólar (Taiwan)	32,3570	32,3870	0,16710	0,16730
Novo Sol (Peru)	3,7857	3,7883	1,4287	1,4299
Peso (Argentina)	903,0000	903,5000	0,00599	0,00600
Peso (Chile)	939,2000	939,5000	0,005761	0,005763
Peso (Colômbia)	4141,5300	4146,7500	0,001305	0,001307
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2255	0,2255
Peso (Filipinas)	58,6900	58,7100	0,09219	0,09223
Peso (México)	18,4895	18,5000	0,2926	0,2928
Peso (Rep. Dominicana)	58,9600	59,3400	0,09121	0,09181
Peso (Uruguai)	39,2600	39,2900	0,13780	0,13790
Rande (África do Sul)	18,2655	18,2721	0,2962	0,2964
Rial (Arábia Saudita)	3,7520	3,7524	1,4424	1,4427
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001289	0,0001289
Ringgit (Malásia)	4,7170	4,7220	1,1462	1,1476
Rublo (Rússia)	88,4705	88,4795	0,06117	0,06118
Rúpia (Índia)	83,5241	83,5461	0,06478	0,06481
Rúpia (Indonésia)	16395,0000	16405,0000	0,0003299	0,0003302
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,9000	0,01941	0,01946
Shekel (Israel)	3,7182	3,7208	1,4546	1,4558
Won (Coréia do Sul)	1382,2400	1382,6400	0,003915	0,003916
Yuan Renminbi (China)	7,2561	7,2562	0,7459	0,7460
Zloty (Polônia)	4,0616	4,0627	1,3322	1,3327

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2312,79	0,01345	402,4089	402,4535

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	17/06/24	14/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.778,10	38.589,16	0,49	0,24	2,89	13,06	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.902,75	19.659,80	1,24	7,37	18,29	31,95	14.109,57	19.902,75
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.857,02	17.688,88	0,95	6,70	18,96	30,44	12.595,61	17.857,02
EUA	Nova York	S&P 500	5.473,23	5.431,60	0,77	3,71	14,75	24,12	4.117,37	5.473,23
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.587,88	21.639,10	-0,24	-3,06	3,00	8,07	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.397,20	52.222,94	0,33	-5,04	-8,69	-4,46	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.378,59	1.378,09	0,04	-1,53	15,34	17,44	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	-	75.604,34	-	9,24	30,73	118,61	32.850,05	75.604,34
Chile	Santiago	IPSA	6.506,51	6.518,11	-0,18	-1,90	4,98	13,36	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.431,94	Feriado	0,80	-2,61	13,37	30,32	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	Feriado	1.582.372,03	-	-4,18	70,20	286,49	391.831,38	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.485,86	1.475,66	0,69	-2,93	6,47	7,97	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.068,21	18.002,02	0,37	-2,32	7,86	10,46	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.571,57	7.503,27	0,91	-5,27	0,38	2,48	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	32.908,05	32.665,21	0,74	-4,59	8,42	18,11	27.209,66	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.832,88	3.833,37	-0,01	-2,17	3,37	4,77	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.848,12	2.873,15	-0,87	2,85	24,72	38,41	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	10.959,50	10.992,30	-0,30	-3,20	8,49	15,42	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.404,11	1.406,91	-0,20	-1,94	8,58	9,91	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	923,12	918,72	0,48	2,16	17,32	19,46	714,05	931,79
Hungria	Budapeste	BUX	69.711,91	69.535,56	0,25	2,66	15,00	39,19	49.586,71	70.248,97
Polônia	Varsóvia	WIG	85.276,34	83.875,74	1,67	-1,20	8,69	25,68	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.519,97	6.538,23	-0,28	-5,11	1,93	7,31	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.126,25	1.137,45	-0,98	0,05	3,95	7,52	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.558,51	2.561,60	-0,12	-1,75	6,69	10,16	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.003,52	12.044,59	-0,34	0,02	7,77	5,42	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	Feriado	10.471,32	-	0,68	40,17	91,24	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.978,15	-	0,60	-0,77	5,46	7,41	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	Feriado	77.053,81	-	0,46	0,21	-1,88	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.102,44	38.814,56	-1,83	-1,00	13,86	13,04	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.943,60	7.974,80	-0,39	-0,34	1,46	6,61	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.690,43	1.689,63	0,05	-2,27	-8,02	-18,86	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.015,89	3.032,63	-0,55	-2,30	1,38	-7,86	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.744,10	2.758,42	-0,52	4,08	3,35	4,51	2.277,99	2.758,42
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.936,12	17.941,78	-0,03	-0,79	5,21	-10,50	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	Feriado	76.992,77	-	4,10	6,58	21,47	62.917,63	76.992,77
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	6.734,83	-	-3,38	-7,40	0,54	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.296,59	1.306,56	-0,76	-3,65	-8,42	-16,85	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.496,53	22.504,72	-0,04	6,24	25,46	30,12	16.001,27	22.504,72

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta

CNPJ 43.776.517/0001-80

NIRE 35.3000.1683-1

FATO RELEVANTE

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp ("Companhia"), em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração, sob condição suspensiva da entrada em vigor do novo Estatuto Social da Companhia, a nova política de destinação de resultados e distribuição de dividendos da Companhia ("Nova Política de Dividendos").

A Nova Política de Dividendos e o novo Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024, tem a sua entrada em vigor condicionada à liquidação da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia de que trata a Lei Estadual nº 17.853/2023.

A íntegra da Nova Política de Dividendos está disponível no link.

São Paulo, 14 de junho de 2024.

Catia Cristina Teixeira Pereira

Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores

CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.043.628/0001-13 - NIRE 35 3 003537 49

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS TITULARES DAS DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2024

1. Data e Horário: Instalada e realizada em 14 de junho de 2024, às 10:30 horas, com a presença da totalidade dos debenturistas presencialmente, em consonância com os termos da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), da Escritura de Emissão (conforme definida à seguir), na sede social da **Claro Telecom Participações S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM sob o nº 23531, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torre B (2º andar lado José Áureo Bustamante - Sala), Santo Amaro, CEP 04.709-110, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.043.628/0001-13 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Convocação:** Face à presença dos debenturistas representando a totalidade dos titulares das Debêntures (conforme definida abaixo), foram dispensadas as formalidades de convocação, de acordo com o Artigo 124, §4º, da LSA. **3. Presença:** Presentes os titulares das Debêntures (conforme definida abaixo) ("Debenturistas") representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, emitidas no âmbito da emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, em série única, para colocação privada da 2ª (segunda) emissão da Companhia ("Debêntures"), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis Em Ações, Em Série Única, Para Colocação Privada da 2ª (Segunda) Emissão da Claro Telecom Participações S.A.*", celebrado entre a Companhia e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários,** instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), em 20 de julho de 2021, e aditivado em 12 de janeiro de 2022 ("Escritura de Emissão"), conforme lista de presença da presente ata. Presentes, ainda, representante do Agente Fiduciário e os representantes da Emissora. **4. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência da mesa o Sr. Dario Balesdent Filho, que convidou o Sr. José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro para atuar como secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a) Aprovar** o resgate antecipado facultativo total das Debêntures pela Companhia, com algumas condições distintas daquelas previstas na Cláusula 6.15. da Escritura de Emissão ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), de acordo com os seguintes termos e condições: **(i)** o valor total corresponde ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, nos termos da Escritura de Emissão, calculada *pro rata temporis* desde o último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; **(ii)** será dispensado o pagamento de prêmio de resgate antecipado previsto na cláusula 6.15.1.2, item (ii) da Escritura de Emissão; **(iii)** serão dispensadas e renunciadas, conforme aplicável, todas as formalidades e prazos mínimos para efetivação do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo, mas não se limitando, àquelas relacionadas: (a) à publicação do anúncio para o Resgate Antecipado Facultativo; (b) à manifestação dos Debenturistas; e (c) à efetivação do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures; e **(iv)** o pagamento do valor total do Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá na presente data (14 de junho de 2024), totalizando um montante de R$ 2.199.455.580,70 (dois bilhões, cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e setenta centavos), observado que este pagamento deverá ocorrer mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas ao Escriturador, conforme definido na cláusula 6.7 da Escritura de Emissão; e **(b)** Caso aprovada a deliberação acima, **Autorizar** que o Agente Fiduciário, o Escriturador e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências, e adotem todas as medidas necessárias à sua formalização e efetivação. **6. Deliberação:** Analisadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, restou deliberado o quanto segue pelos Debenturistas presentes, os quais representam 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação: **(a) Aprovaram**, sem quaisquer restrições, ressalvas, votos contrários ou abstenções, a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, de acordo com os seguintes termos e condições: **(i)** o valor total corresponde ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, nos termos da Escritura de Emissão, calculada *pro rata temporis* desde o último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; **(ii)** será dispensado o pagamento de prêmio de resgate antecipado previsto na cláusula 6.15.1.2, item (ii) da Escritura de Emissão; **(iii)** serão dispensadas e renunciadas, conforme aplicável, todas as formalidades e prazos mínimos para efetivação do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo, mas não se limitando, àquelas relacionadas: (a) à publicação do anúncio para o Resgate Antecipado Facultativo; (b) à manifestação dos Debenturistas; e (c) à efetivação do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, visto que, a presente assembleia configura a comunicação devida aos Debenturistas; e **(iv)** o pagamento do valor total do Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá na presente data (14 de junho de 2024), totalizando um montante de R$ 2.199.455.580,70 (dois bilhões, cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e setenta centavos),observado que este pagamento deverá ocorrer mediante depósito nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas ao Escriturador, mediante comunicação diretamente a este encaminhada na presente data. Ainda, restou consignado que todas as informações necessárias à realização do Resgate Antecipado Facultativo nos termos ora propostos foram devidamente apresentadas. Considerando o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo a ser realizado por fora do ambiente da B3, a Emissora enviará em até 1 (um) Dia Útil após efetivação do referido pagamento a comprovação ao Agente Fiduciário através do e-mail precificação@pentagonotrustee.com.br; e **(b) Autorizaram** sem quaisquer restrições, ressalvas, votos contrários ou abstenções, que o Agente Fiduciário, o Escriturador e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à sua formalização e efetivação. O Presidente e o Secretário informam que a presente Assembleia Geral de Debenturistas atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para sua realização, conforme determina a LSA e a Escritura de Emissão. Os Debenturistas confirmam que o Agente Fiduciário lhes apresentou todas as informações que lhe foram solicitadas. Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste documento que não estiverem expressamente aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. **7. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 14 de junho de 2024. **Presidente -** Dario Balesdent Filho; **Secretário -** José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro. **Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Nome:** Francisca Jéssica Oliveira da Silva - **CPF:** 407.850.958-45 - **Cargo:** Procuradora. **Emissora: Nome:** Roberto Catalão Cardoso - **CPF:** 952.915.807-63 - **Cargo:** Diretor de Relações com Investidores. **Anexo I - Lista de Presença - Claro NXT Telecomunicações S.A. - Nome:** Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - **CPF:** 276.546.358-18 - **Cargo:** Diretor Executivo Jurídico e Regulatório.

INÊS 249

Valor investe

Entrevista Para Gabriel Leal de Barros, da ARX, ajuste fiscal pelas despesas pode dar apoio ao mercado

‘Preços dos ativos dizem que há deterioração local’

Victor Rezende e Anaïs Fernandes
De São Paulo

A descompressão dos ativos brasileiros está condicionada à capacidade do governo de conseguir apresentar uma agenda de corte de despesas minimamente sólida e crível, afirma o novo economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros.

Ao **Valor**, em sua primeira entrevista no novo cargo, Leal nota que o mercado “está com muito medo de haver uma mudança no arcabouço fiscal” e observa que os preços dos ativos estão bastante deprimidos, ao citar a bolsa “barata” e a curva de juros mais “inclinada”. “Se o governo conseguir encerrar esse ruído e encaminhar o ajuste do lado da despesa, o efeito colateral nos ativos pode ser muito positivo.”

Valor: *O câmbio tem sido bastante pressionado recentemente... O cenário ainda é de dólar forte?*

Gabriel Leal de Barros: O cenário é de dólar forte, até porque o Federal Reserve deve demorar para ganhar confiança para um corte nos juros e isso deve deixar o dólar forte. Neste ano, no nosso cenário, só teria um corte, lá em dezembro. É um problema para moedas emergentes. Mas fatores domésticos também estão influenciando o câmbio. O real tem sido afetado por uma soma de fatores, algo como 2/3 de vetores externos e 1/3 de questões domésticas. As moedas emergentes vão ficar fracas por causa desse cenário de juros americanos, mas algumas coisas estão fazendo o real se depreciar mais que os pares, o que mostra um problema na condução da política econômica no Brasil. O real é a pior moeda no bloco de emergentes. Os preços dos ativos dizem que houve uma deterioração doméstica.

Valor: *E quais os problemas de condução da política econômica do Brasil? A que se refere, exatamente?*

Leal: O fiscal é uma parte relevante dessa equação, mas não é só isso. Acho que a própria decisão dividida do Banco Central na última reunião [do Copom] adicionou muita volatilidade. E a comunicação [do BC] depois também não ajudou a reduzir essa volatilidade. No fiscal, de lá para cá, só se fez mais expansão. A percepção do fiscal se deteriorou. Não mudou nada nos números mês a mês, mas...

Valor: *O que mudou, então?*

Leal: Em abril, quando o governo mandou as diretrizes do orçamento de 2025 e revisou a meta de primário, houve piora relevante. O próprio governo tinha alimentado uma expectativa no mercado de que poderia incluir medidas de redução de gastos, tema que voltou à mesa agora, mas elas foram muito tímidas. Então, a percepção mudou bastante, ainda que os resultados do Tesouro estejam vindo em linha com o esperado. Vale destacar o “copo meio cheio”, que é a arrecadação subindo mais de 8% acima da inflação, muito acima do PIB. É muito forte. Isso é resultado das medidas que o [ministro da Fazenda Fernando] Haddad conseguiu aprovar no ano passado. Mas gerou uma fadiga. A impressão que eu tenho é que o Congresso não consegue mais aprovar medidas pelo lado da receita. Esse sempre foi o problema do arcabouço fiscal.

Valor: *Como assim?*

Leal: Quando o governo propôs o arcabouço, uma das minhas críticas era que ele só ficaria de pé em um cenário muito benevolente, com o ambiente externo muito bom — o que a gente vê que não está — e de crescimento econômico [no Brasil]. Além disso, o arcabouço tem também algumas inconsistências de origem — que o mercado, inicialmente, deixou de lado, mas com as quais, agora, está mais preocupado —, como a volta da vinculação de [gastos em] saúde e educação à receita. Eu considero um erro primário, de regras fiscais de primeira geração. É uma regra muito antiga, defasada, porque esse tipo de coisa reduz muito o espaço dos gastos discricionários [não obrigatórios]. Outro ponto importante foi a decisão de voltar com a política de valorização do salário mínimo, que também pressiona o cumprimento da regra fiscal, porque ele indexa muitas despesas obrigatórias. Está contratado um crescimento de gasto de 2% ao ano. O intervalo [para alta das despesas] de 0,6% a 2,5% com que o arcabouço trabalha no papel é difícil de se entregar na prática.

LÉO PINHEIRO/VALOR

Gabriel Leal de Barros, da ARX: Mercado está com medo de mudança no arcabouço

> “Seria arriscado o BC deixar a porta aberta diante da desancoragem de expectativas e da piora fiscal”
> *Gabriel Leal*

Valor: *Quais medidas de contenção de despesas gostaria de ver?*

Leal: Um ponto importante é que a gente não tem, até hoje, “big data” cruzando os benefícios concedidos pelo CPF. A ausência disso faz com que se pague muito benefício irregular. Acho que tem um potencial grande de economia aí, por baixo, de uns R$ 15 bilhões. Outro ponto importante, que o [presidente] Lula fez no primeiro mandato, é a fusão de políticas sociais, tipo um “Bolsa Família 2.0”. Em 2017, um estudo do Banco Mundial mostrou uma sobreposição de políticas sociais, na média, de 20%. Haveria uns R$ 20 bilhões adicionais para economizar. Só nisso, dependendo da ambição do governo, poderia ter R$ 35 bilhões que não precisam passar pelo Congresso.

Valor: *Reduzir benefícios de cada família não é politicamente difícil?*

Leal: Isso abre um espaço para você ampliar o potencial de pessoas que deveriam estar recebendo e não estão por causa do pagamento de benefícios irregulares. Outra medida importante, mas difícil politicamente, é mexer no abono salarial. Se ele fosse limitado para as pessoas que recebem, por exemplo, até um salário mínimo, daria para economizar bastante dinheiro, mais de R$ 200 bilhões em 10 anos. Diferentemente das duas outras medidas, a do abono não é para o curtíssimo prazo. É algo mais estrutural, o que também chegaria às expectativas de mercado.

Valor: *Que se deterioraram bastante recentemente...*

Leal: O mercado já está muito machucado. O nível da bolsa é muito baixo e ela está super barata; a curva de juros está super inclinada... Se o governo conseguir endereçar essa agenda pelo lado das despesas, poderemos ter uma descompressão tanto na bolsa quanto nos juros, mas é condicional a termos alguma coisa minimamente sólida, crível. O mercado está com muito medo de haver uma mudança no arcabouço fiscal. Se o governo conseguir encerrar esse ruído e encaminhar o ajuste do lado da despesa, o efeito colateral nos ativos pode ser muito positivo.

Valor: *O Congresso tem disposição para cortar despesas?*

Leal: O Congresso tentou colocar a pauta da reforma administrativa na mesa, mas não foi correspondido pelo Executivo. Parece que o Congresso está, sim, disposto a aprovar medidas pelo lado dos gastos. Não qualquer uma, é verdade, mas acho que tem alguma disposição. É difícil avaliar o tamanho da disposição, mas acho que tem alguns passos para aprovar. Teve também uma tentativa de puxar a pauta do fim dos supersalários. Na parte do funcionalismo público, parece que há alguma disposição.

Valor: *E em relação ao Copom? O ciclo de cortes de juros acabou?*

Leal: Sim, e acredito que a decisão desta semana será unânime. Precisa ser e acho que será. Ficou muito explícito o custo de uma decisão dividida e com comunicação truncada. Acreditamos que o BC vai fechar a porta [para novos cortes] e encerrar o ciclo. Se, no futuro, tiver condições, o BC vai ter várias reuniões para poder se comunicar com o mercado sobre uma mudança de cenário. Mas, agora, temos uma desancoragem muito grande das expectativas. Seria arriscado o BC deixar a porta aberta diante dessa desancoragem e da piora fiscal.

Valor: *No cenário da ARX, a Selic só volta a cair em 2025. Por quê?*

Leal: O fator global vai ajudar, com o Fed cortando juros em dezembro e continuando no ano que vem. Isso abre espaço para uma retomada do ciclo aqui. Vemos uma redução de 1 ponto percentual, ancorada na potência da política monetária. A atividade não desacelerou antes porque a política fiscal está expansionista... Mas acreditamos que a política monetária funciona e que o BC conseguirá cortar mais o juro ano que vem.

BB Asset cria divisão para fundos exclusivos com R$ 400 bi sob gestão

LÉO PINHEIRO/VALOR

Fontes, novo executivo da área: “Objetivo é refinar e especializar a gestão”

Liane Thedim
Do Rio

Em meio ao redesenho na administração do dinheiro dos super-ricos no país, após a taxação dos fundos fechados exclusivos, a BB Asset, a maior gestora do país, com R$ 1,6 trilhão sob administração, criou uma divisão dedicada ao segmento. A área reuniu serviços que ficavam dispersos em diferentes setores e tem agora sob seu guarda-chuva todos os fundos exclusivos e carteiras administradas de private, institucionais (fundos de pensão e seguradoras) e empresas, num total de R$ 400 bilhões.

“O objetivo é refinar e especializar a gestão para levar a área a um crescimento de dois dígitos neste ano”, diz Ricardo Fontes, executivo responsável pela nova “gerência de exclusivos e alocação”, que tem um total 40 pessoas, em quatro mesas de gestão e uma de alocação. “A área congrega tudo que demanda gestão específica, para melhorar o fluxo de informação entre os gestores.” Há 16 anos no Banco do Brasil, Fontes era antes responsável pela área de gestão de fortunas da instituição.

> **R$ 1,6 tri**
> **é quanto a gestora do BB tem sob administração**

Fontes conta que a adaptação dos processos internos começou em dezembro, e assumiu o cargo em março. Segundo Fontes, as áreas de wealth, private, institucionais e empresas do banco continuam no atendimento a esses investidores, mas a BB Asset, com o redesenho, poderá lidar diretamente com eles. “Já está acontecendo, temos interação direta. No agronegócio temos desenvolvido carteiras para os clientes que cresceram muito nos últimos anos.”

Para o executivo, o come-cotas mudou as estratégias dos fundos exclusivos, mas não tirou a importância do veículo principalmente para o planejamento da sucessão patrimonial. Por outro lado, comenta, aumentou o leque para atender a esse público, com crédito privado, fundos de debêntures incentivadas exclusivos e ações, em busca da eficiência tributária. “Os fundos foram divididos e ganharam outra função. Podem, por exemplo, servir para aumentar as alocações no exterior e elevar o ganho com a diversificação geográfica.”

O BC, a âncora fiscal e a inflação

Palavra do gestor

Alexandre Mathias

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2023 em 4,62%, voltando a ficar dentro do intervalo de tolerância da meta depois de dois anos acima do teto. Em 2023, comemoramos 25 anos do regime de metas de inflação no Brasil. O IPCA acumulado neste período foi de 364,5%. Para quem se assustou, é bom lembrar que nos 18 anteriores à implementação das metas o IPCA acumulou estarrecedores 19.147.435.818.399,8%.

Desde 1999, quando o Brasil adotou o regime, foram 19 anos com o IPCA acima da meta e apenas seis anos abaixo da meta. O IPCA superou o teto em 2001, 2002, 2003, 2015, 2021 e 2022, acumulando um desvio além do teto de 23,1%. Mas ficou abaixo do piso apenas em 2017, com um desvio de 0,05%.

A média anual do IPCA desde 1999 é de 6,3%, enquanto a inflação média nos Estados Unidos — medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) — foi de 3,6%. É interessante notar que nos três anos fechados em 2023, ou seja, desde a pandemia, o IPCA médio foi de 6,8%, frente a uma média de 5,6% do CPI nos EUA. Isto indica que nosso diferencial de inflação contra os países desenvolvidos tem caído.

Mas a manutenção da estabilidade de preços requer o apoio da política fiscal. Não há política monetária eficiente sem uma política fiscal crível. A percepção de que a dívida evoluirá sob controle é fundamental pois, caso contrário, a nossa história aponta para a monetização inflacionária da dívida.

O risco fiscal cresceu com a mudança das metas do arcabouço e diante da dificuldade de obter as receitas necessárias. Com isso, a âncora fiscal para uma dívida que é cara, curta e crescente se fragilizou. O aumento da percepção de risco elevou o dólar e as expectativas de inflação, reduzindo o espaço dos cortes — o que piora a perspectiva de crescimento da economia.

De 2010 a 2015, o Brasil adotou uma política fiscal expansionista e contou com um Banco Central leniente que não atuou frente ao aumento das expectativas e deixou a inflação subir para 10,7% em 2015.

A elevação do risco fiscal empurrou o dólar para cima, deteriorou as expectativas de inflação e a própria inflação, resultando em juros de mercados mais altos, mesmo com o BC mantendo uma Selic baixa. O resultado da “Nova Matriz Econômica” foi a maior recessão da história do país — a única 100% “made in Brazil”, gerada sem o gatilho de uma crise externa.

A compreensão deste sequenciamento é essencial. O dólar reage à percepção de risco, sobretudo fiscal e as expectativas — dado o hiato do produto — influenciam a inflação que, por sua vez, limita o espaço para o BC atuar.

A fragilização da âncora fiscal, na esteira da mudança das metas do arcabouço, elevou o prêmio de risco e exacerbou o risco de desancoragem. Isto gerou a percepção de que uma ala do governo contempla caminhar numa dinâmica similar ao ciclo de 2010-15, com fiscal em expansão e a inflação subindo sem uma reação do BC.

Este risco contaminou a taxa de câmbio, de maneira até surpreendente para um país que tem superávit comercial da ordem de US$ 100 bilhões. Um quadro que implica um viés de alta para o IPCA, mesmo desconsiderando os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul.

Nossas projeções apontam para um IPCA de 4,25% em 2024, ligeiramente abaixo do teto de 4,5%. E as estimativas do mercado, hoje em 3,90%, também estão em alta. Além disso, o impulso fiscal pressiona a demanda enquanto a insegurança jurídica atrapalha os investimentos e, pior de tudo, o cenário de consolidação fiscal ficou incerto.

Nesse contexto, a opção pela interrupção do ciclo de queda da Selic, mantendo taxa em 10,50% ao ano, parece recomendável para quem busca a meta de 3%.

Por fim, é fundamental que o compromisso com o arcabouço fiscal seja reafirmado como uma política de governo, impedindo que se dissemine a noção de que a Fazenda está isolada e enfraquecida nesta batalha fundamental.

Com a economia crescendo em torno do potencial, a inflação sob controle e o cenário melhorando lá fora, precisamos de um choque de credibilidade fiscal que proporcione a queda do risco, do dólar e das expectativas de inflação para que seja possível voltar a reduzir a Selic em 2025 com consistência.

Alexandre Mathias é estrategista-chefe da Monte Bravo Corretora
E-mail
alexandre.mathias@montebravo.com.br

Trabalhista Com base em recente decisão do STJ, tribunais trabalhistas deixam de analisar alegações de fraude em contrato

Justiça comum passa a julgar processos de pejotização

Adriana Aguiar
De São Paulo

Decisões recentes da Justiça do Trabalho têm remetido processos sobre pejotização para a Justiça comum. Os magistrados têm fundamentado o entendimento nas reclamações julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — que admitem várias formas de contratação — e em julgamento de fevereiro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão estabelece que a Justiça comum deve analisar a alegação de fraude em contratos de prestação de serviço.

Nessas situações, a Justiça comum checa se há a existência de ilegalidade no contrato e somente se houver fraude, algum vício de consentimento, o processo será remetido à Justiça do Trabalho para se verificar a existência do vínculo de emprego.

Já existe posicionamento nesse sentido em pelo menos cinco Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs): de São Paulo, Campinas e região (interior paulista), Paraná, Minas Gerais e Alagoas.

Algumas dessas decisões citam julgamento da ministra do STJ Nancy Andrighi. A magistrada analisou o pedido de vínculo empregatício de uma contratada autônoma com uma empresa de comércio e locação de contêineres. A contratada alegava existir fraude em sua contratação como autônoma e pedia uma indenização no valor de R$ 80 mil em razão de um acidente de trabalho sofrido.

Segundo a ministra, não é possível analisar o pedido de vínculo de emprego e de indenização por acidente de trabalho sem antes verificar a validade do contrato de prestação de serviços. "A causa de pedir está lastreada fundamentalmente na existência de má-fé da empresa na entabulação do contrato originário, de modo que é inviável decidir o pleito principal de reconhecimento de vínculo empregatício sem se imiscuir na causa de pedir deduzida na ação (alegação de fraude)", escreveu.

Nancy reconheceu a competência da Justiça comum estadual para julgar a demanda. Segundo a decisão, só após reconhecimento de "eventual vício de consentimento ou social, com anulação do negócio jurídico preexistente" seria possível pleitear na Justiça do Trabalho o reconhecimento do suposto vínculo de emprego (conflito de competência Nº 202726 - SP).

Com base nesse julgamento, a 9ª Turma do TRT de São Paulo, determinou, por maioria, que uma discussão entre uma trabalhadora e uma empresa de educação fosse encaminhada à Justiça comum. No caso, a trabalhadora apresentou recibos de pagamento que seriam relativos a serviços esporádicos. O relator, desembargador Sérgio José Bueno Junqueira Machado, citou a decisão da ministra Nancy e declarou de ofício a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar o processo.

Entendeu que "apenas após reconhecido eventual vício de consentimento ou social, com a consequente anulação do negócio jurídico preexistente, é que haverá a possibilidade de se pleitear, perante a Justiça do Trabalho, o reconhecimento do alegado vínculo empregatício" (processo nº 1001640-42.2022.5.02.0075)

A 4ª Turma do TRT de Minas Gerais também deu decisão unânime, em abril, para reconhecer de ofício a incompetência da Justiça do Trabalho para analisar pedido de vínculo empregatício de uma prestadora de serviços médicos com uma clínica (processo nº 0011301-72.2022.5.03.0095).

O relator, desembargador Delane Marcolino Ferreira, também citou decisão da ministra Nancy Andrighi. Para ele, "é inviável decidir o pleito principal de reconhecimento de vínculo empregatício sem se imiscuir na causa de pedir deduzida na ação [alegação de fraude]."

Os desembargadores também remetem os processos para a Justiça comum com base no entendimento firmado nas reclamações julgadas pelo Supremo. É o caso, por exemplo, de julgamento unânime, ocorrido na 10ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas.

> "Exercício da liberdade de escolha passou a ser visto com outros olhos"
> *Thereza C. Carneiro*

O relator, desembargador Ricardo Laraia, ao analisar o pedido de vínculo de uma prestadora de serviços com um banco, destacou que a maioria dos ministros do STF, com exceção de Flavio Dino e Edson Fachin, já têm entendimento firmado de que esses casos devem ser remetidos para a Justiça comum.

De acordo com a decisão, "somente se a Justiça Estadual decidir que a fraude ocorreu, é que cabe à Justiça do Trabalho examinar o pedido de declaração da existência da relação de emprego" (processo nº 0010322-81.2021.5.15.0008).

Segundo a advogada Mayra Palópoli, do escritório Palópoli & Albrecht Advogados, no decorrer deste ano, houve um sensível aumento de decisões da Justiça do Trabalho, reconhecendo sua incompetência absoluta para julgar processos em que se discute a fraude na contratação e se haveria vínculo de emprego.

Mayra Palópoli: decisões da Justiça do Trabalho reconhecem sua incompetência

Para a advogada, essas atuais decisões da Justiça do trabalho são acertadas porque acompanham entendimento predominante no Supremo, de que são lícitas formas de trabalho distintas da relação de emprego. "Garante-se a autonomia da vontade das partes e a liberdade de iniciativa empresarial", diz.

Para a advogada Thereza Cristina Carneiro, sócia do escritório CSMV Advogados, desde a reforma trabalhista e alterações legislativas ocorridas em 2017, houve, sem dúvida, uma busca da valorização da autonomia da vontade das partes. "Apesar de poderem estar numa relação de trabalho protegida pelas regras do vínculo empregatício, o exercício da liberdade de escolha em relação à forma e como se pretende vincular passou a ser visto com outros olhos", diz.

Quando a discussão nasce na Justiça do Trabalho, segundo a advogada, já se parte da presunção de nulidade do contrato firmado quando a pessoa física, titular de uma empresa, ajuíza a ação trabalhista requerendo a nulidade do contrato e reconhecimento de vínculo direto.

A Justiça Cível, segundo Thereza, tende a partir da presunção de validade do contrato firmado, desde que o contrato atenda a todos os requisitos da legislação. "Na Justiça do Trabalho, parte-se da presunção de fraude do contrato firmado e, pior, muitas vezes de forma totalmente independente da análise da capacidade e da liberdade de contratação".

Já na opinião da professora da PUC-SP e advogada trabalhista Fabíola Marques, do escritório Abud Marques Sociedade de Advogadas, as decisões podem gerar confusão.

De acordo com ela, o artigo 114 da Constituição Federal é claro ao dizer que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho de forma ampla, não limitada às relações de emprego. "A necessidade de reconhecimento de uma violação na relação contratual existente entre as partes pela Justiça comum inverte completamente a ordem natural da relação, já que a Justiça do Trabalho é a única que pode reconhecer se há fraude na relação contratual e, consequentemente, afirmar se existe ou não uma relação de emprego", avalia.

Destaques

Seguro-garantia

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir se a oferta de seguro-garantia tem o efeito de obstar o encaminhamento do título a protesto e a inscrição do débito tributário no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) com efeito repetitivo. A possibilidade de aplicar o mesmo entendimento jurídico a diversos processos gera economia de tempo e segurança jurídica. Foram afetados os Recursos Especiais 2.098.943 e 2.098.945, de relatoria do ministro Afrânio Vilela (Tema 1.263). O relator enfatizou que "a tese a ser adotada contribuirá para oferecer maior segurança e transparência na solução da questão pelas instâncias de origem e pelos órgãos fracionários desta Corte". O ministro ainda destacou que a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, ao concluir pela necessidade de submissão do assunto à sistemática dos repetitivos, apontou o relevante impacto nos processos em trâmite no país e nos procedimentos executivos adotados pelos Estados e municípios para cobrança das dívidas tributárias. A 1ª Seção determinou também a suspensão de todos os processos, individuais ou coletivos, que versem sobre a mesma matéria, nos quais tenha havido a interposição de recurso especial ou de agravo em recurso especial, na segunda instância ou no STJ.

Recuperação judicial do Grupo Dok fica em Sergipe

Marcela Villar
De São Paulo

O Grupo Dok, dono das marcas de calçados Ortopé e Dijean, conseguiu liminar para manter, por ora, a recuperação judicial em Frei Paulo, cidade com menos de 15 mil habitantes em Sergipe. A decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), o desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, suspende acórdão anterior, da 2ª Câmara Cível da Corte, que determinou o envio do processo à Birigui, interior do Estado de São Paulo, onde estaria o principal estabelecimento do grupo.

Em tese, a suspensão durará até a análise da admissibilidade de recurso da Dok ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), enviado no início deste mês. Enquanto isso, na prática, foi determinada a retomada do andamento da recuperação judicial. Ela estava paralisada desde novembro de 2023 por conta de acusações de fraude à antiga gestão da empresa e por discussões sobre o foro competente.

Para o presidente do TJSE, "não há prejuízo" em retomar a recuperação judicial em Sergipe até manifestação sobre a subida do recurso para o STJ. Segundo ele, seria mais prejudicial para credores e para a empresa se o processo continuasse suspenso.

A liminar, concedida na sexta-feira, retoma ainda os efeitos do chamado "stay period", período de até 360 dias previsto em lei em que ficam suspensas ações de cobrança contra a companhia. Ainda restam cerca de três meses desse prazo (processo nº 202400131354).

A intenção do atual gestor e advogado do Grupo Dok, Pedro Bianchi, do escritório de mesmo nome, é aproveitar o retorno dessa proteção para acelerar os próximos passos, apresentar um novo plano de recuperação judicial e convocar assembleia de credores para votação. "Nossa intenção é aprovar o plano até o fim do terceiro trimestre", diz Bianchi, também CEO da Ricardo Eletro, outra varejista em recuperação.

Bianchi ainda diz negociar com investidores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a possibilidade de alienação da fábrica de Frei Paulo, que tem capacidade para produzir 30 mil calçados por dia. Uma outra opção seria fazer um financiamento com Fundo de Investimento em Direito Creditório (FIDC) credor, na ação de reestruturação, para injetar capital de giro na fábrica.

Na visão de Bianchi, a cautelar no foro paulista não impede entrar com ação em Frei Paulo porque o juízo de competência em uma recuperação judicial é absoluto. "Tem que ser no local do principal estabelecimento, e ficou provado que é em Frei Paulo, pela geração de empregos e todos os outros números", diz.

Os credores devem recorrer da liminar. Para o advogado Gabriel de Orleans e Bragança, sócio do SOB Advogados, a decisão é "precária" e pode cair a qualquer momento. "É uma decisão monocrática para suspender uma decisão de colegiado, o que é sempre muito delicado", afirma Bragança, que representa o Banco ABC na ação, com exposição de R$ 20 milhões, de um total de R$ 516 milhões que o Grupo Dok tem em dívidas submetidas à ação.

De acordo com Bragança, a Justiça de São Paulo é a competente para julgar a recuperação judicial, pois ali está a maior parte dos negócios e tomadas de decisão do Grupo Dok, conforme decisão da 2ª Câmara Cível.

Na visão dele, a Dok estaria praticando "forum shopping", isto é, escolhendo um tribunal que lhe seja mais favorável. "É um cenário que se assemelha à litigância de má-fé, porque a parte distribui ações em mais de uma comarca para tentar aumentar a possibilidade de êxito. Ela começou o procedimento em uma comarca, não conseguiu êxito em sua pretensão e a estratégia foi mudar para outro lugar onde outro magistrado iria decidir de novo essa matéria", completa.

A recuperação judicial do grupo começou em Birigui, quando a empresa entrou com um pedido de tutela cautelar antecedente, no dia 28 de dezembro de 2022, no meio do plantão do Judiciário. O pedido foi deferido, mas revogado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em janeiro de 2023. No fim daquele mês, a Dok desistiu do processo na Justiça paulista e entrou com o pedido em Frei Paulo, alegando que ali fica o seu principal estabelecimento. É onde tramita a ação desde fevereiro de 2023.

Segundo advogados especialistas, o juízo competente seria aquele onde está o maior volume de negócios do grupo econômico. Para a advogada Samantha Longo, sócia do Longo Abelha Advogados e também integrante do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é preciso observar onde está a "alma da empresa".

Samantha afirma que a Lei de Recuperações Judiciais e Falências (Lei nº 11.101/2005), no artigo 3º, diz que o processo deve tramitar onde há o principal estabelecimento do devedor, o que é um conceito abstrato, por isso, gera discussão. Porém, a doutrina e a jurisprudência do STJ, inclusive da 2ª Seção, levam em conta onde está a gestão e tomadas de decisão (CC nº 116743). "Talvez a principal fábrica e a gestão corporativa não estejam no mesmo lugar. É preciso considerar onde as decisões são tomadas, onde se recolhem mais impostos e está situada a maioria dos credores", diz.

> "Nossa intenção é aprovar um novo plano até o fim do terceiro trimestre"
> *Pedro Bianchi*

Segundo o advogado Thomas Manikowski, sócio do Balduino & Manikowski Advogados, que defende FIDCs na ação, a perícia prévia, que desde abril do ano passado não foi concluída, precisa também ser retomada. Ele afirma que a avaliação da admissibilidade do recurso ao STJ pelo presidente do TJSE passará por critérios processuais, como verificar se está no prazo e se não há confronto com lei federal. Mas não há prazo para o desembargador presidente dar essa decisão.

O administrador judicial da Dok, Arivaldo Barreto, do Barreto Medeiros Advogados Associados, disse que a liminar provavelmente fará retomar perícia prévia.

Tecnologia e a lei de propriedade intelectual

Opinião Jurídica

Isabela Zumstein Guido e Luiza Fernandes de Andrade

A Lei de Propriedade Industrial completou, em 14 de maio de 2024, 28 anos desde a sua publicação e, desde então, enfrentou uma série de desafios que impactaram diretamente sua aplicação, sendo necessário recorrer à interpretação pelos operadores do direito para que os limites tradicionais da proteção da propriedade intelectual acompanhassem a rápida evolução tecnológica e as grandes transformações no cenário tecnológico, demonstrando a sua forte capacidade de adaptação. Essa adaptabilidade continua sendo evidente nos dias atuais.

Nos últimos anos, tal grande avanço tecnológico alterou profundamente a criação, a proteção e o gerenciamento dos direitos de propriedade intelectual em todo o mundo, principalmente com a ascensão de mecanismos blockchain, que trouxe maior rastreabilidade e transparência para os mecanismos de proteção dos direitos, além das facilidades de automação das transações.

A inteligência artificial e o desenvolvimento da realidade virtual também trouxeram novos desafios – e também oportunidades – para a legislação referente à propriedade intelectual e industrial, pois levantaram discussões importantes, tais como: como seria protegida a autoria de suas criações, se não são obras desenvolvidas por pessoas e sim por algoritmos de inteligência artificial? Se estas gerarem criações patenteáveis, o meio de tutela seria o mesmo conferido para aquelas que não incluem máquinas e algoritmos em seu processo criativo? Como o direito garantirá a autenticidade de ativos digitais no blockchain e a proteção de conteúdos em ambientes de realidade virtual?

Algumas correntes divergentes emergem nesse cenário: de um lado, a possibilidade da proteção sui generis dessas criações e a possibilidade de enquadramento em algum dos institutos legais já existentes, e, de outro, a criação de um novo meio de tutela, diferente daqueles já existentes na legislação, para resguardar estas figuras.

Vale mencionar que a proteção sui generis é uma realidade no direito de propriedade intelectual, que engloba aquelas modalidades que são protegidas em si mesmas, ou seja, que não poderão ter a sua autoria alegada por terceiros ou seus direitos infringidos, contudo não possuem uma modalidade legal específica na qual se encaixam.

A criação de novas modalidades legais para se adequar às novas necessidades é função específica do legislador e que representa um grande desafio ao mundo jurídico, pois muitas vezes o ritmo acelerado da inovação tecnológica supera a capacidade de adaptação e alteração do direito pelos legisladores, o que traz lacunas e incertezas acerca da aplicação legal às novas formas tecnológicas.

O desafio, nesse cenário, é garantir que os impactos das lacunas legislativas sejam minimizados pelos demais operadores do direito, responsáveis pela adequação dos institutos jurídicos já existentes às novas formas de criação, principalmente por meio do exercício de suas funções jurisdicionais de analisar a legislação e adaptar as suas interpretações, de forma a aplicar algum instituto já previsto ao caso concreto.

Ainda, cabe a esses operadores do direito estarem em constante contato com as novas tecnologias a serem desenvolvidas, de modo a conhecê-las e melhor avaliar os impactos e desafios à proteção à propriedade intelectual. Por exemplo, é possível identificar como a tecnologia blockchain pode representar uma revolução na autenticação e rastreabilidade de obras inseridas na esfera digital, ao gerar uma cadeia de informações transparente e inalterável. Assim, conhecer e utilizar uma ferramenta blockchain atrelada a estes direitos pode garantir que seja possível rastrear todas as suas utilizações por terceiros, sendo uma forma de comprovar o uso destas em períodos de tempo determinados ou de comprovar a autenticidade de determinada utilização, inclusive sendo um aliado para rastrear o uso indevido dos ativos protegidos.

Dessa forma, é notório que o progresso tecnológico tem mudado o panorama da propriedade intelectual e industrial, demandando uma abordagem adaptativa e inovadora por parte de advogados, legisladores, criadores de conteúdo e outros profissionais do direito e de outras áreas de atuação. Isto pois, com novas modalidades de criações, sejam ou não frutos do intelecto humano, gera também a necessidade de enquadramento nos tipos de proteção hoje existentes, ou a criação de novos modelos de tutela.

O avanço tecnológico tem desafiado continuamente a aplicação da lei de propriedade intelectual, demandando uma abordagem flexível e inovadora por parte dos profissionais envolvidos, que precisam considerar tanto as mudanças já mencionadas, como o cenário econômico e social em que essas inovações estão inseridas. Nesse cenário, é crucial fomentar um ambiente propício à inovação e à criatividade, ao mesmo tempo em que se estabelecem mecanismos robustos de proteção legal.

A colaboração entre advogados, legisladores, criadores de conteúdo e especialistas em tecnologia é essencial para enfrentar os desafios atuais e futuros, construindo um panorama que estimule o progresso tecnológico e assegure o respeito pelos direitos de propriedade intelectual.

Isabela Zumstein Guido e Luiza Fernandes de Andrade Ramos de Oliveira são, respectivamente, advogada especialista da área contratual e imobiliária e trainee da área de propriedade intelectual do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 17ª EMISSÃO (IF 22G0859034) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **04 de julho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 17ª Emissão - (IF 22G0859034), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 18 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 317ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0524815) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 317ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 317ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A."*, celebrado em 15 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **04 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de julho de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 317ª Série da 1ª Emissão – IF 21D0524815), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 18 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

ESTADO DE MATO GROSSO

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº SEPLAG-PRO-2024/01899

A Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG torna público que realizará licitação, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionadores de ar, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios novos e originais, com instalação, desinstalação, remanejamento e instalação de metro excedente para atender às demandas dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso localizados em CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias 19/06/2024 a 03/07/2024, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até as 08h45min – Horário local (Cuiabá/MT).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia 03/07/2024 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT), através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**.

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** – dúvidas pelo sistema SIAG – tel. . 0XX (65) 99214-5804 ou (65) 99281-4313.

Cuiabá – MT, 17 de junho de 2024.
PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais/SEPLAG – Em substituição legal
(original assinado nos autos)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00310350912024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90100/2024.
Nº Processo: 024.00063317/2024-55.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Administrativas e Judiciais.
Total de Itens Licitados: 14 (quatorze).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 18/06/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 19/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 01/07/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª E 2ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF RBRA14 E RBRA24) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares das debêntures da 1ª e 2ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, Para Distribuição Pública Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Opea Securitizadora S.A., Lastreadas em Debêntures Privadas Emitidas pela Energia Solar GD S.A.*", celebrado em 13 de setembro de 2023, conforme aditado ("Escritura de Emissão de Debêntures"), a reunirem-se em assembleia especial de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, caso instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e Assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (DEB 1ª e 2ª Série da 4ª Emissão – (IF RBRA14 E RBRA24), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular das Debêntures (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e a manifestação de voto. Os Debenturistas poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e Assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo debenturista ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o debenturista, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada, quando instalada.

São Paulo, 14 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 390ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0639671) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 390ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 390ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 390ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0639671), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 18 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

NCF Participações S.A.

CNPJ nº 04.233.319/0001-18 – NIRE 35.300.183.371 – Companhia Aberta

Ata Sumária da 47ª Assembleia Geral Extraordinária e 23ª Assembleia Geral Ordinária realizadas cumulativamente em 15.4.2024

Data, Hora, Local: Em 15.4.2024, às 18h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, em conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa Irko Hirashima Auditores Independentes. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 foram publicados em 28.3.2024 no jornal "Valor Econômico", página E20. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as Propostas do Conselho de Administração e das Acionistas Controladoras, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação dos acionistas. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovado o cancelamento do registro de Companhia Aberta, categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos propostos pelo Conselho de Administração. Em seguida, informou o senhor Presidente que, considerando o cancelamento do registro de Companhia Aberta, categoria B, ora aprovado, o "caput" do Artigo 1º do Estatuto Social passou a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º) A NCF Participações S.A., companhia fechada, doravante chamada Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; II) aprovaram a proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023, no montante de R$1.469.287.537,34, da seguinte forma: • R$59.874.607,83 para compensação de prejuízo; • R$73.464.376,87 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; • R$255.948.552,64 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e • R$1.080.000.000,00 para distribuição aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio complementares, declarados em 15.12.2023, os quais serão pagos em 28.6.2024. III) aprovaram proposta das acionistas Controladoras para que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 5 (cinco) membros e que a composição leve em consideração a reeleição dos atuais Conselheiros, senhores ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; e a eleição do senhor ***Octavio de Lazari Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Esclareceu o senhor Presidente que todos os membros reeleitos e o eleito: 1) terão mandato de 2 (dois) anos, estendido até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026; e 2) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76. IV) aprovaram a proposta do Conselho de Administração para que não seja fixada remuneração aos administradores da Companhia, considerando que todos recebem remuneração pelas funções que exercem em empresa controlada. ***Quórum das Deliberações:*** Unanimidade de votos. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata no livro próprio, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim Secretário, pelo Administrador, pelos acionistas e pelo representante legal da empresa Irko Hirashima Auditores Independentes, senhor Nilton Shimizu, inscrição CRC 1SP142676/O-1, de acordo com o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 134 da Lei nº 6.404/76. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente; Antonio Campanha Junior - Secretário; Cassiano Ricardo Scarpelli - Administrador; acionistas: Fundação Bradesco; Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e Nova Cidade de Deus Participações S.A. representadas por seu procurador Antonio Campanha Junior e Irko Hirashima Auditores Independentes representada por seu auditor Nilton Shimizu. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **NCF Participações S.A.** a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 207.532/24-2 em 21.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

São Martinho

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56 - NIRE 35 300 010 485

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 17 DE JUNHO DE 2024

SMTO
B3 LISTED NM

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Chegamos à conclusão de mais uma safra e, com grande satisfação, compartilhamos os resultados da São Martinho referentes a 2023/2024. Os destaques operacionais da safra foram i) a recuperação de produtividade dos nossos canaviais, proporcionando a segunda maior moagem da nossa história; ii) a produção recorde de açúcar, que contribuiu para termos o maior faturamento já registrado pela companhia e iii) o início da operação da fábrica de etanol de milho na Unidade Boa Vista, um marco de eficiência energética e sustentabilidade por ser a primeira e única planta integrada de cana e milho autossuficiente em energia térmica e elétrica, sem a necessidade de complemento de biomassa, utilizando exclusivamente o bagaço de cana como fonte de energia. O grande desafio da safra foram as vendas de etanol que devido à baixa demanda do combustível, ocasionou preços de venda abaixo do custo de produção durante grande parte do ano, impactando significativamente a margem do produto. Operacionalmente, esta safra evidenciou o potencial de produtividade dos nossos canaviais quando submetidos a um clima mais próximo do normal e um regime de chuvas regular. Com uma recuperação próxima de 20% comparado à safra anterior, processamos 23,1 milhões de toneladas de cana, a segunda maior moagem da história da São Martinho. Finalizamos a safra com a comercialização de aproximadamente 1,5 milhões de toneladas de açúcar, 1,1 bilhões de litros de etanol e 700 mil MWh de energia elétrica, totalizando uma receita líquida de quase 7 bilhões de reais, a maior da história da companhia. Corroborado por efeitos não recorrentes, entregamos um lucro líquido de 1,5 bilhões de reais, resultado equivalente ao registrado na safra 21/22, o maior de nossa história. Em relação aos nossos investimentos, concluímos a construção da nova Usina Termoelétrica (UTE) da São Martinho, a maior caldeira de biomassa com leito fluidizado do mundo e que, a partir de abril de 2024, adicionou 210 mil MWh de energia renovável à produção da Companhia, que agora passa a ter uma capacidade de exportação de quase 1 milhão de MWh de energia elétrica por ano. Anunciamos no final de 2023, investimentos de R$ 250 milhões na nossa futura planta de biometano, em construção na Unidade Santa Cruz, na cidade de Américo Brasiliense (SP). Através da biodigestão da vinhaça, a fábrica produzirá gás natural de origem renovável que, a partir de 2025, será injetado na rede de distribuição, acrescentando mais um produto renovável ao portfólio da São Martinho. Avançamos no entendimento do potencial do etanol como produto essencial na transição energética para uma economia de baixo carbono e, nesse contexto, mantivemos e ampliamos nossas certificações, com destaque para o ISCC Corsia Plus, que atesta a conformidade das operações da São Martinho com os critérios de sustentabilidade exigidos pelo órgão certificador na redução das emissões do transporte aéreo, o que torna a Companhia apta a comercializar o biocombustível para SAF, o Combustível Sustentável de Aviação, abrindo novos mercados e oportunidades. Ainda vale destacar que seguimos consolidando e aperfeiçoando os investimentos realizados em transformação digital e tecnologias habilitadoras, o que tem proporcionado a expansão das frentes de automação e monitoramento por meio das Centrais de Operações Agrícolas e Industriais (COA e COI) nas 4 unidades da Companhia. Em especial na operação de colheita, a safra 23/24 marcou a consolidação dos testes para implementação da Colhedora de Duas Linhas na Unidade São Martinho, inovação que aumenta a eficiência e contribui para reduzir os custos dessa operação, com resultados a serem observados já na safra iniciada em abril de 2024. A conquista desses resultados só é possível devido ao compromisso das nossas pessoas com a excelência e a segurança na execução das suas atividades, pela austeridade financeira e disciplina de capital na condução dos nossos negócios, pelo caráter inovador aplicado à gestão dos nossos ativos e pelo cuidado com os recursos humanos, naturais, comunidades e meio ambiente em que atuamos. Agradecemos aos nossos acionistas e demais stakeholders pela confiança depositada em nossa visão estratégica e na gestão diária da Companhia. **Descrição dos Negócios** A São Martinho S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado, desde a realização do seu IPO, ocorrida em 2007. A Companhia é uma das maiores empresas do setor sucroenergético no Brasil e possui, atualmente, quatro unidades agroindustriais em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP), Iracema, em Iracemápolis (região de Limeira, SP), Santa Cruz, em Américo Brasiliense (região de Araraquara, localizada a 45 km da Usina São Martinho) e Boa Vista, em Quirinópolis (a 300 km de Goiânia, GO). Na safra 23/24 a São Martinho processou cerca de 23,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 390,7 mil toneladas de milho. As operações de cana-de-açúcar produziram aproximadamente 1.468,3 mil toneladas de açúcar, 948,0 mil m³ de etanol e 708 mil MWh de energia elétrica renovável. O processamento de milho adicionou 156,0 mil m3 de etanol e 100,4 mil toneladas de DDGS. **1. Conjuntura de Mercado** De acordo com os dados de mercado para a safra 23/24, a região Centro-Sul do Brasil processou cerca de 645 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, representando um aumento de aproximadamente 19% em relação à safra anterior. O mix de produção para a região Centro-Sul direcionou 51% desta cana à produção de etanol, que somou cerca de 33,6 bilhões de litros, 26% superior à safra anterior. Do volume de etanol produzido, cerca de 13,1 bilhões de litros foram destinados para anidro (+6,6% vis-à-vis 22/23) e 20,5 bilhões de litros para hidratado (contração de 23,3%). O mix de produção de açúcar consumiu cerca de 49% da cana produzida, totalizando 42,4 milhões de toneladas do produto, que representou um crescimento de 26% em relação à safra anterior. **2. Desempenho Econômico-Financeiro** Na tabela abaixo destacamos os principais resultados da Companhia referentes à safra 23/24, seguidos pela descrição dos principais fatores que contribuíram para referida performance nesta temporada.

	12M24	12M23	Δ 12M24/12M23
Receita Líquida¹	6.922.302	6.643.463	4,2%
EBITDA Ajustado	3.070.147	3.355.541	-8,5%
Margem EBITDA Ajustada	44,4%	50,5%	-6,2 p.p
EBIT Ajustado	1.229.844	1.704.103	-27,8%
Margem EBIT Ajustada	17,8%	25,7%	-7,9 p.p
Lucro Líquido	1.476.279	1.015.744	45,3%
Lucro Caixa	1.400.983	1.291.396	8,5%
Alavancagem (Dív. Líq. / EBITDA Aj. LTM)	1,08 x	1,05 x	3,3%

1 - Exclui efeito de *Hedge Accounting* de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários Os dados não contemplam os impactos do IFRS 16

Receita Líquida Ao final da safra, a receita líquida totalizou R$ 6.922 milhões, uma expansão de 4,2% em relação à safra anterior, reflexo principalmente da combinação do melhor desempenho do açúcar, com aumento dos preços (+14,2%) e quantidades (+21,4%), e retração dos preços de etanol (-29,1%), apesar da expansão do volume comercializado do biocombustível (+10%). EBITDA Ajustado O EBITDA Ajustado foi de R$ 3.070,2 milhões (-8,5% vs. 12M23), com margem de 44,4%, no 12M24. A performance decorre da combinação da maior rentabilidade do açúcar, com melhores preços e expansão de volume, e condições mercadológicas impactando o preço e, consequentemente, o resultado do etanol. Adicionalmente, a Companhia opta por utilizar o EBITDA Ajustado para demonstrar a informação que melhor reflete a sua geração operacional de caixa. Em linha com a Instrução CVM 527/12 a Companhia realiza a reconciliação do EBITDA, conforme tabela abaixo.

	12M24	12M23	Δ 12M24/12M23
Lucro Antes do Imposto de Renda¹	**1.786.621**	**1.193.612**	**49,7%**
Depreciação e Amortização¹	2.357.244	2.130.218	10,7%
Despesa Financeira Líquida	744.864	882.937	-15,6%
EBITDA Contábil¹	**4.888.729**	**4.206.767**	**16,2%**
Margem (%)	70,9%	63,5%	7,5 p.p.
Direitos Copersucar	(1.213.646)	(475.761)	155,1%
Efeito não Caixa do IFRS 16	(631.744)	(549.691)	14,9%
Resultados de Negócios Imobiliários	1.807	4.934	-63,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.318)	(5.033)	65,3%
Vencimento de Dívida (Hedge)	19.957	5.321	n.m
Opções Virtuais - Não exercíveis	3.048	(7.164)	-142,5%
Ativos Biológicos	10.314	176.167	-94,1%
EBITDA Ajustado	**3.070.147**	**3.355.541**	**-8,5%**
Margem (%)	44,4%	50,5%	-6,2 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(1.152.275)	(1.197.117)	-3,7%
EBIT Ajustado	**1.917.872**	**2.158.424**	**-11,1%**
Margem (%)	27,7%	32,5%	
EBITDA Ajustado	**3.070.147**	**3.355.541**	**6,8%**
(-) Capex de Manutenção	(1.159.851)	(1.189.121)	-2,5%
EBITDA - CAPEX	**1.910.296**	**2.166.419**	**-11,8%**
Margem (%)	27,6%	32,6%	-5,0 p.p.

1 - Contempla os impactos do IFRS 16

Lucro Líquido e Lucro Caixa O lucro líquido da Companhia na safra 23/24 totalizou R$ 1.476,3 milhões, representando uma expansão de 45,3% em relação ao mesmo período da safra passada. O lucro caixa totalizou R$ 1.400,9 milhões, representando uma redução de 8,5% ano contra ano. Investimentos (Capex)

	12M24	12M23	Δ 12M24/12M23
Plantio de Cana - Reforma	499.970	495.782	0,8%
Manutenção Entressafra			
(Industriais/Agrícolas)	534.846	503.139	6,3%
Tratos Culturais	845.900	865.829	-2,3%
Manutenção	**1.880.716**	**1.864.750**	**0,9%**
Equipamentos/Reposições	162.519	100.972	61,0%
Ambiental/Legal (ESG)	34.894	26.911	29,7%
Melhoria Operacional	**197.413**	**127.883**	**54,4%**
Etanol de milho	13.703	286.110	-95,2%
UTE (A-6/2019)	25.030	131.821	-81,0%
Demais Projetos	198.456	107.853	84,0%
Manutenção Não Recorrente	169.588	-	n.m.
Modernização/Expansão	**406.778**	**525.784**	**-22,6%**
TOTAL GERAL	**2.484.907**	**2.518.416**	**-1,3%**

O Capex de Manutenção totalizou R$ 1.881 milhões no acumulado da safra, representando uma expansão de 0,9% frente a 12M23. Tal variação deve-se aos efeitos decorrentes do prolongamento do período de colheita e a consequente redução da entressafra, principalmente a alocação dos gastos com tratos culturais e a postergação de algum plantio do 4T23 para a safra 24/25 (efeito já considerado no Guidance de CAPEX), além da execução de manutenções industriais tempestivas no trimestre. O Capex dedicado à Melhoria Operacional, no total da safra 23/24, somou R$ 197,4 milhões, crescimento de 54,4% frente a 12M23, reflexo do cronograma de reposição de frota e equipamentos. O Capex de Expansão no acumulado da safra 23/24 somou R$ 406,8 milhões devido, principalmente, ao plantio não recorrente de áreas em formação na Unidade Santa Cruz, efetivando uma conversão de lavoura para a cana-de-açúcar, parcialmente compensados pela redução do desembolso referente aos projetos em fase de conclusão. Endividamento

Endividamento	mar-24	mar-23	Var%.
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.216.748	1.481.219	-17,9%
BNDES/FINAME	1.721.113	1.148.999	49,8%
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	720.991	865.621	-16,7%
Debêntures	2.317.491	2.197.001	5,5%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	102.700	156.139	-34,2%
International Finance Corporation (IFC)	457.774	774.905	-40,9%
Dívida Bruta Total	**6.536.818**	**6.623.883**	**-1,3%**
Disponibilidades	3.222.009	3.116.778	3,4%
Dívida Líquida	**3.314.809**	**3.507.105**	**-5,5%**
% Dívida Líquida em moeda estrangeira (USD)	3,8%	10,3%	-6,5 p.p.
EBITDA Ajustado LTM	**3.070.147**	**3.355.541**	**-8,5%**
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - BRL	1,08 x	1,05 x	3,3%
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - USD¹	1,11 x	1,06 x	5,0%

1 - PTAX médio diário 12 meses: mar/23: R$ 5,16 e mar/24: R$ 4,93

Em 31 março de 2024, a Dívida Líquida da Companhia atingiu cerca de R$ 3,3 bilhões, uma redução de 5,5% frente a 31 de março de 2023. O progresso do endividamento líquido deve-se, principalmente, à maior disponibilidade de caixa e menor montante de dívida ao final do exercício. O indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado acumulado (12 meses) encerrou a safra em 1,08 vezes. *Rating* Em outubro de 2019, a agência *Standard & Poor´s* (S&P) concedeu o grau de investimento (*rating* "BBB-") para o risco de crédito de longo prazo da São Martinho em escala global, e *rating* "AAA" em escala nacional, com *outlook* estável. Desde então a Companhia manteve inalterada a avaliação pela agência. **3. Mercado de Capitais** As ações da São Martinho, integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código SMTO3. Em 31 de março de 2024 o capital social da Companhia era representado por 346.375.066 ações ordinárias. A ação (SMTO3) encerrou o ano safra cotada a R$ 31,0, refletindo ajuste de -7,7% no período.

Performance SMTO3 - 12 meses (R$)

4. Remuneração aos Acionistas A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sobre capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles, o que for maior. Ainda conforme definido na Política, a distribuição mínima de 40% do lucro líquido caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses: • utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições; • indicadores de endividamento, tais como, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P; • mudanças fiscais; e • destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

Em milhares de Reais	**2024**
Lucro líquido do exercício	1.476.279
Constituição de reserva legal - 5%	(73.814)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(333.606)
Lucro líquido após Reserva	**1.068.859**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	267.215
Dividendos Complementares	-
Reserva de Lucro a Realizar	16.057
Total de Resultados a Distribuir	**283.272**
Total de Resultados a Distribuir - por ação¹	0,8191
Juros Sobre Capital Próprio pagos	155.000
IRRF Sobre JCP	(21.832)
Dividendos a Pagar	**150.104**
Dividendos a Pagar - por ação¹	0,4340

1 - Quantidade de ações (ex. tesouraria em milhões): 345,83

5. Perspectivas

	Guidance 12M25	Realizado 12M24	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	22.400,0	23.067,0	-2,9%
ATR Médio (kg/ton)	140,9	136,8	3,0%
ATR Produzido (mil tons)	3.155,6	3.155,1	0,0%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.555,5	1.468,3	5,9%
Etanol (mil m³)	900,0	948,0	-5,1%
Energia Exportada (mil MWh)	839,5	707,8	18,6%
Mix Açúcar - Etanol	52% - 48%	49% - 51%	

Nesta seção estão detalhados os volumes de matéria-prima disponíveis para processamento e as projeções de produção para a safra 24/25, conforme Fato Relevante divulgado em 17 de junho de 2024. Nas operações de cana-de-açúcar estima-se um total de 3.155,6 mil toneladas de ATR Produzido para a safra 24/25, efeito da combinação entre uma moagem de 22,4 milhões de toneladas de cana (redução de 2,9% em relação à safra 23/24), e um ATR médio de 140,9 Kg/ton (3,0% acima da safra anterior). A estabilidade de oferta de produto na evolução das safras (em ATR Produzido) acontece com um mix mais açucareiro nos preços atuais, refletindo uma visão de maior rentabilidade para o açúcar em relação ao etanol no momento de definição do Guidance de Produção. Abaixo estão detalhadas as estimativas de produção da operação de etanol de milho:

	Guidance 12M25	Realizado 12M24	Var. (%)
Dados Operacionais			
Milho Processado (mil tons)	495,0	390,7	26,7 %
ATR Produzido (mil tons)	384,4	267,9	30,0 %
Dados de Produção			
Etanol (mil m³)	200,0	156,0	28,2 %
DDGS (mil tons)	135,4	100,4	34,9 %
Óleo de Milho (mil tons)	8,5	5,5	53,8%

Para a safra 24/25 é esperado que a planta de etanol de milho opere mais ajustada aos parâmetros de projeto, comparado à safra anterior, quando teve sua performance impactada pelo período de *ramp-up*. O processamento de 495 mil tons de milho, em linha com a capacidade nominal da fábrica, deve resultar na produção de aproximadamente 200 mil m³ de etanol, 135 mil tons de DDGS e 9 mil tons de óleo de milho, produtos adicionais à operação de cana-de-açúcar mencionada previamente. Em seguida é apresentada a produção consolidada da São Martinho, considerando as operações de cana-de-açúcar e o processamento de milho:

	Guidance 12M25	Realizado 12M24	Var. (%)
Dados Operacionais			
ATR Produzido (mil tons)	3.389,2	3.329,8	1,8%
Agrícola - Cana de Açúcar			
Cana Processada (mil toneladas)	22.400,0	23.067,0	-2,9%
ATR Médio (kg/ton)	140,9	136,8	3,0%
ATR Produzido (mil tons)	3.155,6	3.155,1	0,0%
Processamento de Milho			
Milho Processado (mil tons)	495,0	390,7	26,7%
ATR Produzido (mil tons)	348,4	267,9	30,0%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.555,5	1.379,8	12,7%
Etanol (mil m³)	1.100,0	1.104,0	-0,4%
Cana de Açúcar	900,0	948,0	-5,1%
Milho	200,0	156,0	28,2%
Energia Exportada (mil MWh)	839,5	707,8	18,6%
DDGS (mil tons)	135,4	100,4	34,9%
Óleo de Milho (mil tons)	8,5	5,5	53,8%
Mix Açúcar - Etanol	46% - 54%	45% - 55%	

Capex O capex de manutenção estimado para a safra 24/25 totaliza R$ 1,9 bilhões, em linha com o valor realizado em 23/24 mediante a normalização das atividades de plantio, tratos culturais e manutenção agroindustrial durante o período de entressafra. Para o capex dedicado à melhoria operacional estima-se um gasto de R$ 100 milhões, representando uma contração de 49,3% em relação à 23/24. O montante será investido em iniciativas de segurança operacional e reposições de frota agrícola e industrial. Quanto aos investimentos em modernização/expansão projetados para a safra 24/25, a expectativa é de uma expansão de 22,3% (vs. 12M24), somando R$ 497,5 milhões, dedicados majoritariamente à implantação dos projetos de biometano, expansão da capacidade de cristalização nas unidades de São Paulo, que possibilitarão produzir cerca de 100 mil toneladas de açúcar adicionais a partir da safra 25/26, colhedoras de duas linhas na Unidade São Martinho, além de outras iniciativas. O capex total para safra 24/25 está estimado em, aproximadamente, R$ 2,5 bilhões, em linha com os valores gastos em 12M24.

	Guidance 12M25	Realizado 12M24	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.900,0	1.880,7	1,0%
Melhoria Operacional	100,0	197,4	-49,3%
Modernização/Expansão	497,5	406,8	22,3%
Capex Total	**2.497,5**	**2.484,9**	**0,5%**

Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que difiram, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras. **6. GRC** (Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos) e ESG (Ambiental, Social e Governança) **GRC** A área de GRC – Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos se reporta à Diretoria Jurídica, de GRC e de Relações Institucionais e conta com uma gerência exclusiva. As áreas integradas reforçam o compromisso com os valores da São Martinho, por meio de boas práticas, gestão de riscos, transparência e ética. **Governança** A Governança está alinhada às melhores práticas e exigências do Regulamento do Novo Mercado (B3) desde seu IPO em 2007, com uma estrutura fundamentada na ética, transparência, tratamento igualitário aos acionistas, prestação de contas, e princípios associados ao negócio. Atualmente atende 89% das recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa (sendo que, dos 54 itens, em parcial o atendimento de dois itens e quatro não são aplicáveis). A estrutura de governança contempla o Conselho de Administração, Conselho Fiscal (permanente) e Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração possui quatro Comitês de Assessoramento: Inovações Tecnológicas, Auditoria, Financeiro e Gestão de Pessoas. **Riscos e Controles Internos** A Gestão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31.000, adaptada à realidade organizacional. Essa abordagem é sustentada por responsabilidades distribuídas entre as áreas, divididas em 3 linhas de defesa. Por meio de uma matriz de riscos, revisada na safra 22/23, são monitorados 33 riscos e seus critérios de avaliação. Eles são divididos em 9 categorias, e entre riscos táticos e estratégicos relacionados a aspectos financeiro e de mercado, ambientais, pessoais, operacionais, jurídico e regulatório, conformidade, terceiros, cibersegurança, e riscos emergentes, considerados mais relevantes para o negócio. Os Controles Internos atuam na identificação, avaliação e monitoramentos dos processos críticos, validando a efetividade dos controles, para mitigar os riscos identificados. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável pela disseminação da cultura ética, sendo sua principal referência o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis aos colaboradores e partes interessadas, bem como as políticas Anticorrupção, Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético para acolhimento de reclamações e manifestações sobre potenciais desvios de comportamento, administrado por empresa especializada e independente, assegurando confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), prevenindo eventuais casos de não conformidade por meio de ações de *due diligence* e controles e pela adequação e acompanhamento às questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A Sustentabilidade é elemento fundamental na estratégia da São Martinho e sempre esteve presente em sua cultura, permeando sua forma de operar e gerir o negócio. A Companhia trilha uma jornada de amadurecimento em relação aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), com avanços importantes nos últimos anos, nos eixos de políticas, estratégias, governança e gestão. Dada a natureza do negócio, sua exposição a riscos e oportunidades e os impactos positivos que almeja gerar, a São Martinho estruturou um conjunto de Ambições de Sustentabilidade que se sintonizam aos temas estratégicos e à visão de seus públicos de relacionamento. Essa agenda foi validada pelo Conselho de Administração e se traduz em projetos quem impactam em 3 pilares: • Inovação e Eficiência: contribuição para a redução dos impactos climáticos globais, por meio da geração de energia limpa e renovável e do uso eficiente de recursos envolvidos no desenvolvimento operacional; • Cadeia de Valor: incentivo à cadeia de fornecedores na adoção de práticas de responsabilidade socioambiental; • Transformação Social: Promoção da Educação e Qualificação Profissional, transformando socialmente a comunidade no entorno das suas operações. A gestão integrada ESG é efetuada através de estrutura formal por meio da qual o Vice-Presidente é o porta-voz do tema, com apoio de uma gerência dedicada que, dentre diversas atividades, engaja os públicos relacionados para identificar e incorporar práticas sustentáveis em suas atividades. Em relação a Governança, a área possui Comitês Executivo e Tático de Sustentabilidade, integrado por diretores e gerentes de diversas áreas da Companhia, tratando os temas de forma transversal. Essa estrutura possui diversos papéis, como promover a integração das ações da Companhia com os objetivos ESG, direcionar o posicionamento da Companhia na temática, monitorar e gerir riscos, especialmente os socioambientais, como variações climáticas, segurança hídrica, riscos de terceiros e riscos de saúde e segurança. Como parte do seu compromisso, a São Martinho promove ações que abrangem desde o uso responsável do solo, a reutilização de resíduos e coprodutos no processo produtivo, a eficiência no uso de recursos nas operações, a recuperação e preservação da biodiversidade em suas áreas de atuação, a ética e governança corporativa até o relacionamento com a comunidade, seus acionistas e os demais públicos de interesse. Para atendimento, comunicação e informação aos investidores, a Companhia possui uma área de Relações com Investidores (RI) que atua com transparência e divulga ao mercado comunicados, fatos relevantes, demonstrações financeiras e disponibiliza no site de RI da Companhia canais de contato para esclarecimento de dúvidas e suporte as partes interessadas. A Companhia monitora o desempenho e o cumprimento de requisitos dos sistemas de gestão ambiental, social e de governança de acordo com certificações e diretrizes nacionais e internacionais descritas a seguir e disponíveis no site da Companhia. Assim, a São Martinho torna os processos transparentes, garante qualidade e segurança, gerando valor para as diversas partes interessadas.

Certificação	Natureza	Unidades certificadas
Bonsucro	Reconhecimento internacional de sustentabilidade da Produção de cana-de-açúcar e da Cadeia de Custódia	UIR, USM, UBV e USC
RenovaBio	Certificado de produção eficiente de biocombustíveis a partir de avaliação de ciclo de vida	UIR, USM, UBV e USC
ISCC EU	A certificação ISCC EU demonstra conformidade com critérios ambientais, sociais, rastreabilidade e redução da emissão de gases de efeito estufa em comparação ao equivalente fóssil.	USM e USC
ISCC CORSIA PLUS	A certificação ISCC CORSIA PLUS demonstra conformidade com os critérios de sustentabilidade dos combustíveis elegíveis do CORSIA para a redução de emissões de CO2 vindos dos voos internacionais.	USM e USC
Etanol mais Verde	Protocolo de intenções para desenvolver as melhores práticas de sustentabilidade na cadeia de produção sucroenergética paulista	UIR, USM e USC
Certificado/ Selo Energia Verde	Certificação da geração de energia elétrica a partir da biomassa de cana-de-açúcar	Bioenergética São Martinho, Bioenergética Boa Vista, Bioenergética Santa Cruz e Usina Termoelétrica Boa Vista
I-REC	Certificação internacional da origem renovável (biomassa) da eletricidade gerada	Usina Termoelétrica Iracema e Usina Termoelétrica São Martinho
RFS2 Renewable Fuel Standard - EPA	Registro na Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos para comercialização de etanol nos EUA	UIR, USM e USC
LCFS (Low Carbon Fuel Standard) - CARB	Registro no California Air Resources Board para comercialização de etanol para o estado da Califórnia nos EUA	USM e USC
GMP+ FSA	Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos destinados para nutrição animal.	USM, UBV e USC
Kosher	Atestado de fabricação de produtos alimentícios seguindo normas específicas da dieta judaica ortodoxa	UIR, USM e USC
Halal	Atestado, reconhecido por países islâmicos, da fabricação de produtos alimentícios seguindo requisitos legais e critérios determinados pela lei islâmica	UIR
ISO 9001	Sistema de Gestão de Qualidade	USC
ISO 14001	Sistema de Gestão Ambiental	UIR, USM e USC
ISO 17025	Competência de Laboratórios de Ensaios e Calibração	USM

A São Martinho publica seu Relatório Anual de Sustentabilidade desde 2011, a fim de oferecer aos públicos de relacionamento uma síntese de projetos, investimentos e indicadores econômicos, ambientais, sociais e de governança que traduzem o seu desempenho e seus desafios. É certificado por terceira parte independente e está disponível no site da Companhia. **Ambiental** Todas as usinas da Companhia localizadas no Estado de São Paulo são signatárias do Protocolo Agroambiental, iniciativa que estimula a adoção de boas práticas ambientais para o setor, e a Usina Boa Vista, localizada no Estado de Goiás, segue o mesmo padrão. Como parte do Sistema de Gestão Integrada, o gerenciamento ambiental das operações tem como prioridades o uso consciente de recursos hídricos, a gestão de resíduos sólidos, a adaptação contínua às mudanças climáticas, a proteção do solo e da água, bem como da fauna e da flora, a educação ambiental e a conformidade permanente com leis e regulamentos. **Educação ambiental** As ações realizadas nos Centros de Educação Ambiental (CEAs) das unidades da Companhia fortalecem a prática da educação ambiental por meio da conscientização de colaboradores, estudantes e comunidade em geral sobre a importância da preservação e do respeito ao meio ambiente. São realizadas ainda ações internas e divulgação nas redes sociais em datas comemorativas como, por exemplo: Dia Mundial do Meio Ambiente, dia da água e Dia da Árvore. Juntos, os Cenas já receberam mais de 132 mil pessoas desde 2.000. Na última safra, além dos trabalhos locais de educação ambiental conduzidos nos Centros de Educação, trabalhamos junto aos municípios de influência direta das atividades das usinas São Martinho por meio de palestras educativas para professores da rede pública. No ano de 2023, as palestras de educação ambiental foram exclusivamente focadas no tema: Combate e Prevenção a Incêndios, tendo sido capacitados 392 participantes, dentre professores e coordenadores. No ano de 2024, o projeto de capacitação abrangeu, até maio, os temas: Prevenção e combate de incêndios; Uso Consciente da água; Educação em resíduos sólidos e lixo urbano. Até maio deste ano, foram capacitados 557 professores nos temas mencionados. Os municípios participantes no estado de São Paulo foram: Pradópolis, Barrinha, Dumont, Guariba, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Santa Bárbara D'Oeste e Iracemápolis. Em Goiás, capacitaram-se professores em Quirinópolis, Gouvelândia e Paranaiguara. **Recursos Hídricos** Diferentes fontes hídricas são utilizadas pela Companhia. A Usina Iracema faz captação de duas fontes hídricas, os córregos Paramirim e Iracema. A Usina São Martinho, por sua vez, capta água de três fontes: Rio Mogi Guaçu, Córrego Triste e Aquífero Guarani. Na Santa Cruz, as fontes são os córregos Paulino, João Mendes, Anhumas e o Aquífero Guarani. Já a Usina Boa Vista capta água de duas fontes hídricas, o Rio Preto e o Aquífero Guarani. O investimento em reuso é uma frente capaz de reduzir significativamente a pegada hídrica do negócio. As unidades adotam projetos como o uso de água proveniente da concentração da vinhaça e aproveitamento de água condensada. Também faz parte das ações da Companhia realizar análises da qualidade dos efluentes devolvido ao meio ambiente, um processo que visa adequar a manutenção do bom funcionamento do ciclo hidrológico, de forma a amenizar eventuais impactos ao ecossistema natural. Em relação ao descarte, somente realizado na Usina São Martinho, os efluentes são tratados em lagoas de estabilização e a qualidade da água é monitorada de acordo com os padrões exigidos pela legislação, com posterior descarte em rio. Nas demais unidades, a água residuária é destinada aos canaviais por meio de fertirrigação. **Resíduos Sólidos** A São Martinho conta com o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), que tem como foco três "R": reduzir o consumo de insumos e materiais; reutilizar os subprodutos gerados; e reciclar quando possível. O programa tem como objetivo sistematizar a gestão de resíduos sólidos provenientes das atividades agroindustriais, prevenindo impactos nocivos ao meio ambiente. As unidades da Companhia contam com Sistema de Gestão de Resíduos direcionado pelo PGRS, aprimorando a segregação dos resíduos e destinação/disposição final ambientalmente adequada destes. **Biodiversidade** Contamos com o Projeto Abelhas, uma ação contínua nas quatro unidades da São Martinho, em parceria com empresa especializada na relação da produção agrícola com criadores de abelhas. Por meio do projeto, que faz o monitoramento das áreas vizinhas às lavouras de cana-de-açúcar em conjunto com apicultores locais, estima-se que tenhamos garantido a proteção de aproximadamente meio bilhão de abelhas, desde o início da ação, em 2019. A iniciativa é desenvolvida nas quatro unidades da companhia, com 169 apicultores cadastrados e 477 apiários mapeados, sendo monitorados mais de 313.314,35 mil hectares dentro de sua área de gestão, além de em um raio de 6,0 km em todo no seu entorno. Esse projeto contribui diretamente para o equilíbrio dos ecossistemas, uma vez que as abelhas garantem uma importante variação genética ao desenvolvimento e reprodução das plantas. Dessa forma, a São Martinho também reforça o respeito e a responsabilidade social com as comunidades, contribuindo para solidificar o empreendedorismo social, aponta Tebaldi. **Emissões de gases do efeito estufa** O gerenciamento via inventário de emissões de gases de efeito estufa realizado em todas as unidades da São Martinho assegura um acompanhamento proativo e responsável da pegada de carbono do negócio, com esforços de mitigação de impactos e adaptação às mudanças do clima que abrangem a operação agrícola – tais como combate a incêndios, uso responsável de defensivos e adoção de técnicas de agricultura de precisão – e a indústria, por meio do controle de poluição atmosférica. Além disso, as unidades utilizam equipamentos de controle de poluição atmosférica dos gases de fontes fixas e móveis, adequados às leis ambientais vigentes. São realizados, anualmente, o monitoramento dos gases emitidos das chaminés das caldeiras e os relatórios conclusivos para NOx. O material particulado gerado é protocolado junto aos órgãos ambientais. Todas as unidades têm um programa interno de Autofiscalização e Monitoramento da Emissão de Fumaça Preta da sua frota movida a diesel, segundo os termos da legislação vigente, utilizando para isso a Escala de Ringelmann e/ou opacímetro. A preocupação com a emissão de poluentes é estendida à utilização de máquinas de alta performance e rendimento energético, que, somadas à adoção da agricultura de precisão, reduzem o uso de combustíveis. **Uso do solo** A gestão agrícola da São Martinho está sujeita a uma série de políticas que abrangem planos de conservação de solo, recuperação de áreas e manejo de culturas. O objetivo central é assegurar um uso adequado dos terrenos, em respeito às necessidades de recuperação, proteção e nutrição do solo para garantir produtividade no campo e conformidade às políticas ambientais de referência para o setor. Entre as práticas da São Martinho, previstas em seu plano de conservação do solo, destacam-se: • Reposição de matéria orgânica com utilização de subprodutos (vinhaça); • Atendimento das necessidades de adubação a cada ciclo, melhorando as características físicas, químicas e biológicas do solo; • Manutenção da palhada para proteger o solo de gotas de chuva e aumentar o teor de matéria orgânica; • Sistema de preparo do solo reduzido ou "cultivo mínimo", que promove a movimentação mínima do solo de forma a atender as necessidades de desenvolvimento da cultura da cana; • Métodos MPB e MEIOSI, com maior eficiência e produtividade por hectare. **Biodiversidade** O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável está descrito em seu Projeto Reserva Legal, iniciativa da Companhia para mapear, planejar e executar toda a regularização ambiental de suas áreas rurais. Com a vigência do Código Florestal atual, a São Martinho promoveu o mapeamento completo de suas propriedades rurais, por meio de Diagnósticos Ambientais, classificando o uso e a ocupação do solo, e, suas Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), respeitando integralmente a legislação vigente. Por meio da situação apurada, cadastrou 100% de suas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), independentemente de qualquer prorrogação legislativa. Em linha com suas diretrizes e melhores práticas ambientais, a Companhia formou um grupo multidisciplinar, com a participação de diversas áreas e suporte de uma consultoria externa. Esse fórum atua sob gestão da equipe da São Martinho Terras Imobiliárias e analisa, planeja e recomenda (dentro de seu processo de Governança), considerando a sustentabilidade e a eficiência ambiental. Com relação à estratégia de regularização ambiental, a São Martinho indicou no CAR as APPs e áreas de Reserva Legal existentes nas propriedades, e com os excedentes, realizará compensações ambientais entre elas. Para os déficits apurados, foram realizadas aquisições de ativos florestais em Unidades de Conservação – áreas com características naturais relevantes, criadas e protegidas pelo poder público com objetivo de conservação. A Companhia permanece atenta à consolidação da legislação e edição de novas normas complementares/regulamentadoras do Código Florestal. Outro destaque é o Projeto Viva a Natureza, implementado pela São Martinho no ano 2000 para recompor e conservar matas ciliares, proteger nascentes e mananciais, reduzir riscos de assoreamento e preservar espécies nativas. O projeto tinha como objetivo o plantio de 1 milhão de mudas de árvores nas áreas de influência da companhia por um período de dez anos. Atualmente, a marca estipulada foi ultrapassada, sendo assim, os plantios acontecem sob demanda em áreas de APPs, RLs e áreas de interesse da Companhia, visando a proteção de nascentes e mananciais para minimizar riscos de assoreamento nos cursos d'água e preservar as espécies nativas. **Atendimento às legislações, regulamentações e demais requisitos e compromissos assumidos pela organização** Por ter entre seus valores o respeito ao meio ambiente, a São Martinho está sempre atenta à preservação de forma equilibrada, visando assegurar seu crescimento consciente por meio do respeito à legislação aplicável. A Companhia realiza o monitoramento de requisitos legais por meio de software especializado, bem como o cumprimento das exigências técnicas de suas licenças ambientais. A São Martinho, contudo, não se limita a cumprir as exigências legais, buscando sempre adiantar-se aos possíveis impactos ambientais significativos gerados por seus processos agroindustriais. **Social PROGRAMAS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** O setor sucroenergético é um importante indutor de desenvolvimento para as regiões nas quais opera. Por meio das atividades empresariais, diversos impactos sociais e econômicos positivos são promovidos – como a dinamização da economia local, a geração de empregos diretos e indiretos, a qualificação de mão de obra e a melhoria das práticas na cadeia de suprimentos – reforçando a contribuição dos negócios para a sociedade. Na Companhia, o respeito pelas pessoas e o bom relacionamento com a comunidade estão expressos na Política de Responsabilidade Social – que atribui à São Martinho valores como a ética e a transparência com seus públicos. O alinhamento às melhores práticas de mercado, com certificações socioambientais na produção e o fomento à educação e ao desenvolvimento local, também reforça os benefícios potenciais para as localidades em que está presente. As comunidades são envolvidas nas ações, mediante reuniões que a Companhia realiza com Prefeituras e Secretarias Municipais, e por meio de rodas de conversa, com diversos públicos de interesse, discutindo temas relacionados a sustentabilidade. Os projetos e as ações sociais são alinhados em conjunto, fortalecendo assim nossa parceria e tendo maior efetividade nas ações que levamos para comunidade. Na safra 23/24, foi realizado um Diagnóstico Social Participativo com o objetivo principal de identificar áreas de oportunidade e desafios, promovendo uma abordagem participativa que envolva tanto as unidades operacionais da empresa quanto os municípios em seu entorno. Através deste processo, buscou-se não apenas compreender as realidades locais, mas também desenvolver programas de investimento social privado e engajamento comunitário que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e o respeito aos direitos humanos nas áreas de atuação da São Martinho. trabalho abrangeu a elaboração desses diagnósticos em cinco municípios onde a São Martinho atua, considerando tanto as informações das unidades industriais e agrícolas quanto dos municípios circunvizinhos. Os resultados desses diagnósticos foram apresentados nas comunidades envolvidas em eventos denominados Painéis com Comunidades. **Primeiro Emprego Projovem** Desenvolvido em parceria com instituição de Pradópolis, promoveu, na safra 2023/24, o acesso de aproximadamente 60 jovens, com idades entre 16 e 18 anos, ao mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação e oportunidades profissionais aos estudantes da rede pública de ensino. Ao fim, os jovens têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos até um ano após sua saída. São duas décadas proporcionando oportunidades para todos os participantes do programa. **Programa Qualificação para Mulheres** Com o objetivo de criar ações que promovam o 6º princípio do Empoderamento Feminino, proposto pela ONU Mulheres e assinado pela SMSA em 2019, criamos um programa de qualificação e profissionalização de Mulheres nas comunidades onde nossas usinas estão instaladas. A primeira turma, formada por mulheres, da região da Usina São Martinho, teve seu início em maio de 2021 com a qualificação Instrumentista 4.0 em parceria com SENAI de Ribeirão Preto. Durante a safra 2021/22 tivemos também a implantação do mesmo curso nas demais unidades, atendendo as regiões da Usina Santa Cruz, Iracema e Boa Vista. Na safra 2022/23, foram abertos 05 novos cursos distribuídos nas 04 unidades da São Martinho, totalizando a disponibilização de 100 vagas e aproximadamente 1000 horas de qualificação. Na safra 2023/24, foi realizado o curso de Operador de Processos Agroindústriais, onde foram abertas 108 vagas e formadas 71 mulheres. Ao fim, mulheres formadas têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos nas unidades. **Empresários para o Futuro** O projeto tem como objetivo despertar o espírito empreendedor nos jovens ainda na escola, estimular o desenvolvimento pessoal, proporcionando o primeiro contato com mundo dos negócios, estimulando ainda o voluntariado corporativo, uma vez que os módulos de formação são executados por colaboradores da empresa. Na safra 22/23 o projeto atendeu 43 jovens e contou com a colaboração de 05 profissionais voluntários que dedicaram 40h de trabalho voluntário (mesma carga horária referente ao módulo de formação em empreendedorismo). Na safra 2023/24, o projeto atendeu aproximadamente 60 jovens em duas escolas públicas do município de Iracemápolis, em que foi executado o módulo Economia Pessoal para os participantes do projeto. **Projetos Via Incentivo Fiscal** Os projetos incentivados apoiados pela São Martinho são definidos a partir da Política de Investimento Social Privado da Companhia, a qual direciona as ações de desenvolvimento social de suas comunidades por meio da educação. Dessa maneira, na safra 22/23 a empresa investiu 100% dos seus recursos incentivados em projetos da Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte e Fundos de Direitos de Pessoas Idosas e Fundos de Direitos da Criança e Adolescente em projetos a serem executados na safra 23/24. Todos os projetos apoiados, tiveram como critérios de seleção sua abrangência, impacto na agenda ESG e potencial de sustentabilidade. Dessa forma, os projetos executados na safra 2023/24 foram Casa do Vovô, Mentes Brilhantes, O Pequeno Dom Quixote, Judô em Ação, Nova Fronteira do Inglês e Jovem Pesquisadores. De maneira geral, pretende beneficiar o público de crianças, adolescentes e idosos em situação de desvantagem socioeconômica dos municípios de Pradópolis, Américo Brasiliense, Iracemápolis e Quirinópolis **AÇÕES DE VOLUNTARIADO** Anualmente, estimulamos nossos colaboradores a participar de ações que beneficiam as comunidades onde a São Martinho está inserida, despertando o espírito de solidariedade no público interno por meio de campanhas. **Campanha Natal sem Fome** Foram arrecadados, nesta campanha anual, alimentos não perecíveis, durante o mês de dezembro. Na safra 22/23, foram doados aproximadamente 7.200Kg de alimentos aos CRAS das Prefeituras Municipais de Pradópolis, Iracemápolis, Américo Brasiliense e Quirinópolis (GO) como forma de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social. **Campanha do Agasalho** A iniciativa voluntária anual visa arrecadação de agasalhos e cobertores para destiná-los à população de baixa renda. Na safra 2023/24, as doações foram destinadas às famílias cadastradas nas redes municipais de assistência social de Pradópolis, Américo Brasiliense, Iracemápolis e Quirinópolis e arrecadou 1002 peças. **Desafio Trainee** O Desafio Trainee é uma competição do bem que visa realizar ações de voluntariado entre os Trainees para promoção de atividades sociais nas comunidades do entorno das operações, assim como integrar as pessoas em prol de um bem comum. A principal diretriz das ações voluntárias são as ambições ESG da São Martinho, sendo 14 ações voltadas à "Inovação e Eficiência", 2 ações para "Cadeia de Valor" e 26 ações voltadas à "Transformação Social". Foram 08 grupos formados totalizando o engajamento de 33 colaboradores voluntários. **Doação de Sangue e Medula Óssea** Em comemoração ao Junho Vermelho - Mês de Conscientização e incentivo a Doação de Sangue. A São Martinho promove anualmente a campanha de engajamento em relação à importância deste tema. Em 2023 foram realizadas ações em todas as unidades da Companhia. O intuito da campanha foi também promover novos doadores não só de sangue e plaquetas, mas também de medula óssea. Na unidade São Martinho, promovemos o Dia D, com um ônibus de apoio para encaminhar colaboradores ao Banco de Sangue de Ribeirão Preto. Cerca de 38 pessoas participaram da ação. Nas demais usinas e escritórios as ações contaram com palestras e ginasticas laborais dinâmicas, com atividades interativas de incentivo ao tema. A São Martinho é também reconhecida dado a parceria e quantidades de doadores já cadastrados no Hemocentro USP, de Ribeirão Preto. A Conscientização levou o tema: SOMOS TODOS DO TIPO QUE DOA **PROGRAMAS DE DIVERSIDADE** O respeito às pessoas está entre os valores da São Martinho, e, neste sentido, a Companhia estimula a diversidade em seu quadro de colaboradores. Seu Código de Conduta e sua Política de Responsabilidade Social repudia qualquer forma de discriminação, defende a promoção da equidade e o respeito às diferenças. Violações a essas diretrizes podem ser denunciadas por meio do Canal Ético. A agenda de Diversidade e Inclusão (D&I) é inerente à sociedade em que vivemos e indispensável para as empresas. Apesar de o Brasil ser um dos países mais diversos do mundo, do ponto de vista da inclusão, ainda vivemos um desafio. É necessário olhar para ela sob dois aspectos: o da responsabilidade social e o de negócios. D&I é uma questão de justiça no que tange à sociedade e estratégica para empresas e organizações. A diversidade, temática que faz parte da sustentabilidade, é fundamental para o bom desenvolvimento dos negócios. A partir de uma equipe diversa, é possível ampliar a inovação, prevenir riscos e crises, impactar resultados financeiros, engajar equipes, reduzir a rotatividade de colaboradores e promover o "orgulho de pertencer". Ter um Programa de Diversidade e Inclusão impacta diretamente nos resultados da empresa e na sua reputação e valor de marca. Quando falamos de D&I no ambiente empresarial nos referimos à perenidade e performance dos negócios, bem como a disponibilidade de um ambiente seguro em que as pessoas sejam respeitadas e tenham equidade de oportunidades. O retorno financeiro, de inovação, atração e retenção de talentos, são algumas das consequências desse processo. Para alcançarmos uma cultura em que a pauta de D&I esteja no planejamento estratégico, o primeiro passo é a sensibilização e engajamento interno. A pergunta que fica é: como podemos trazer os diferentes e respeitá-los para que possamos avançar juntos em nosso negócio? O primeiro passo é analisarmos como estamos e onde queremos chegar, os pontos sensíveis e os principais desafios. Além de entendermos o que pensam nossos colaboradores sobre a temática, e como a empresa tem lidado com o assunto até o momento. Assim sendo, na safra 23/24, realizamos um estudo de avaliação e percepção da liderança sobre o tema da Diversidade e Inclusão. Para entender a percepção foram realizadas: • 18 entrevistas individuais com a alta liderança (15 colaboradores) e média liderança (3 colaboradores) • Pesquisa de percepção destinada a 147 colaboradores (gerentes, assessores, gestores, coordenadores, traders, consultores e especialistas) s entrevistas com as lideranças se deram pela necessidade de captar as percepções e desafios estratégicos que se colocam para a São Martinho dentro do escopo da Diversidade e Inclusão. Já a pesquisa direcionada para a média liderança teve como finalidade a obtenção da compreensão sobre D&I em relação ao ambiente de trabalho. Como principal achado do estudo podemos citar a necessidade de letramento constante dos colaboradores de todos os níveis hierárquicos e de todas as áreas sendo este o passo inicial a ser dado. Este ponto foi justamente um dos que apareceram com recorrência: a necessidade dos colaboradores em entender melhor o tema e seus benefícios. Além disso, o estudo também apontou que os grupos minorizados a serem trabalhados prioritariamente serão Pessoa com Deficiência e Mulheres. Em relação à Pessoa com Deficiência, é importante salientar que a São Martinho possui um acordo judicial juntamente com o MPT para o cumprimento da cota de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Assim, na safra 23/34, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de discutir e implementar iniciativas para a Inclusão da Pessoa com Deficiência. O grupo de trabalho realizou 5 encontros, contou com a participação de 10 áreas Corporativas diferentes e dedicou mais de 20 horas de trabalho para elaborar o plano de ação. A execução do plano durante a safra fez com que avançássemos em 9% na Cota de Inclusão, saindo de 72% para 81% em março/24. Para a próxima safra, a meta é cumprir o 100% da Cota mínima de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Como próximo passo, para atingir essa meta, executaremos um projeto de aceleração da Inclusão da Pessoa com Deficiência, em que lançaremos mão das metodologias "incluir para formar" e "emprego apoiado". Em relação às mulheres, São Martinho tem o compromisso público com os Princípios do Empoderamento Feminino junto a ONU Mulheres. Além do estudo realizado citado anteriormente, onde foi iniciado uma discussão sobre o empoderamento feminino com a liderança, viemos trabalhando a formação de mulheres da comunidade com o projeto de Qualificação Profissional. O objetivo deste projeto é aumentar a participação das mulheres no setor Agroindustrial e, consequentemente, aumentar o nível de empregabilidade das mulheres no Agro. **Programa Empresa Cidadã** Desde o início de 2010, a São Martinho adota a prorrogação do período de licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. Com isso, em todas as unidades, 100% das mães podem optar por ficar seis meses em casa após o parto, antes de retornar ao trabalho. Além disso, a Companhia adota a licença-paternidade prorrogada, de 5 para 15 dias. **Relacionamento com a Comunidade** O Painel de engajamento com as comunidades locais foi implantado em 2019, por meio de encontros com as comunidades nas cidades onde temos unidades produtivas. Todo o processo de conversas, dinâmicas e troca de informações é mediado por uma consultoria externa especializada. O principal objetivo dessa iniciativa foi formalizar a parceria que sempre permeou o relacionamento com as nossas comunidades do entorno, contribuindo para viabilizar um desenvolvimento local mais sustentável, além de reforçar nosso posicionamento quanto a temas sensíveis às comunidades, aqueles que afetam diretamente a vida urbana e social. como descarte de resíduos, desemprego, violência e drogas, ausência de cultura, acessibilidade urbana entre outros levantados nos encontros, e também apresentar programas e projetos sociais já desenvolvidos ou em implantação. Na safra 23/24, o projeto foi realizado nas 04 unidades de forma presencial. Ao todo, participaram aproximadamente 28 instituições representadas por 63 pessoas. A definição das instituições participantes foi feita considerando os impactos (positivo e negativos), relacionamento e estratégias sociais da São Martinho. Para avaliar os impactos de gênero, a São Martinho busca a participação do público feminino no Painel. Dessa forma, nesta safra, participaram 45 mulheres representando suas respectivas instituições (71% do público). Com a participação do público feminino, a São Martinho busca captar percepções de impactos específicos a este grupo. A pauta abordada no Painel com Comunidades foi a apresentação dos resultados do Diagnóstico Social Participativo com o intuito de fazer uma devolutiva do estudo e ouvir as percepçoes dos participantes acerca dos resultados. Assim, sendo foram apresentadas os principais desafios e agendas sociais dos municípios para serem trabalhados nos próximos anos. **GESTÃO DE PESSOAS** Com base nas Competências São Martinho, a Gestão Estratégica de Pessoas é um modelo de gestão que reforça a meritocracia por meio de processos integrados que direcionam as tomadas de decisão sobre as pessoas, alinhado às necessidades e ao Jeito de Ser São Martinho. Abaixo detalhamos os Programas de Carreira que a Companhia desenvolve: **Programa de Estágio:** Nosso programa de estágio têm como objetivo proporcionar experiências práticas para complementar a formação curricular e acadêmica, gerando desenvolvimento em conhecimentos técnicos e novas habilidades comportamentais para aplicações no dia a dia. O Programa de Estágio da São Martinho conta com jornada de desenvolvimento comportamental, conduzido por consultoria especializada em desenvolvimento de pessoas e proporciona também possibilidade de efetivação e construção de carreira na Companhia. **Programa de Trainees:** programa criado em 2008. Este programa tem como objetivo encontrar jovens talentos para serem desenvolvidos e ocuparem cargos estratégicos na empresa contribuindo com a sustentabilidade do negócio. Os participantes são candidatos externos, recém-formados em cursos nas áreas de atuação da Companhia. A jornada de desenvolvimento dos trainees na São Martinho é composta por ações de desenvolvimento comportamental, desenvolvimento no negócio através de visitas técnicas e apresentações específicas sobre os processos administrativos. Conta também com ações de responsabilidade social (Trainee Voluntário) e de qualidade de vida e desenvolvimento pessoal individual. Contamos com atividades desenvolvidas internamente e também por consultorias referência no mercado, sendo que toda a jornada é revisada a cada programa para manter-se sempre alinhada às estratégias da Companhia. Durante o programa os trainees são responsáveis pela condução de um projeto que ao final do período de desenvolvimento é apresentado para diretoria, gerentes, gestores e demais colaboradores. Participantes e ex-participantes do Programa são constantemente acompanhados em agendas de governança de RH para avaliação de possíveis movimentações. A taxa média de retenção do programa é de 60%. **Programa Valores em Ação:** programa criado em 2010 e é direcionado a colaboradores que já fazem parte do quadro da empresa. O objetivo é acelerar o processo de desenvolvimento de potenciais identificados, preparando-os para maiores desafios. Para isso, a São Martinho proporciona uma Jornada de Desenvolvimento que conta com ações de desenvolvimento comportamental e interações entre as áreas do negócio. Participantes e ex-participantes do Programa são constantemente acompanhados em agendas de governança de RH para avaliação de possíveis movimentações. **Programa de Sensibilização Comportamental:** criado em 1999, anualmente todos os colaboradores da Companhia são convidados a participar deste programa que visa desenvolver o ser humano. Seu objetivo principal é abordar os aspectos relacionados à comportamentos, atitudes e valores, tornando-os melhores pessoas e profissionais, alinhados às estratégias da Companhia. Com o tema "Com disciplina e propósito, cultivamos um presente seguro e construímos o nosso futuro", o tradicional programa buscou na safra 23/24 não apenas sensibilizar os participantes, mas também desenvolver habilidades práticas para que os participantes possam incorporar disciplina e propósito em seu dia a dia, promovendo um ambiente seguro e contribuindo para a construção de um futuro sustentável. O programa contou com uma carga horária de 4 horas e participaram mais de 10.800 pessoas, as quais foram desafiadas, inspiradas e capacitadas a agir de forma consciente e impactante ampliando o repertório comportamental no presente e no futuro. **Plataforma de Aprendizagem:** Uma maneira inteligente, simples e digital, de promover o ensino à distância e transformar nossos colaboradores em protagonistas do seu próprio desenvolvimento e aprendizado. Compartilhamos o saber, ampliamos horizontes e fortalecemos o aprimoramento pessoal e profissional por meio de conteúdos, aulas e cursos e treinamentos online para serem acessados quando e como o colaborador quiser: no celular, tablet e computador. É assim que geramos conexões do conhecimento. Na safra 23/24 tivemos 89.776 participações distribuídas em 38.513 horas. **Programa Aprendiz:** realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2023/24, proporcionou em média a capacitação profissional de 480 aprendizes de idades entre 16 a 24 anos incompletos. Eles participaram de cursos de aprendizagem industrial para os cargos de caldeireiro, mecânico de manutenção de máquinas industriais, assistente administrativo, mecânico de usinagem e mecânico de manutenção Industrial e veículos pesados, entre outros. Após a certificação os jovens podem passar por processo seletivo e concorrer a vagas na Companhia. **Remuneração:** As práticas de remuneração da São Martinho são competitivas e posicionadas estrategicamente integrando os pilares de Recursos Humanos (atrair, reter e formar) aos valores da Companhia (integridade, ética e respeito pelas pessoas). A São Martinho reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização. **7. Serviços Prestados pelos Auditores Externos**

		Exercício social findo em 31 de março de 2024
a)	**Nome empresarial**	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
b)	**CPF/CNPJ**	61. 562.112/0012-83
c)	**Datas de contratação e de início da prestação dos serviços, bem como a descrição dos serviços prestados**	"Contratação: 28/08/2020 Início prestação dos serviços: 01/04/2020 Descrição dos serviços prestados: Exame das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2023 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2022, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Adicionalmente a PwC foi contratada para revisão das apurações de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS e IPI) e do preenchimento da declaração ECF ano-calendário 2022."
d)	**Substituição do auditor**	Não ocorreu substituição do auditor durante o exercício.
i)	**Justificativa da substituição**	
ii)	**Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição**	Não aplicável.

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados: Serviços de auditoria: R$ mil 2.301

continua...

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 17 DE JUNHO DE 2024

Outros serviços: R$ mil 309 *Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes:* A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. *Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelos quais entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externo:* Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços aprovados pela Diretoria e dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, PwC, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a PwC não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://valor.globo.com/valor-ri/ e https://ri.saomartinho.com.br/ Pradópolis/SP, 17/06/2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	204.467	272.342	204.560	273.408
Aplicações financeiras	4	2.672.698	2.643.193	2.946.218	2.804.873
Contas a receber de clientes	5	651.856	259.493	666.112	274.904
Instrumentos financeiros derivativos	23	103.208	163.242	103.208	163.242
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	602.885	687.944	609.479	694.118
Ativos biológicos	7	1.364.508	1.160.568	1.364.508	1.160.568
Tributos a recuperar	8	243.790	213.970	243.843	214.253
IR e CS	20	73.313	93.631	73.355	93.880
Partes relacionadas	9	105.200	-	-	-
Outros ativos		15.443	6.530	17.874	8.229
Total do circulante		6.037.368	5.500.913	6.229.157	5.687.475
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	71.231	38.497	71.231	38.497
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	126.731	224.678	126.731	224.678
Instrumentos financeiros derivativos	23	207.898	225.568	207.898	225.568
Tributos a recuperar	8	489.454	228.308	490.000	230.676
IR e CS	20	8.983	8.983	8.983	8.983
Depósitos judiciais	22	1.491.196	1.088.972	1.491.213	1.088.976
Contas a receber de clientes	5	-	-	32.272	40.692
Outros ativos	9, 16 e 17	369.560	234.287	369.560	234.425
Total do realizável a longo prazo		2.765.053	2.049.293	2.797.888	2.092.495
Investimentos	10	1.738.747	1.720.098	54.692	47.798
Imobilizado	11	6.181.744	5.774.273	8.045.148	7.606.567
Intangível	12	443.304	439.135	454.967	464.125
Direito de uso	13	2.789.597	2.925.325	2.789.597	2.925.325
Total do não circulante		13.918.445	12.908.124	14.142.292	13.136.310
Total do ativo		19.955.813	18.409.037	20.371.449	18.823.785

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	1.094.298	1.028.224	1.096.406	1.028.509
Arrendamento a pagar	13	108.047	115.855	108.047	115.855
Parceria agrícola a pagar	13	554.864	569.854	554.864	569.854
Instrumentos financeiros derivativos	23	158.129	328.695	158.129	328.695
Fornecedores	15	422.212	294.679	408.590	281.311
Obrigações com a copersucar	16	8.336	13.539	8.336	13.539
Salários e contribuições sociais		238.995	193.597	240.837	195.162
Tributos a recolher		39.885	19.916	40.791	21.094
IR e CS a pagar	20	-	-	9.470	8.490
Dividendos a pagar	18	150.139	5.963	150.139	5.963
Adiantamentos de clientes		36.591	5.066	37.414	5.173
Aquisição de participações societárias	9 e 17	-	11.571	-	11.571
Outros passivos		27.311	18.558	41.407	30.565
Total do circulante		2.838.807	2.605.517	2.854.430	2.615.781
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	5.400.932	5.556.109	5.440.412	5.595.374
Arrendamento a pagar	13	528.856	586.228	528.856	586.228
Parceria agrícola a pagar	13	1.682.993	1.769.834	1.682.993	1.769.834
Instrumentos financeiros derivativos	23	13.596	7.250	13.596	7.250
Obrigações com a copersucar	16	173.709	162.986	173.709	162.986
IR e CS diferidos	20	461.735	632.750	821.353	997.134
Provisão para contingências	22	123.251	110.706	124.166	111.541
Tributos com exigibilidade suspensa	16(b)	1.869.563	1.063.378	1.869.563	1.063.378
Outros passivos		-	1.916	-	1.916
Total do não circulante		10.254.635	9.891.157	10.654.648	10.295.641
Patrimônio líquido	18				
Capital social		3.941.717	3.161.384	3.941.717	3.161.384
Ações em tesouraria		(16.325)	(139.997)	(16.325)	(139.997)
Ajustes de avaliação patrimonial		1.118.158	1.062.480	1.118.158	1.062.480
Reservas de lucros		1.818.821	1.828.496	1.818.821	1.828.496
Total do patrimônio líquido		6.862.371	5.912.363	6.862.371	5.912.363
Total do passivo e do patrimônio líquido		19.955.813	18.409.037	20.371.449	18.823.785

Demonstração do valor adicionado

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	7.088.302	6.668.261	7.234.082	6.814.471
Receita referente a construção de ativos próprios	1.830.997	1.684.543	1.831.030	1.684.768
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	14	-
Outras receitas	15.486	8.802	15.018	8.705
	8.934.785	8.361.606	9.080.144	8.507.944
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(2.206.608)	(1.701.565)	(2.055.256)	(1.567.513)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(2.233.854)	(1.993.983)	(2.281.199)	(2.040.986)
Perda de valores ativos	(2.814)	-	(2.814)	-
	(4.443.276)	(3.695.548)	(4.339.269)	(3.608.499)
Valor adicionado bruto	4.491.509	4.666.058	4.740.875	4.899.445
Depreciação e amortização	(1.137.270)	(1.071.191)	(1.141.214)	(1.075.457)
Ativos biológicos colhidos	(1.207.230)	(1.049.119)	(1.207.230)	(1.049.119)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.147.009	2.545.748	2.392.431	2.774.869
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	234.069	206.044	8.318	5.033
Receitas financeiras	650.160	670.565	675.241	697.920
Outras	1.593.604	563.198	1.594.153	565.155
Valor adicionado total a distribuir	4.624.842	3.985.555	4.670.143	4.042.977
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	816.944	715.280	818.621	716.628
Benefícios	312.253	274.358	313.767	275.612
FGTS	71.697	69.028	71.825	69.145
Honorários dos administradores	41.279	36	42.767	1.463
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	442.435	284.467	478.169	334.269
Estaduais	41.651	40.051	41.989	40.418
Municipais	1.675	1.886	2.032	2.193
Financiadores				
Juros	911.892	874.223	915.409	876.750
Aluguéis	12.140	8.671	12.177	8.708
Variações cambiais	287.769	456.016	287.773	456.065
Outras	208.828	245.795	209.335	245.982
Pagamento de juros sob capital próprio	155.000	255.000	155.000	255.000
Lucros retidos do exercício	1.321.279	760.744	1.321.279	760.744
Valor adicionado distribuído	4.624.842	3.985.555	4.670.143	4.042.977

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício		1.476.279	1.015.744	1.476.279	1.015.744
Ajustes					
Depreciação e amortização	28	1.137.270	1.071.191	1.141.214	1.075.457
Ativos biológicos colhidos	28	1.207.230	1.049.119	1.207.230	1.049.119
Variação no valor justo de ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOs	28	10.314	176.167	10.314	176.167
Provisão para perdas na realização dos estoques	28	2.814	-	2.814	-
Amortização de contratos de energia		-	-	8.800	5.642
Resultado de equivalência patrimonial	10	(234.069)	(206.044)	(8.318)	(5.033)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	(4.477)	2.745	(4.015)	2.745
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		350.878	419.766	334.974	398.746
Instrumentos financeiros derivativos		(26.502)	(36.987)	(26.502)	(36.987)
Constituição de provisão para contingências, líquidas	22.1	34.656	34.336	34.758	34.392
IR e CS	20 b	290.781	144.842	310.342	177.868
Tributos com exigibilidade suspensa		806.186	337.544	806.186	337.544
Reversão de provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa		-	-	14	-
Ajuste a valor presente e outros		248.345	245.394	253.883	249.377
		5.299.705	4.253.817	5.547.973	4.480.781
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(411.805)	(112.142)	(411.593)	(100.124)
Estoques		68.603	(52.163)	68.182	(52.325)
Tributos a recuperar		(165.377)	(224.989)	(163.001)	(226.678)
Instrumentos financeiros derivativos		(71.415)	(31.179)	(71.415)	(31.179)
Outros ativos		(406.145)	(299.646)	(405.283)	(299.366)
Fornecedores		121.974	(61.304)	119.473	(77.099)
Salários e contribuições sociais		45.397	2.862	45.674	3.376
Tributos a recolher		(493.198)	(237.696)	(497.703)	(242.525)
Obrigações com a Copersucar		1.517	(2.446)	1.517	(2.446)
Provisão para contingências (liquidações)	22.1	(40.481)	(22.801)	(40.584)	(22.801)
Outros passivos		39.780	(69.098)	41.786	(71.077)
Caixa proveniente das operações		3.988.555	3.143.215	4.235.026	3.358.537
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(455.230)	(309.914)	(456.637)	(310.702)
IR e CS pagos		(3.556)	(32.734)	(17.889)	(60.467)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.529.769	2.800.567	3.760.500	2.987.368
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento (aplicação) de recursos em investimentos		(8.965)	(11.837)	(8.965)	(11.837)
Adições ao imobilizado e intangível	11 e 12	(961.224)	(1.175.257)	(994.515)	(1.197.351)
Adições ao plantio e tratos (ativo)		(1.495.098)	(1.373.806)	(1.495.098)	(1.373.806)
Aplicações financeiras		80.934	264.732	(8.017)	319.078
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	9.357	5.652	9.357	5.652
Adiantamento para futuro aumento de capital		(105.200)	-	-	(139)
Recebimento de dividendos		215.817	237.600	1.156	1.723
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.264.379)	(2.052.916)	(2.496.082)	(2.256.680)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento e parceria agrícola	13	(676.061)	(577.319)	(676.061)	(577.319)
Captação de financiamentos - terceiros	14	573.721	857.242	573.721	875.242
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(812.990)	(494.266)	(812.990)	(494.266)
Aquisição de ações em tesouraria		(10.482)	-	(10.482)	-
Outros recebimentos		710	-	711	-
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio		(408.163)	(375.840)	(408.165)	(375.840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.333.265)	(590.183)	(1.333.266)	(572.183)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(67.875)	157.468	(68.848)	158.505
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	272.342	114.874	273.408	114.903
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	204.467	272.342	204.560	273.408
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	2.672.698	2.643.193	2.946.218	2.804.873
Total de recursos disponíveis	4	2.877.165	2.915.535	3.150.778	3.078.281

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial – Deemed cost – Própria	Deemed cost – De investidas	Hedge accounting	Outras	Reserva de lucros – Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de março de 2022		**2.681.571**	**(139.997)**	**106.799**	**1.183.641**	**(190.610)**	**644**	**262.776**	**1.030.260**	**21.989**	**229.887**	**131.465**	**-**	**5.318.425**
Aumento de capital com reservas	18(a)	479.813	-	-	-	-	-	-	(397.880)	-	(81.933)	-	-	-
Realização de mais-valia de deemed cost	18(c. i)	-	-	(8.910)	325	-	-	-	-	-	-	-	8.585	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	18(c. ii)	-	-	-	-	(29.503)	-	-	-	-	-	-	-	(29.503)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169.867	-	(169.867)	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.932)	-	-	-	(5.932)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.465)	-	(131.465)
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	94	-	-	-	-	-	-	94
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015.744	1.015.744
Destinação do lucro: Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	50.787	279.607	-	-	-	(330.394)	-
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Dividendos adicionais	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.068	(269.068)	-
Saldo em 31 de março de 2023		**3.161.384**	**(139.997)**	**97.889**	**1.183.966**	**(220.113)**	**738**	**313.563**	**911.987**	**16.057**	**317.821**	**269.068**	**-**	**5.912.363**
Aumento de capital com reservas	18(a)	780.333	-	-	-	-	-	-	(632.380)	-	(147.953)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	18(b)	-	139.997	-	-	-	-	-	(139.997)	-	-	-	-	-
Aquisição de ações de emissão própria	18(b)	-	(16.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.325)
Realização de mais-valia de deemed cost	18(c. i)	-	-	(8.515)	(33)	-	-	-	-	-	-	-	8.548	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	18(c. ii)	-	-	-	-	63.831	-	-	-	-	-	-	-	63.831
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.607	-	(333.607)	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.057)	-	-	-	(16.057)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269.068)	-	(269.068)
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	395	-	-	-	-	-	-	395
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476.279	1.476.279
Destinação do lucro: Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	73.814	788.359	-	-	-	(862.173)	-
Juros sob capital próprio, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(155.000)	(155.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.047)	(134.047)
Saldo em 31 de março de 2024		**3.941.717**	**(16.325)**	**89.374**	**1.183.933**	**(156.282)**	**1.133**	**387.377**	**927.969**	**-**	**503.475**	**-**	**-**	**6.862.371**

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	27	6.756.027	6.494.335	6.891.738	6.627.566
Custo dos produtos vendidos	28	(5.334.452)	(4.689.845)	(5.216.291)	(4.589.655)
Lucro bruto		1.421.575	1.804.490	1.675.447	2.037.911
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(243.005)	(209.680)	(255.455)	(221.597)
Despesas gerais e administrativas	28	(326.074)	(250.241)	(343.266)	(264.367)
Resultado de equivalência patrimonial	10	234.069	206.044	8.318	5.033
Outras receitas, líquidas	29	1.446.346	517.710	1.446.441	519.569
		1.111.336	263.833	856.038	38.638
Lucro operacional		2.532.911	2.068.323	2.531.485	2.076.549
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		308.723	287.753	333.691	314.882
Despesas financeiras		(935.202)	(895.891)	(939.183)	(898.220)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(93.894)	(174.942)	(93.894)	(174.942)
Derivativos		(45.478)	(124.657)	(45.478)	(124.657)
		(765.851)	(907.737)	(744.864)	(882.937)
"Lucro antes do IR e da CS"		1.767.060	1.160.586	1.786.621	1.193.612
IR e CS	20(c)				
Do exercício		(494.679)	(240.691)	(514.421)	(273.804)
Diferidos		203.898	95.849	204.079	95.936
Lucro líquido do exercício		1.476.279	1.015.744	1.476.279	1.015.744
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	31	4,2622	2,9325	4,2622	2,9325

Demonstração do Resultado Abrangente

Controladora e consolidado	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.476.279	1.015.744
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(36.315)	(38.879)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	94.651	58.616
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	108.118	89.269
	166.454	109.006
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	81.715	8.519
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(173.514)	(175.492)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	19.957	5.322
	(71.842)	(161.651)
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	128	(676)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	1.974	8.620
	2.102	7.944
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	45.528	(31.036)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(76.889)	(108.256)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	128.075	94.591
Tributos diferidos sobre os itens acima	(32.883)	15.198
	63.831	(29.503)
Resultado abrangente do exercício	1.540.110	986.241

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis/SP. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "São Martinho") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar à fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, fabricação de etanol de milho e demais coprodutos, cogeração de energia elétrica, exploração de empreendimentos imobiliários, exploração agrícola, importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, acionistas, empresas ligadas e parcerias agrícolas enquanto os restantes 30% são fornecidos por terceiros (fornecedores). Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e se encerra em dezembro, ocasionando flutuações nos estoques da Companhia. Vale ressaltar que o fornecimento da matéria-prima pode ser afetado por condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de abril a dezembro, período em que também se concentra a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia. Em março de 2023, inauguramos as operações da planta de etanol de milho na Usina Boa Vista, com capacidade de processamento de 495 mil toneladas de milho e a produção estimada de 200 mil metros cúbicos de etanol por safra. Além disso, a planta também se destaca na produção de DDGS (Distillers Dried Grains with Solubles) e óleo de milho, ampliando nossa gama de produtos. A Companhia é controlada pela *holding* LJN Participações S.A. ("LJN"), com participação de 54,92% no capital votante. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 17 de junho de 2024. **Conflitos Geopolíticos** Os conflitos geopolíticos representam um risco para a São Martinho. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia. **Variações Climáticas** Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. **Reforma tributária** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais. **2. Resumo das políticas contábeis materiais 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPC, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Essas áreas que demandam um nível mais elevado de julgamento e apresentam maior complexibilidade, assim como as áreas em que premissas e estimativas têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 3. **2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1° de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir e 1° de abril de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 6 - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir de 1° de abril de 2024. • **Alteração ao IAS 7/CPC 3 – Demonstração dos fluxos de caixa:** a alteração emitida em maio de 2023 descreve as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir de 1° de abril de 2024. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas. **2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas** As controladas são todas as entidades que a Companhia detém o controle, e são completamente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação dessas entidades é interrompida a partir do momento em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre elas. Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergia São Martinho Ltda. ("Bioenergia SM") (ii)	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.
Biometano Santa Cruz Ltda. ("Biometano SC") (ii)	Produção e processamento de gás.

(i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos). (ii) Empresas em fase pré-operacional. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras expressas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Conversão em moeda estrangeira** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas. **2.6 Instrumentos financeiros** A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9. **a) Ativos Financeiros** Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. **b) Passivos Financeiros** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **c) Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*. **2.7 Combinações de negócios e ágio** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa. O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado. Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. **Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas** Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **3. Principais usos de estimativas e julgamentos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: **a) Perda (*impairment*)** Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12). **b) Valor justo dos ativos biológicos** Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7). **c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. A Companhia considerou como benefícios fiscais a exclusão do diferimento de ICMS, redução de base de cálculo, redução de alíquota, dentre outros, nas apurações de IRPJ e CSLL, conforme mencionado na Nota 22.5. **d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade. **e) Provisão para contingências** A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato e das garantias oferecidas. **Dividendos e juros sob capital próprio** Em reunião do Conselho de administração realizada em 20 de junho de 2022, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R$ 115.000, pagos através de juros sobre capital próprio. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2022, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R$ 131.465, conforme proposto pela diretoria no exercício encerrado em 31 de março de 2022. Em 12 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R$ 140.000, pagos através de juros sobre capital próprio; da mesma forma, em reunião do Conselho de administração realizada em 19 de junho de 2023, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R$ 155.000, pagos através de juros sobre capital próprio. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2023, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R$ 269.068, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2023, acrescidos de R$ 5.932 provenientes da realização da reserva de lucros a realizar, totalizando o saldo de dividendos a pagar de R$ 275.000, que foram pagos aos acionistas em 15 de agosto de 2023. A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior. A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses: • utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições; • indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P; • mudanças fiscais; e • destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros. A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração

Cálculo Lucro Caixa	**2024**	**2023**
LAIR	1.786.621	1.193.612
IR/CS Contábil	(310.342)	(177.868)
Lucro Líquido do Exército	1.476.279	1.015.744
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	133.541	174.484
IR/CS Contábil	310.342	177.868
IR/CS Pago	(17.889)	(60.467)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	(203.406)	(192.400)
Ajuste do Ativo Biológico	10.314	176.167
Lucro Caixa	**1.709.181**	**1.291.396**
Política de Dividendos (i)	**267.215**	**524.068**
Reserva de Lucros a Realizar	16.057	5.932
Total de Resultados a distribuir	**283.272**	**530.000**

(i) Em 31 de março de 2024 o Conselho de Administração deliberou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%. A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício. Na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2024, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos no montante de R$ 150.103 (R$ 0,4340 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.476.279	1.015.744
Constituição de reserva legal - 5%	(73.814)	(50.787)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(333.607)	(169.867)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	1.068.858	795.090
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	267.215	198.773
Juros sobre o capital próprio, pagos	155.000	255.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(21.832)	(36.889)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	134.047	-
Dividendos antecipados	-	19.338
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	16.057	5.932
Dividendos adicionais	-	269.068
Total	283.272	493.111
Dividendo por ação	0,8191	1,4236
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	345.831	346.375

Evento subsequente Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2024, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no valor bruto de R$ 150.000.000,00, equivalente a R$ 0,445733054 por ação, com retenção de Imposto de Renda na Fonte. O montante de JCP será pago aos acionistas no dia 2 de julho 2024, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2025.

Conselho de Administração - Diretoria - Conselho Fiscal

Contador

Hernani Carlos Euzébio - CRC 1SP199369/O-0

As demonstrações financeiras completas da São Martinho S.A. ("Companhia") e da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado") referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.saomartinho.com.br/ e no mesmo site deste jornal na internet. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 17 de junho de 2024, sem modificações.

PECINI LEILÕES — TRUE

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão: 24/06/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 26/06/2024, às 10h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 24/02/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL**: **PRÉDIO RESIDENCIAL, situado à Avenida Adão Focesi, nº 817, Jardim do Lago, Campinas/SP**, construída sobre o Lote nº 17 da Quadra nº 19. **ÁREAS CONSTRUÍDAS**: Residencial Existente: 98,75m²; Residencial a Regularizar: 70,00m², averbadas na matrícula do imóvel. Conforme Certidão de Valor Venal da Prefeitura Municipal de Campinas/SP, consta a **ÁREA CONSTRUÍDA** de 290,75m², não averbada na matrícula do imóvel. **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 360,00m²**, com suas medidas e confrontações descritas na Matrícula Imobiliária nº 78.960 do 3º CRI de Campinas/SP. Inscrição Municipal nº 3432.44.46.0265.01001. Consolidação da propriedade em 22/05/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 1.041.336,63. 2º Leilão: R$ 627.670,11**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, impostos, taxas e despesas para regularização das metragens do imóvel, aumento construtivo e benfeitorias, junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente e demais órgãos públicos e privados; **6.** Constam Averbações Premonitórias averbadas sob os nºs 09 e 10, cujas baixas ficarão a cargo do arrematante; **7. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **8.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **Edital De Leilão E Regras Para Participação**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **NÍCOLAS PETRUCIO MAZARIN FERRO**, inscrito no CPF nº 215.116.768-25, casado com Mariana Ciotto Ferro, inscrita no CPF nº 326.575.098-19, devidamente comunicado das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES — PROVÍNCIA Companhia Província de Securitização

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 24/06/2024, às 10h45 | 2º Público Leilão: 26/06/2024, às 10h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 09/04/2021, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Créditos, o seguinte **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 1.611, 16º ANDAR DO EDIFÍCIO NICARÁGUA**, situado à Avenida 9 de julho, nº 1.164, 17º subdistrito – Bela Vista, São Paulo/SP. Áreas: Útil: 43,900m²; Comum: 12,280m²; Total Construída: 56,180m²; FIT: 7,091m². Matrícula Imobiliária nº 43.230 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária nº 010.029.0507-9. Consolidação da propriedade em 28/05/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 338.106,18. 2º Leilão: R$ 256.448,04**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **Edital de Leilão e Regras para Participação**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **ELIANE FOJAN** - CPF nº 258.877.218-80 e o Fiduciante **IVO FOJAN** - CPF nº 170.170.848-53, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 290 LOTES - DIA: 19/06/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 19/06/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: [illegible] - 93HGM6670KZ103337 - 95PBCK51DLB011445 - 988611132MK424679 - 988226175JKB56843 - 8AJBA3CD4M1663205 - 8AFAR22FXEJ250248REM - WV1DB42H8CA048419 - 8AJFA8CB3J2004664 - 8AJYZ59G183030557REM - 8AC907633ME192720 - 9BGJC7520JB153554 - 8AFPZZFHA8J114498 - 9BD15802784981450 - 9BFZK03AX9B034265 - 9BD363A21NYZ26106 - 9BGEN69H0LG131000 - 8AD2MKFWXBG002296 - 9BD15802764749897 - 9BWAG5BZ0MP033611 - 9BFZK53A7CB384330REM - 93YRBB000NJ955606 - 93HGE6730DZ219855 - 93YBSR76HDJ691048 - 9BGTR48C0AB168669 - 8BCND5GVUJG520123 - 9BD195173D0351377 - 9BGTD75C0BC113023 - 9BD1196GDM1162702 - 93Y5SRD6GGJ934961 - 9BD341ACYNY788768 - 9BGJC69Z0EB124342 - 9BFZE12P478781714 - 988675136MKK67882 - 98RDB22B8NA007988 - 99ABJ68U0J4000896 - 96PEXBK11AFS04613 - 9C2JC4110FR104815 - KNAKU811BC5295664 - 8AGBN69S0HR102226 - 8AJFY29G7C8503592.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

megaleilões GESTOR JUDICIAL

13ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação da executada e depositária **IGREJA CRISTÃ APOSTÓLICA RENASCER EM CRISTO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.742.959/0001-10; **bem como da promitente vendedora EMPRESA CINEMATOGRÁFICA HAWAY LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.365.581/0001-50; **e da proprietária CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18. O **Dr. Luiz Antonio Carrer**, MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo - SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Comum Cível**, ajuizado por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CAL CENTER II** em face de **IGREJA CRISTÃ APOSTÓLICA RENASCER EM CRISTO - Processo nº 1034741-89.2013.8.26.0100 – controle nº 967/2013**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, incluSive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 01/07/2024 às 15:30 h** e se encerrará **dia 04/07/2024 às 15:30 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 04/07/2024 às 15:31 h** e se encerrará no **dia 25/07/2024 às 15:30 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sobre o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS** - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito, que ficará disponível no site do Leiloeiro ou será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO** - Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **DA SUSPENSÃO** - Caso haja interposição de recurso, com suspensão dos efeitos do leilão, eventual arrematante deverá depositar em juízo, caução de 10% da arrematação e efetuar o pagamento da comissão do leilão, para que seja garantido o lance judicial. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br**, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ. Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO IMÓVEL: DIREITOS AQUISITIVOS QUE A EXECUTADA POSSUI SOBRE O IMÓVEL DA MATRÍCULA Nº 101.926 DO 13º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP:** Cinema localizado no térreo e nos 1º e 2º andar do Edifício Cal Center II, situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1912, esquina com a Rua Campo Verde, no 20º Subdistrito Jardim América, nesta cidade de São Paulo, com a área útil de 843,40 m2, área comum de 198,68 m2, área total construída de 1.041,98 m2 e a fração ideal de 3,2106% no terreno e demais partes e coisas de propriedade e uso comuns do edifício. O edifício Cal Center II acha-se construído em terreno descrito instituição de condomínio registrada sob nº 18, em 25/05/1976 na matricula 3373, deste Registro de Imóveis. **Consta na Av.02 desta matrícula** o bloqueio da unidade desta matricula, mediante oficio expedido nos autos do processo nº 1034741-89.2013.8.26.0100. **Consta na Av.02 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10014583820185020385 foi determinada a indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A. **Consta na Av.03 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10018923220175020039 foi determinada a indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A. **Consta na Av.04 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10007855120175020071 foi determinada a indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A. **Consta na Av.05 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10004728520185020611 foi determinada a indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A. **Consta na Av.06 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 00103207120175150002 foi determinada a indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A. **Consta na Av.07 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10000624020195020078 foi determinada a indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A. **Consta na Av.08 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10002605620165020701 foi determinada a indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A. Contribuinte: 083.193.0157-2. Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP que não há débitos inscritos na Dívida Ativa, e que não há débitos de IPTU para o exercício atual (20/05/2024). Consta às fls. 55/109 dos autos, Compromisso Particular de Compra e Venda de Imóvel em que são partes EMPRESA CINEMATOGRÁFICA HAWAY LTDA (promitente vendedora) e IGREJA EVANGÉLICA APOSTÓLICA "RENASCER EM CRISTO" (promitente compradora). **Valor de Avaliação do Imóvel: R$ 6.860.700,00 (Seis milhões, oitocentos e sessenta mil e setecentos reais) para julho de 2020, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação às fls.881 no valor de R$ 1.718.935,65 (março/2024).

São Paulo, 20 de maio de 2024.

Eu, ____________________, diretora/escrivã, conferi e subscrevi.

Dr. Luiz Antonio Carrer
Juiz de Direito

(11) 3149-4600 — www.megaleiloes.com.br

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90007/2024

A DIPOL da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal – UASG 170133, nos termos da Lei nº 14.133/2021, torna pública a realização da licitação abaixo especificada:

MODALIDADE: Pregão eletrônico.
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, responsável por todo o processo administrativo, jurídico e contratual referente à contratação de estagiários de nível superior, desde a seleção até o desligamento do estagiário, incluindo o pagamento de seguro contra acidentes pessoais.
ABERTURA: 03 de julho de 2024.
HORÁRIO: 09:00 horas.
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
UASG: 170133

São Paulo, 14 de junho de 2024
Renato Teixeira Arten
Chefe da DIPOL/SRRRF08

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura da seguinte licitação:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 2024012000247 – Fornecimento de veículos tipo "*Sedan*" e "*SUV Compacto*" para a Administração Central. Abertura: 12/07/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição do edital está disponível no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL — BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

Pregão 90085/2024-8

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, por intermédio da Superintendência Regional no Estado de São Paulo, torna público o resultado da licitação em epígrafe; vencedor: MATERA ENGENHARIA LTDA; CNPJ: 08.150.094/0001-97; pelo melhor lance de: R$ 3.350.000,00 (três milhões, trezentos e cinquenta mil reais). Processo Administrativo SEI! nº. 50600.011497/2023-03 Data de homologação: 14/6/2024.

MIGUEL CALDERARO GIACOMINI
Superintendente Regional do DNIT no Estado de São Paulo

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Companhia Aberta - CNPJ: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 16h, na sede social, Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, São Paulo/SP. **Presenças**: Totalidade do capital social, participaram também, o Administrador da Companhia e o representante dos auditores independentes da Companhia, não havendo Conselho Fiscal instalado. **Mesa**: Presidente: Inácio Reis Caminha. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações Aprovadas: (i)** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, incluindo as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, publicados na edição de 23.02.2024, do jornal Valor Econômico; **(ii)** A destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$ 11.198.370,34, da seguinte forma: (a) R$ 559.918,52, destinados a conta de reserva legal; (b) R$ 7.978.838,87, destinados a conta de reservas especiais de lucros; e (c) R$ 2.659.612,96, a título de provisionamento para pagamento de dividendos aos acionistas, que serão pagos até 31.12.2024; e **(iii)** Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomada nesta AGO. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 30.04.2024. Mesa: Presidente: Inácio Reis Caminha. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo e Acionista presente. JUCESP nº 217.097/24-8 em 05.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONTOURGLOBAL SOLUTIONS RIO LTDA.

CNPJ/ME Nº 42.885.404/0002-30 - NIRE 33213272340

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 13 dias de junho de 2024, às 10:15 horas, na sede social, na Estrada Rio São Paulo, nº 6011, Lote Área 6, Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ, CEP.: 23.075-900 ("Sociedade"), por meio de videoconferência. **2. MESA:** Presidente: Sr. Daniel Henrique Pastro; Secretária: Sra. Natália Machado de Oliveira. **3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei nº. 10.406/2002 ("Código Civil"), tendo em vista a presença da única sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas ao final desta Ata, a saber: ContourGlobal Solutions Holding LTDA. **4. ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: ***(i)*** a redução do capital social da Sociedade, em decorrência do excesso de capital atualmente estabelecido para o desenvolvimento do objeto social da Sociedade; e ***(ii)*** a autorização para que a administração da Sociedade pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Reunião de Sócios ("ARS"). **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar, discutir e avaliar o material de apoio e todos os documentos correlatos aos temas propostos na Ordem do Dia, os quais foram disponibilizados à sócia na forma da lei, a única sócia da Sociedade, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, aprovou: ***(i)*** a redução do capital social da Sociedade, atualmente no valor de R$ 31.491.332,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e dois reais), desconsiderados os centavos, dividido em 31.491.332,00 (trinta e um milhões, quatrocentas e noventa e um, trezentas e trinta e duas) quotas, de valor nominal e unitário de R$ 1,00 (um real), o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, bens e direitos, por ser considerado excessivo para o desenvolvimento de seu objeto social, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.082 e seguintes do Código Civil, sendo essa redução no montante de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), mediante o correspondente cancelamento de 3.500.000,00 (três milhões e quinhentas mil) de quotas, restituindo-se o valor correspondente para a única quotista da Sociedade. A redução de capital aprovada se efetiva mediante cumprimento dos requisitos legais, notadamente nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Em razão da redução havida, o capital social da Companhia passa **de**: R$ 31.491.332,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e dois reais), desconsiderados os centavos, dividido em 31.491.332 (trinta e um milhões, quatrocentas e noventa e uma mil, trezentas e trinta e duas) quotas, **para**: R$ 27.991.332,00 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e três reais), desconsiderados os centavos, divididos em 27.991.332 (vinte e sete milhões, novecentas e noventa e uma mil, trezentas e trinta e uma) quotas, o qual se encontra integralmente subscrito e integralizado. ***(ii)*** a autorização aos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para futura implementação da redução de capital ora aprovada, inclusive a publicação desta ata para os fins legais. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente Ata em forma sumária, nos termos do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **MESA**: Daniel Henrique Pastro - Presidente da Mesa; Natália Machado de Oliveira. - Secretária. **SÓCIA**: ContourGlobal Solutions Holding LTDA. São Paulo, 13 de junho de 2024. Mesa: Daniel Henrique Pastro - Presidente da Mesa, Natália Machado de Oliveira - Secretária. Única Sócia: ContourGlobal Solutions Holding LTDA.

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ 51.466.860/0001-56 - NIRE 35.300.010.485

COMPANHIA ABERTA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SÃO MARTINHO S.A ("Companhia"), convida seus acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada presencialmente, em sua sede social, na Fazenda São Martinho, Pradópolis/SP, no dia 26.07.2024, às 11h, com a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Contas dos administradores, Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024; 2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2024; 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração; 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 5. Remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Aumento do capital social em R$ 503.474.711,20, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, também para refletir o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração em 25.3.2024; 2. Alterações no Estatuto Social para implementar: (i) atualização das alçadas do Conselho de Administração e data de correção (artigo 19, incisos xi, xii, xiii, xix e parágrafo único); (ii) ajuste na atribuição do Conselho de Administração para abertura e encerramento de filiais (artigo 19, inciso xv); (iii) ajuste na nomenclatura do cargo da Diretoria de Recursos Humanos, Saúde e Segurança (artigos 23 e 29, inciso vii); 3. Consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais Documentos à Disposição dos Acionistas:** Estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, sites de Relações com Investidores (RI) (www.saomartinho.com.br/ri), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (www.cvm.gov.br) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias a serem deliberadas na AGOE, Manual de Participação da Assembleia, Proposta da Administração e Boletim de Voto a Distância, conforme art. 133 e 135, § 3º da Lei nº 6.404/76 e art. 7º da Resolução CVM nº 81/2022 (Res. 81). Dúvidas, solicitações e consulta dos documentos na sede social (mediante apresentação de extrato contendo a posição acionária respectiva, emitida com até 2 dias de antecedência poderão ser enviadas para área de RI no e-mail ri@saomartinho.com.br. **Participação na Assembleia:** A Assembleia será presencial, havendo necessidade na alteração no formato, a Companhia divulgará tempestivamente ao mercado as orientações necessárias. Para facilitar o acesso dos acionistas na AGOE, solicita-se o envio dos documentos listados à Companhia até dia **24.7.2024:** (i) extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; e (ii) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (art. 126 da Lei nº 6.404/76). Na AGOE o acionista/procurador/representante (inclusive estrangeiro, mediante tradução livre do documento para o português) deverá também comparecer com a seguinte documentação: • Pessoa Física: documento de identidade; • Pessoa Jurídica: documento de identidade, estatuto/contrato social e documentos societários que comprovem a representação; • Fundos de Investimento: documento de identidade, regulamento do fundo, estatuto/contrato social do seu administrador, observada a política de voto e documentos societários que comprovem os poderes de representação. Para exercício de voto pelo Boletim de Voto à Distância (BVD) o acionista deverá observar as regras da Res. 81 e Manual de Participação e poderá: (a) enviar BVD à Companhia até **19.7.2024;** (b) transmitir as instruções de voto para o Banco BTG Pactual S/A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central, observados os procedimentos e documentos exigidos pela instituição financeira; (c) transmitir as instruções de voto ao seu Custodiante, caso as ações estejam depositadas em depositário central, observados os procedimentos e documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia. Em cumprimento ao artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022 e do artigo 5º, inciso I, da Res. 81, o percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% do capital social, devendo ser requerido pelos acionistas interessados com no mínimo 48 horas de antecedência da data prevista para a realização da AGOE, ou requerido no BVD, de modo a facilitar o processamento pela Companhia e participação dos acionistas. O envio de documentação à Companhia poderá ser por e-mail ri@saomartinho.com.br ou endereço físico (Rua Geraldo Flausino Gomes, n° 61, 13º andar, Cidade Monções, CEP 04575-060, São Paulo/SP) aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Pradópolis, 17.06.2024. **Maurício Krug Ometto -** Presidente do Conselho de Administração. (18,19,20)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00310202052024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90099/2024
Nº Processo: 024.00063307/2024-10
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Administrativas e Judiciais
Total de Itens Licitados: 12 (doze).
Valor total da licitação: (sigiloso)
Disponibilidade do edital: 18/06/2024
Horário: das 08h00 às 18h00
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 19/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 01/07/2024 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

PG 10.48.067 – Licitação nº 067/2023 – Contratação de empresa especializada para execução de obras de rede de distribuição de energia elétrica, padrão CPFL, no empreendimento denominado Glicério "K", no município de Glicério/SP. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 19/06/2024 – Esclarecimentos até 03/07/2024 – Abertura: 12/07/2024 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 11ºandar bloco 03 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ: 02.762.113/0001-50 - NIRE: 35.300.341.813

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 17h, na sede social, na Avenida Paulista, nº 1.374, 15º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. Participaram, para os fins do disposto nos artigos 134, § 1º, e 164, da Lei das S.A., Administrador e o representante dos auditores independentes, não havendo Conselho Fiscal instalado. **3. Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações Aprovadas: (i)** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2023, incluindo as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes; publicados na edição de 23.02.2024 do jornal Valor Econômico; **(ii)** A destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$ 15.935.431,05, da seguinte forma: (a) R$ 9.911.054,88, destinados a conta de reservas especiais de lucros; e (b) R$ 6.024.376,17 a título de provisionamento para pagamento de dividendos aos acionistas, que serão pagos até 31.12.2024; e **(iii)** Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomada nesta AGO. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 30.04.2024. Acionistas presentes. Gabriel Gustavo de Camargo - **Secretário**. JUCESP nº 215.774/24-3 em 04.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 367ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0685671) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 367ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 367ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A."*, celebrado em 14 de julho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **04 de julho de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de julho de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 367ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0685671), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 18 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 275ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20I0668028) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 275ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 275ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A."*, celebrado em 15 de setembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **04 de julho de 2024, às 11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 275ª Série da 1ª Emissão - IF 20I0668028), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 275ª Série da 1ª Emissão - IF 20I0668028), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 18 de junho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE CÁCERES S.A. – AZPEC

CNPJ/ME nº 37.429.776/0001-31 NIRE 5.130.000.541-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A AZPEC – ADMNISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE CÁCERES S/A, por força da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no dia 03 de junho de 2024, no qual aprovou o aumento de capital social, o prazo e as condições de subscrição e integralização da AZPEC, e nos moldes do artigo 168, §1º "d", e seguintes da Lei nº 6.404/76, quanto a conceder aos acionistas, o direito de exercer ou não seu direito de preferência para subscrição e integralização, diante o aumento de capital com emissão de novas ações ordinárias, CONVOCA seus acionista, para que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aprovação do aumento ocorrido em Assembleia, proceda com o pagamento, conforme o cálculo dos valores que cada acionista tem direito a integralizar sobre a capitalização, contida na presente Ata, devendo ser efetuada na conta bancária da Companhia, **BANCO DO BRASIL AGENCIA 3325-1 CONTA 66728-5 ou PIX CHAVE CNPJ 37429776000131** , ou ainda formalizar a renúncia ao seu direito de preferência, podendo entrar em contato via e-mail **azpeccaceres@gmail.com** ou para maiores informações e esclarecimentos através dos telefones (65) 3613-0076/3613-0057, bem como na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº1.077, Bairro Goiabeiras, Cuiabá, MT, ou por meio de seus Diretores, considerando que a AZPEC ainda não encontra-se instalada em sua sede.

Cuiabá – MT, Cuiabá, 17 de junho de 2024.
Adilson Domingos Reis
Diretor Presidente da AZPEC
Lucio Oliveira Filho
Diretor Administrativo-financeiro da AZPEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 040/2024 – EDITAL 042/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE FORRO PVC PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE ITUVERAVA NO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME O ANEXO I DESTE EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 19/06/2024 até 01/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 01/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 18/06/2024. Ituverava-SP, 17 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 033/2024 – EDITAL 035/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO, REALIZADAS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 19/06/2024 até 02/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 02/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 18/06/2024. Ituverava-SP, 17 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGE 26/06/24, ÀS 14:00 HORAS

A **Enauta Participações S.A.** ("Enauta" ou "Cia.") convida seus acionistas para participarem da sua AGE ("Assembleia" ou "AGE") a realizar-se em 26/06/24, às 14:00h, de forma exclusivamente digital, em linha com o § único do Art. 121 da Lei 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22 e com o prazo de cadastramento até às 14:00h do dia 24/06/24, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, no contexto da já anunciada proposta de incorporação de ações de emissão da Cia. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R" e "Incorporação de Ações", respectivamente): (i) aprovar os termos e condições do "Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de emissão da Enauta Participações S.A. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.", celebrado em 16/05/24 pelas administrações da Cia. e da 3R ("Protocolo e Justificação"); (ii) aprovar a Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso), de acordo com o Art. 125 da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, nos termos e condições ali descritos ("Condições Suspensivas"); (iii) retificar a remuneração global dos administradores da Cia. para refletir os efeitos da antecipação da liquidação dos atuais planos de incentivos atrelados a ações de emissão da Cia.; e (iv) autorizar que os diretores da Cia. pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo a confirmação dos efeitos da aprovação da Incorporação de Ações após a satisfação, ou renúncia se for o caso, das Condições Precedentes, e a subscrição das novas ações a serem emitidas pela 3R em decorrência da Incorporação de Ações em nome dos acionistas da Enauta. Os documentos e as informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGE estão à disposição dos acionistas nos websites de Relações com Investidores da Cia. (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). Os acionistas da Cia. poderão participar da AGE, ora convocada, por si, por seus representantes legais ou por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Cia., advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, consoante o disposto no Art. 126 da Lei 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos ou contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Cia., advogado ou instituição financeira. Os seguintes documentos deverão ser apresentados pelos acionistas/representantes legais/procuradores: **a) Se pessoas naturais:** cópia de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **b) Se pessoas jurídicas:** (i) cópia do último estatuto ou contrato social consolidado; (ii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **c) Se fundos de investimento:** (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo; (ii) cópia do estatuto ou contrato social consolidado do seu administrador ou gestor, conforme aplicável; (iii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iv) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Deve ser apresentado ainda o comprovante da titularidade das ações de emissão da Enauta, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia. Excepcionalmente para a AGE ora convocada, a Cia. não exigirá reconhecimento de firma em procurações, desde que haja identificação clara do signatário, nem cópia autenticada de documentos, bastando que os documentos acima sejam enviados em cópia simples, responsabilizando-se o apresentante pela veracidade dos mesmos. Em caso de documento estrangeiro, desde que esteja redigido em inglês, basta que seja enviado juntamente com uma tradução livre para o português. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da AGE ora convocada, que será realizada de forma exclusivamente digital, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 2 dias da realização da AGE, ou seja, até às 14:00h (horário de Brasília) do dia 24/06/24, impreterivelmente, nos termos do Art. 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada: 1. Acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/467996965/auth; 2. Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGE, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGE, se for o caso; 3. Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Cia., haverá a liberação para participação digital na data e horário da AGE, utilizando-se o mesmo endereço eletrônico acima. Para mais informações sobre a participação na AGE, consulte o Manual para Participação e Regras e Procedimentos que está disponível nos websites de Relações com Investidores da Cia. (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). RJ, 18/06/24. Mateus Tessler Rocha - **Presidente do Conselho de Administração.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 044/2024 – EDITAL 046/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO PARA A SECRETARIA DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES – CONFORME ANEXO I DO EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 19/06/2024 até 02/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 02/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 18/06/2024. Ituverava-SP, 17 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485

COMPANHIA ABERTA

ATA DA 283ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 17.06.2024, às 13h30min, realizada na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, 13º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP. **II. Presença:** Membros representando a totalidade do Conselho de Administração. **III. Convocação:** 12.06.2024. **IV. Mesa:** Presidente: Mauricio Krug Ometto. Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(I)** Proposta da Administração, conforme Resolução CVM nº 81/2022; **(II)** Contas dos administradores, Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024; **(III)** Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária; **(IV)** Votos favoráveis nas Assembleias Gerais das empresas: **(a)** São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SMTI"); **(b)** São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SMTA"); **(c)** São Martinho Logística e Participações S.A ("SMLog"); **(d)** São Martinho Inova S.A. (SMInova); **(e)** Bioenergética São Martinho S.A. (BIO SM); **(f)** Bioenergética Santa Cruz S.A.("BIO SC"); **(g)** Bioenergética Boa Vista S.A.("BIO BV"); **(h)** Bioenergia São Martinho Ltda. (BIO SM Ltda."); **(i)** Biometano Santa Cruz Ltda. ("Biometano SC"); **(V)** Pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"); **(VI)** Revisão de Políticas e do Código de Ética e Conduta Profissional. **VI. Comitês:** Os coordenadores dos Comitês Financeiro, de Auditoria, de Gestão de Pessoas e de Inovações Tecnológicas reportaram aos demais membros desse Conselho os trabalhos e discussões que antecederam essa reunião. **VII. Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a reunião, o Presidente colocou em discussão e votação as matérias da ordem do dia. Os conselheiros deliberaram e aprovaram por unanimidade: **(I)** *Ad referendum* da Assembleia Geral, a Proposta da Administração, conforme Resolução CVM nº 81/2022 com as seguintes matérias: Em Caráter Ordinário: ***(1)*** *Contas dos administradores, Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024;* ***(2)*** *Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2024* ***(3)*** *Eleição dos membros do Conselho de Administração;* ***(4)*** *Eleição dos membros do Conselho Fiscal;* ***(5)*** *Remuneração global anual para o exercício em curso dos Administradores e membros do Conselho Fiscal.* Em Caráter Extraordinário: ***(1)*** *Aumento do capital social em R$ 503.474.711,20, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, também para refletir o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração em 25.3.2024;* ***(2)*** *Alterações no Estatuto Social para implementar: (i) atualização das alçadas do Conselho de Administração e data de correção (artigo 19, incisos xi, xii, xiii, xix e parágrafo único); (ii) ajuste na atribuição do Conselho de Administração para abertura e encerramento de filiais (artigo 19, inciso xv); (iii) ajuste na nomenclatura do cargo da Diretoria de Recursos Humanos, Saúde e Segurança (artigos 23 e 29, inciso vii);* ***(3)*** *Consolidação do Estatuto Social.* **(II)** As Contas dos administradores, Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024., *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária; **(III)** Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada presencialmente no dia 26.07.2024, às 11h. A Diretoria fica autorizada a tomar todas as providências necessárias. **(IV)** Votos favoráveis a serem proferidos nas Assembleias Gerais das empresas: **(a) SMTI**, em caráter ordinário: **(1)** Contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024; **(2)** Destinação do lucro líquido do exercício; **(3)** Eleição da Diretoria; **(4)** Remuneração global anual dos administradores para o exercício social em curso; em caráter extraordinário: **(1)** Alteração no artigo 7º, incisos xi, xii, xiv e parágrafo único do Estatuto Social (atualização das alçadas e da data de correção); **(2)** Consolidação do Estatuto Social; **(3)** Votos favoráveis a serem proferidos na Assembleia Geral Extraordinária da Agropecuária Caieira do Norte S.A., para deliberar sobre a liquidação e encerramento da sociedade e nas Reuniões de Sócios das Sociedades de Propósito Específico (empreendimentos imobiliários) as quais é sócia, para deliberar sobre as contas dos Administradores, destinação do lucro líquido/prejuízo do exercício, quando houver, eleição da Diretoria e consolidação do Contrato Social. **(b) SMTA:** em caráter ordinário: **(1)** Contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024; **(2)** Destinação do lucro líquido do exercício; **(3)** Eleição da Diretoria; em caráter extraordinário: **(1)** Alteração no artigo 7º, incisos xi, xii, xiv e parágrafo único do Estatuto Social (atualização das alçadas e da data de correção); **(2)** Consolidação do Estatuto Social. **(c) SMLog, (d) SMInova; (e) BIO SM; (f) BIO SC, (g) BIO BV e (h) BIO SM Ltda:** em caráter ordinário: **(1)** Contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024; **(2)** Destinação do lucro líquido/prejuízo do exercício; **(3)** Eleição da Diretoria. **(d) Biometano SC:** em caráter ordinário: **(1)** Contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024; **(2)** Destinação do lucro líquido do exercício; em caráter extraordinário: **(1)** Aumento do capital social mediante a conversão em capital dos recursos conferidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital e consequente alteração do artigo 5º do Contrato Social. **(V)** O pagamento de JCP no valor bruto de R$ 150.000.000,00 equivalente a R$ 0,445733054 por ação, desconsiderando as ações em tesouraria (data base 31.5.2024). O montante de JCP será pago aos acionistas no dia 2.7.2024, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social em curso. Terão direito ao recebimento de JCP os acionistas em 20.6.2024, sendo as ações negociadas *"ex"* juros sobre capital próprio a partir de 21.6.2024. O valor do JCP por ação poderá sofrer alteração até a data do pagamento em decorrência da variação da quantidade de ações em tesouraria. **(VI)** Revisão das seguintes políticas e documentos (anexos I a V): (i) Gestão de Riscos; (ii) Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses; (iii) Divulgação e Uso de Informação de Ato ou Fato Relevante; (iv) Negociação de Valores Mobiliários; (v) Código de Ética e Conduta Profissional. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, ata foi lida, aprovada e assinada. **Presidente da Mesa:** Mauricio Krug Ometto. **Secretário da Mesa**: Guilherme Fontes Ribeiro. **Conselheiros**: Mauricio Krug Ometto. Guilherme Fontes Ribeiro. João Carlos Costa Brega. Marcelo Campos Ometto. Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos. Nelson Marques Ferreira Ometto. Olga Stankevicius Colpo. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio. Pradópolis/SP, 17.06.2024.